

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS: CULTURAS E
PODERES

ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ

UMA HISTÓRIA NACIONAL OU DESDE A PROVÍNCIA? Varnhagen, Lisboa e
as tensões da escrita histórica no Império do Brasil

SÃO LUÍS
2024

ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ

**UMA HISTÓRIA NACIONAL OU DESDE A PROVÍNCIA? Varnhagen, Lisboa e
as tensões da escrita histórica no Império do Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: História e
Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Linha de Pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas

Orientador: Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos

**SÃO LUÍS
2024**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sá, Ana Priscila de Sousa.

UMA HISTÓRIA NACIONAL OU DESDE A PROVÍNCIA? :
varnhagen, Lisboa e as tensões da escrita histórica no
Império do Brasil / Ana Priscila de Sousa Sá. - 2024.
242 f.

Orientador(a): Lyndon de Araújo Santos.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2024.

1. Francisco Adolfo de Varnhagen. 2. João Francisco
Lisboa. 3. Escrita da História. 4. Império do Brasil. I.
Santos, Lyndon de Araújo. II. Título.

ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ

UMA HISTÓRIA NACIONAL OU DESDE A PROVÍNCIA? Varnhagen, Lisboa e as tensões da escrita histórica no Império do Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: História e
Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Linha de Pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas

Orientador: Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos

Aprovada em dia / mês / ano

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos (PPGHIS - UFMA)
Orientador

Prof. Dr. Temístocles Cezar (PPGH - UFRGS)
Examinador Externo

Prof. Dr. José D'Assunção Barros (PPHR - UFRRJ)
Examinador Externo

Prof. Dr. Valdeí Lopes de Araujo (PPGHIS - UFOP)
Examinador Externo

Prof. Dr. Rodrigo Turin (PPGH - UNIRIO)
Examinador Externo

Prof. Dr. Victor de Oliveira Coelho (PPGHIS - UFMA)
Examinador Interno

Prof. Dra. Soraia Sales Dornelles (PPGHIS - UFMA)
Suplente

Para todas as professoras & professores

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e cada uma das professoras e dos professores que fizeram parte de minha formação desde o dia que saí na porteira da casa de meus avós para começar a estudar na escolinha da zona rural de uma cidade do interior do Piauí. O pouco que aprendi foi construído entre a Unidade Escolar Antônio Rodrigues, Unidade Escolar José Alves Bezerra, Unidade Federal do Piauí e Unidade Federal do Maranhão.

Agradeço a minha família por tudo, e por aos poucos entender o que era importante pra mim, a despeito das necessidades serem outras.

Agradeço o professor Dr. Lyndon de Araujo Santos por receber a orientação deste trabalho na última hora e conduzir com tranquilidade e presteza seu encaminhamento final. Ao professor Dr. João Batista Bitencourt, agradeço o acompanhamento desde o Mestrado.

Agradeço aos professores das Bancas de Qualificação e Defesa, Dr. Temístocles Cezar (UFRGS), Dr. José D'Assunção Barros (UFRRJ), Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP), Dr. Rodrigo Turin (UNIRIO), Dr. Vítor Coelho (UFMA). A presença dos senhores é uma honra e um privilégio que nem poderia sonhar ter quando há muitos anos entrei na universidade e passei a ler textos de suas autorias. O estudo também encurta as distâncias e hoje meu trabalho foi lido/avaliado por quem é referência fundamental para minha pesquisa e compro os livros que publicam.

Agradeço a amizade, compreensão e apoio de quem vem comigo de longe e quem me acompanha há alguns anos, especialmente Diele Marques e Pryscylla Cordeiro, fiel companheira de “ST oitocentista”. Obrigada pela confiança, altas conversas, risadas e por tanto!

Agradeça a FAPEMA pela bolsa que possibilitou o andamento do trabalho.

*Se partires um dia rumo a Ítaca,
faz votos de que o caminho seja longo,
repleto de aventuras, repleto de saber.*

*Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o colérico Poseidon te intimidem;
eles no teu caminho jamais encontrará
se altivo for teu pensamento, se sutil
emoção teu corpo e teu espírito tocar.*

*Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o bravio Poseidon hás de ver,
se tu mesmo não os levars dentro da alma,
se tua alma não os puser diante de ti.
Faz votos de que o caminho seja longo.*

*Numerosas serão as manhãs de verão
nas quais, com que prazer, com que alegria,
tu hás de entrar pela primeira vez um porto
para correr as lojas dos fenícios
e belas mercancias adquirir:
madrepérolas, corais, âmbar, ébanos,
e perfumes sensuais de toda a espécie,
quanto houver de aromas deleitosos.*

*A muitas cidades do Egito peregrina
para aprender, para aprender dos doutos.*

Tem todo o tempo Ítaca na mente.

Estás predestinado a ali chegar.

Mas não apresses a viagem nunca.

*Melhor muitos anos levars de jornada
e fundeares na ilha velho enfim,
rico de quanto ganhaste no caminho,
sem esperar riquezas que Ítaca te desse.*

Uma bela viagem deu-te Ítaca.

Sem ela não te ponhas a caminho.

Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.

Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.

*Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,
e agora sabes o que significam Ítacas.*

Konstantinos Kaváfis, Ítaca

RESUMO

A pesquisa visa a investigar as formas da escrita da história no Brasil oitocentista a partir das obras historiográficas de Francisco Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa. No contexto de meados do século XIX, assistiu-se ao processo de sistematização da pesquisa histórica e profissionalização do ofício de historiador no Brasil, sobretudo a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que desde sua criação em 1838 buscou centralizar o conhecimento a respeito das províncias para a consecução da história geral da nação, fazendo a integração das partes ao todo. Todavia, esse rasgo centralista não desencorajava a produção de histórias desde as províncias. O projeto de Varnhagen era escrever uma história geral que valorizasse a unidade da nação, privilegiando o centro em detrimento das regiões; já Lisboa intencionou produzir uma história que servisse para reorientar a política e a sociedade do Maranhão, colaborando para a construção de um passado para esta província, fixando uma origem no tempo e articulando esse passado ao tempo da nação. Ambos escreveram num momento de (re)definição do estatuto da história e seus trabalhos auxiliam na compreensão da variedade da historiografia brasileira oitocentista ao representarem dois regimes de autonomia intelectual relacionados a modos diferentes de produção do discurso histórico.

Palavras-chave: Francisco Adolfo de Varnhagen. João Francisco Lisboa. Escrita da história. Império do Brasil.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo investigar las formas de escribir la historia en el Brasil del siglo XIX a partir de las obras historiográficas de Francisco Adolfo de Varnhagen y João Francisco Lisboa. En el contexto de mediados del siglo XIX, asistimos al proceso de sistematización de la investigación histórica y de profesionalización de la profesión de historiador en Brasil, especialmente a partir del Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que desde su creación en 1838 buscó centralizar el conocimiento respecto de las provincias para lograr la historia general de la nación, integrando las partes en el todo. Sin embargo, este aspecto centralista no desincentivó la producción de relatos provincianos. El proyecto de Varnhagen era escribir una historia general que valorara la unidad de la nación, privilegiando el centro en detrimento de las regiones; Lisboa, por otro lado, pretendía producir una historia que sirviera para reorientar la política y la sociedad de Maranhão, contribuyendo a la construcción de un pasado para esta provincia, estableciendo un origen en el tiempo y articulando este pasado con el tiempo de la nación. Ambos escribieron en un momento de (re)definición del estatus de la historia y sus obras ayudan a comprender la variedad de la historiografía brasileña del siglo XIX al representar dos regímenes de autonomía intelectual relacionados con diferentes modos de producción del discurso histórico.

Palabras clave: Francisco Adolfo de Varnhagen. João Francisco Lisboa. Escritura de historia. Imperio de Brasil.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| cinco apontamentos a título de uma Introdução..... | 10 |
|--|-----------|

PARTE I VARNHAGEN, LISBOA E ESCRITAS DA HISTÓRIA NO IMPÉRIO DO BRASIL

| | |
|---|-----------|
| 1. Os dois <i>Franciscos</i> entre histórias e historiadores..... | 28 |
| 1.1 O círculo de Francisco Adolfo de Varnhagen, <i>Visconde de Porto Seguro</i> | 28 |
| 1.2 Às margens do Itapecuru: João Francisco Lisboa, o <i>Tímon</i> maranhense..... | 45 |
| 1.3 O tempo da nação, o espaço da província e vice-versa..... | 55 |
| 1.4 Escrevendo história no Oitocentos I..... | 67 |
| 2. Uma história nacional ou desde a província?..... | 87 |
| 2.1 Escrevendo história no Oitocentos II..... | 87 |
| 2.2 A história geral, os “quadros de ferro”..... | 102 |
| 2.3 Como se deveria escrever a história da Província do Maranhão..... | 117 |
| 2.4 História (também) como laboratório da política..... | 134 |

PARTE II APONTAMENTOS E OBSERVAÇÕES PARA SERVIREM A UMA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DE VARNHAGEN E LISBOA

| | |
|---|------------|
| 3. Questões de método, questões de escrita..... | 157 |
| 3.1 As tintas dos jornais, anotações e viagens: escrever, ler, ver..... | 157 |
| 3.2 Em nome do “pai”, do Brasil e da verdade histórica..... | 171 |
| 3.3 Crítica, erudição e rodapés, uma questão de estilo..... | 199 |
| 3.4 Lisboa leu Varnhagen..... | 212 |
| Considerações finais..... | 223 |
| Referências | |
| Fontes e Bibliografia..... | 228 |

cinco apontamentos a título de
Introdução

É verdade que os ossos ficam e são por isso mais acessíveis; todavia, o passado não pode ser composto de esqueletos. Há de ser vida ou coisa nenhuma.
 João Ribeiro, 1918

I. O que fabricaram Francisco Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa quando escreveram história no Brasil oitocentista? Observando a indagação de Michel Certeau – “O que *fabrica* o historiador quando “faz história”?”¹ – este trabalho encaminhou algumas reflexões para entender a produção historiográfica dos dois autores, cujas principais obras nesse âmbito foram contemporâneas: a *História geral do Brasil* (1854-1857) e os *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão* dentro do *Jornal de Tímon* (1852-1853 e 1858).

A proposta da Tese girou em torno das formas da historiografia brasileira oitocentista, tendo os escritos de Varnhagen e Lisboa como fontes para pensar as condições de possibilidade do conhecimento histórico e “pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade” históricas². Segundo Araujo e Cezar, as formas da história levam o historiador a refletir sobre as modalidades da pesquisa (situação institucional, preocupações e métodos), a escrita e a disseminação da história³, assim, a obra dos dois representa formas distintas de se escrever história no Brasil imperial, fruto de suas escolhas pessoais, teórico-metodológicas, e da ligação a um projeto de construção de uma narrativa histórica da/sobre/para a nação, dois regimes de autonomia intelectual relacionados a modos diferentes de produção do discurso histórico. Um buscou escrever uma história geral da nação, uma obra de conjunto, o outro, desde sua província.

Não se trata de resgatar a vida dos autores, mas trazer elementos da trajetória profissional e os espaços em que se movimentavam permite elucidar sua construção historiográfica. Discutir a “operação historiográfica” de ambos partiu das considerações

¹ DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 45. Grifo do autor.

² ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 12, ago. 2013. p. 41.

³ ARAUJO, Valdei Lopes de; CEZAR, Temístocles. The forms of history in the nineteenth century: the regimes of autonomy in Brazilian historiography. **Historiein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018. p. 1.

de Michel de Certeau sobre como a história pode ser compreendida como uma operação, considerando-a como a relação entre um lugar (um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise e construção de um texto, isto é, a combinação de um lugar social, práticas científicas (no sentido de dotadas de um conjunto de regras que permitem a produção de objetos determinados) e uma escrita⁴.

II. No Brasil do século XIX, a pesquisa histórica mais organizada foi sistematizada a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em outubro de 1838. Fundado ao final das Regências, o Instituto sofreu o influxo de pautas que marcaram esse período como a defesa da unidade política, tendendo a reafirmar a autoridade central e a Monarquia constitucional como mais adequada para o momento em que o Brasil se encontrava⁵. Às vésperas do início do Segundo Reinado, o grupo dos 27 sócios que se reuniu para fundar o IHGB trouxe nomes cuja trajetória pública se confundia com a história do Império do Brasil. A proximidade com o poder aparecia até na localização do prédio inaugurado em 1849, no Paço Imperial (Corte, Rio de Janeiro). Antes disso, funcionou nas instalações cedidas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), uma instituição criada em 1827 propondo incentivar o progresso e o desenvolvimento ao promover a integração regional e a construção de uma totalidade “Brasil”⁶. Segundo Maria Odila Dias, os personagens que ensaiaram a modernização do Brasil conservaram peculiaridades do pensamento ilustrado como a variedade e versatilidade de interesses e ocupações, associando estudos jurídicos e conhecimentos científicos úteis socialmente, continuidade perceptível em manifestações culturais, revistas e programas de sociedades criadas para atualizar e manter o contato com as inovações na Europa⁷.

Foi do interior da SAIN, por meio do Marechal Raimundo José da Cunha Mattos (Primeiro-Secretário da SAIN) e o Cônego Januário da Cunha Barbosa (Secretário adjunto da SAIN), que saiu a proposta de criação de um Instituto para se ocupar da história e da geografia do Brasil partindo do entendimento de que as letras ministravam auxílios à administração pública e ao esclarecimento público. O IHGB nasceu, portanto, com a

⁴ DE CERTEAU, Michel. Op. cit. p. 46-47.

⁵ WEHLING, Arno. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001. p. 137.

⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 8.

⁷ DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 278, jan./mar. 1968. p. 169-170.

“tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação”, “dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa quanto internamente”⁸.

A necessidade de uma história nacional que se tornou imperiosa, todavia, não excluiu as narrativas que se debruçavam sobre a província, a “parte” que compunha aquele “todo” a ser narrado pelo observador privilegiado desse processo de escrita da história: o historiador. Nesse âmbito, o mais importante paradigma da historiografia brasileira daquela época teria sido a ideia de que da história era possível extrair lições para o presente⁹. O traço de pragmatismo que caracterizou a produção do Instituto se articulava a certa sobrevivência da ideia antiga de história *magistra vitae*, pela qual a história seria um tribunal da posteridade e o historiador, o juiz que distribuía sentenças. A permanência da expressão história *magistra vitae* na historiografia brasileira parecia ter a ver mais com um momento de fragmentação – Reinhart Koselleck falou em “dissolução” do tópos – do modelo donde, a depender da situação, os fragmentos se combinavam de modos diferentes com elementos do moderno conceito de história produzindo uma convivência/acomodação que aparecia especialmente em trabalhos como necrológicos, biografias e outros elogios¹⁰. Ao mesmo tempo, revelava preocupações com o método, a imparcialidade, a aferição da verdade contida nos documentos originais, isto é, aspectos que configuraram o moderno conceito de história.

Em meio às (re)definições sofridas pelo conceito de história, a história produzida no Instituto refletiu uma tensão presente na historiografia oitocentista: escrevia-se uma história “científica” para insuflar patriotismo e com uso de exemplos do passado, ministrados ao presente e à posteridade por sua função moral. Adaptou-se o *tópos* clássico ao novo tipo de lição histórica por ser possível aprender com o passado sem imitá-lo¹¹. Exigindo um presente organizado, a nação recém-independente carecia de um passado, gerando o desafio de situar territórios e pessoas no tempo histórico. A criação de espaços institucionais como o IHGB mostrou como, naquele momento, a experiência do tempo aumentou a assimetria entre passado e futuro, compondo uma agenda para a escrita

⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. cit. p. 6.

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 215.

¹⁰ ARAUJO, Valdeí Lopes de. Sobre a permanência da expressão *história magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeí Lopes de. **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 139.

¹¹ ARAUJO, Valdeí Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma leitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.7, mai. 2008. p. 55.

historiográfica. Sublinhe-se que já a SAIN se empenhara na elaboração de projetos que dessem conta da experiência singular do Brasil, promovendo narrativas em que a experiência moderna do tempo desafiava antigos modelos baseados na imitação como molde para a escrita histórica. O IHGB produziu um conjunto de programas visando a diversificar e adensar a experiência do tempo, indicando elementos que compuseram a história do recém-formado Estado, o que incluía certo descolamento da relação estrita com Portugal ao estabelecer seções específicas como a de Arqueologia, por exemplo, responsável por pesquisar o passado profundo do Brasil. Precisava-se narrar um passado brasileiro¹².

O cenário de instabilidades político-sociais que marcou as décadas de 1830-1840, sinalizando para uma fragmentação territorial, demandava o estabelecimento de uma unidade espacial e política capaz de rechaçar as lutas provinciais que varriam o país (Cabanagem, Farroupilha e outras), tornando necessário também um discurso histórico unificado. O IHGB nasceu nesse momento, mas antes de se pensar que a história servia apenas como instrumento para a política, é mais interessante acompanhar como a ideia moderna de história se fundou no Brasil e como ela se constituiu em conhecimento sobre si própria e depois sobre a nação, transformando-a em seu principal objeto. Com isso, articula-se a constituição de uma história científica, seus usos políticos e a construção de uma ideia de nação e de passado marcada por ausências, esquecimentos e supressões que conferiram um sentido histórico à história brasileira¹³.

Neste percurso, Varnhagen e Lisboa foram tecendo suas narrativas, cada um a seu modo e conforme suas inquietações, aspirações pessoais, filiações ideológicas e concepções de como se deveria escrever a história e sobre o ofício do historiador. Desempenharam outras funções como o trabalho diplomático e o jornalismo, no caso do primeiro, não se pode desvincular o trabalho histórico da atividade diplomática que lhe possibilitou as viagens por vários países, coletando documentação na Europa e na América do Sul. Seu projeto historiográfico passa pelas conexões travadas nessa vivência europeia, o estudo no Portugal da primeira metade do século e a longa carreira de diplomata, o que lhe conferiu uma formação mais “profissional”, a possibilidade de acessar arquivos públicos e bibliotecas - sua primeira tarefa na Legação imperial em

¹² MOLLO, Helena Miranda; TURIN, Rodrigo; NICOLAZZI, Fernando. The thickness of time: the writing of history and appropriation of the past in Brazil, 1830-1930. *Historein*, Athens, v. 17, n. 1, 2018. p. 1.

¹³ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 43-56.

Lisboa e como sócio do IHGB - bem como um conjunto amplo de contatos com quem trocava cartas, livros, ideias, compondo uma rede que ia do amigo bibliotecário em Évora, até o laureado poeta francês Ferdinand Denis, letrados das Repúblicas do Pacífico e o Imperador D. Pedro II.

Varnhagen conhecia os novos processos que apareciam como, por exemplo, a publicação dos “*Monumenta Germaniae historica*” (1826-1886) na Alemanha e, em Portugal, os esforços de autores como seu amigo do jornal *O Panorama* Alexandre Herculano, e da Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição que lhe acolheu logo em 1839, ano que publicou as *Reflexões críticas sobre um escrito do século XVI*, edição comentada do livro de Gabriel Soares de Sousa. A nomeação pelo IHGB já indicava o aproveitamento de suas habilidades com a paleografia, a diplomática e o método filológico, essenciais para o desenvolvimento de sua crítica dos documentos históricos. Assim, a prática historiográfica de Varnhagen deve ser entendida estabelecendo relações com a formação que teve e com os espaços sociais/letrados dos quais fez parte e que ajudaram a moldar sua forma de promover a crítica histórica.

Quanto ao outro, não se recomenda olvidar a intensa presença jornalística de Lisboa na imprensa maranhense e a análise atenta e crítica das leituras que fez de autores estrangeiros e nacionais ao longo da vida. Apesar da centralidade da Corte na produção histórica do Império, o trabalho de Lisboa não pode ser compreendido como ferramenta de defesa da autonomia provincial ou uma historiografia reivindicatória, não era a intenção criticar uma escrita centrada no Rio de Janeiro, seu *Jornal* permite constatar a presença de tendências e ritmos diferentes de produção historiográfica no país e em sua província.

No Instituto se desenvolveu um regime de autonomia disciplinar caracterizado pela valorização da crítica e da autoridade do pesquisador/erudito, centralidade da história geral nacional, especialização, não-partidarismo e maior controle interno da atividade do historiador, o que não significou o fim das polêmicas ou o desaparecimento de modelos competitivos de escrita da história, permaneceram arranjos entre uma historiografia disciplinar e “historiografias populares”¹⁴. As mudanças que se processaram entre fins da década de 1830 e a segunda metade da década de 1850 teve na publicação da *História geral do Brasil* de Varnhagen um momento importante, um livro mais organizado nos moldes de uma história atualizada com seu século. Nesse contexto, a imitação dos

¹⁴ ARAUJO, Valdeci Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, mai./ago. 2015. p. 367-395.

cânones historiográficos já sofria um veto crítico, considerado plágio, como o caso do francês Alphonse de Beauchamp, principal referência do “Compêndio da História do Brasil” de Inácio de Abreu e Lima (1843) e objeto da crítica de Varnhagen no *Primeiro Juízo: submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu Sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do “Compêndio da História do Brasil” pelo Sr. José Ignácio de Abreu Lima (1844)*¹⁵. Não que a *História geral* tenha sido imediatamente reconhecida, mas nela já havia “uma primeira e clara tentativa de profissionalizar a instituição e garantir sua autonomia intelectual”¹⁶. O mesmo Varnhagen imaginou que o trabalho de outros historiadores deveria ser integrado à sua história:

tal exame tem de ser feito pouco a pouco, já pelos futuros editores de documentos inéditos, já por novos historiadores parciais, que não tardarão a aparecer. Esses principalmente, ao ter presente este todo, o avaliarão com justiça; e quase ousamos dizer que quantos mais defeitos lhe achem, isto é, quanto mais o estudem, mais apreciarão o serviço preparatório que aqui lhes oferecemos, compreendendo nele as próprias notas que publicamos no fim, sob o título de *Auxílios Cronológicos*. — Dia virá em que a seu turno os seus trabalhos serão devidamente contemplados na História Geral, e desejaremos ser os primeiros a tributar-lhes justiça¹⁷.

Varnhagen e Lisboa escreveram sobre história elegendo perspectivas, objetivos e públicos diferentes. O primeiro tinha como alvo principal escrever a *história da civilização* do Império do Brasil, muito comprometido com o projeto de escrita da história nacional, com traço antiprovincialista. Para ele, a verdadeira história do Brasil reduzir-se-ia à da colonização, civilização, organização e desenvolvimento do Estado brasileiro¹⁸. Imbuído do desejo de contribuir para a *felicidade e glória* da Monarquia brasileira, como timbrou na dedicatória ao Imperador no Tomo I da *História geral*, Varnhagen se animava ao assinalar que a “integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela monarquia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional”¹⁹, demonstrando sua afeição com a política em voga e como a elevação de uma narrativa sobre a nação era, simultaneamente,

¹⁵ MEDEIROS, Bruno Franco. Alphonse de Beauchamp e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, p. 131-138, mai. 2010. p. 137.

¹⁶ ARAUJO, Valdei Lopes de; CEZAR, Temístocles. Op. cit. p. 12.

¹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. VIII. Grifo do autor.

¹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. *Entre a missão política e a ciência histórica*: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 193. O texto foi colocado, na íntegra, como Anexo, ao final da Tese.

¹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. VI.

uma elevação dessa nação e do regime que a governava, não à toa acreditava que a obra poderia prestar conselhos aos futuros organizadores do Estado, colocando a história como sólida base para as instituições daquela sociedade organizada pela Monarquia.

A centralização da pesquisa na sede do Instituto na Corte – destino a ser enviado toda a documentação recolhida nas províncias – se refletia nos processos de centralização do poder e da própria construção do espaço nacional, mapeamento do território, iniciativas a cargo de instituições ligadas às elites políticas como a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e o mesmo IHGB. A compreensão de Varnhagen sobre as histórias das unidades administrativas tinha a ver com a inserção das partes no centro.

De um lado e do outro do Rio da Prata, a historiografia esteve marcada pelas tentativas de solucionar os obstáculos à consolidação das nações e à construção das novas nacionalidades. Como Varnhagen, Bartolomé Mitre (Argentina) e Francisco Bauzá (Uruguai) ressaltavam a “homogeneidad de las experiencias desarrolladas en el decurso temporal en el ámbito de un espacio coincidente con las dimensiones de una unidad político-territorial, ya alcanzada o pronta a alcanzarse”²⁰. No caso de Varnhagen, sua concepção de “Brasil” remetia a capacidade do Estado brasileiro de exercer o poder em um território, e, diferente da experiência dos vizinhos, o processo revolucionário constituía um antimodelo para o Império. Nos três, porém, havia um propósito pragmático de cimentar a unidade nacional pelo conhecimento do passado e assim favorecer o “patriotismo”, posicionando seus Estados no concerto das nações civilizadas. A própria escolha de Varnhagen de tratar da expansão marítima portuguesa e descobrimento da América no primeiro capítulo da *História geral* conectava a história do Brasil a do mundo civilizado. Obviamente, apenas estimular o sentimento patriótico não requereria tamanho esforço de recopilação de fontes, verificação de datas, gastos com publicação. Dedicar-se aos estudos históricos era algo que interessava por si mesmo, um lugar a se ocupar no mundo das letras, e a nação inspirava o trabalho do historiador como “vocaçãõ à verdade”²¹.

Para Lisboa, a descrição detalhada dos hábitos eleitorais e costumes de uma província que fez em *Partidos e eleições no Maranhão* (1853) era tão importante à

²⁰ DEVOTO, Fernando J. **Acerca de la construcción del relato de los Orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay. Las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá.** 2012. Disponível em: <http://usagespublicsdupasse.ehess.fr/acerca-de-la-construccion-del-relato-de-los-origenes-en-argentina-brasil-y-uruguay-las-historias-nacionales-de-varnhagen-mitre-y-bauza/#>. Acesso em: 09 abr. 2021. p. 8-9.

²¹ SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, jan./abr. 2017. p. 169.

história pátria quanto uma grande história geral, considerando acertado tratar de assuntos mais restritos. Até pelo prestígio das histórias gerais, avaliações posteriores classificaram seu trabalho como uma história provincial, ou das “municipalidades”²². Isso não quer dizer que foi um historiador “menor” que Varnhagen, diferia a abrangência que seus trabalhos quiseram dar conta, conferindo especificidade e um diálogo, certa interdependência, cada história em particular para ajudar a compor a história nacional foi uma proposta no início do Instituto. No *Prólogo* da segunda parte dos *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão* (1858), defendeu a escolha:

Quanto ao quadro limitado, em que se tem circunscrito os mesmos trabalhos, ouçamos em primeiro lugar um escritor eminente, ainda há pouco roubado prematuramente às letras, e sobretudo à especialidade da crítica. “É necessário animar as monografias”, escrevia Gustavo Planche poucos meses antes da sua morte. Sempre que sentiu a necessidade de regenerar-se, procurou a ciência histórica “concentrar os seus esforços em um espaço limitado, antes de recontar a vida toda de uma nação ou povo inteiro” [...]

[...] nos lisonjeamos de que o leitor encontrará nele acerca da nossa história o que ainda lhe não haviam dito nem Berredo, nem algum outro cronista da mesma escola. Além de que, uma boa parte do que escrevemos a propósito do Maranhão é aplicável ao Brasil todo. E que o não fosse, nem por isso daríamos por mal empregado o nosso tempo. Os gênios gigantescos não mister pedestais alçados pela glória, donde dominem tudo, e onde tenham por espectador o universo inteiro; à nossa ambição porém sobeja a atenção do pequeno recanto do mundo onde viemos à luz.²³

Os estudiosos locais deram maior latitude ao provincial, a adoção do ponto de vista da província aparecia nas obras que se propunham a tratar desde cada parte do Império como a “História da Província do Ceará” desde os tempos primitivos até 1850 (1867), de Tristão de Alencar Araripe. Como afirmou Hruby:

O ponto de vista, focalizado no local, se apresentaria como principal fundamento e garantia do saber para compor a História do Brasil. Nos textos analisados, foi comum os provincianos argumentarem segundo o que sabiam, pois lá viviam, vendo, ouvindo e coletando documentos sobre os sujeitos e episódios passados. A construção de relatos sobre o vivido colocou, dessa maneira, o conhecimento empírico ou experiência sensível em tensão permanente com o raciocínio hipotético-dedutivo (civilização) e hipotético-indutivo (provincial).

Considerando todas essas informações, minhas análises e interpretações permitem asseverar o caráter irrevogável dos

²² ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. *Ensaio e Estudos*. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 205.

²³ LISBOA, João Francisco. *Obras de João Francisco Lisboa*. v. III. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 13-14.

argumentos de provincialismo nas contribuições daqueles pesquisadores para a escrita da História do Brasil no século XIX²⁴.

A possibilidade de uma pluralidade de pontos de vista demonstrava que o processo de escrita da história do Brasil não se restringia ao projeto da história geral centrado na Corte. O caso da história escrita por Lisboa permite acompanhar como os historiadores responderam às demandas locais e como isso possibilitou uma produção histórica mais próxima de um público interessado sobre a história da província. Ainda que sócio desde 1855, quando se mudou para o Rio de Janeiro, teve presença pouco ativa no IHGB, grande parcela de sua produção ocorreu fora desse espaço privilegiado no século XIX brasileiro. Cabe sublinhar que a narrativa dos *Apontamentos...* sofreu certa reorientação entre os primeiros números editados ainda no Maranhão e os últimos já publicados em Portugal. A abordagem sobre a questão indígena é exemplar nesse sentido, e foi matéria de crítica do autor ao Instituto, como nesta passagem do Livro V:

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, que foi fundado, vive e prospera sob a imediata proteção do Imperador, nada recomenda tão sollicitamente aos seus sócios correspondentes, como a remessa de notícias circunstanciadas sobre os costumes dos índios [...].

Todo o mundo compreende certamente o alcance, utilidade e deleite destas curiosas e laboriosas investigações. Mas a que não podemos sofrer de boa sombra, na nossa qualidade de grego, do mais puro sangue de Atenas, é que nos queiram obrigar a volver trezentos anos atrás, passando-se as ficções do romance e da poesia para a história e vida real. O perigo está tão iminente que Tímon receia a cada instante ler nos anúncios do – *Diário do Piaga* – a notícia de haver desembarcado em Javiré o excelentíssimo presidente Araribóia, vindo de Guanabara, a bordo do vapor imperial – Tupã²⁵.

Não é simples precisar a influência da produção do IHGB nos estudos de Lisboa, a maior parte do *Jornal* foi publicada antes do seu nome ser indicado para a agremiação, mas a dissertação de Karl von Martius premiada pelo Instituto parece ter sido influente na escolha dos temas que trabalhou como administração colonial, legislação indígena, atuação jesuítica e aproximação das histórias do Maranhão e Pará, indicações do naturalista em “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843), que esteve mais presente nos números finais do *Jornal* saídos em 1858. Segundo Janotti, na obra de Lisboa estavam conjugados elementos como a independência recente, a agitação das províncias

²⁴ HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil**: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). 371f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2012. p. 33. Grifo do autor.

²⁵ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 201-202. Grifo do autor.

e as concepções culturais dos maranhenses de sua época²⁶, daí seu empenho em falar da vivência na capital São Luís em folhetos como *A Festa de Nossa Senhora dos Ossos* (1851) e *Teatro São Luís* (1852), explorando a contradição da autoimagem de elite cultural (Atenas brasileira) e província distante tomada pela corrupção da política e dos costumes.

A modernidade foi moldada no Brasil a partir da experiência central da emancipação política e da formação nacional, além de propiciar uma liberdade de imprensa e expressão, o campo de experiências aberto em 1822 tornou imperiosa a produção de narrativas de afirmação nacional, dificultando separar os projetos promovidos e financiados pelo Estado de outros que surgiram de interesses autorais ou do mercado do livro e de seus novos leitores²⁷. O crescente interesse pela história dessa sociedade complexificou e colocou exigências novas ao historiador e sua escrita, a própria criação do IHGB foi fundamental para produzir um espaço disciplinar e o *ethos* do historiador. Nesse espaço, a historiografia de Lisboa se ocupava mais em atender aos interesses sociais pela história da província, tendo um caráter mais comercial e atendendo um público maior de leitores. Na redação, não incluía todos os novos documentos que encontrou nos arquivos estrangeiros e selecionava o que considerava mais importante para ser levado ao público assinante em forma de resenhas no texto principal, colocando alguns desses documentos em nota ao final do volume, por exemplo. Afirmou ser sua intenção escrever uma história que fosse instrumento de reorientação ética dos grupos políticos e da sociedade maranhense, intenção presente até no uso do verbo “emendar”, desejando auxiliar a arte de governar e apontando para uma história como operação ética capaz de oferecer algum controle à política.

III. No *Primeiro Juízo* que escreveu sobre o Compêndio de Abreu e Lima, Varnhagen falou do “uso de todos os historiadores modernos de bom *critério*, de citarem à margem, e em notas os fundamentos do seu juízo e discurso”²⁸. Como autoridade no assunto, o historiador carregava consigo a tarefa de assinar um compromisso com a verdade, da escolha das fontes até a narrativa escrita, selando um pacto de confiança com seu leitor, por meio de sua responsabilidade histórica. Essa operação evidencia a natureza duplicada

²⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. **João Francisco Lisboa**: jornalista e historiador. São Paulo: Ática, 1977. p. 12-153.

²⁷ ARAUJO, Valdeí Lopes de; CEZAR, Temístocles. Op. cit. p. 4-5.

²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Primeiro Juízo*: submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu Sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do “Compêndio da História do Brasil” pelo Sr. José Ignácio de Abreu Lima. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, 1844. p. 64. Grifo do autor.

da história moderna com o uso das notas de rodapé, onde a escrita da história se dá em dois momentos, o tempo do documento e o tempo do autor. Procedimentos como obediências às regras de citação e referências, disponibilizar partes do documento original em fac-símile para que os leitores pudessem ter contato com o original e comparar com a edição que se apresentava, tanto conferiam credibilidade ao relato, quanto eram condições para a aceitação do trabalho pela comunidade letrada na qual estava inserida. As notas serviam para mostrar a erudição do autor (ou editor crítico), assumindo a função de facilitar a compreensão do texto publicado, além de evitar a acusação de plágio. Mais que sobre a denúncia de plágio, o debate entre Abreu e Lima e Varnhagen se tratava do confronto entre formas distintas de se conceber a escrita da história, uma história “moderna” versus um compêndio, modelo que já perdia força naquele contexto.

Se os historiadores antigos concederam exemplos, os modernos se esmerariam no levantamento de provas para construir sua narrativa. Profissionalizando-se no século XIX, ao citarem documentos eles faziam referência às fontes²⁹. Num outro quesito, acusar um autor de imitar suas ideias era um indício de que a originalidade de uma obra naquele momento passava pelo ineditismo das fontes consultadas e pela não cópia de modelos de escrita antes influentes, mas agora passíveis de serem considerados plágio, daí a maior necessidade da citação. Um documento novo era garantia de fatos ainda não investigados que serviriam para preencher lacunas e esclarecer pontos obscuros da história, desde que comprovada sua autenticidade. Competia ao historiador moderno realizar o trabalho duplo de pesquisa documental e ratificação de seu texto com a citação, a prova do trabalho fundamentado e validado na documentação.

Pode-se dizer que, a *História geral* de Varnhagen tinha em vista ser a história nacional objetivada desde a criação do Instituto, embora ele não fosse unanimidade dentro da agremiação que, de certo modo, “engavetou” a obra, talvez pelo posicionamento quanto aos indígenas. Ela não dedicou capítulos específicos para cada província, fatiando sua contribuição para a história do Império, e sim buscou acomodá-las ao todo unido sob a alcunha de “nacional”. Uma história do Brasil era uma *necessidade nacional* que se julgava capacitado para suprir, história esta que foi atravessada por uma “retórica da nacionalidade”, ou seja, um conjunto de estratégias discursivas que procurou persuadir

²⁹ GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 36-38.

os brasileiros de que compartilhavam um passado comum e, conseqüentemente, uma mesma origem e identidade, a despeito da natureza heterogênea de sua formação social³⁰.

Janotti se referiu ao *Jornal* como obra de difícil classificação pela heterogeneidade dos assuntos nele tratados. Nesta Tese, o mesmo foi encarado como uma obra histórica, pela análise que o autor fez de sua província sob diversos enfoques: política, costumes, história da formação até a metade do século XIX. Com este último aspecto é possível sinalizar outra discussão adequada para esta pesquisa, o lugar de uma história do presente naquele período. Pela proximidade temporal (considerada um perigo para a objetividade), tal gênero não era recomendado, falava-se em resguardar a “arca do sigilo” dando a necessária segurança para determinados escritos sobre acontecimentos recentes, sem prejuízo da atualidade, nem da posteridade³¹, no entanto, não deixou de ser praticado por Lisboa, Varnhagen (*História da Independência*, publicada postumamente em 1916) e outros letrados como Gonçalves de Magalhães e sua “Memória histórica e documentada da revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840” (1848).

O trabalho de Lisboa tendeu a cumprir o programa das histórias locais que mais tarde poderiam servir à história geral, adequado também às pretensões iniciais do Instituto, que dava orientações não um modelo pronto para essa escrita, propostas foram rejeitadas ou aprovadas de acordo com o que se admitia como história ou de quem as escrevia como historiador, o “lugar” que permite e veta. Se articular a história com um lugar é condição de análise de uma sociedade, Lisboa escolheu falar de sua província de nascimento, denotando aquela particularidade do lugar de onde se parte, do gesto que liga as ideias aos lugares³². Tratar do que compreendia como o auge da degeneração dos costumes em sua terra natal, mas com esperanças de ser remendado pelo conhecimento histórico foi o “gesto” do historiador João Francisco Lisboa. Como objeto e lugar de onde pesquisou e escreveu, produziu uma história de/para sua província e isso ajuda a compreender como buscou e utilizou suas evidências. Num mesmo gesto de historiador, a nação e a província foram (re)modeladas com tinta e papel, mas vislumbrando uma ação efetiva na sociedade a ser construída ou, ao menos, “emendada”. A(u)tor atuante, também viu a história como laboratório da política de seu tempo, reconstituindo o equilíbrio entre

³⁰ CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 29.

³¹ MALEVAL, Isadora Tavares. **Entre a “arca do sigilo” e o “tribunal da posteridade”**: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. p. 15.

³² DE CERTEAU, Michel. Op. cit. p. 64.

a autoridade e a liberdade, ele mesmo um refratário ao autoritarismo. Escrevendo a *História geral*, Varnhagen deu um relato fundador para um Brasil-nação, afirmando ser *triste* o historiador que não tinha e apresentava *íntimas convicções* sobre seu país. Agindo no presente, ambos pretendiam moldar o futuro, e com isso estavam fazendo história.

IV. Escrever história é uma operação que varia no tempo e no espaço, e como explicou Manoel Salgado Guimarães:

Problematizar nossa relação com o passado é o que efetivamente transforma esse tempo pretérito em objeto de investigação, tornando-o presentificável por diferentes recursos e meios, capazes de dotar de sentido, novamente, um conjunto de ações humanas que significaram e não significam mais. Igualmente, refletir sobre nossa relação com o passado ajuda-nos a ancorarmos, no presente, identidades e projetos, como condição única de produção de futuros. Escrita da história, usos do passado conectam-se, assim, como investimentos sociais necessários à produção de sentido para as ações humanas³³.

Eleger textos de historiadores como núcleo principal da investigação – a obra historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa – sugere questões que dizem respeito aos percursos do próprio ofício que eles praticaram e aos procedimentos metodológicos que delimitaram as condições sob as quais a história deveria ser escrita. A produção e fixação (no sentido de posto por escrito) do conhecimento histórico presente acerca do conhecimento histórico passado³⁴.

Varnhagen e Lisboa foram protagonistas iniciais de um embate em que, a despeito do elemento central em debate, a questão da escravidão indígena, sobretudo a “resposta” do primeiro às colocações do segundo oferece subsídios para refletir sobre a escrita histórica no Brasil daquele período. Foi na direção da proposta de uma história nacional que Varnhagen se defendeu das censuras de Lisboa na *Nota C: Sobre a escravidão, e a História geral do Brasil pelo Sr. Varnhagen* (1858), indagando se era publicando “essa resenha por certo de *mais generalidade* que a mesma História, que o censor quis diminuir em favor do que ele inculca por *Monografia do Maranhão*, o prestígio das Histórias Gerais”³⁵. Chamar o *Jornal* de *resenha* demarcava uma escolha pessoal e uma posição: sua *História geral* seria um exemplo da pretendida história nacional, enquanto a *resenha* de Lisboa não atendia a esse imperativo e ainda se apresentava como uma narrativa

³³ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A propósito dos comentários. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 125-148, jul./dez. 2007. p. 125.

³⁴ MARTINS, Estevão de Rezende. Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 55-80, jan./jun. 2009. p. 56.

³⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º*. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 14. Grifo do autor.

monográfica, tratando de uma província específica. Ao comparar a obra de Lisboa com a sua, Varnhagen estabeleceu uma hierarquia que tocava na divisão de temas entre uma história nacional e uma história provincial, e dizia respeito às maneiras pelas quais ambas deveriam ser escritas.

Ordenar o tempo e nacionalizar o passado de modo a transformar aquela sociedade resultante da “cunhagem da moeda colonial” – na expressão de Ilmar de Mattos – em objeto principal de uma história nos moldes das histórias nacionais europeias, deveria enfrentar o desafio de agregar os povos indígenas e africanos, encarados como estranhos à civilização³⁶. Karl von Martius fez a primeira proposta de solução para esse óbice em *Como se deve escrever...*, orientando uma abordagem do passado nacional que integrasse as raças americana, branca e negra na formação da população brasileira.

Lisboa foi leitor de Varnhagen e vice-versa. A respeito da escrita do primeiro, declarou Varnhagen:

Deus livre o Império do Brasil, de que a sua história, de menos de quarenta anos, caísse nas mãos de Timon, e que, segundo sua tendência, e agarrando-se com maior predileção ao lado desfavorável dos fatos, nos venha apresentar em seu perigoso *estilo fascinador*.³⁷

Acusando Lisboa de manipular trechos da *História geral* em sua *Nota C* para esquadrihar o *lado desfavorável dos fatos* a seu favor, Varnhagen procurou alertar seu público do perigo que o *estilo fascinador* daquele autor causava ao bom exercício de escrita da história pátria, que deveria ser imparcial, não estimulado por tendências de ânimo a serviço de um interesse particular, mesma crítica que anos antes havia desferido contra o livro “Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu’à 1810” (1815) de Beauchamp, no juízo sobre o *Compêndio de Abreu e Lima*. A análise dos costumes maranhenses apresentada por Lisboa em estilo muitas vezes debochado lhe parecia falta de rigor e documentação insuficiente para amparar a narrativa, tanto que quando de sua estadia em Portugal e aceso a um maior número de documentos, algumas posições anteriormente defendidas por ele foram revistas, a própria matéria da já mencionada *Nota C* é um exemplo disso.

Tratando da contribuição de ambos, Capistrano de Abreu dissertou que:

Há alguns anos, quando não havia rebentado a luta entre os dois, Lisboa escrevia que a história do Brasil, depois do livro de

³⁶ OLIVEIRA, Maria da Glória; GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Ordering time, nationalising the past: temporality, historiography and Brazil’s “formation”. *Historiein*, Athens, v. 17, n. 1, 2018. p. 2.

³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º*. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 14. Grifo meu.

Varnhagen, não seria novamente escrita tão cedo. As palavras de Timon se vão verificando: o trabalho é muito grande, as facilidades não são pequenas, e, além disso, os homens que poderiam tomá-lo a si, vão desaparecendo.

Só dois brasileiros poderiam escrever a história de nossa pátria melhor do que ele o fez — Joaquim Caetano da Silva, com sua perspicácia maravilhosa, com sua lucidez de espírito, com seu gosto de minúcias, com seu estilo-álgebra, com seu saber inverossímil; e João Francisco Lisboa, com seu modo abundante, com sua ironia ácida, com sua pungência doentia, com seu pessimismo providente, com a intuição que fervilhava de suas páginas.

Seriam dois belos livros, se fossem escritos³⁸.

A “luta” aludida por Abreu não teve um seguimento comum por conta da morte de Lisboa em 1863, Varnhagen só rebateu as críticas da *Nota C* em 1867 n’*Os índios bravos e o Sr. Lisboa*.... A avaliação das qualidades dos autores para tratarem da história pátria acenava para a necessidade de um conjunto de elementos para proceder à tarefa de narrar o Brasil como a investigação das fontes, a atenção aos detalhes e o estilo de escrita.

Atentando a tais aspectos, a partir da problemática geral do presente trabalho que propõe investigar a variedade dessa historiografia tomando a obra de Varnhagen e Lisboa como dela representativa, surgiram outras questões mais específicas que podem nortear a pesquisa como quão importante foi o lugar desde onde escreveu para a confecção da obra de ambos? Quais os regimes de autonomia dessas historiografias (história acadêmica, de divulgação)? Como historiadores em outras províncias e condições também produziram uma escrita histórica no período? Como uma questão política podia ser convertida em problema historiográfico (o caso da escravidão indígena, por exemplo)?

Pensar em regime de autonomia implica expor as relações de competição e convergências ao longo do século XIX. Para Valdeci Araujo,

devemos compreender que os fenômenos e processos históricos que impulsionavam em direção à disciplinarização eram, ao mesmo tempo, os que possibilitavam e restringiam o novo padrão de autonomia em formação. Insisto na ideia de limite para não produzir a falsa imagem de um “projeto” sistematicamente perseguido, mas um movimento histórico que se configurou entre evento e estrutura.

Longe de ser um movimento linear e homogêneo, a construção do discurso histórico moderno foi marcada por diferentes processos, muitos deles contraditórios³⁹.

Não se tratava de um movimento linear e homogêneo, e acompanhar os diferentes arranjos auxiliam a identificar o lugar, as funções e os limites do historiador e da escrita

³⁸ ABREU, João Capistrano de. Op. cit. p. 200-201.

³⁹ ARAUJO, Valdeci Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, mai./ago. 2015. p. 367-368.

da história, apontando para a diversidade dos modos de produção e da historiografia moderna. Varnhagen e Lisboa fabricaram historiografias e contribuíram para a construção de uma ideia de Brasil no Oitocentos.

V. As principais fontes da pesquisa foram obras dos dois historiadores, livros, correspondências, fontes hemerográficas, folhetins, bem como elogios biográficos e trabalhos de historiografia posterior sobre ambos. De Varnhagen, utilizei principalmente os seguintes trabalhos: *Crônica do Descobrimento do Brasil* (1840); *História geral do Brasil* (1854, 1857, 1877); *Os índios bravos e o Sr. Lisboa Timon...* (1867); *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871), acessíveis digitalmente na Biblioteca Brasileira e José Mindlin; artigos impressos no jornal O Panorama e na Revista Universal Lisbonense – Lisboa/Portugal, presentes em suas Hemerotecas Digitais; artigos e biografias de “brasileiros ilustres” publicados na Revista do IHGB e *História da Independência do Brasil* (1916), disponíveis no Arquivo digital da Revista do IHGB; *Correspondência ativa* (1961), com 242 cartas, de 1839 a 1877; *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil* (2011); *A origem turaniana dos americanos tupi-caraíbas e dos antigos egípcios. Indicado pela filologia comparada: traços de uma antiga migração na América, invasão do Brasil pelos tupis etc.* (2013), publicada na coletânea Varnhagen no caleidoscópio.

De Lisboa, fiz uso dos quatro volumes das *Obras de João Francisco Lisboa*, editados por Antônio Henriques Leal e Luís Carlos Pereira de Castro entre 1864 e 1865, que incluem os números do *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade, eleições na Idade Média, eleições na Roma Católica, Inglaterra, Estados Unidos, França, Turquia, partidos e eleições no Maranhão* (v. I); *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão* (v. II e III); a póstuma *Vida do Padre Antônio Vieira na Europa* e a *Biografia de Odorico Mendes* (v. IV), disponíveis no Arquivo digital do Senado Federal.

Sobre a redação deste trabalho, cabe informar que foram grifados em itálico os nomes das obras de Varnhagen e Lisboa e expressões por eles escritas nessas obras, para diferenciá-las de trabalhos de outros autores citados na pesquisa (destacados entre aspas) e porque constituem o cerne da mesma. A primeira aparição do nome de cada obra trouxe o ano de publicação entre parênteses. Dos autores, busquei o texto original, só retirando citação de dentro de outro livro quando não foi possível acessar o documento/trabalho. A grafia foi atualizada/adaptada na medida de não conservar palavras com pronúncia

estranha ou erro tipográfico, mas também de não interferir tanto no texto e na pontuação dos autores, podendo até mudar-lhe o sentido, embora se tivesse o devido cuidado.

A Tese está dividida em duas partes. A primeira parte – Varnhagen, Lisboa e escritas da história no Império do Brasil – discutiu a atuação de Varnhagen como um letrado que teve acesso aos meios mais propícios para elaborar seu trabalho como historiador, e mais ainda na Europa servindo como diplomata e tendo muitos contatos no mundo das letras. Uma investigação aplicada a um plano de escrita da história nacional que agregava seu posicionamento político de monarquista e ideias de como a história do Brasil deveria ser escrita. Ao mesmo tempo, procurei mostrar a atuação de Lisboa desde a Província do Maranhão como um letrado que, ao migrar do jornalismo e da atuação política partidária para os estudos históricos, encontrou mais dificuldades no acesso à documentação – algo que compartilhou com outros autores em diversas partes do Império – o que não impossibilitou que fizesse suas pesquisas, colocando-se como um autor que ora ofertava uma forma de escrever a história do Maranhão superior a dos cronistas, como ele julgava.

Na segunda parte – Apontamentos e observações para servirem a uma História da Historiografia de Varnhagen e Lisboa – tratei de aspectos da operação historiográfica de Varnhagen e Lisboa como a importância das viagens, que é muito evidente na produção de Varnhagen, e em Lisboa aparece principalmente em seus últimos anos de vida, como o caso do trabalho em Portugal a serviço do IHGB. Além de imperativos da produção historiográfica do século XIX como a defesa da crítica histórica, da objetividade e imparcialidade do historiador na aferição da verdade, o uso das notas de rodapé e a discussão sobre o estilo de escrita do historiador. Por fim, a crítica de Lisboa às ideias de Varnhagen sobre os indígenas na arena da crítica histórica.

PARTE I

VARNHAGEN, LISBOA E ESCRITAS DA HISTÓRIA NO IMPÉRIO

Capítulo 1

Os dois *Franciscos* entre histórias e historiadores

Quem assim procura subtrair-se aos interesses do presente, e às preocupações do futuro para entregar-se às investigações do passado - tarefa que a poucos tenta entre nós - parece-nos pelo menos digno de indulgência.
João Francisco Lisboa, 1865

Narrar o passado, escrever a história da nação e suas “partes” foi uma missão fundamental para os letrados brasileiros no decorrer do século XIX, foi ilustrada em cartas, páginas de revistas e jornais, obras produzidas e publicadas em diversos pontos do imenso território e fora dele. A partir das províncias, dentro ou não do IHGB, nos inícios da pesquisa histórica mais organizada no Brasil, essa escrita conviveu com uma variedade de formas e a proximidade de questões políticas mais profundas que de mais a mais conduziram e foram conduzidas pelo relato historiográfico. Entre histórias e historiadores o desenho da história foi ganhando contornos mais firmes no Império brasileiro e mesmo influenciando no processo de construção desse campo de conhecimento nas Repúblicas vizinhas.

Tal foi o raciocínio que comecei a explorar neste capítulo, especialmente a partir das obras de Francisco Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa.

1.1 O círculo de Varnhagen, *Visconde de Porto Seguro*

Varnhagen, que tem os olhos no futuro que prevê.
Antônio Menezes
Vasconcelos de
Drummond, 1840

Em artigo ao jornal *O Panorama* de 1841, Varnhagen deu parecer sobre a recente edição de “*Cultura e opulência do Brasil*” ora à venda em Lisboa. Feita a apreciação dos méritos do livro de 1711 do jesuíta André João Antonil, avalizou: “terminamos recomendando tal obra a todos aqueles que à vista da simples e imparcial narração que acabamos de fazer julgarem que lhes deve ser de interesse”⁴⁰.

⁴⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Bibliografia. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, n. 217, jun. 1841. p. 208. Para informações biográficas, entre outros, ver: LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen.

A tranquilidade em avaliar aquele que era considerado um dos mais importantes registros do período colonial da antiga América portuguesa provinha de um já significativo conhecimento acerca da documentação relativa ao Brasil presente em arquivos e bibliotecas de Portugal, lugar onde se deu sua formação intelectual. Como referiu em carta ao Imperador de fevereiro de 1852, foi um jovem que se criou entre “papéis e correspondências daqueles séculos de mais lealdade e civismo”⁴¹, declaração que desnudava certa devoção ao imperial destinatário – que o patrocinava em suas publicações – e sua linhagem, mas também uma intimidade com a investigação de cariz histórico desde muito cedo. Não era por menos que assinava artigos num dos mais influentes periódicos da capital portuguesa da época, o jornal *O Panorama*, porta-voz das novas ideias historiográficas, científicas e artísticas emergentes na intelectualidade de Lisboa, e principal meio de difusão do movimento romântico no país, fundado em 1837. Esse contexto permite refletir as razões pelas quais se julgava competente para proferir tal sentença, uma pista possível é a de que tamanha segurança se justificava pelo exercício laborioso e diligente de perscrutar fontes por conta própria e auxiliado por uma rede de sociabilidades que se apresentava igualmente uma rede de pesquisa, contando com amigos, pesquisadores em vários países e tipos de cargos.

Varnhagen planejou escrever história observando as práticas inerentes ao ofício do historiador de sua época e uma das mais notáveis era a pesquisa arquivística. Quando foi indicado para copiar e enviar documentos sobre a história do Brasil para a sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na Corte, serviu-se da experiência adquirida nos anos de trabalho anteriores visando editar suas primeiras obras. No ofício de dezembro de 1839 em que recomendava o jovem Varnhagen para o serviço diplomático do Império, o Representante do Brasil em Portugal, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, escreveu ao Ministro de Assuntos Estrangeiros do Brasil Caetano Maria Lopes da Gama que:

ninguém melhor do que ele está em circunstâncias de prestar importantes serviços neste gênero histórico e geográfico, não só pelas relações íntimas, que tem, com os empregados dos arquivos e bibliotecas deste Reino, e da Academia Real das Ciências, de que é membro, mas também porque conhece praticamente tudo quanto existe acerca do Brasil, de que faz seu particular estudo em qualquer parte

RIHGB, Rio de Janeiro, v. 186, p. 55-88, jan./mar. 1945; Vida e obra de Varnhagen. v. 223, p. 82-297, abr./jul. 1954; v. 224, p. 109-315, jul./set. 1954; v. 225, p. 120-293, out./dez. 1954; v. 226, p. 3-168, jan./mar. 1955; v. 227, p. 85-236, abr./jun. 1955; a introdução de Arno Wehling para: **CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867**. v. 1. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

⁴¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 170.

deste Reino. [...] Pretende ser empregado no serviço público do Brasil, sua pátria de nascimento, e nós ganharíamos com isso, suponho eu, mormente se ele fosse empregado com o título de adido a esta Legação, com encargo especial de coligir documentos e diplomas para a História do Brasil e diplomacia, coordená-los e analisá-los⁴².

A imagem aludida por Drummond revelou um Varnhagen que tinha aquele “gosto” pelos arquivos característico da escrita histórica oitocentista e que tanto figurou em sua correspondência pessoal. Sobre a Torre do Tombo em Lisboa, por exemplo, Varnhagen ajustou em carta de 1843 que tinha “entrada amplíssima para mexer à minha vontade, por uma ordem do Governo, requerida oficialmente a favor do Secretário Interino da Legação, que hoje é este seu criado, como sabe”⁴³. As “relações íntimas” com funcionários dos arquivos mencionadas no ofício agora se reforçavam com a qualidade de uma missão oficial do Império do Brasil. Pesquisador promissor, passou a ser também um representante do governo brasileiro nos corredores de bibliotecas europeias. Entender como Varnhagen chegou até o chefe da diplomacia imperial em Portugal e conseguiu entrar para grêmios como a Academia Real das Ciências de Lisboa e o IHGB passa por percorrer certo itinerário que vai de seu nascimento até seu talento em matéria de analisar e encontrar documentos inéditos, transformando-os num relato historiográfico.

Filho de Frederich Ludwig Wilhelm Varnhagen – engenheiro militar que a Coroa portuguesa mandou ao Brasil para estar à frente dos negócios da fundição de ferro no interior de São Paulo, junto com outros cientistas como o Barão de Eschwege – Francisco Adolfo nasceu em 1817 quando o pai dirigia a Real Fábrica de Ferro do Ipanema em Sorocaba, e ainda na infância seguiu com a família para Lisboa. A posição do pai de funcionário da Coroa lhe permitiu ingressar no Real Colégio Militar da Luz, onde concluiu a formação em engenharia militar, entrou para a Academia de Fortificações, e daí em diante passou a se dedicar a cursos diversos como mineralogia, diplomática e paleografia, todos aproveitados ao longo da carreira. Apesar da personalidade muitas vezes descrita como polêmica e irascível, foi um sujeito que se preparou e soube aproveitar as oportunidades que seu tempo e o espaço que ocupava na Lisboa da primeira metade do século XIX podiam oferecer a um jovem estudioso, com boa formação e frequentador de círculos intelectuais. A partir desses contatos, conseguiu ingressar na

⁴² Apud GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 186-187. Sobre o jornal O Panorama, ver: SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira e. **O Panorama (1837-1854): Jornalismo e Ilustração em Portugal na primeira metade de Oitocentos**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

⁴³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 112. Carta a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara de 3/6/1843.

diplomacia em 1842, permanecendo até a morte em 1878, foi admitido sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa por indicação de Eschwege, e do IHGB – onde já travava amizade com um dos fundadores, o cônego Januário da Cunha Barbosa – após a oferta de seu primeiro trabalho de edição crítica, as *Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI* (1839), acerca do “Tratado descritivo do Brasil” de Gabriel Soares de Sousa, de 1587.

Considerar a epistolografia do autor como fonte para acompanhar esse caso é um exercício interessante por oferecer a letra de quem escreveu as cartas, por ela é possível entrever ideias, anseios, confissões, relações de amizade, de trabalho. Importa apontar que o conteúdo de cartas pessoais não é mais verdadeiro que outro tipo de documento por ser um produto íntimo, aparentemente mais espontâneo e não voltado para o conhecimento público. Como todo material, as cartas guardam uma intenção e muitas vezes são utilizadas para fins específicos como solicitação de cargos, troca de favores, variados pedidos ao destinatário. Um dos potenciais da pesquisa em arquivos privados é que ela oferece indícios para configurar as redes dinâmicas e heterogêneas nas quais letrados como Varnhagen se projetavam, as formas de circulação do conhecimento entre os pares⁴⁴. A correspondência se apresenta, assim, como ato de sociabilidade.

A leitura da correspondência ativa de Varnhagen possibilita uma aproximação do modo como ele lidava com o trabalho de historiador, dispondo dados relativos à pesquisa, pedidos de cópias, informações de documentos raros para edição, anotações. Pode-se dizer que a escrita de cartas atuava como um método de pesquisa eficiente, porque obtinha o retorno do interlocutor na tarefa solicitada e muitas vezes dispensava a necessidade de deslocamento, sendo ainda mais viável em caso de poucos recursos ou tempo restrito para resolver alguma dúvida no momento da redação do texto.

Num tipo de escrito que funciona como uma forma de conversação⁴⁵, o empenho pela pesquisa histórica foi um elemento marcante na correspondência do autor. Na maioria das 242 cartas coligidas e anotadas por Clado Ribeiro de Lessa Varnhagen comentou sobre seus procedimentos de trabalho, deu indicação de fontes, aconselhou amigos sobre feitura de trabalhos futuros, pediu cópias para si, ofereceu cópias para colegas. Em muitas ocasiões e com variados interlocutores, tratou de seus projetos de

⁴⁴ IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Tiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018. p. 100.

⁴⁵ GONTIJO, Rebeca. *Entre quatre yeux*: a correspondência de Capistrano de Abreu. **Escritos: Revista da Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 49-73, 2008. p. 55. Da correspondência passiva do autor foi publicada ofícios referentes a seu trabalho como diplomata na América do Sul, ver a organização de Arno Wehling em: CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico**: 1863-1867. v. 1. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

escrita e edição de obras de outros autores que considerava relevantes para o conhecimento da história do Brasil e também de Portugal, agregando neste caso também obras literárias como a publicação das *Trovas e cantares de um códice do XIV século* (1849). Discutir aspectos da historiografia de Varnhagen a partir das cartas foi tarefa que acolhi em trabalho anterior e não me deterei agora por adotar foco diverso, isto é, discutir a rede de sociabilidades do autor que se dá a ler na correspondência como elemento importante de sua prática historiográfica. Logo, assumindo que as cartas pessoais podem ser vistas como lugar de subjetividade e de sociabilidade⁴⁶ – para quem escreve e para quem recebe, aproximando os missivistas, construindo laços de amizade e revelando uma multiplicidade de interesses em ambiente privado – cumpre problematizar como esse espaço foi produzido por Varnhagen.

Categoria heterogênea, a correspondência engloba missivas oficiais/públicas e privadas/íntimas, diferindo o escopo entre solicitações de emprego, atualização de notícias, comentários pessoais, discussões de temáticas variadas. Um dos interlocutores mais frequentes entre 1839 e 1849 foi o diretor da Biblioteca de Évora Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, para quem declarou que:

Sendo em objeto literário devo dizer que tenho relações com pessoas de m^{to} saber nesta cap^{al} q poderão ser de utilid^e – Se for de objetos de Bibliografia tenho amizade com o Redator do *Panorama* o Sr. Alexandre Herculano, q foi agora despachado Bibliotecário da Bib. Real; e poderá dar m^{ta} notícia – Além disso eu próprio tenho extenso conhecimento da Bibliografia Portuguesa especialm^{te} de Ms. Sobre coisas ultramarinas, de que agora há tanta *azáfama* na Europa, e tenho visto as principais Bib. de Part^{es}.⁴⁷

Varnhagen se movimentava bem pelos espaços letrados de Lisboa e cidades arredores, teceu relações de amizade com autores que teriam obra longa e reconhecida no país como Diogo Kopke, Alexandre Herculano e Almeida Garret. Deste último disse ter muito desejo “de o ver e de repetir em horas de conversação cenas análogas às que passamos algumas noites no largo das Chagas e uma ou duas manhãs no Passeio Público”⁴⁸. Ao Visconde de Sá da Bandeira foi além: “Mais ou menos por toda a parte

⁴⁶ GONTIJO, Rebeca. Op. cit. p. 51-54. O referido trabalho anterior foi a Dissertação de Mestrado defendida em junho de 2019 no PPGHis/UFMA. Ver especialmente o item 1.1 de: SÁ, Ana Priscila de Sousa. **Em torno de Varnhagen**. História e construção da nação no Brasil oitocentista. 361 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas, Universidade Federal do Maranhão, 2019.

⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 24. Grifo do autor. Carta de 03/07/1839. Lessa informou em nota de rodapé que a correspondência entre os dois permaneceu pelo menos até 1874, porém não foi localizada. Ver: Op. cit. p. 156.

⁴⁸ *Ibid.* p. 157. Carta de 16/05/1850.

tenho conhecidos para o caso de se oferecer alguma coisa a V. Ex.^a”⁴⁹, dando conta de recente itinerário por Inglaterra, Alemanha, França e Espanha.

A amizade aparecia como elemento de coesão. Mesmo não compartilhando tanto tempo juntos, ou mesmo demorando a se conhecer pessoalmente, a frequente troca de cartas aproximava os missivistas e estreitava os laços possibilitando a Varnhagen, por exemplo, sentir-se autorizado a convidar Cunha Rivara para o *perum pascal* na casa de Garret, adiantando que não iria por já haver contraído outro compromisso, mas garantindo que Herculano lá estaria⁵⁰. O bibliotecário também era foco de muitos conselhos: “V. S.^a conhece bem o jornal *Panorama*, a cuja redação até hoje presidia o Sr. Herculano. Eu lembrei à Direção que V. S.^a seria de grande vantagem q entrasse na redação”⁵¹. Insistiu que participasse de um “concurso sobre Clássicos”, disponibilizando-se para “(sem declarar de quem) lê-los aos meus amigos Acadêmicos incluindo o Sr. Bispo Conde, que será o que há de ter mais voto na matéria”⁵², o que sinalizava livre trânsito entre os círculos literários da capital. Chamando-lhe a atenção para a Revista Universal, informou que “Vai-se fundar outro jornal – A Revista do Conservatório – que sai no princípio do mês que vem”, arrematando com um “A propósito V. S.^a já está aprovado e de todo nosso sócio do Conservatório, como lhe irá de ofício”⁵³.

Não deixava de comentar sobre os trabalhos dos amigos. Certa feita afirmou a respeito de Alexandre Herculano que:

Quanto à doutrina é a dele já velha e apresentada bonita que era para as leituras que o conselho quis fazer ano passado, e agora passaram a ser cartas. Fazer começar a História de Portugal em D. Henrique não é novidade, é o uso dos antigos e do moderníssimo Schaefer, que diz mesmo que todo o resto pertence à Espanha. Enfim, bom é que ele vá escrevendo ainda que em sentido contrário às nossas persuasões, pois de tudo se ganha: até das maçadas que ele com má intenção quis dar no pobre e bom D. Luiz⁵⁴.

A apreciação das “Cartas sobre a História de Portugal” (1842) publicadas por Herculano na Revista Universal Lisbonense – reflexões que levaram a um projeto de maior fôlego, a História de Portugal (1846) – indicava que Varnhagen conhecia os métodos da moderna historiografia, não vendo grande novidade nas escolhas do colega d’O Panorama, bem como externou uma reprovação da abordagem acerca da questão

⁴⁹ Ibid. p. 153. Carta de 01/08/1847.

⁵⁰ Ibid. p. 134. Carta de 1845.

⁵¹ Ibid. p. 29. Grifo do autor. Carta de 17/08/1839. Alexandre Herculano foi redator d’O Panorama entre 1837 e 1839.

⁵² Ibid. p. 33. Carta de 04/09/1839.

⁵³ Ibid. p. 76. Carta de 25/05/1842.

⁵⁴ Ibid. p. 88-89. Carta de 31/10/1842.

religiosa, citando a animosidade com D. Francisco de São Luiz, o Cardeal Saraiva. Essa avaliação tinha tanto de sua crítica histórica, quanto a defesa de outro amigo a quem reiterava os agradecimentos pelas “distintas provas de amizade, com que V. Em^a. me tem sempre favorecido”⁵⁵, sendo sua simpatia “um poderoso estímulo, para as minhas aplicações literárias”⁵⁶. O Patriarca de Lisboa foi Guarda-mor da Torre do Tombo e Vice-Presidente da Academia das Ciências. Quando da submissão das *Reflexões Críticas*, o parecer do Cardeal foi o de que Varnhagen corrigiu os principais defeitos da obra de Gabriel Soares, firmando-lhe o título, a data e o autor, até então desconhecido, com “bom juízo e discernimento, com estilo claro e conciso, e com erudição curiosa, oportuna, e não enfastiada”⁵⁷, aplaudindo sua designação para a Classe de Ciências Morais e Belas Letras.

Passou a intermediar contatos: “A carta para o Januário irá na 1^a ocasião, quando o Ministro tenha desimpedido os dois papéis que V. S^a mandou e que ele quer primeiro ler”⁵⁸. Logo daria notícia de uma possível entrada para o Instituto. Noutra mostra de que poderia usar seus contatos para ajudar o amigo, aventou se ele não gostaria do posto de Bibliotecário-mor do Alentejo e daí talvez um posto diplomático na Legação da Espanha: “cá falaremos mais francamente e veremos o que o Patriarca [...] pode fazer com a sua influência”⁵⁹, referindo-se ao Cardeal Saraiva. O interesse em aproximar ainda mais o amigo fazia-o lamentar a distância geográfica que os separava: “Eu sou assinante de um círculo alemão de trinta pessoas, onde temos muitos Jornais alemães e franceses. – Mas o círculo não tem tão grande raio que possa abranger Évora”⁶⁰.

Apesar da falta das cartas de Cunha Rivara, que auxiliariam a reconstituir melhor o cenário, observa-se que ambos construíram um diálogo aparentemente harmonioso e com muito respeito. As formas de tratamento que abriam as cartas e as despedidas indicavam o teor da relação, exibindo a disposição do remetente em falar sobre si, seu estado de humor, novidades, situações cotidianas. No meio da carta ainda podiam aparecer declarações como as de que “É verdade que tenho passado muito sem lhe escrever. A razão orça meio pelo trabalho e meio não pela preguiça, mas pela vadiação”⁶¹.

⁵⁵ Ibid. p. 89. Carta de 22/11/1842. Sobre a polêmica entre o escritor e a Igreja, ver: HERCULANO, Alexandre. **Eu e o clero**. Carta ao Cardeal-Patriarca. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

⁵⁶ Ibid. p. 106. Carta de 1843.

⁵⁷ Apud LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 223, p. 82-297, abr./jun. 1954. p. 100-103.

⁵⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 71. Carta de fins de 1841. Trata-se do primeiro-secretário do IHGB Januário da Cunha Barbosa.

⁵⁹ Ibid. p. 130. Carta de 18/11/1844.

⁶⁰ Ibid. p. 48. Carta de 25/04/1840.

⁶¹ Ibid. p. 71. Carta de fins de 1841.

Esse tipo de conversação aproximava e estimulava os missivistas a manterem o vínculo. Na primeira carta enviada, Varnhagen encetou o diálogo recordando da intermediação pelo amigo Aleixo Paes e fiando a continuidade da correspondência no comum “saber e amor às letras”, daí se sentir confortável em lhe pedir “auxílio lit.”⁶², oferecendo-se em contrapartida para fazer o que lhe fosse determinado e um exemplar do que já se tinha impresso das *Reflexões críticas*.

Ao longo dos anos, as saudações evoluíram de um chamamento mais formal como *Ilmo. Sr.* para um *Ilmo. Am^o. e Sr.*, logo mais um *Amigo do C.*, até o curioso *Meu Riquinho* em carta de fins de 1841. As despedidas acompanharam esse mesmo movimento, de declarações mais distanciadas como *Att.^o* e *Obg.^o Criado* para expressões que denotavam crescente proximidade e vínculo afetivo como em 1841, onde já desejava: “tenha muita saúde e dinheiro”⁶³. Trocando ideias, livros e atividades de interesse comum, a relação de amizade entre Varnhagen e Cunha Rivara tendia também à realização de projetos individuais.

Indicações para periódicos e grêmios literários foram frequentes na correspondência de Varnhagen. Para Cunha Barbosa, sugeriu a aceitação para sócio do autor da “Poranduba Maranhense ou Relação histórica da província do Maranhão” do Fr. Francisco de N. Sra. dos Prazeres Maranhão, livro ora enviado ao Instituto, oferecendo-se para fazer a mediação⁶⁴. Pedia emprestado e emprestava, não se furtando a falar de seus próprios trabalhos. Para Ferdinand Denis, à época diretor da Biblioteca Santa Geneveva de Paris, mandou um exemplar do *Florilégio da poesia brasileira* (1850), coleção em que coligiu obras de poetas brasileiros, firmando a nacionalidade como parâmetro para a seleção dos poemas. Como mostra de amizade e admiração, notificou o brasilianista que assistiu a sessão da Academia das Ciências de Lisboa em que foi apresentada seu “Fête Brésilienne” (1850) e aproveitou “a oportunidade para dizer algumas palavras sobre o valor desse trabalho”⁶⁵, acenando para a proposição do autor para os quadros da Academia, tarefa que garantiu não deixar que os consócios esquecessem.

As preocupações com a pesquisa histórica não deixavam de ocupá-lo, e Cunha Rivara foi importante interlocutor. Pediu informações complementares para checar

⁶² Ibid. p. 21. Carta de 03/07/1839.

⁶³ Ibid. p. 71.

⁶⁴ Ibid. p. 108. Carta de 04/05/1843.

⁶⁵ Ibid. p. 159. Carta de 10/05/1851.

pontos das *Reflexões críticas* antes da obra ser totalmente impressa, recomendou-lhe obras, algumas cartas traziam qualificação e caracterização de fontes, dados a respeito de coleta de documentos em arquivos e bibliotecas, a localização e a prática de edição dos que considerava importantes para o conhecimento da história, e mesmo os que não dava tanta relevância, mas poderia compor o catálogo da Biblioteca dirigida pelo amigo. Com Cunha Barbosa e superiores do serviço diplomático aconteceu expediente semelhante. Então membro do IHGB, Varnhagen se achava devedor de comunicar ao primeiro-secretário seus progressos na tarefa para a qual foi designado. Além da notícia de vários manuscritos, viagens e achados documentais, estabeleceu um laço que podia ser traduzido pela saudação que introduziu algumas cartas: *Amigo Firme*. Ao Ministro Vasconcelos de Drummond remeteu um longo ofício expondo as atividades que desempenhou na comissão designada pelo governo imperial para pesquisar na Espanha, anexando uma extensa lista de documentos, mapas e livros que sua comissão obteve, inclusive os livros comprados por conta própria⁶⁶.

As cartas funcionam como espaço de discussão e fornecem indícios do modo como o autor produzia seus trabalhos, desenvolvendo ao mesmo tempo a atividade crítica e o afeto⁶⁷. Formados pela prática do ofício, Varnhagen e Cunha Rivara compartilhavam aspectos que os acercava como o interesse e conhecimento de arquivos públicos e privados, a experiência com documentação manuscrita, a possibilidade de ler textos em língua estrangeira no original e manter correspondência com estudiosos de outros países.

Outra questão de fundo que apareceu foi o mercado editorial, os principais comentários nesse âmbito foram sobre as práticas de edição do jornal *O Panorama*, do qual apareceu como diretor suplente no ano de fundação. Explicou que era “mau dar artigos grandes e pior é cortá-los”⁶⁸, recomendando que Cunha Rivara se preocupasse com a originalidade dos artigos, usando da imaginação para atrair os assinantes. Aconselhou que tivesse mesmo algum *descaramento literário* ao se lançar ao escrutínio público, incluindo saber lidar com os questionamentos. “Cumpre-me recomendar a V. S^a que esteja em guarda contra algumas conjecturas de Ferdinand Denis”⁶⁹, advertiu o amigo sobre um texto em que o elogiava. A orientação era a de que quem se dispusesse a publicar

⁶⁶ Ibid. 148-151. Ofício de 14/12/1846.

⁶⁷ GONTIJO, Rebeca. A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo (1916-1927). *Trajetos*, Revista de História UFC, Fortaleza, v. 3, n. 5, 2004. p. 109-118.

⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 34. Carta de 04/09/1839.

⁶⁹ Ibid. p. 45. Carta de fevereiro de 1840.

no jornal deveria privilegiar manuscritos inéditos dignos de serem impressos e com assento ao alcance da maioria dos leitores, mesmo que fossem antigos, afiançando a edição pela tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, a mesma da Academia das Ciências.

As informações tratavam de conteúdo e de forma. Alertou o amigo mais de uma vez sobre a extensão dos artigos, “nunca maiores de três colunas”⁷⁰, depois avisou que o periódico tiraria “o cabeçalho que traz em todos os números e que ocupa o lugar de um pedaço de texto”⁷¹ e que o jornal voltaria à “letra miúda”⁷², mudanças que incidiam diretamente na formatação dos textos. Também intermediava publicações de maior monta, como expresso na carta de 25 de setembro de 1839:

Mostrei à Direção a proposta de V. S^a incumbir-se de arranjar o 1^o vol. (a 1^a Crônica), com as competentes notas etc. tudo escrito em ortografia moderna, boas introduções etc., mediante o valor líquido de um certo número de exemplares, ou, se quiser, de uma fração de ganho. Seria bom começar por alguma mais antiga não impressa pela Academia por ex. D. João 1^o por Lopes.

Esta cópia será depois lida pelo Sr. Bispo Conde, e V. S^a não perdendo com isto, muito crédito ganhará e o ajudará a ganhar à Sociedade, que está pelo que V. S^a achar bem feito – V. S^a julgará se é melhor a ortografia moderna, se é preciso copiar tudo ou se basta confrontar uma edição etc. e sobre isso poderá ir adiantando trabalho entendendo-se com o diretores.⁷³

Varnhagen dava a entender que atuava como elo entre um projeto intelectual de Cunha Rivara e o interesse do jornal em editar obras relevantes para o conhecimento público. A missiva é particularmente útil em distinguir tópicos em voga no mundo dos impressos na Lisboa da primeira metade do Oitocentos como a atualização da linguagem para a melhor compreensão e comodidade do leitor, as notas explicativas para explicar e aprofundar a matéria do texto e a novidade do trabalho, atentando para a importância máxima de ineditismo da obra, daí o conselho de escolher uma mais antiga e ainda não impressa pela Academia das Ciências de Lisboa, que fazia muitas edições de obras raras à época. Optar por um livro relevante e pouco conhecido, ou iluminar pontos insuficientes ou nada explorados de um já editado despertava preferência nas tipografias. Como corolário, recordou ao amigo que tal empreitada ainda lhe faria boa imagem diante da Sociedade que cuidava das impressões d’O Panorama e do Patriarca de Lisboa, figura de proa das letras portuguesas.

⁷⁰ Ibid. p. 34.

⁷¹ Ibid. p. 43. Carta de dezembro de 1839.

⁷² Ibid. p. 76. Carta de 25/05/1842.

⁷³ Ibid. p. 38.

De um lado, publicar implicava selecionar temas e obras que gerassem interesse dos meios impressos que, por sua vez, estavam voltados para o que podia interessar o leitor que assinava os periódicos, e foi nessa direção que preveniu Cunha Rivara de que “o artigo acerca de D. Sebastião não será muito bom que vá no Panorama, porque tem *chalaça* demais”⁷⁴, denotando que determinados conteúdos e formas de abordagem caberiam ou não nas páginas daquele jornal editado sob a proteção da monarquia e direcionado para instruir a população. De outro, ganhava com o auxílio de uma rede de sociabilidade de extensão suficiente para ter trânsito em lugares estratégicos como direção de bibliotecas, arquivos, revistas. Esta situação ficou bem explanada em cartas como a de dezembro de 1839, quando Varnhagen afirmou que Herculano estava interessado na ideia de Cunha Rivara de editar a *Crônica de Fernão Lopes*, prontificando-se “da livraria real para o que puder”⁷⁵, firmando que a prática historiográfica dependia de ligações intelectuais e políticas mais amplas.

Neste momento cabe recordar mais dois elementos comuns a esses autores. Como Varnhagen, frequentavam espaços como o Teatro de São Carlos, alto lugar da intelectualidade em Lisboa, onde travavam contatos com o rei consorte D. Fernando II, também frequentador do Teatro. É possível que tenham pesquisado na Biblioteca real⁷⁶. Também Varnhagen e Herculano, por exemplo, pegaram em armas a favor da rainha D. Maria II, filha de D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil), no conflito contra D. Miguel. Declarou em ofício ao general Francisco José de Sousa Soares de Andréa que aderiu pelo entusiasmo “de uma luta tão justa contra um tirano usurpador em prol de uma princesa e umas instituições emanadas do nosso solo, – julguei dever empunhar as armas”⁷⁷. Ao se juntar aos defensores das ideias liberais contra o regime de viés absolutista implantado por D. Miguel, Varnhagen então com 17 anos de idade já demonstrava as inclinações políticas que apareceriam posteriormente em seus trabalhos. Anos depois esse episódio lhe deu alguma dor de cabeça para restabelecer a nacionalidade brasileira, posto ter lutado num exército estrangeiro. Também defensor da causa constitucional, Herculano foi exilado. Partiu para Inglaterra e em seguida para a França, regressando em 1832. Começou a trabalhar com livros e documentos das bibliotecas que integravam o

⁷⁴ Ibid. p. 45. Carta de fevereiro de 1840. Grifo do autor.

⁷⁵ Ibid. p. 44.

⁷⁶ PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa de seu tempo (1839-1841). *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 14, p. 27-43, abr. 2014. p. 28-29. Herculano nasceu em 1810 e Varnhagen em 1816, fizeram parte da mesma geração.

⁷⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 99. Carta-ofício de fevereiro de 1843.

patrimônio das ordens religiosas, então de posse do Estado, na Biblioteca do Porto e, de 1839 até sua morte em 1877, na Real Biblioteca da Ajuda como Bibliotecário-mor de D. Maria II, recolhendo manuscritos importantes para suas publicações como os *Portugaliae Monumenta Historica* (1856-1873)⁷⁸.

Momentos da correspondência com Cunha Rivara registraram a tensão política que rondava Portugal em comentários como este, ao apreciar criticamente o trabalho de Herculano: “Enfim, tudo é bom, contanto que seja fora da (como V. S^a diz) insulsa, patifa e estúpida política”⁷⁹. Para Raquel Glezer, as dificuldades políticas, sociais e econômicas enfrentadas pela sociedade portuguesa após a guerra civil e a experiência de vida política conflituosa ao nível da luta armada explicariam as escolhas pessoais de Varnhagen de se passar ao Brasil, a quem dizia estar ligado seu destino⁸⁰. De fato, a nacionalidade brasileira e a possibilidade de estabilidade num emprego ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros se provaram mais vantajosas para a construção de uma carreira e um *bom nome*.

Essas redes de sociabilidade ou redes de pesquisa se construía, portanto, com base em relações de amizade, afinidade de ideias e interesses intelectuais mútuos, sem desconsiderar um componente político. Teciam-se na aproximação afetiva que permitia falar de seu cotidiano e curiosidades sobre si; nas opiniões sobre outras pessoas: “O Visconde de Santarém como diplomata, em meu entender, vale pouco: é uma velha vaidosa e sem tato”⁸¹; no compartilhamento de seus trabalhos, que por muito contou com as cópias manuscritas dos amigos: “Recebi as diff^{es} notas Mss. e de todas farei o uso conveniente”⁸² para proceder à “continuação do nosso Soares”⁸³; na oferta de obras de amigos: “Garret não lhe mandou um exemplar do *Alfageme*?⁸⁴; nos comentários elogiosos

⁷⁸ TASCA, Michelle Fernanda. Alexandre Herculano e a construção do historiador. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 24, p. 130-143, ago. 2017. p. 133-135. Sobre o referido conflito e os sentidos do liberalismo em Portugal, ver: PEREIRA, Miriam Halpern. Del Antigo Régimen al liberalismo (1807-1842). In: GÓMEZ, Hipólito de la Torre. **Portugal y España contemporáneos**. Madrid: Marcial Pons, 2000 e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Liberal – Liberalismo. **Ler História**, Lisboa, n. 55, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2242>. Acesso em: 5 mar. 2018. s/p. O governo de D. Miguel (1828-1834) pôs fim à primeira experiência liberal portuguesa e foi marcado pela repressão política aos seus opositores.

⁷⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 89. Carta de 31/10/1842.

⁸⁰ GLEZER, Raquel. “Amicíssimo”: cartas entre Varnhagen e Cunha Rivara (1839-1849). In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 53.

⁸¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. Rio de Janeiro: INL, 1961. 220. Carta de 12/01/1855.

⁸² Ibid. p. 28. Carta de 29/07/1939.

⁸³ Ibid. p. 28. Carta de 17/08/1939.

⁸⁴ Ibid. p. 75. Carta de 16/03/1842. Grifo do autor. Trata-se do *Alfageme* de Santarém, peça de Almeida Garret de 1842.

que publicavam sobre os trabalhos dos colegas: “Eu já fui ler, e achei nela a viveza de imagens que agrada ao *respeitável público*, em objetos desta natureza”⁸⁵; nas análises de obras de autores contemporâneos com mais ou menos críticas: “Examinando o local de S. Vicente me convenci que Fr. Gaspar não teve razão para sustentar a grande questão a favor da casa de Vimieiro, e as poucas palavras de Pero Lopes me decidirão em sentido contrário”⁸⁶; nos pedidos de análise dos próprios trabalhos: “Tomo a liberdade de enviar a V. S^a o incluso exemplar da obra que acabo de publicar, pedindo a seu respeito o favor de uma notícia no seu Jornal com alguma contemplação para com o Editor”⁸⁷.

O círculo do futuro Barão e depois Visconde de Porto Seguro (1872 e 1874, respectivamente) – títulos que finalmente recebeu já quase no fim da vida – dava a volta por continentes. De um lado e outro do Atlântico, cá abaixo da linha do Equador as amizades se enlaçavam pelas afinidades com a pesquisa histórica. Os anos de serviço na América do Sul (1859-1867) propiciaram a troca direta de cartas e ideias com letrados das Repúblicas do Pacífico. Lúcia Paschoal Guimarães analisou missivas trocadas entre ele e Diego Barros Arana, também historiador e diplomata chileno. As oito cartas evidenciam aspectos do labor historiográfico nas repúblicas ao longo do Oitocentos. Considerada a obra máxima da historiografia chilena do século XIX, Arana publicou uma extensa “Historia jeneral de Chile”, compreendendo desde o período pré-colombiano até 1833.

Inserir Varnhagen em termos historiográficos no contexto sul-americano da época é interessante em dois sentidos principais. O primeiro deles é iluminar que sua passagem pela diplomacia na América do Sul não significou um cessar das atividades de pesquisa pela diminuição das possibilidades que os arquivos europeus ofereciam. A correspondência com Arana indica que o interesse por livros para compor sua biblioteca pessoal, publicações de trabalhos e constante câmbio de obras por meio de amigos permaneceu expediente difundido na vida do autor. Por outro lado, permite sublinhar as diferenças de construção do discurso historiográfico nos países vizinhos, sendo Varnhagen entusiasta mais declarado de uma narração que colocava a colonização europeia no centro de construção da história do Brasil. O assunto das cartas repetia o movimento já observado nas remetidas a demais destinatários que desempenhavam ofício

⁸⁵ Ibid. p. 35. Grifo do autor. Carta de 18/09/1839. Trata-se de artigo sobre os indígenas escrito por Cunha Rivara para O Panorama.

⁸⁶ Ibid. p. 53. Carta de 20/10/1840.

⁸⁷ Ibid. p. 42. Carta de 22/11/1839 ao redator de um periódico português não informado, talvez O Diretor, o Mosaico ou o Diário do Governo.

semelhante. Agradecendo o artigo escrito por Arana para a imprensa chilena sobre sua recente publicação, *La verdadera guanahani de Colón* (1864), a carta de 10 de março de 1864 deslindou parte da rede de sociabilidades de Varnhagen nos países em que atuou como representante do Brasil, solicitando impressões:

3 para Ud., 1 p^a S^{ta} Maria, outra p^a Lastarria; otra p^a Bello; otra p^a Pardo (D. José) y otra para el Presidente, dos para el Ministro francés y una para el español, y otra para la Bib^a Publica. Tambien pido a Ud. que haga que me sean mandados (pagando Ud. ahí o yo aquí al corresponsal que me digan) los libros que se hallaban separados en la lista que me enseñó Miguel y me fueron regalados por la Universidad⁸⁸.

Os nomes citados – Domingo Santa Maria, Andrés Bello, José Victorino Lastarria, José Pardo y Barreda e Miguel Luis Amunátegui – formavam um conjunto de letrados reconhecidos no continente e ligados à escrita histórica, política, Direito e diplomacia no Chile, mantendo trânsito pela região, alguns com períodos de exílio por questões políticas, e com estudos na Europa. Guardadas as diferenças de formação/atuação, todos tinham um perfil próximo ao de Varnhagen, que ali se aproximou do campo universitário, espaço de debate e pesquisa que nesses países era mais desenvolvido do que no Brasil, por exemplo.

Nos quase dez anos de estadia na América do Sul, já um diplomata experimentado e conhecido dentro e fora do Brasil como historiador, os demais interlocutores de Varnhagen eram os ministros da pasta de Negócios Estrangeiros. Sua correspondência ativa e passiva demonstrava atores da política externa preocupados com a defesa dos interesses do Império e conscientes de que o fato de ser a única monarquia do continente gerava desconfianças entre as repúblicas vizinhas, além das tensões particulares desses países formados a partir do fim dos Vice-reinos espanhóis na América. A própria atuação de Varnhagen se debateu com essas dificuldades como no caso do confronto entre Espanha, Peru e Chile em torno das Ilhas Chincha. A justificativa da intervenção espanhola de 1864 era a de que o Peru deveria ressarcir a Espanha de supostas dívidas do período colonial, uma vez que esta não havia reconhecido a independência do país andino. A iniciativa de Varnhagen em condenar o bloqueio dos portos chilenos (1865) foi criticada pelo Ministro José Antônio Saraiva, já que a orientação do governo brasileiro

⁸⁸ Apud NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Um bibliófilo liberal: Varnhagen diplomata nas Repúblicas do Pacífico (1863-1867). In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 98. Varnhagen serviu diplomaticamente: 1842-1847: Lisboa/Portugal; 1847-1858: Madri/Espanha; 1859: Paraguai; 1861-1863: Venezuela (cumulativamente com a representação na Colômbia e Equador); 1863-1867: Peru (cumulativamente com Chile e Equador); 1868-1878: Viena/Áustria.

era a de manter a neutralidade, visando a uma eventual mediação. No Despacho de 22 de novembro de 1865, Saraiva ajuizou que se o procedimento de Varnhagen não era em si hostil à Espanha, não deixava de ser favorável ao Chile, de modo que não poderia dizer que foi “inteiramente aprovado”⁸⁹.

As redes ensejadas nessas missivas operavam com o desejo de reconhecimento, era a ele que Varnhagen se reportava cada vez que pedia uma demonstração formal em conversas com superiores. Nunca escondeu que almejava ter um *bom nome*: “não se admirará de me ver ainda algum dia por esse mundo feito embaixador”⁹⁰, declarou logo após ser nomeado adido da Legação em Portugal. Quase um ano depois lamentou ao mesmo Cunha Rivara: “perdi uma comenda napolitana e outra brasileira [...], um furo acima cá na carreira!”⁹¹. Pensando na construção da própria carreira, num Memorial apresentado provavelmente ao Ministro do Império oficialmente pediu a graça de uma condecoração alegando o que fizera em *prol* do país no campo das letras, entre eles:

Entregou-os a uma composição em que ideou simbolizar no feito d’Amador Bueno a unidade do Império;
 Entregou-os a um trabalho em que pretendeu abraçar as Províncias enfeixando n’um só corpo brasileiro chamado Florilégio, o que cada uma delas tem produzido [...];
 Entregou-os a escrever as biografias dos falecidos brasileiros distintos, sobre que tem podido colher notícias;
 Entregou-os a fazer mais populares na Europa e até no Brasil os *Épicos Brasileiros*;
 Entregou-os a preparar uma edição do enciclopédico escritor do Brasil Gabriel Soares, cuja publicação poderá contribuir à glória do Instituto Histórico [...]

Varnhagen era muito firme em argumentar a respeito da importância de seu próprio trabalho, não poucas vezes exaltou seus esforços e as muitas horas e dias que deixou de “se entregar à distração para entregá-los ao Brasil”⁹³. Cioso do que fazia, o elogio ao amigo Cunha Rivara, “literato destinado a granjear uma grande reputação neste século oscilatório”⁹⁴, caía-lhe bem. Achava-se mais merecedor de distinções e honrarias que outros colegas diplomatas que lhe pareciam mais agraciados, embora menos

⁸⁹ CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico**: 1863-1867. v. 1. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 18-571. As Ilhas de Chinha, produtoras de guano, foram tomadas sem ultimato em 16 de abril de 1864.

⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 88. Carta de 16/10/1842.

⁹¹ Ibid. p. 112. Carta de 03/06/1843.

⁹² Ibid. p. 167-168. Grifo do autor. É provável que seja posterior a sua designação para Encarregado de Negócios em Madri em 14 de novembro de 1851. À época, o Ministro do Império era José da Costa Carvalho, Visconde de Monte Alegre.

⁹³ Ibid. p. 166-167.

⁹⁴ Ibid. p. 43. Carta de fins de 1839.

empenhados que ele em legar ao Brasil uma obra digna e de reconhecida relevância. Nem as orelhas imperiais foram poupadas nesse intento de se autoafirmar verdadeiro patriota e obrador do país. Muito pelo contrário.

Maior conjunto de cartas coligidas na *Correspondência ativa*, cerca de 68 entre 1852 e 1877 (recebeu autorização em 14 de dezembro de 1851, véspera da volta a Madri), ao monarca, Varnhagen dava conselhos políticos, solicitava condecorações para intelectuais que prestaram serviços ao Brasil como o príncipe Maximilian Wied-Neuwied, informava sobre assuntos diplomáticos, suas andanças por países, arquivos e bibliotecas, e do que escrevia e publicava, seus trabalhos de edição, enviava livros do interesse de D. Pedro II, comentava sobre eventos no país em que representava o Império como o “tremendo atentado do cura Merino contra a Rainha Isabel”⁹⁵ da Espanha, e abria espaço para observações de caráter mais íntimo e curiosidades como a ideia de se introduzir camelos nos sertões das províncias do Norte⁹⁶. Em muitas ocasiões fez pedidos diretos como os de não ser mais nomeado para uma Legação nas Repúblicas sul-americanas, pois dificultava suas pesquisas, ou para ser elevado da categoria de Residente para Plenipotenciário, quando de sua estadia em Viena⁹⁷.

Consoante Rebeca Gontijo, a prática epistolar conjuga simultaneamente as ações de escrever, ver e ouvir, propiciando um tipo de presentificação, a ideia de estar conversando pessoalmente⁹⁸. Como um fiel áulico à distância, esta sensação de estar diante do Imperador foi muitas vezes promovida por Varnhagen nas missivas. Remetendo o índice da *História geral do Brasil*, apressou-se em declarar que “a ninguém antes que a V. M. I. devia eu comunicá-lo, quando a obra é tanto Sua”⁹⁹. Mesmo longe, era como se estivesse prostrado aos pés daquele de quem era o mais *leal* súdito, por isso que a *História geral do Brasil* era *nossa história*: dele, do Imperador, do Brasil. Ainda que dissesse não trabalhar com o *fito* na recompensa, mas por amor ao trabalho, assumia que “a ninguém mais que o juízo esclarecido do governo se pode dirigir para obter, por meio de demonstrações públicas, a sanção deste bom nome”¹⁰⁰. Preparando a edição do primeiro tomo da *História geral*, comunicou ao Imperador: “Como conto imprimir a obra em Paris, peço a V. M. I. uma ordem para o Caetano Lopes de Moura se interessar pela edição.

⁹⁵ Ibid. p. 175.

⁹⁶ Ibid. p. 171. Carta de 01/02/1852.

⁹⁷ Ibid. p. 338. Carta de 09/03/1870.

⁹⁸ GONTIJO, Rebeca. *Entre quatre yeux*: a correspondência de Capistrano de Abreu. **Escritos: Revista da Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 49-73, 2008. p. 61.

⁹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. p. 214. Carta de 28/02/1854.

¹⁰⁰ Ibid. p. 169.

Com o F. Denis conto eu já”¹⁰¹. O patrocínio imperial se dava a ver em diversas missivas e de modo mais acentuado no assunto da publicação de sua principal obra, figurando na dedicatória:

O autor do presente ensaio de uma compendiosa HISTÓRIA GERAL DO BRASIL, votada àquela associação, de que faz parte, e a cujas publicações e impulso tanto deve, beija reverentemente com o mais espontâneo fervor a Mão do Sábio Imperante, que Protegeu também esta obra, não só Protegendo o mesmo Instituto, senão Favorecendo e Estimulando o autor dela com Régia Munificência¹⁰².

Os comentários trazidos por Varnhagen nas cartas da época da publicação das edições da *História geral* ajudam a acompanhar relativamente o trabalho de edição na metade do século XIX, a impressão das estampas primeiro, o depósito do original para eventuais retoques ou adições ao texto, a tiragem de cópias, erratas, e um intermediário influente e conhecedor dos processos de edição. Como referido, contaria com Ferdinand Denis em Paris.

Varnhagen quase exigia ser reconhecido logo em vida, lamentando até da reação do Instituto quando da submissão da *História geral*, como nesta carta de 24 de setembro de 1856:

Que exemplos, Senhor, “aos futuros escritores”, quer dar esse Instituto, que escolhi para pedestal do nome de V. M. I. na portaria da minha obra! – Triste e esmorecido com tanta indiferença, ou talvez antes oposição e miséria, sigo entretanto agora com a impressão; mas creio que V. M. I. não se Oporá a que eu não o lance à fogueira inquisitorial do juízo público, enquanto não receber, senão a censura do Instituto ao 1º, ao menos algumas palavras autênticas dele, por onde me conste se não levou na consideração que eu lhe quis dar o título com que me apresento no frontispício, para que no 2º volume eu possa apresentar-me assim ou de outro modo: v. gr. com as desonras de “*Ex-sócio &c*”¹⁰³.

As reclamações não poupavam as vistas de D. Pedro II e estiveram presentes em outros momentos sobre variadas questões. Achando-se frequentemente diminuído com relação aos colegas, dizia só poder se valer do Imperador, sentindo-se confortável para se queixar de tudo, inclusive da demora do monarca em reconhecer seus esforços pela escrita da história nacional em forma de *graça espontânea*, um título.

A rede de pesquisa tecida na correspondência ativa de Varnhagen pode ser mensurada pelas informações e comentários encaminhados a partir das cartas. A relação

¹⁰¹ Ibid. p. 201.

¹⁰² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. s/p. Grifo do autor.

¹⁰³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 236. Grifo do autor. Voltarei a este tópico mais adiante.

epistolar construída principalmente com Cunha Rivara permite explorar a dinâmica da escrita histórica de Varnhagen como a elaboração de projetos, obtenção de cópias de documentos e sua consequente análise e interpretação, além da leitura crítica de outros autores e comentários de teor teórico-metodológico. No conjunto, expressavam a articulação de “modos de *fazer* a história aos modos de *ser* um historiador”¹⁰⁴, derrubando a ideia edulcorada do intelectual como gênio, homem de exceção. Ao trocar livros, favores e conselhos, julgava estar lançando uma *insignificante pedrinha* no edifício literário do amigo, e com isso não deixava de colocar uma maior no seu próprio edifício.

O envio de presentes de papel e a troca de gentilezas materializada pela escrita estabelecia, concretizava e reproduzia relações de amizade, em outras palavras, cartas produzindo amigos. Assim, a correspondência pessoal funciona como espaço que define e é definido pela sociabilidade de seu titular, propiciando esboçar uma rede de relações¹⁰⁵. Se não ensinam algo “mais verdadeiro” por se tratar da escrita íntima do autor, o gosto pelos arquivos privados ao menos promovem uma mudança de foco¹⁰⁶, no caso aqui tratado, de como o trabalho de Varnhagen como historiador se beneficiou dos contatos articulados em diversos países e no Brasil, onde ele pouco viveu, mas conhecia a história como poucos em seu tempo. Uma das grandes demonstrações de admiração que recebeu num ambiente que muitas vezes misturava encorajamento e alguma concorrência veio de João Francisco Lisboa, que em carta de maio de 1856 o chamou de “pai da nossa história” e confessou desejá-lo “por mestre e guia”¹⁰⁷ em seu trabalho nos arquivos de Portugal.

1.2 Às margens do Itapecuru: João Francisco Lisboa, o *Tímon* maranhense

Será talvez oportuno explorar então alguns pontos da história antiga e moderna deste povo, pequeno e obscuro sim, se o comparamos com tantos outros, porém o maior, e o mais celebrado que pode haver, para um grego nascido e criado nas históricas margens do soberbo Itapecuru.

¹⁰⁴ GONTIJO, Rebeca. A reta e o círculo: amizade: projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo (1916-1927). **Trajeto**, Revista de História UFC, Fortaleza, v. 3, n. 5, 2004. p. 118. Grifo da autora.

¹⁰⁵ VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47, 2001. p. 30-32.

¹⁰⁶ PROCHASSON, Christophe. “Atenção: verdade!”. Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**, São Paulo, n. 21, p. 105-119, 1998. p. 117.

¹⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatrise contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 67-68. As cartas de João Francisco Lisboa extratadas neste trabalho foram colocadas por Varnhagen na Nota Y do referido livro de 1867.

João Francisco Lisboa,
1864

Nomeado pelo IHGB para pesquisar documentos históricos sobre o Brasil em arquivos portugueses, João Francisco Lisboa já era um nome conhecido na Corte imperial em meados do século XIX. Sua publicação mais importante nessa área, o *Jornal de Timon* (1852-1858), valeu-lhe a entrada para o Instituto, sob a indicação do comprovinciano Gonçalves Dias: “esse título é hoje cousa cobiçada [...]. O seu *Timon* foi a ocasião da proposta”¹⁰⁸. Dentro do *Jornal*, editou entre 1853 e 1858 os *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão*, publicando na Província do Maranhão os 10 primeiros números. Os últimos, 11 e 12, já saíram direto de Portugal e ganhando com a consulta de documentação inédita neste país. A viagem ao Velho Mundo em 1856 foi a primeira incursão de Lisboa pelo exterior. Antes dela, a estadia no Rio de Janeiro em 1855 representou sua primeira saída do Maranhão. Os novos ares contribuíram para as atividades do Lisboa historiador, embora estas crescessem em simultâneo aos padecimentos físicos intensificados desde que contraiu febre amarela em 1851, razão pela qual – sobre a possibilidade de escrever uma história geral – confessou ao novo colega Varnhagen em carta de 18 de outubro de 1856:

Já vê que não há muita probabilidade de encontrarmo-nos na História do Brasil. Para escrevê-la seria mester um trabalho insano de 15 a 20 anos, parte passado em Portugal, parte no Rio, e parte viajando pelas principais províncias ao menos. Isto contrariava o meu desejo de voltar ao Maranhão, e obriga-me a andar de terra em terra, contra o meu gênio. [...]
Era o que eu faria se tivesse disposição e capacidade: mas creio bem que me não sucederá¹⁰⁹.

Lisboa traçou nesse comentário um ligeiro perfil da relação entre sua personalidade e a produção como autor de trabalhos históricos, por ele se entrevia uma

¹⁰⁸ DIAS, Gonçalves. **Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias**. v. 84. Anais da Biblioteca Nacional, 1971. p. 145. Grifo do autor. Carta de novembro de 1853. Para informações biográficas, entre outros, ver: LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon Maranhense**. v. IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. São Paulo: Ática, 1977; BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro**. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2009; SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon**. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. Na ausência de um conjunto único já publicado, utilizei cartas contidas em volumes editados por outros autores e trechos citados na bibliografia sobre o maranhense.

¹⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 77.

vontade não concretizada em projeto seja pelas aspirações de outra ordem (familiar, por exemplo), seja pelas condições de saúde que debilitavam qualquer empreitada que exigisse maiores deslocamentos. Em carta ao compadre Olegário José da Cunha de 13 de abril de 1863, 13 dias antes de morrer, revelou ter “passado mal estes dias fortemente constipado, e com dores nos rins que me têm provocado desarranjos no estômago, engulhos, etc.; é alguma das costumadas pedras, que está a descer”¹¹⁰. Restava se lançar ao estudo de temas particulares como o conflito contra os holandeses, jesuítas e legislação colonial. Diferente de Varnhagen – que viveu muito mais longe do lugar sobre o qual escrevia do que a pretendida proximidade expressa no *natural de Sorocaba* que abriu o frontispício da *História geral do Brasil* – grande parte da obra de Lisboa foi escrita no, acerca do e para o lugar em que nasceu/viveu. O discurso do intendente Clodomir Cardoso por ocasião da inauguração da estátua daquele em São Luís em 1818 deu a medida dessa ligação:

Nasceu, como sabeis, num recanto ignorado do mundo, à margem do Itapecuru-Mirim. Foi nesta cidade, entretanto, onde a vida lhe defluiu quase inteira, que veio a receber, soprado muito embora de outras terras, através de grandes distâncias, o influxo das ideias, pelas quais, sob a impressão dos acontecimentos do seu país e sobretudo da sua província, se teria de tornar mais tarde o jornalista, polemista e doutrinador, o filósofo, o historiador, o sociólogo, o moralista, o advogado, o orador, o patriota, o homem eminente e notável por tantos títulos, que, havendo enchido demais a sua época, acabou passando para a nossa, num transbordamento irrepresável de energias¹¹¹.

Lisboa morreu na capital portuguesa e seu corpo foi trasladado para a terra natal só em 1864 pelo brigue Angélica I. Para a celebração do centenário de nascimento que se comemoraria em 1912, aprovou-se a construção de uma estátua que só ficou pronta anos depois e acolheu os restos mortais que até então descansavam na igreja do Convento do Carmo. Daí em diante, repousam na Praça João Lisboa no centro de São Luís. Na inauguração do monumento, cantou-se um hino em homenagem ao autor, alguns versos traziam que os “Desenganos, tristezas da vida, Recalcá-los soubeste no peito, Sem parar um momento na lida [...] Salve, salve! egrégio filho Da terra do Maranhão”¹¹².

O que quero chamar a atenção com os trechos do discurso e do hino é a construção de uma imagem quase heroica para o conterrâneo Lisboa envolvendo elementos como o lugar de nascimento, os desgostos que sofreu ao longo da vida e o legado intelectual fruto

¹¹⁰ Apud NISKIER, Arnaldo. **João Francisco Lisboa**: o timon maranhense. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 69.

¹¹¹ ACADEMIA MARANHENSE. **A estátua de João Lisboa**. São Luís: Tipografia Teixeira, 1918. p. 21.

¹¹² Ibid. p. 8-9. Hino a João Lisboa, letra de Alfredo de Assis e música de Adelman Corrêa.

do autodidatismo: apesar das adversidades, foi um grande vulto de que os maranhenses deveriam se orgulhar. Fazendo esse elogio, demarcava-se um lugar para o autor no concerto dos letrados do Brasil e legitimava também um espaço privilegiado para o Maranhão no cenário nacional, renovando o epíteto famoso da “Atenas brasileira”, lócus de grandes varões das letras no Oitocentos. A valorização desses aspectos seguia o traço modulado desde o extenso e laudatório ensaio biográfico escrito pelo amigo Antônio Henriques Leal para o “Pantheon Maranhense” (1875) e na longa “Notícia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa” inserida no Tomo I das “Obras de João Francisco Lisboa” (1864), alcançando discursos como o de Pedra Lessa e Elmano Cardim no IHGB em 1913 e 1963, respectivamente. Logo no início do Pantheon, encontra-se a defesa de que aos homens de gênio mesmo que:

Afastados dos grandes focos de luz e civilização, adstritos por necessidade ao acanhado torrão onde lhes foi o berço, aí, na solidão do gabinete, bastam-lhes os esforços do raciocínio, alumados pelas cansadas lucubrações que lhes fornecem os fracos meios de que dispõem, para refulgirem com a coroa resplendente e a majestade de reis do pensamento, e como tais serem aplaudidos e admirados¹¹³.

Veja-se que as condições materiais adversas foram rebaixadas diante da proclamada grandeza de um verdadeiro “rei do pensamento”: Lisboa nasceu no interior do Maranhão, mas poderia ser natural de qualquer centro intelectual do mundo com todas as benesses imagináveis que tal posição proporcionaria ao singular engenho. Aliás, julgou bem melhor a libertação da “tirania” do mestre-escola quando retornou à fazenda dos avós após estudar as primeiras letras em São Luís. Para seguir com esse raciocínio, Henriques Leal positivou até a solidão e recolhimento do autor acercando-o de tantos outros homens de letras em seus gabinetes, ajustando uma posição de destaque para seu homenageado, a despeito de sua formação regular incompleta e afastamento dos “focos de luz” da Corte por grande parte da vida, e de certa forma amenizando a fama menos simpática de misantropo com a qual sua figura passou a ser identificada ainda em vida.

Os juízos de contemporâneos e pósteros corroboraram que toda biografia de “cunho essencialista e apologética que se preze estabelece como momento fundante de um indivíduo a sua origem, o seu *ethos*”¹¹⁴. Por esta lógica, a definição da família, do

¹¹³ LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon Maranhense**. v. IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. p. 3. Os textos da Notícia... e o ensaio do Pantheon diferem pouco, basicamente houve retirada ou acréscimo de parágrafos. Sobre a ideia de São Luís “Atenas Brasileira”, ver: BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Atenas Equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

¹¹⁴ RIBEIRO, Renilson Rosa. “**Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade**”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia

lugar de nascimento e das condições em que viveu elaboram o perfil e a cronologia do biografado. A trajetória de vida e a obra escrita de Lisboa deslizaram para a formação de um modelo de identificação entre o personagem e um espaço temporalmente definido, seu trabalho como expoente do Maranhão e do Brasil do século XIX, com vistas ao futuro. Um elo fundamental dessa articulação foi a atuação por décadas no jornalismo da província.

Nascido a 22 de março de 1812 em Pirapemas, nas “históricas margens do soberbo Itapecuru”¹¹⁵, apareceu na cena pública pelo jornalismo político à frente dos periódicos *O Brasileiro* (1832), *Farol Maranhense* (1832-1833), *Eco do Norte* (1834-1836), *Crônica Maranhense* (1838-1840) e *Publicador Maranhense* (1842-1855) na capital. A relação com o jornalismo e a política local marcou a carreira e a vida de Lisboa, pautando escolhas, as polêmicas que entabulou, os dissabores pessoais e até as temáticas dos trabalhos históricos. Ainda muito jovem se envolveu em eventos importantes da província como a chamada Setembrada, assinando aos 19 anos o Manifesto dos Brasileiros (1831) que objetivava oficializar a Independência e expulsar os portugueses, assim, ingressou na arena jornalística num contexto de fortes tensões, adotando uma linha editorial (como se diria hoje) marcadamente nacionalista, atacando os excessos dos partidos, identificada com os liberais da província e simpático aos exaltados.

A imprensa surgiu no Maranhão na antevéspera da Independência e Lisboa ingressou nela ainda no bojo das discussões em torno da recente Abdicação de D. Pedro I, no tilintar dos efervescentes anos das Regências. A possibilidade da edição de periódicos no Brasil aberta com a instalação da Imprensa régia em 1815 facultou a circulação de jornais editados e impressos na Europa e produzidos no próprio território, formando um novo espaço de sociabilidade e tornando os jornalistas atores indispensáveis para a luta política, pois viabilizava também a organização dos partidos e atuação das lideranças, muitas vezes à frente desses órgãos. Orbitando em torno das agremiações políticas, debatiam e divulgavam suas propostas para um público mais amplo e potenciais votantes e eleitores nas próximas eleições. Como efeito dessa atuação, reafirmavam as rivalidades e alianças com demais agremiações congêneres, iluminando as fissuras dentro de órgãos ligados ao mesmo partido, por exemplo. A sobrevida dos grupos políticos

no Brasil Império. 391 p. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009. p. 60. Grifo do autor.

¹¹⁵ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 10.

facilmente poderia depender da cobertura de um ou mais periódicos e uma vez que determinada folha poderia ter vida efêmera, importava que outra viesse logo a lume para manter um suporte¹¹⁶. Com influência na imprensa local, jornalistas como Lisboa ofereciam a pena para a arena das discussões partidárias, declarando apoio ao grupo que defendesse ideias em comum.

Como meio de expressão de grupos sociais e agente de mobilização política, os periódicos vivem na e da dinâmica dos acontecimentos, atuando na transformação dos indivíduos e construindo a realidade ao mesmo tempo em que são construídos por ela¹¹⁷. Nesse sentido, Lisboa avaliou mais tarde que foi responsável pelo refinamento do debate político na imprensa local, afirmando no *Farol Maranhense* que quando começou a escrever “não havia opinião pública no Maranhão; o partido do governo só tratava de processar os cidadãos, e de devassar o interior de suas casas”¹¹⁸. A ilação se pautava nas idiossincrasias da relação estreita entre o jornalismo e os partidos locais como o fato de que empregos públicos, cargos eletivos e posições de prestígio social e mesmo econômicos acabavam dependendo de como essa relação se estabelecia, favorecida pela rede de conexões locais. Em sua experiência pessoal de deputado eleito em 1834 e 1848 para a Assembleia Provincial – também assumiu a Secretaria de Governo na administração de Antônio Pedro da Costa Ferreira, futuro Barão de Pindaré – viveu in loco os desafios e desfeitas que a política partidária poderia proporcionar. O maior desgosto se deu por ocasião de seu intento em representar a província nacionalmente como deputado pelo Partido Liberal em 1840, porém, seu nome foi recusado e lançou-se um membro da influente família Jansen, o que abalou sua relação com o partido e a política em geral, voltou apenas em 1847.

Especialmente em *Partidos e eleições no Maranhão* (1843), folheto publicado no *Jornal de Tímon*, examinou a situação político-partidária da província que, no geral, representava também as mazelas observadas na grande política nacional: os vícios que tomavam conta dos partidos, jornais e Presidentes de Província nomeados pelo gabinete ministerial em voga na Corte. Sendo ele mesmo um político atuante, duramente criticava os correligionários, mas se excetuava do ciclo de corrupções, dizendo prezar pela

¹¹⁶ SANTOS, Edyene Moraes dos. O lugar do discurso e a guerra de narrativas: a imprensa política no Maranhão Oitocentista. **Outros Tempos**, São Luís, v. 18, n. 32, p. 200-219, 2021. p. 207.

¹¹⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. **Revista História**, São Paulo, n. 116, p. 55-65, 1984. p. 56-58. Sobre a Setembrada, ver: CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Revisitando a Setembrada: disputas e tensões políticas no Maranhão durante a Regência (1831-1833). **Clio: Revista de pesquisa histórica**, Recife, v. 39, n. 1, p. 405-436, 2021.

¹¹⁸ Apud LEAL, Antônio Henriques. Op. cit. p. 21-22.

integridade do seu caráter. A despeito da retórica, contaminado ou não pelo vício *pudibundo*, não deixou de ser um político provinciano como os contemporâneos a quem censurava no sentido de que foi nesse terreno que se movimentou até operar a fratura definitiva, rumar para a Corte e logo depois Europa, já se dedicando aos estudos históricos.

Pela cronologia de sua atuação pública, Lisboa foi jornalista, político e historiador desde o Maranhão na década de 1830 até Portugal, onde faleceu em 1863. Autodidata, aprendeu na lide diária, agente e testemunha histórica do que Maria de Lourdes Janotti chamou de “pequeno mundo”, imprimiu nas páginas dos jornais e do *Jornal* suas impressões, análises e críticas acerca da história mais antiga e contemporânea do Maranhão.

Em Lisboa a província figurava como objeto e como entrave ao conhecimento mais profundo do próprio objeto. A relação com o *obscuro* e *pequeno* canto do mundo que nasceu oscilava entre algum afastamento com as críticas de *Tímon* aos costumes sociais e maior aproximação, pois mesmo quando estava longe sempre perguntava da terra natal. O pouco deslocamento até os 43 anos de idade, os comentários acerca dos contratempos, desgostos e mal-estares físicos, as polêmicas em que se envolveu, davam a medida de como o jornalismo e a correspondência foram importantes espaços de relacionamentos no mundo letrado, expondo opiniões próprias, depreciando posições alheias, discutindo o contexto local, debatendo temas de relevância nacional e contribuindo com determinada forma de se fazer história no Brasil do período. Em cartas a amigos não olvidava de comentar sobre conhecidos e a vida política da província como numa de outubro de 1856 a Gonçalves Dias, logo após substituí-lo no serviço em Portugal: “Então, como vai a candidatura do Fábio pelo Itapecuru? Vi proposta em um jornal”, e confessou que “depois que andei a correr por esse mundo fiquei mais reconciliado com a nossa terra. Nem tudo o que luz é ouro, principalmente se luz de longe”¹¹⁹.

Com aquele comprovinciano mantinha interlocução e amizade suficiente para solicitar ajuda para parentes como em missiva de 3 de fevereiro de 1854 ainda remetida do Maranhão, pedindo a Gonçalves Dias que se empenhasse em favor de seu compadre Olegário José da Cunha¹²⁰. Usava da correspondência para expedientes vários,

¹¹⁹ Apud NISKIER, Arnaldo. Op. cit. p. 59.

¹²⁰ DIAS, Gonçalves. **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias**. v. 91. Anais da Biblioteca Nacional, 1971. p. 19-20.

especialmente para fazer pedidos relativos aos seus estudos como livros e artigos de jornais da província sobre temas que fossem de interesse para a confecção dos trabalhos: “queira mandar-me com a maior brevidade, ou originais, ou cópias autenticadas com a sua assinatura”¹²¹, referindo-se as ordens e instruções do governo para o trabalho da comissão que ora assumia. Os contatos com letrados lhe valiam também para ampliar a divulgação de sua produção além dos limites da província. Em carta de setembro de 1855 a Joaquim Manuel de Macedo, já colega de IHGB, questionava sobre o recebimento dos números 6 a 10 do *Jornal de Tímon* para oferecer ao Instituto que, diferentemente dos volumes anteriores, não foi acusada recepção na Revista¹²².

Desde o início da edição do *Jornal* lhe interessava que fosse de conhecimento de amigos e mesmo do Instituto, o mais relevante centro da pesquisa histórica do Brasil naquele período, para onde muitos escritores enviavam suas obras com maiores ou menores intenções de serem vistos e incorporados como membros. Não se pode timbrar que escreveu visando a entrada no IHGB, mas não é descartável a ideia de que queria ser ao menos (re)conhecido.

Longe de ser alheio aos anseios de reconhecimento, parabenizava os amigos pelas oportunidades na carreira – “Dou-lhe os parabéns, se isso é todavia cousa que lhe agrada, como suponho, pela sua nomeação para secretário, e encarregado da parte etnográfica da comissão, que tem de explorar o interior do Brasil”¹²³, escreveu a Gonçalves Dias – deu tributo de aprovação ao trabalho de Frederico Correa, deixando com ele os casos jurídicos de que cuidava, pois desde 1840 se dedicou aos estudos de Direito, trabalhando como advogado em São Luís mesmo sem curso regular. Por fim, aguardava a comemoração de seus méritos. Nesse sentido, recebeu a comenda da Ordem de Cristo e diplomas de sócio de corporações literárias e científicas como o IHGB e a Academia Real das Ciências de Lisboa. A participação em sociedades como essas, entendidas aqui como espaços de pesquisa, divulgação, sociabilidade, define a condição de letrado para o maranhense que não chegou a publicar na Revista do IHGB, por exemplo, mas é possível que tenha frequentado alguma reunião do Instituto nos meses que passou no Rio de Janeiro, época em que foi condecorado pelo Imperador e redigiu para o *Jornal do Comércio e Correio Mercantil* sobre matérias forenses e de política em geral.

¹²¹ Ibid. p. 81-82.

¹²² Apud NISKIER, Arnaldo. Op. cit. p. 44. Grifo do autor. Carta a Joaquim Manuel de Macedo de 13/09/1855.

¹²³ DIAS, Gonçalves. Op. cit. p. 81. Carta 08/11/1856. Grifo do autor.

Para Lisboa e tantos contemporâneos, a qualidade de homem de letras podia se dar em função menos de uma formação acadêmica do que da aplicação nos estudos de uma área por vezes ainda indefinida em seus contornos. O próprio IHGB congregava uma variedade de estudiosos, poetas, pintores, historiadores, jornalistas, políticos ou que ainda teriam cargos políticos, ou na burocracia do Estado, muitas vezes o letrado era também político e vice-versa, como José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, magistrado formado em Coimbra, Ministro do Império, historiador e primeiro presidente do Instituto. Grêmios literários, bibliotecas e livrarias eram espaços privilegiados de exercício de sociabilidades, trocas culturais e estudos variados, e no caso de Lisboa essa atividade ganhou com suas viagens pela Europa e o trabalho em Portugal, embora mencionasse certo entrave nos primeiros tempos: “Aqui vivo entregue ao trabalho, meu único divertimento, e não tenho podido fazer amizade com a terra, por pouca ou nenhuma disposição para isso, pelo que peço com avidez até os anúncios dos jornais quando daí os recebo”¹²⁴. A personalidade do autor aparecia aqui como traço relevante impresso no trabalho que desempenhava.

Sobre suas relações em Portugal, declarou que assistia a concertos no Teatro São Carlos, completando:

Quando vou à plateia superior, lá encontro meia dúzia de literatos do meu conhecimento, mas com quem não posso entrar em conversação, nem eles comigo, ocupados como estão com suas ideias e interesses tão diversos dos meus. Deles ouço sempre com satisfação ao Alexandre Herculano, homem pelo caráter e pelo talento muito conforme a meu modo de pensar, porém isto está muito longe do que se chama amizade. Demais mora daqui a uma légua, e apenas o encontro por acaso de dois em dois meses, ou mais, em uma lojinha de livros, ao Chiado, onde ele costuma ir, e onde nos assentamos em um banco de pau. De mais a mais é um macambúzio, pior que eu¹²⁵.

A bibliografia acerca de Lisboa é fecunda em salientar a personalidade do autor como aspecto significativo de sua produção, sobretudo se levado em conta o pseudônimo com o qual se assinou, figurando no título do mais importante deles no campo historiográfico: *Tímon*. Fatores infelizes como repetidos fracassos eleitorais, mostras de ingratidão e crescente precarização da saúde podem ter concorrido para um estado de espírito cada vez mais pessimista e distanciado, e aparentemente foi um pouco disso que justificou a utilização do pseudônimo inspirado no pensador grego homônimo. Lisboa explicou que a escolha se referia a um homem singular e estranho azedado pela injustiça

¹²⁴ Apud NISKIER, Arnaldo. Op. Cit. p. 62. Carta de março de 1857.

¹²⁵ Apud LEAL, Antônio Henriques. Op. cit. p. 196-197. O mesmo teatro frequentado por Varnhagen anos antes, citado no item anterior.

e ingratidão que votou ódio aos crimes e vícios do gênero humano. Ombreava-se com o Tímon grego pela vivência do que chamava de *época de transição*, “um tempo em que os costumes e as leis antigas lutavam com as paixões ligadas para destruí-lo”¹²⁶, o momento histórico marcado pela corrupção e pelo vício que acreditava experimentar. Porém, disse esperar não ser acusado da *feroz* misantropia daquele homem de engenho, aspiração não atendida vide a fortuna crítica de sua obra.

Antônio Henriques Leal ressaltou seu humor mais grave desde cedo, quase transformando em efeito positivo para a circunspeção que seu trabalho exigia, já José Veríssimo ampliou ao afirmar que a apertada vida provinciana acentuou a ingênita melancolia que o afetava, denotando a consciência de que sua superioridade era “desconhecida ou não prezada quanto merecia, naquele meio estreito e apoucado”¹²⁷. Para Frederico Correa, a preterição do partido lhe agravou a hipocondria e avivou o quadro de misantropia¹²⁸. A metamorfose em *Tímon* seria um disfarce para adequar a análise cuja perspectiva era conscientemente situada no plano histórico-social do Maranhão¹²⁹. Nessa linha, o personagem era sacado quando necessário para celebrar as facetas da vida maranhense, denunciando a miopia e ausência de criticidade da sociedade que sobrevivia nas contradições, mas se enxergava como dotada de certa superioridade¹³⁰, questão que foi delineada com vivas cores em folhetos como *A Festa de N. S. dos Remédios* (1851), *A Festa dos Mortos ou a Procissão dos Ossos* e *Teatro São Luís*, saídos no *Publicador Maranhense*. Desse modo, situava historicamente a si e a província, compreendendo-a de forma mais realista.

Diante dessas avaliações, cabe assinalar que essa imagem de homem solitário e ácido dependeu em boa parte de sua própria contribuição, construída em trabalhos como artigos, o *Prospecto* do *Jornal de Tímon* e na decisão pelo uso de determinado pseudônimo. O excerto demonstra que ele mantinha alguma convivência social e a própria escrita epistolar foi utilizada para conservar uma rede de relações pessoais, políticas e intelectuais. Cumpre ainda recordar que ele era amplamente conhecido pela população na imprensa local, o *Jornal* era por assinatura, logo, não servia sequer para efeito de

¹²⁶ LISBOA, João Francisco. Op. cit. p. 10-11.

¹²⁷ VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. p. 186.

¹²⁸ CORREA, Frederico José. **Um livro de crítica**. São Luís: Pitomba!, 2015. p. 135.

¹²⁹ BARBOSA, João Alexandre. **João Francisco Lisboa**: trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Agir, 1967. p. 15.

¹³⁰ BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 236-244.

ocultamento de identidade. A despeito do anedotário em torno do temperamento e circunstâncias da sua vida, a aversão de Lisboa era aos “defeitos” da classe política e da sociedade em geral, de todo matéria de reproche, não era avesso a manifestações de apreço e reconhecimento. Contrariamente, ressentia-se da falta de aplauso em sua terra e se queixava de haver recebido apenas duas provas de consideração da Corte, uma condecoração e o cargo em Portugal, e nada de sua província natal além das boas palavras de uns ou outros¹³¹. Concluindo *A Festa de N. S. dos Remédios*, afirmou que a tristeza “que me salteou então, salteia-me novamente ao escrever estas últimas cansadas, e enfadonhas linhas. Não há remédio, curvo-me ao destino inexorável, e já agora assinar-me-ei sem murmurar. Terça-feira, 14 de outubro. TIMON, O misantropo”¹³².

Historiadores que mais tarde compartilharam de semelhante reputação de solitários e pouco afeitos aos compromissos sociais, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna também cooperaram com a construção dessa imagem não apenas pela conduta pessoal e escolhas ao longo da carreira, como pelas ponderações na correspondência pessoal e até nos prefácios de obras. O aspecto comum entre eles se dava pelas atividades de pesquisa, revisão e edição de textos e a escrita de cartas. Esse emprego era uma opção consciente do autor e parte de seu estilo de escrita ao configurar uma estratégia narrativa que permitia intervir na sociedade, agregando um verniz moralizante que fazia parte de sua produção como um todo¹³³.

A escrita de Lisboa era indissociável da visão que tinha principalmente da questão política da sua província de nascimento e *Tímon* dependia da Província do Maranhão para existir. O esquema que definiu em trabalhos como *Partidos e eleições...* da luta bem X mal refletindo a dicotomia civilização X barbárie na *época de transição*, como denominou, e no espaço da província, inseriu o Maranhão no todo da nação brasileira sob a ótica histórica.

1.3 O tempo da nação, o espaço da província e vice-versa

*não são Estados distintos,
ou federados, sim*

¹³¹ NISKIER, Arnaldo. Op. cit. p. 66. Carta a Fábio de Carvalho de julho de 1861.

¹³² LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 570.

¹³³ SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história**: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. p. 74. Sobre Abreu e Vianna, ver: GONTIJO, Rebeca. *Entre quatre yeux*: a correspondência de Capistrano de Abreu. **Escritos: Revista da Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 49-73, 2008; VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47, 2001.

*circunscrições territoriais,
unidades locais, ou
parciais, de uma só e
mesma unidade geral.
José Antônio de Pimenta
Bueno, 1857*

A Constituição de 1824 declarava no Art. 2 que o Império do Brasil era “dividido em Províncias na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado”¹³⁴. Comentando a Carta, José Antônio Pimenta Bueno, futuro Marquês de São Vicente, distinguiu que as províncias eram “circunscrições territoriais, unidades locais ou parciais de uma só e mesma unidade geral”¹³⁵ e não Estados distintos ou federados, formando um só povo brasileiro. Nessa leitura, a unidade do povo ensejava outra, a do território, mais um importante componente do Estado nacional moderno.

A ideia de Império difundida à época associava unidade e contiguidade do território partindo de uma “lógica do poder territorialista” em que o poder se identificava com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, entendendo a expansão territorial como fator de riqueza¹³⁶. Assim, ao afirmar que “o território do Império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político”¹³⁷, Pimenta Bueno assinalava que como espaço de exercício da soberania e definição dos limites geográficos para a administração do Estado, a defesa do território, entre outras, neutralizava as ameaças internas e externas, realçando a Coroa com seu papel de gestora dos interesses distribuídos pelo território imenso e irregularmente ocupado¹³⁸, fazendo parte do juramento do Imperador (Art. 103 da Constituição de 1824). Em 23 de julho de 1840 D. Pedro II jurou manter “a integridade e indivisibilidade do Império, observar e

¹³⁴ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016. p. 7.

¹³⁵ BUENO, José Antônio Pimenta. Da nação brasileira, seu território e religião. In: _____. **Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve E C., 1857. p. 22.

¹³⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil**. v. 2. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, 2004. p. 729-733.

¹³⁷ BUENO, José Antônio Pimenta. Op. cit. p. 21.

¹³⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 85-86.

fazer observar a Constituição política da Nação brasileira, e mais leis do Império, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber”¹³⁹.

A própria substituição da designação capitania (identificada cada vez mais ao passado colonial) por província atendia ao interesse de mitigar o caráter de dispersão e multiplicidade de poderes associado àquela. A ideia de província deveria conotar integração, unidade e centralização, vinculando as partes que compunham o território, noção que apareceu entre os deputados vintistas, acrescentando ao sentido de circunscrição administrativa o de circunscrição eleitoral, ao estabelecer eleições provinciais para determinar os deputados que elaborariam a Constituição portuguesa. No Brasil da década de 1830, o adjetivo “provincialista” foi perdendo o sentido inicial de vínculo e passando a representar um sinônimo de desagregação ao ser associado à defesa das particularidades em detrimento do todo, muito em virtude das convulsões do período regencial¹⁴⁰.

Em Lisboa, a questão das províncias se colocava em ocasiões particulares como quando se referia ao Maranhão como *obsuro e pequeno canto do mundo*, enfatizando uma posição lateral desta no âmbito nacional, mas que compartilhava dos problemas observados no resto do Brasil, especialmente os vícios da política. A província figurava como local de *segunda ordem*, esquecido pela Corte e entregue às lutas entre as facções locais, porém, em seguida amenizava a crítica assinalando a importância de se falar daquele *canto*:

Será talvez oportuno explorar então alguns pontos da história antiga e moderna deste povo, pequeno e obsuro sim, se o comparamos com tantos outros, porém o maior, e o mais celebrado que pode haver, para um grego nascido e criado nas históricas margens do soberbo Itapecuru¹⁴¹.

O texto do *Prospecto* que antecede os números do *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade, eleições na Idade Média, eleições na Roma Católica, Inglaterra, Estados Unidos, França, Turquia, partidos e eleições no Maranhão (1852-1853)* trouxe elementos capitais para o entendimento desse jogo de aproximação e distanciamento que, de mais a mais, delineava um perfil do autor e da forma como construiu sua obra. No

¹³⁹ BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. v. 2. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. p. 35.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Kelly Machado. “O TEMPO DA PROVÍNCIA”: revisão bibliográfica crítica da política imperial no Brasil oitocentista. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 38, p. 136-161, jul./dez. 2020. p. 137-139.

¹⁴¹ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 10.

excerto extratado, observa-se certa oscilação entre um orgulho de pertencimento e uma depreciação do tamanho que a província teria no espectro nacional. Esse apequenamento da esfera local se justificava nas suas opiniões acerca da autoimagem que tinha a sociedade maranhense de seu tempo, especialmente da capital, a elite ignorante e envaidecida que pintou nos folhetins, que logo poria os pés nas “praias de lama deste impagável Maranhão”¹⁴².

A distância da Corte – simbolicamente representada até no título de um jornal, *Eco do Norte* – derivava do precário sistema de comunicação, dificuldade comum ao resto do país territorialmente imenso e, em última instância, de uma condição histórica da região. O Maranhão se constituiu em Estado separado do Estado do Brasil com governo particular, legislação e administração. A própria posição geográfica aproximava e tornava mais prontas as comunicações com a então metrópole. Aspectos como esses propiciaram ao longo do século XIX o desenvolvimento de um pensamento que articulava a história, a geografia e os costumes como elementos definidores do Maranhão e dos maranhenses não mais como uma colônia portuguesa, agente da colonização, como caracterizada por escritores do período joanino, mas como agentes da construção nacional numa província do Império. A partir de suas obras, o chamado “Grupo Maranhense” – que teve como quadros mais destacados Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Gonçalves Dias, Gomes de Sousa e João Francisco Lisboa – cruzou o imaginário nacional que se esboçava pela ação de instituições como o IHGB com a produção de outro de corte regional configurado em torno das noções de Maranhão e maranhenses, inserindo o regional no nacional ao produzir homogeneidades, a despeito da coexistência de espaços geográficos historicamente distintos e de naturezas diversas, e um sentimento de se tratar de uma província atrasada e cifrada nas questões políticas, crítica particularmente presente na obra de Lisboa, nesse âmbito, destoando dos demais¹⁴³.

Para Borralho, a ideia do Maranhão (sobretudo São Luís, ainda que os autores viessem de cidades diferentes) como “Athenas” foi a forma como os maranhenses participaram do jogo da construção identitária nacional sem que a herança cultural de Portugal fosse negada, costurando o emergente Estado imperial e a recém-formada

¹⁴² LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 556.

¹⁴³ SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma**: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. 369 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008. p. 66-224.

província, outrora Estado territorialmente vasto¹⁴⁴. Tal arquétipo, que deveria valer para o restante do Império, aparecia como “resposta” ao suposto isolamento geográfico, cultural e político da província do Norte. Aqui, a região se apresentava não só como espaço geográfico, mas também de memória, identidade e projeto de inserção social no pós-Independência e Balaiada (1838-1841).

O processo de construção do espaço nacional brasileiro e seus limites não se normatizou/completou no século XIX, permanecendo mutáveis, fluídos e imaginados. Foi só a partir das transformações políticas de meados dele, que possibilitaram a consolidação do Estado e do poder administrativo, que as iniciativas tomadas por instituições ligadas às elites políticas como o IHGB, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e o Conselho de Estado, no sentido de mapear o território, resultaram numa visão do espaço nacional ordenado em torno do Estado centralizado no Rio de Janeiro. O cenário de instabilidades político-sociais que marcou essa relação nas décadas de 1830-1840, sinalizando para uma fragmentação territorial, demandava o estabelecimento de uma unidade espacial e política capaz de rechaçar as lutas provinciais que varriam o país (Cabanagem, Farroupilha e outras), tornando necessário também um discurso histórico unificado. Como ressaltado por Renato Peixoto:

A construção do Estado e da nacionalidade implicava também delimitar e criar um envoltório para esse Estado, sendo necessário para isto historicizar o pertencimento do território, do espaço e dentro deste, as suas escalas, o que significou, na maioria das vezes, tanto preencher o espaço do vazio, quanto gravar o mapa precedendo o território¹⁴⁵.

O espaço, como o tempo, pertence às condições de possibilidade da História, e no Brasil as atividades do Instituto exemplificavam as incertezas e possibilidades de racionalização do espaço dentro da narrativa histórica. A ausência da nação se dava pela ausência de um território, que ainda não estava enunciado por uma narração do espaço, tarefa a ser fundamentada numa articulação temporal reconhecida pelas elites que formulavam o Estado. Esse óbice foi resolvido na metade do século XIX por meio da escritura de uma história das fronteiras, a disponibilização dos conteúdos da Corografia, cuidando da descrição dos espaços e inscrevendo-os no território do Estado. Na ausência de uma separação rigorosa entre a história e a geografia, a lógica de deslizamento da

¹⁴⁴ BORRALHO, José Henrique de Paula. Op. cit. p. 16-35.

¹⁴⁵ PEIXOTO, Renato Amado. O tempo dos espaços e os espaços do tempo: a construção historiográfica do território brasileiro no século XIX. *Lócus*: Revista de História, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 2004. p. 40-45. Apoio-me na diferenciação elaborada por Renato Amado Peixoto pela qual espaço se define como uma projeção idealizada de uma determinada entidade, e território como a materialidade desse espaço.

Nação em escalas e racionalizações identitárias menores se tornou factível no último quartel do Oitocentos com a decadência do acordo entre as elites. Nesse sentido, a regionalidade nortista podia ser enunciada a partir de um espaço já disponibilizado no saber geográfico desde, pelo menos, a década de 1850, já que seus temas podiam ser enfiados junto à trama nacional¹⁴⁶.

Como histórias têm a ver com espaços e estes precisam ser historicizados, pois se modificam social, econômica e politicamente¹⁴⁷, o sentido da obra de Varnhagen, por exemplo, no projeto historiográfico do IHGB se dava pela ótica de um acordo que ligava o centro às partes e inseria as partes no centro, foi necessário pensar o espaço da nação e a partir deste a sua história. Pode-se dizer que a *História geral* de Varnhagen tinha em vista ser a história nacional objetivada desde a criação do Instituto, embora não fosse unanimidade dentro da agremiação. Ela não dedicou capítulos específicos para cada província, fatiando sua contribuição para a história do Império, e sim buscou acomodá-las ao todo unido sob a alcunha de “nacional”. As histórias das unidades administrativas serviam na medida em que emoldurassem o quadro geral.

Conjugar a relação dos grupos dispersos no território com um espaço e um centro comum fazia parte da tarefa de construir um passado também comum, inscrevendo a nação num território reconhecido e recortado por limites que delimitava seu próprio espaço e o espaço do outro, além de discernir suas partes “Sul” e “Norte”. O uso da cartografia servia, assim, para explicitar a unidade desses diversos grupos e a identidade desse passado nacional¹⁴⁸. Por vezes, a produção historiográfica recorreu à cartografia histórica para se legitimar, como em casos de litígios de fronteira. Historiador e diplomata que era, Varnhagen colocou seu conhecimento acerca de documentos e mapas à disposição do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, atuando como consultor em questões políticas e estratégicas nas negociações com as Repúblicas hispano-americanas. Na ocasião, informou ao Ministro que era o “assunto mais do domínio dos historiadores que de negociadores conforme o

¹⁴⁶ PEIXOTO, Renato Amado. Zona de confluxo: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame da discussão do afastamento da História em relação à Geografia. **Revista Porto**, Natal, v. 1, n. 1, p. 111-126, 2011. p. 114-122.

¹⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014. p. 73-77.

¹⁴⁸ PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias**. Estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. 2. ed. Natal: Edição do autor, 2019. Disponível em:

https://www.academia.edu/38464110/CARTOGRAFIAS_IMAGIN%C3%81RIAS_2a_edi%C3%A7%C3%A3o_revista_e_ampliada. Acesso em: 21 mar. 2022. p. 34-71.

direito, - cujas verdades algumas vezes não são verdades históricas provadas”¹⁴⁹. Ainda que os mapas não fossem seguros, condição de que muito reclamava, enquanto membro do IHGB e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros relacionava a produção do espaço nesta e o projeto histórico daquele. Na questão das fronteiras entre o Império e a Guiana Francesa evocava manter a “justiça de todas as nossas tradições históricas”¹⁵⁰, isto é, o exercício diplomático bastante “herdado” da tradição portuguesa de como tratar litígios. Em sua opinião:

É bem sabido no Brasil (graças às sábias memórias do V. de S. Leopoldo), como em toda a vastíssima fronteira do Império, os nossos limites estão por assinar de um modo terminante. E o mais é que não são menos de nove as nações limítrofes de quem dependem as negociações a tal respeito, a saber: Montevidéu, República Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador e Venezuela; além da Inglaterra e da França nas Guianas respectivas. Anularam o sábio tratado de 1750, caducou o de 1777, e o Império só está devidamente limitado pelo Oceano¹⁵¹.

O programa da unidade lançado pelo governo imperial solicitava a produção de certo território imaginário que funcionasse como plataforma da política de fronteiras, e a doutrina das fronteiras naturais serviu como base dessa política e chave organizadora da narrativa de construção do território nacional brasileiro, sustentada nos tratados firmados entre as Coroas ibéricas na segunda metade do século XVIII. Tendo nos trabalhos de Duarte da Ponte Ribeiro, “o fronteiro-mor do Império”, a fonte de elaboração da doutrina imperial dos limites, todas as cartas imperiais do Brasil se basearam nos seus mapas, funcionando até o Gabinete Rio Branco como documentos de prova nas negociações e arbitragens¹⁵².

¹⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 223. Carta de 12/01/1855.

¹⁵⁰ Ibid. p. 249. Carta ao Imperador de 20/11/1857.

¹⁵¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Madri: Imp. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849. p. 5.

¹⁵² MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 295. Conforme Magnoli, a geografia, a cartografia e o mapa desempenharam funções cruciais na narrativa da unidade, posto que a unidade realizarse-ia plenamente pela delimitação de um território nacional contido no interior das fronteiras políticas. Essa narrativa foi uma obra coletiva da elite imperial, emanada de um olhar dirigido para o passado colonial, e o mito da Ilha-Brasil foi o que a inspirou e forneceu os argumentos para a sua legitimação. A Ilha-Brasil foi engendrada como mito territorial inscrito na narrativa nacional ao longo do século XIX e, basicamente, consistia na atribuição de um território natural para o Brasil definido pelos cursos dos Rios Uruguai, Paraguai, Guaporé e Mamoré e pelo vale drenado pelos afluentes do Amazonas. O Império brasileiro, engajado na delimitação e consolidação das fronteiras políticas, utilizou o mito da Ilha-Brasil como fonte de legitimação da sua política de fronteiras, sendo a ocupação da Banda Oriental e a sua incorporação como Província Cisplatina talvez o exemplo mais nítido da relevância prática e ideológica da noção de fronteiras naturais no momento em que se constituía o Estado brasileiro. A explicação era a de que a Banda Oriental localizava-se a leste do Rio Uruguai e, portanto, no interior da “Ilha brasileira”. As considerações políticas

O interesse de Varnhagen nas discussões sobre o território vinha de longa data, já entre 1849 e 1850 publicou em Madri o *Memorial orgânico*. Programa de Estado que visava a reorganização político-administrativa nacional em termos de território e população, o programa do *Memorial* compunha-se de uma proposta teórica e um plano de ações para resolver o que diagnosticava como *vícios capitais* do país, entre as medidas estavam uma redivisão territorial, a mudança da capital e a melhoria das comunicações internas. Articulando as ideias de integridade e integração, o plano sugeriu organizar o território em partes subordinadas ao todo, desenvolvendo as comunicações entre as províncias e transferindo a capital para uma região central. Na segunda parte do opúsculo (1850), refletiu:

Se sofrêssemos hoje um bloqueio, quando chegaria a Pernambuco qualquer reforço que por terra se quisesse mandar do Rio? Demais, a integridade do Império, a unidade nacional, não será efetiva e duradoura, enquanto ela não proceda de uma grande frequência de relações entre as províncias, a qual nunca é bem feita por mar.

Necessitamos pois, o quanto antes, abrir a estrada imperial que propusemos para comunicar o norte com o sul do Império, e que, para ser mais fácil, tem de ser traçada da banda de dentro, isto é, pelas vertentes ocidentais, da *serra geral* ou *do Mar*. Consideramos a abertura desta estrada, e o acompanhá-la de uma linha de telégrafos, duas medidas de salvação para o Brasil.

Além desta estrada urgente para manter a integridade do Império, julgamos indispensável, se se quer fomentar a colonização dos nossos sertões, a outra, que propusemos fosse de carris de ferro, por meio da qual daríamos saída até o mar de todos os produtos do grande e abundante *bassin* do rio de São Francisco, isto é, de quase toda a atual província de Minas¹⁵³.

Proclamando a necessidade de levar adiante o que poderia significar a salvação do país naquele *século oscilatório*, o plano de Varnhagen enfeixava um centralismo integrado, reconhecendo nas ferrovias o futuro do transporte interno de passageiros e cargas, ligando a nova capital ao litoral. Defendeu também a utilização das hidrovias e a construção de estradas de rodagem para estimular a atividade econômica do interior, bem como a indústria naval, importante para um país de dimensões continentais e com

conjunturais que deflagraram a incorporação da Cisplatina foram, quase sempre, justificadas com base no “direito natural” brasileiro à soberania sobre a margem esquerda do Rio da Prata. Assim, a narrativa nacional brasileira entalhou a pátria na natureza, produzindo um território prévio, anterior à própria colonização, definido pelo desenho premonitório dos rios, tornando toda a colonização portuguesa num vasto resgate do Brasil natural que se completou através do Tratado de Madri, e o Estado independente como depositário dessa unidade ancestral que devia ser defendida. Ver: MAGNOLI, Demétrio. Por uma arqueologia da narrativa nacional. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 134-142, mar./mai. 2001.

¹⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico*. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 5. Grifo do autor.

questões a tratar com muitos vizinhos. Não tendo as províncias recursos suficientes para tamanha tarefa de modo a resultar no bem do Império todo, tratava-se de um empreendimento a ser realizado pelo Estado, entendendo que o encurtamento das distâncias entre as províncias ajudaria na defesa, povoamento e civilização do sertão e do Império inteiro, além de fomentar o comércio interno até ele superar ou pelo menos se igualar ao externo.

Integridade e integração constituíam ideias-força fundamentais para articular suas ideias: a unidade política, a continuidade territorial, a imagem externa do país e a sedimentação moral (ideológica), a povoação e o aproveitamento do potencial produtivo. Esses critérios norteadores derivavam das interpretações históricas e posições diplomáticas que assumiu ao longo da carreira¹⁵⁴. O território constituiria uma unidade geográfica, primeiro como possessão colonial portuguesa e depois como Estado independente e nação civilizada, cabendo ao monarca cuidar do *formidável colosso*. O plano de comunicações refletia a ideia de “vincular” atribuída ao conceito de província, servindo para disciplinar *ideias soltas* de nacionalidade, como disse em carta ao Imperador de 14 de julho de 1857.

Dentro desse plano, a capital central lhe parecia uma posição mais segura que a litorânea e ideal para explorar a produtividade do sertão, ligando as províncias e aumentando a cultura e riqueza de uma parte ainda pouco *colonizada*. Igualmente, significava levar a presença do Estado a locais frequentemente identificados como espaços de desordem e barbárie. Logo, a ideia de transferir a capital do Império para o interior tangenciava o debate que opunha litoral-sertão, civilização-barbárie, colocando civilização e barbárie como um par de conceitos antitéticos que se excluía mutuamente¹⁵⁵. Onde houvesse civilização, não haveria barbárie. A interiorização do progresso e da civilização projetada no *Memorial* se articulava com a perspectiva em voga à época pela qual os sertões deveriam ser conquistados pela técnica e pela ciência, conectando as cidades e o interior com estradas, ferrovias, vapores¹⁵⁶. Pode ser entendida como um exemplo de expansão “para dentro” (na expressão de Ilmar de Mattos) que se

¹⁵⁴ WEHLING, Arno. Integridade e integração: duas ideias-força de Varnhagen. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 34.

¹⁵⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 197.

¹⁵⁶ NAXARA, Márcia Regina Capelari. Ciência, técnica e história no século XIX: fragmentos e perspectivas de Brasil. In: ARAUJO, Valdeci Lopes de et. al. **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 184-185.

processaria com a pena empenhada e a *vontade política*, impondo uma ordem e uma civilização. Como traço mais significativo, esvaziar-se-ia o *bairrismo* e se promoveria a unidade ao estudar a nação inteira, associando Corte e províncias.

A proposta de uma nova divisão territorial completava o conjunto de medidas voltadas para a resolução de problemas relacionados entre si acerca do território. A divisão em 19 departamentos proposto na primeira parte do *Memorial* (1849, em 1850 foi substituído por *províncias*) se daria para efeito administrativo e obedecendo ao critério das fronteiras naturais (margens dos rios mais conhecidos como o Amazonas, o São Francisco, o da Prata). Sem nenhum *bairrismo* – apego à província, considerado pernicioso – o tamanho e a organização dos departamentos podiam derivar de porções de outros vizinhos, garantindo uma extensão de território proporcional e “suficiente população e riqueza, para que gozem proximamente de igual importância”¹⁵⁷. A proporção territorial seria a base principal da redivisão, dirimindo as diferenças de tamanho e representação política nacional entre as províncias, conferindo maior homogeneidade, raciocínio semelhante ao elaborado por Pimenta Bueno no livro “Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império” (1857).

Em Varnhagen, a província se conformava como unidade político-administrativa do Império, corroborando o sentido que o termo tinha em meados do Oitocentos, ou seja, como “porção de território que faz parte de um grande estado, reino ou república”¹⁵⁸. Assim, acercava-se de outra lembrança mencionada por Pimenta Bueno, a de que uma redivisão seria um meio de não olvidar que um bom sistema desviaria no futuro ambições federais outrora suscitadas¹⁵⁹, remetendo a movimentos de contestação que pulularam durante as Regências.

Na obra de Lisboa a província também carregava essa conotação de divisão política e administrativa do Império, temperada com a ênfase nos traços do espaço geográfico natural – as *margens do Itapecuru* em que louvava ter nascido – e social, sobretudo relativo aos costumes da população, sem os determinismos que marcariam a produção intelectual posterior. Analisando a situação das províncias a partir da sua, comentou que:

¹⁵⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Madri: Imp. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849. p. 20. Na *História geral* a descrição do território brasileiro apareceu associada a essas fronteiras naturais.

¹⁵⁸ FARIA, Eduardo de. **Novo dicionário da língua portuguesa seguido de um dicionário de sinônimos**. v. II. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859. p. 998.

¹⁵⁹ BUENO, José Antônio Pimenta. Op. cit. p. 23.

Se nas grandes províncias, onde a riqueza a que atingiram, torna mais fácil, e menos pernicioso uma ardente aplicação aos debates políticos, trata-se não obstante de imprimir nesta época tão vigoroso impulso aos melhoramentos materiais, por modo que a riqueza já adquirida tome rapidamente as proporções gigantescas de uma verdadeira opulência, por modo que razão não se há de distribuir às pequenas uma parte, inda que mínima, do mesmo benefício?

Mas para que se arranque e extinga um mal tão inveterado, para que se alcance tamanho bem, é mister que o impulso parta não já de gabinetes efêmeros, contraditórios e oscilantes, senão do próprio chefe do estado, que sendo possível, deve não só reinar e governar, como administrar, e descer aos mais minuciosos pormenores do governo destas pequenas províncias. Se nos faltar esse impulso superior, permanente e desinteressado, mal de nós e delas que irão de dia para dia empiorando de situação¹⁶⁰.

A avaliação se pautava na crítica às práticas da política local, no comentário acima, especificamente sobre o cargo de Presidente de Província, sua proposta era converter as presidências em cargos puramente administrativos, sem caráter político. O tempo experienciado na província, como já aludido no item anterior, era o que Lisboa denominava *época de transição*, particularizando-se por serem perigosas para as nações. Nos caracteres fracos debilitava as virtudes, amoldando-as às circunstâncias, nos caracteres vigorosos concorria para uma *inflexível severidade*.

O momento de *transição* realçado pelo autor era coetâneo da fase da “Transação” analisada por Justiniano José da Rocha no panfleto “Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil” (1855), distinguida pela realização do progresso do espírito humano e firmando a conquista da civilização. Como para solucionar os vícios que aquele identificava na Província do Maranhão, a fase da Transação em Rocha exigia mais prudência, tino e devoção dos estadistas detentores da força governamental e da alta direção dos negócios públicos, “pois se a não sabem ou não querem reconhecer, se a não querem ou não sabem facilitar, se ainda mais a contrariam, provocam calamidades a que depois não há sabedoria que possa acudir”¹⁶¹. O retrato lembrava o apelo de *Tímon* para que um *impulso superior* combatesse o *mal* que acometia sua província, reformando a administração, o processo eleitoral e, por consequência, os costumes da sociedade.

¹⁶⁰ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 415.

¹⁶¹ ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 159-160.

Seguindo com a cronologia de Rocha, o já citado *Memorial orgânico* de Varnhagen foi redigido e publicado na fase da “Reação” (1836-1852), caracterizada pela luta da reação monárquica, a Maioridade e o domínio do princípio monárquico. Nela, o poder central forte garantiu a unidade e a integridade do Império face ao perigo do provincialismo, substrato importante da defesa de um Estado forte e centralizado que animava a produção de Varnhagen, coroada com a edição da *História geral do Brasil*. Impresso o primeiro tomo em 1854, foi ela uma obra da Transação (1852-1856), realizando nos estudos históricos a tarefa dos letrados de sua geração: a da conservação do poder para a consolidação da Monarquia constitucional. Sendo esta matéria sobre a qual escreveu história, tornou-se, na expressão de Ilmar de Mattos, o “historiador do Tempo Saquarema”¹⁶², oferecendo a pena para narrar a nação em seus feitos e potencialidades para a *felicidade e glória* da Monarquia brasileira ao colocar a história como sólida base para as instituições.

A espacialização do tempo relacionava a escrita da história, a questão da nacionalidade e o desenvolvimento de modos variáveis de experiência do tempo, demarcando os impasses, tensões e disputas que marcaram os processos de nacionalização do passado e institucionalização da pesquisa histórica no país¹⁶³. Ordenando o tempo, trabalhos como a *História geral* e o *Memorial orgânico* lançavam modelos de como o Brasil poderia integrar o concerto das nações modernas e civilizadas por meio de um conjunto de aperfeiçoamentos que dependiam da ação política. O historiador Lisboa também “criou” um território ao recortar um objeto de conhecimento, a Província do Maranhão, estabelecendo um espaço de poder e controle através do seu próprio discurso historiográfico, nesse caso, uma região já pré-definida politicamente¹⁶⁴. Tomar a província como microcosmo da nação conduzia ao entendimento de que o revelado na escala local fazia parte da realidade mais ampla e vice-versa, daí a possibilidade de transitar entre estas diferentes escalas¹⁶⁵.

Compartilhando um mesmo tempo cronológico – o *Jornal de Tímon* e a *História geral do Brasil* foram obras contemporâneas – experimentaram-no em dinâmicas, ritmos

¹⁶² MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 286-287. Saquarema era o apelido dos membros do Partido Conservador, assim, “Tempo Saquarema” teria a ver com a política levada a efeito por esse Partido, em sua relação com a Corte.

¹⁶³ OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Ordering time, nationalising the past: temporality, historiography and Brazil’s “formation”. **Historein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018. p. 1-3.

¹⁶⁴ BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005. p. 115.

¹⁶⁵ BARROS, José D’Assunção. Escala: um conceito primordial para a geografia, história e demais ciências humanas. **Hist. R.**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 93-115, jan./abril 2020. p. 112-113.

e espaços diferentes. Os móveis que os animavam também diferiam. Em comum estava a ideia pragmática de história no entrelaçamento de passado e presente para a construção de um futuro. Varnhagen falando a partir da nação e Lisboa descrevendo e criticando a escala provincial possibilitam problematizar como essas espacialidades foram pensadas/reorganizadas no Brasil quando, dada a abstração da ideia de nação naquele contexto, ela acabava existindo com uma extensiva investigação do território para dar visibilidade às províncias, que efetivamente a fazia existir, momento de definição em que as ideias de continuidade (herança do período colonial, tratados de fronteiras celebrados) e unidade privilegiavam o centro em detrimento da região. Não por acaso o Instituto era Histórico e Geográfico.

1.4 As “formas” da historiografia brasileira oitocentista I

Este libro es al mismo tiempo la vida de un hombre y la historia de una época.
Bartolomé Mitre, 1857

As obras de cariz histórico publicadas nas províncias atendiam a demandas por saber sobre o passado que àquela altura experimentava uma necessidade de ser narrado. A urgência se apresentou no bojo da emancipação política, deixando patente a independência em relação a Portugal declarada em 1822 como evento motriz que desencadearia a interpretação dos tempos pretéritos da jovem nação. Uma data anterior, 1808, já abria a emergência de acolher uma nova dimensão de historicidade pela perspectiva de unificar a história do Império português agora com a cabeça na colônia americana com a transferência da Família real, implicando num desafio discursivo de articular um tempo e um espaço geográfico que então adquiriu centralidade. As primeiras décadas do século XIX no Brasil conviveram com a ausência de modelos institucionais que disciplinassem a escrita histórica, resultando numa variedade de gêneros, projetos e protocolos de pesquisa e exposição, de modo a formas antigas e novas estarem presentes no interior de uma mesma obra, dependendo das possibilidades de pesquisa, funções do relato e talento do autor¹⁶⁶. Uma história nacional foi sendo urdida entre as rupturas e

¹⁶⁶ ARAUJO, Valdei Lopes de. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 85-98, jan./jun. 2009. p. 86-87.

continuidades que levaram do Império luso-brasílico ao Império do Brasil, incorporando características do moderno conceito de história.

Segundo Padilla, a ideia de modernidade inaugurada no final do século XVIII requeria a criação de um novo espaço para “desarrollar experiencias fundadas menos en la emulación del pasado y más en futuros proyectados”, de modo que “a discordancia entre el pasado y el futuro convierte a esta “modernidade” en una época que aspira a autonomizarse con respecto a cualquier otra del pasado”¹⁶⁷. O fato decisivo que a distinguia era a relação com o tempo, convertendo-a numa época que aspirava se autonomizar frente a qualquer outra do passado. Imersa nesse processo, a história alcançou uma centralidade no vocabulário sócio-político a partir da década de 1830, passava a ser entendida como conjunto de novas experiências e categorias explicativas, não apenas como narração de sucessos pretéritos. Um exemplo interessante para acompanhar esse redirecionamento é a evolução da distinção entre historiógrafo (antiquário) e historiador moderno já marcado num dicionário da década de 1850. Ao passo que o primeiro se referia aos sucesos, reunindo materiais, o segundo selecionava, ordenava, examinava os feitos, julgava os homens e coisas, além de ser menos adulator e manter a imparcialidade¹⁶⁸.

Na América ibérica, o recorte 1750-1850 foi atravessado por etapas semelhantes ao esquema proposto por Koselleck para o contexto alemão nesta mesma delimitação temporal, assinalando que a transformação semântica da história passou pela reconfiguração dos projetos imperiais espanhol e português, influenciando no conteúdo e forma das novas narrativas, essenciais para a administração ao ofertar o registro do território e da história. De inspiração ciceroniana, numa primeira fase dominou um conceito que entendia a história como um gênero literário. Estimulada pelos movimentos políticos e sociais do pós-ruptura colonial, a segunda etapa tendeu para a assimilação de uma história nacional estruturando narrativas que dessem um sentido condizente com a nova situação política dos países recém-independentes, ainda que com incertezas quanto ao futuro (expectativa) e a convivência de formas de vida criadas anteriormente no novo espaço de experiência política (o corte ciceroniano apareceu numa versão amplificada e

¹⁶⁷ PADILLA, Guillermo Zermeño. Historia, experiencia y modernidade en Iberoamérica, 1750-1850. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. La era de las revoluciones, 1750-1850. [Iberconceptos-I]. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. p. 554.

¹⁶⁸ FARIA, Eduardo de. **Novo dicionário da língua portuguesa seguido de um dicionário de sinônimos**. v. II. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859. p. 326.

não nos moldes clássicos). Numa terceira etapa, novos debates surgiram articulando noções como as de progresso e civilização, gerando novos dicionários e a emergência de uma história da nação¹⁶⁹.

Afunilando o mesmo recorte para o contexto luso-brasileiro, João Paulo Pimenta e Valdeci Lopes observaram que entre 1750 e 1807 as tentativas de reformar o Império português e racionalizar a administração, buscando integrar os diferentes territórios que o compunham, estiveram ligadas a um movimento de laicização das narrativas. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 principiou um período de aceleração histórica nesse espaço, abrindo um segundo momento (1808-1831) onde o projeto político aliou tradição e inovação visando a enfrentar os tempos modernos. No âmbito da Academia Real das Ciências de Lisboa, o programa fundiu a demanda por uma história erudita que iluminasse o passado e orientasse o presente, influenciando na produção das agremiações congêneres de além-mar. No Brasil, entre 1831 e 1850, aproximadamente, a Abdicação de D. Pedro I inaugurou uma nova ordem, tendo na construção de uma história nacional uma necessidade, além de uma história da literatura, mesmo que fosse difícil pensar uma literatura nacional totalmente descolada da portuguesa¹⁷⁰. A fundação do IHGB se deu nessa conjuntura de crescente politização da escrita histórica. Consolidando-se na década de 1840, o fio condutor e maior objeto da narrativa foi, como já mencionado, a Independência de 1822.

Na diversidade dos relatos uma modalidade que ganhou relevo foi a das histórias de províncias. A Revista trimestral do IHGB muito se ocupou do debate nessa seara genericamente chamada de história regional – entendendo o sentido de regional como a representação da Corte sobre as províncias do Império – ela esteve entre os temas fundamentais no decorrer do Oitocentos em termos de fontes, artigos e trabalhos publicados, atestando seu peso no projeto de escrita da história nacional. Nesse âmbito, para o período 1839-1889, percebe-se que o Rio de Janeiro predominava entre as temáticas publicadas, seguido das Províncias do Mato Grosso, Rio Grande do Sul e

¹⁶⁹ PADILLA, Guillermo Zermeño. Op. cit. p. 562. Ressalve-se que as mesmas denominações podem adquirir valores distintos conforme circulem no idioma espanhol ou português.

¹⁷⁰ PIMENTA, João Paulo Garrido; ARAUJO, Valdeci Lopes de. História. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 121-136. Sobre a atuação da Academia, ver: SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da razão discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*, Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Pará¹⁷¹. Daí depreende-se dois aspectos principais: a preocupação com regiões de fronteira (delimitação de raias com os vizinhos) e a colocação da história das províncias segundo uma perspectiva centralizadora e regional (desde a Corte), almejando uma ligação orgânica entre as regiões e o centro político do Império. No que tange ao tratamento da questão, era privilegiada:

a perspectiva de considerar as regiões não nas suas especificidades - descartando com isso a polêmica do regionalismo - mas na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional. O fato de que é a partir do IHGB no Rio de Janeiro que a leitura dessas histórias regionais será empreendida, reunindo, assim, na capital da monarquia todos os conhecimentos relativos às províncias, é expressão evidente da existência, no interior da instituição, de um projeto intelectual claramente centralista¹⁷².

O rasgo centralista deste plano se articulava a um conjunto de interesses e questões políticas, econômicas e sociais, o que não desencorajava a produção de histórias particulares em vários cantos do Império, tivessem ou não o objetivo de mais tarde serem utilizadas como fontes para a história geral projetada. Além do conhecimento do passado local, escrever sobre a província encontrava acolhida em outros focos de grande valia como a iluminação de fatos nebulosos envoltos na memória oral da região, o mapeamento do território para melhor conhecer o país, contribuindo para a construção de uma identidade por meio do compartilhamento de uma história comum.

Para examinar aspectos como esses, remeto aos trabalhos: “Compêndio das eras da Província do Pará” (1838) de Antônio Ladislau Monteiro Baena, “Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí” (1855) de José Martins Pereira de Alencastre, “Memória histórica da Província de Santa Catarina” (1856) de Manoel Joaquim d’Almeida Coelho, “Anais da Província de Goiás” (1864) também de Pereira de Alencastre, “História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850” (1867) de Tristão de Alencar Araripe, “Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte” (1877) de Manoel Ferreira Nobre. Não é o escopo aqui analisar de modo mais detido essas obras, mas tão somente expor algumas linhas acerca das motivações e noções gerais do trabalho, daí a escolha pelos prefácios ou Discursos Preliminares, locais onde os autores abordavam o plano de trabalho. Note-se que as publicações citadas se deram entre as

¹⁷¹ MENDES, Luís César Castrillon. **Publicar ou arquivar?** A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889). 122f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011. p. 58. A presença do Mato Grosso na Revista se intensificou no período que antecedeu a guerra contra o Paraguai (1864-1870).

¹⁷² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 23-24.

décadas de 1830 e 1870, período de consolidação do Estado imperial e construção da ideia de nação, e processo de disciplinarização da história do Brasil a partir do IHGB. Especialmente acentuadas após a década de 1830, conceitos como o de nação sofreram uma progressiva historicização, marcando uma descontinuidade com o período anterior ao denotar a insuficiência que os conceitos disponíveis até então para pensar o novo horizonte aberto com a proclamação da Independência como categoria histórica¹⁷³. A relação com o tempo e o passado foi se descolando dos ciclos ligados à imitação e ao exemplo, passando a ser experimentada como produtora de diferenças e singularidades a serem demarcadas e reconhecidas.

Dedicar a narrativa histórica ao estudo particular das províncias foi um exercício que fez frente ao modelo privilegiado representado na história geral. Analisando o caso da província de Minas Gerais, Bruno Medeiros e Valdeci Araujo afirmaram que a leitura liberal da formação do Estado “como elemento aniquilador das autonomias locais alimentou uma tradição historiográfica subterrânea, na qual foi produzida uma leitura alternativa do processo de Independência que valorizou as diversas iniciativas do período colonial”¹⁷⁴, com isso gêneros como as corografias, memórias, cronologias e anais se tornaram menores ou auxiliares, ainda que se mantivessem como lugares de resistência. A revitalização desses gêneros reordenando as partes na história geral tinha a ver com a ideia de que o Brasil só poderia assumir seu destino histórico se Minas Gerais o revelasse via revisão da história local.

As obras enumeradas traziam como objetivos principais o conhecimento e divulgação da história da província, atentando para aspectos formais da escrita da história como a importância da pesquisa arquivística e da crítica documental. Um elemento comum entre os autores poderia ser representado pela declaração “Ao público” de Manoel Ferreira Nobre, segundo a qual seu trabalho como Oficial-Maior da Secretaria da Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte o despertou para tomar apontamentos que logo desejou trazer a lume para o conhecimento descritivo da província ainda inexistente. Informou que não escrevia a “história preciosa e interessante do Rio Grande do Norte: publico apenas tradições e pequenas reminiscências, que são sempre agradáveis ao espírito que se alimenta em pesquisar as coisas de seu torrão, por mais estéreis que

¹⁷³ ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 103-186.

¹⁷⁴ MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdeci Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 63, p. 22-37, 2007. p. 29-36. A discussão sobre a história geral será realizada no próximo capítulo.

pareçam: é um ligeiro ensaio”¹⁷⁵. O sentido de nomear o trabalho como ensaio aparecia mesmo no título: “Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte” – considerada a primeira história da província, alçando Ferreira Nobre à condição de primeiro historiador do Rio Grande do Norte – dando a entender que a empreitada cobijava modestos louros, dando-se por satisfeito em ofertar um primeiro relato historiográfico aos leitores comprovincianos e aos futuros escritores que se comprometeriam com a continuação da útil empresa.

Ferreira Nobre atuou em cargos políticos importantes da província, exercendo conjuntamente o papel de político e de intelectual. A “Breve notícia” não trouxe uma síntese histórica para o Rio Grande do Norte, compondo uma unidade narrativa, os capítulos não estavam organizados a partir de um ordenamento temporal, mas enfeixados de forma desconexa num somatório de informações sociais, econômicas, culturais, institucionais, políticas sobre as cidades e vilas da província à época. No trato com o material compulsado nos arquivos, não houve distinção e hierarquização das fontes para classificar como verídico ou inverídico – documentos oficiais e tradições fornecidas pelos habitantes das vilas e das cidades tiveram o mesmo valor na função de provar o texto – nem estabelecimento de uma crítica documental, mas reiterava um compromisso com a verdade¹⁷⁶.

As declarações de modéstia desfilavam entre os autores, todavia era ressaltado o mérito de fazer a narração dos fatos mais notáveis ocorridos na província autenticados por documentos “insuspeitos” e cuidadosamente verificados, como firmado por Tristão de Alencar Araripe na obra reconhecida como a primeira história de sua província, a “História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850”. Alencar Araripe disse não querer ostentar talentos de historiador, mas reflexões presentes no prefácio desta obra apontavam para certa consciência mais moderna sobre a escrita histórica, de ampliação dos atores importantes para o relato histórico:

Já é passado o tempo em que entendia-se a História somente como o registro dos crimes, das loucuras e dos infortúnios do gênero humano de maneira que o reinado cheio de obras pacíficas e proveitosas à sociedade considerava-se estéril sob a pena do historiador. Hoje porém

¹⁷⁵ NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971. p. 16.

¹⁷⁶ COSTA, Bruno Balbino Aires da. “**A CASA DA MEMÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE**”: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). 590 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. p. 69-90.

ele já sai do terreno das batalhas e dos conselhos dos reis para ocupar-se também do modesto cidadão¹⁷⁷.

Considerado o primeiro historiador cearense, Alencar Araripe apresentou a escrita da primeira história do Ceará como fruto do grau de civilização atingido pelas letras no Norte do Império. Para tanto, teceu uma narrativa organizada a partir das imbricadas questões de civilização, propriedade e indígenas, o que aponta para a hipótese de que a obra foi construída conscientemente para ser ofertada ao IHGB, inclusive pela abordagem sobre as questões indígena e jesuítica, produzindo, assim, um livro não polêmico para ser aceito, dada a sensibilidade que tais temas tinham no Instituto. A promessa era dividir o livro em duas partes: narrativa e documentos. Leitor dos historiadores antigos, estava convencido de que escrever era proferir julgamentos, numa metodologia tripartite: historiador, leitores e Tribunal da Posteridade, daí a importância das conclusões estarem fundamentadas na documentação, corroborando a autoridade judicativa nas provas. Contudo, os documentos não foram indicados ao final do livro, o que pode ser entendido como uma grande lacuna, já que possuiriam uma função metodológica fundamental no relato. A promessa do autor de apresentar uma nova maneira de historiar ficou em torno de citações das fontes no corpo do texto, antigas fontes não nomeadas e afirmações sem comprovação¹⁷⁸. Assumindo ao longo dos capítulos a função de comentar, copiar, compilar e criar narrativas, coube a Alencar Araripe a sinceridade de reconhecer as faltas.

O comentário de Alencar Araripe condensava uma preocupação com a crítica histórica em voga no período, o que incluía a confiabilidade ou não do trabalho do autor que servia de base bibliográfica. Sobre isso, na segunda parte da “Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí”, José Martins Pereira de Alencastre alertou para o problema da apreciação acrítica do material na feitura de uma obra, sustentada pela confiança nos antigos historiadores, ou pela preguiça de se lançar ao trabalho do exame e trabalhosa crítica assentada em “documentos verídicos, escrupulosamente estudados”, a consequência seria a reprodução das “galantes fábulas” que ainda envolviam a história do Piauí. Quanto a relatos sobre povos indígenas no Piauí, por exemplo, tinha por referência o “Tratado descritivo do Brasil” de Gabriel Soares de Sousa e questionava a “Corografia Brasílica” (1817) de Aires de Casal, entendia que aquele primeiro documento consultado não teria nenhum interesse em faltar à verdade, pois não se tratava de “uma

¹⁷⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. Prefácio. In: _____. **História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1867. p. V.

¹⁷⁸ HRUBY, Hugo. Tornar-se historiador no Brasil oitocentista: a escrita da primeira História da Província do Ceará (1867). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 22, p. 337-373, 2018. p. 343-364.

obra de especulação, como muitas, que hoje surgem dos prelos, e a que se não pode conceder em consciência senão o título de – mercadoria”¹⁷⁹.

A seleção dos documentos aparecia como dependente do processo de avaliação crítica do autor que servia como referência, independente de provir de uma autoridade reconhecida como Cazal. Nesse aspecto em particular, a “Memória” de Alencastre parecia mais atualizada com seu tempo do que a de Ferreira Nobre, num âmbito geral, pode ser vista como um exemplar da variedade das formas de se fazer história no Brasil oitocentista que articulava uma descrição histórica e corográfica num enredo cronológico. O próprio título já indicava a sequência das partes em que estava dividida. Primeiro a informação cronológica, ano a ano, dos sucessos desde o “descobrimento” do Piauí por Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra em 1675, até a posse da presidência da província por José Ildefonso de Souza Ramos em 1843, a segunda e a terceira partes foram dedicadas ao relato histórico e, por fim, na quarta parte realizou uma descrição da configuração geográfica da região, enfatizando rios, limites, fazendas e as freguesias do Piauí, semelhante ao exercício de informar sobre cada vila da província estruturada por Ferreira Nobre na “Breve notícia”.

A opção pelo enredo cronológico – com a narração dos eventos ocorridos em recortes anuais ou intervalos maiores – permaneceu relevante mesmo com a preferência por modelos narrativos mais modernos. Outro autor que também escolheu essa forma de exposição foi Antônio Ladislau Monteiro Baena no “Compêndio das eras da Província do Pará”. Buscando aproveitar os apontamentos que fizera enquanto encarregado da Estatística da Província do Pará, no que teve acesso aos arquivos públicos de Belém, assim descreveu o caminho que modulou o fio da narração:

Dei-me ao penoso trabalho de reuni-los em um volume copiando-os indiscriminadamente; isto é, sem alguma ligação sistemática ou derivação de uns de outros, não interrupta, nem violenta. [...] Concebi que melhor faria se organizasse a matéria observando uma dedução cronológica singela: fiz o esboço debaixo deste ponto de vista, e parecendo-me tolerável concluí o curioso e breve quadro, que me lisonjeio somente de haver delineado¹⁸⁰.

A explicação de Monteiro Baena, militar de carreira português que atuou por décadas na região, evidenciava que o plano era fazer o registro sumário dos acontecimentos locais, destacando dados geográficos físicos, demográficos, econômicos

¹⁷⁹ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XX, jan./mar. 1857. p. 18-24.

¹⁸⁰ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Discurso Preliminar. In: _____. **Compêndio das eras da Província do Pará**. Pará: Tipografia de Santos e Santos menor, 1838. s/p.

e das gestões dos governadores que se sucederam à frente da administração. Iniciando em 1615, quando aportou uma frota portuguesa conduzindo Francisco Caldeira de Castelo Branco, investido de poderes especiais para promover a conquista da Amazônia, e terminando com o registro de 1823, quando o Pará se tornou província do Brasil independente; o “Compêndio” se aproximava do gênero das efemérides, podendo servir de consulta para curiosos e fonte para obras posteriores. Monteiro Baena asseverou no “Discurso Preliminar” que seu objetivo era produzir uma história civil privativa do Pará, ainda inexistente – o trabalho mais contundente nesse caso era os “Anais históricos do Estado do Maranhão” (1749) de Bernardo Pereira de Berredo, mas que ele esperava ter sido dividido em duas partes, uma dedicada à história civil do Pará e outra à do Maranhão – não com “garbos e beldades” da linguagem, mas com a certeza da verdade dos fatos contida nos escritos oficiais e registros autênticos que passaram por seu exame ocular, isto é, na escrita histórica mais valia a veracidade dos fatos relatados a partir do exame documental do que a elegância do estilo, traço que ele reconhecia lhe faltar. A verdade primeiro, o estilo depois.

Note-se que os escritores elencados desempenhavam outras funções, ocupando cargos na administração pública, na política, e a atividade de pesquisa e escrita histórica estavam diretamente vinculadas ao exercício dessas funções podendo ser uma iniciativa pessoal ou encomendada pelo Estado imperial ou algum órgão da província. Essenciais para a inserção das províncias na grande narrativa nacional, livros como esses igualmente auxiliavam na integração política dessas “partes” do “todo”, exemplar no caso do Compêndio de Monteiro Baena versando sobre fatos e personagens da região amazônica.

Um servidor que tomou para si a tarefa de narrar o passado de outra província foi José Martins Pereira de Alencastre, dessa vez os “Anais da Província de Goiás”. A motivação foi manifesta logo na “Advertência” ao leitor:

Os deveres da administração nos levaram naturalmente à necessidade de também conhecer o passado da província. Foi quando tivemos ocasião de ler, mas dessa vez no próprio original, a *Memória* de Luís Antônio, que depois nos veio a servir de muito.

Vimos quanto era deficiente, verificamos os seus erros e lacunas, e por fim nos compenetrámos da necessidade de serem melhor devassados os feitos do passado, pelo muito que estava ainda oculto na poeira dos arquivos.

Desde que demos começo a esse estudo, foi com intenção feita de escrevermos os *Anais da Província de Goiás*¹⁸¹.

¹⁸¹ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XXVII, jul./set. 1864. p. 7. Grifo do autor. Não indicado o nome exato da referida obra de Luís Antonio da

Presidente da Província de Goiás entre 1861 e 1862, reconheceu o cônego Luís Antônio da Silva e Souza como o verdadeiro cronista daquela província, tendo todos os que lhe sucederam apenas copiado do seu relato, o que não o eximia de erros e lacunas que, embora desculpáveis, não podiam passar despercebidos. Estava aí seu interesse fundamental até ter o trabalho interrompido, deixando a obra incompleta. O traço mais curioso dos “Anais” foi a crítica contundente de Pereira Alencastre à administração colonial em geral e em Goiás de forma particular, atitude menos comum entre trabalhos publicados por um funcionário do Estado imperial nomeado diretamente pelo gabinete do Imperador na Revista do Instituto, ainda que o imperativo do período já fosse afirmar um presente e um futuro brasileiros, tentando diferenciar a tradição brasileira em relação à ex-metrópole numa operação delicada de simultaneamente expurgar e incorporar o repertório europeu herdado¹⁸².

A tônica expressa no “Discurso Preliminar” foi a da denúncia do atraso das antigas capitâneas por conta da política de exploração da antiga metrópole, e das medidas retrógradas mal pensadas e executadas em Goiás, que levaram à degradação dos colonos numa região próspera se bem administrada. O resultado final foi a transformação de uma grande mina de metais preciosos em uma das províncias mais pobres do Império, ancorada em inúmeras barbaridades cometidas à sombra do discurso da civilização e do direito de catequese.

O caso da “Memória histórica da Província de Santa Catarina” do major Manoel Joaquim d’Almeida Coelho girava em torno da extração de quanto já se tinha escrito sobre a província, confrontando escritores, arquivos e vários documentos inéditos colhidos nos arquivos antigos das Câmaras Municipais de Desterro, Laguna, São Francisco e Vila de Lages,

extraindo o que nos pareceu mais exato e verídico, nada mais fizemos que copiar o que outros escreveram, aproveitando alguns artigos do Snr. Silvério Cândido de Faria sem discrepância de uma só vírgula. Constitui pois o nosso trabalho em reunir membros dispersos, e d’eles compor um corpo imperfeito na verdade; porque só esquadrinhando os Arquivos antigos das Províncias de S. Paulo, Rio de Janeiro, e Bahia, se poderá combinar e julgar com exatidão de algumas datas e notícias,

Silva e Souza, poderia ser a **Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goiás (1812) ou a Memória Estatística da Província de Goiás (1832)**.

¹⁸² ALONSO, Angela. Apropriações de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 92.

necessárias a corroborar, ou destruir opiniões diversas de tantos Escritores¹⁸³.

Como citado anteriormente, o modelo que desejava dar unidade à escrita histórica no século XIX era atravessado por disputas e tensões, convivendo com modos alternativos de entender a prática do ofício e a diversidade de gêneros tradicionais para a exposição factual; e o traçado metodológico realizado por Almeida Coelho no excerto supracitado aparentava sua Memória dos compêndios, já em desuso à época. A ideia do compêndio era reunir escritos de outros autores que se ocuparam em estudar e escrever sobre a história de determinado lugar, fora dos moldes de uma história geral, compilação de várias obras com intenção de arrolar o maior número de fatos acerca do assunto, organizando-os em série por meio de uma dedução cronológica, logo, um trabalho que procurava registrar a sucessão dos eventos como um processo finito e compreensível. Nas palavras de Almeida Coelho, a “Memória” não passava de uma relação de fatos em que procurou ligar as datas, seguindo uma ordem cronológica, a que via como necessária nos escritos desse tipo. O mérito do autor estava na capacidade de organizar e coordenar o que já foi escrito anteriormente na composição de uma obra nova, fruto da junção coesa daqueles escritos de base.

Listando as obras e seus respectivos autores na Advertência ao leitor, Almeida Coelho chamou atenção para as fontes que utilizou provavelmente para assegurar com isso a origem comprovada dos fatos que narrou, ele mesmo reconheceu a falta que fazia a consulta aos arquivos das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia para confrontar e, se preciso, corrigir os dados fornecidos na bibliografia existente. Uma dessas obras foi o “Compêndio da História do Brasil” (1843) de Inácio de Abreu e Lima, um caso declarado de compilação. No Prefácio, Abreu e Lima declarou que pretendia lançar uma pedra no cimento do edifício que o IHGB estava construindo em prol da história pátria, apressando-se em informar que pouco ali era de “própria lavra”, serviu-se em grande parte do trabalho alheio, contentando-se em “assinalar os fatos sem nenhuma reflexão”, pois preferia “passar por simples cronista do que por historiador”¹⁸⁴.

O “Compêndio” tratava do Descobrimento à Maioridade, arrolando como referências estudos como as *Reflexões Críticas* e o *Diário de Pero Lopes de Sousa* editados por Varnhagen, a “Corografia Brasílica” de Aires do Casal, a “History of Brazil”

¹⁸³ COELHO, Manoel Joaquim d’Almeida. Advertência. In: _____. **Memória histórica da Província de Santa Catarina**. Santa Catarina: Tip. Desterrense de J. J. Lopes, 1856. s/p.

¹⁸⁴ LIMA, José Inácio de Abreu e. Prefácio. In: _____. **Compêndio da História do Brasil**. TOMO I. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. p. XI-XII.

de Robert Southey, resumida por Bellegarde, continuada por John Armitage e recopilada por Alphonse de Beauchamp, esta última versão foi a principal base do trabalho e o ponto nevrálgico da polêmica desencadeada entre Abreu e Lima e Varnhagen ao longo da década de 1840, com a acusação de plágio feita pelo segundo. O fato de basear o “Compêndio” na compilação da “Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu’à 1810” (1815) de Beauchamp era àquele momento já passível de críticas duras como a de plágio, dado os mecanismos de escrita como ausência de citação, por exemplo, o que não foi o caso do trabalho de Abreu e Lima, que indicou logo no prefácio a natureza do trabalho e qual havia sido sua maior referência. A explicação da denúncia de Varnhagen se dava justamente pelo descrédito que tal gênero gozava àquela época da constituição e profissionalização do campo historiográfico no Brasil voltado para a produção da história geral.

O projeto elaborado por Abreu e Lima se ligava às formas tradicionais de escrita da história que vinham sendo sobrepujadas por uma crescente historicização da realidade desde o início do século XIX, bem como a necessidade de documentos originais coletados nos arquivos. É possível que o sentido de “compilação” em algumas obras oitocentistas tendia a demonstrar que eram baseadas em documentos e fontes, compondo um substrato que atestava a veracidade de seu conteúdo, declarar que uma obra era compilada não equivalia a dizer que foi utilizado o mesmo método comum em séculos anteriores¹⁸⁵. De toda forma, situação semelhante se deu, novamente no Instituto, com a derrota da proposta de Júlio de Wallenstein de escrita pelo sistema de décadas, por ocasião do concurso vencido por Karl von Martius com o tema homônimo de “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843).

As obras listadas neste item possuíam importantes pontos em comum como o fato de iniciarem com o “descobrimento” e começo da colonização de cada província em destaque, indo até o evento da Independência, corroborando a data da emancipação como momento crucial dos esforços de escrita da história dali em diante, invariando entre as décadas abarcadas pelos trabalhos elencados. Nesse sentido, também se manteve a diversidade de formas em escritos desde as províncias após a década de 1850 – em que já haviam sido trilhados outros caminhos como a publicação da principal síntese histórica da época, a *História geral do Brasil* de Varnhagen – conservando modelos em franco

¹⁸⁵ SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 13, p. 45-62, dez. 2013. p. 53-55. Retornarei ao assunto da querela entre Varnhagen e Abreu e Lima no capítulo 3 desta Tese.

descompasso àquela altura, mas já combinados com características da historiografia moderna como a valorização da investigação arquivística e o uso de notas com documentos ao fim do volume como registro da veracidade do narrado no corpo do texto, denotando a convivência entre formas mais antigas e mais recentes na disputa pelo passado.

A busca pelos passados particulares estava imersa em fatos confusos, dificuldades com documentação e a construção da grande narrativa nacional, e a despeito das peculiaridades, a produção historiográfica nas Repúblicas do Pacífico guardava semelhanças com sua congênere do lado de cá da fronteira. Análogo ao Brasil, o interesse pelo conhecimento histórico possibilitou aos Estados-nacionais de formação recente como a Argentina, por exemplo, o início da configuração de um campo historiográfico nacional e, ao mesmo tempo, também desde as províncias, escrevendo uma versão do passado local que não tardou em tensionar com os relatos elaborados na capital com enfoque centralista e homogeneizador, que ocultava as diferenças espaciais existentes a nível regional para criar as histórias nacionais. Os letrados e historiadores locais responderam e confrontaram os modelos, correntes e ritmos impressos à prática historiográfica desde Buenos Aires, proliferando uma diversidade de escritos de variados gêneros discursivos para fazer inteligível a sociedade por meio do seu passado e cimentar uma identidade nacional como relatos autobiográficos, memórias, diários, ensaios, biografias, coleções documentais, revistas, além de polêmicas pela imprensa. Uma escritura engendrada por atores que desempenhavam papéis diversos na sociedade civil e no setor público, caracterizada pela prática individual num espaço intelectual aberto, escasso e heterogêneo, que privilegiava a forma narrativa, mesclando com outros gêneros literários.

Analisando a escritura desde a província de Santa Fe, Micheletti assinalou que esta se deu num cenário marcado por um estancamento social e econômico que foi caminhando em meados do século para um vertiginoso e acelerado crescimento, implicando no âmbito cultural, numa série de relatos testemunhais sobre o passado da província, fazendo a construção arquetípica do herói provincial e exaltando a figura de caudilhos como Estanislao López, figuras muito desprestigiadas pela historiografia centrada nos personagens e sucessos de Buenos Aires produzida por autores como Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López, prolongando-se na obra historiográfica argentina

posterior que a tomou por modelo¹⁸⁶. Assim, impulsionada pelos historiadores locais, foi surgindo em algumas províncias uma versão alternativa da história com sentido reivindicatório exaltando as histórias provinciais e os heróis locais. A autora distinguiu aquilo que chamou “protoespacio historiográfico” – referência ao estágio anterior à existência de um campo disciplinar autônomo na Argentina, sem instituições específicas ou profissionais da história – em duas fases sucessivas. A primeira, prolongada até o início da década de 1880, caracterizou-se pela credibilidade do historiador-testemunho e o cariz memorialista, formulando representações do passado provincial que seriam desenvolvidas adiante pelos historiadores da fase erudita e vindicatória aberta com a publicação da “Historia de López” (1881) de Ramón Lassaga, já com influência da obra mitrista e consciência embrionária do ofício de historiador, reivindicando o período das autonomias provinciais e o papel dos caudilhos locais, reclamando uma história feita desde as províncias como via adequada para verdadeiramente conhecer o passado nacional¹⁸⁷.

O caso santafesino permite constatar tendências e ritmos diferentes da produção historiográfica dentro da Argentina, situação próxima à observada no Brasil, guardadas as particularidades. As obras de autores brasileiros elencadas aqui não partilhavam dessa crítica ao modelo ditado desde a Corte. Se intencionavam divulgar e concorrer para o conhecimento da província – o *Jornal de Tímon* se incluía aqui – não se pode dizer que ensejavam uma contestação ao ideal da história nacional tal como se pensava à época, como o fez Lassaga.

Convivendo com uma história nacional que pretendia explicar o passado dentro dos marcos do Estado nacional que se consolidava, as histórias provinciais ou locais ficavam circunscritas àquele espaço, compreendido como preexistente à investigação, “constructo cultural resultante de un proceso histórico que mantendría su identidad y homogeneidad desde la colonia hasta el presente”¹⁸⁸, assentando-se sobre os mesmos pressupostos que legitimavam a história nacional instituindo um espaço como Estado-

¹⁸⁶ MICHELETTI, María Gabriela. Las tensiones nación/provincia en la configuración de la historiografía argentina. La escritura de la historia en Santa Fe (1850-1950). **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v. 8, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2017. p. 3-10.

¹⁸⁷ MICHELETTI, María Gabriela. Posibilidades y desafíos para una periodización de la historiografía santafesina. La protohistoriografía decimonónica. In: RAVINA, Aurora (Coord.). **Historia provincial, historia local, historia regional: una relectura en clave historiográfica**. Córdoba: Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos S. A. Segreti, 2014. p. 37-43. O início da historiografia santafesina como campo autônomo teria se dado entre 1907-1910. A noção de “protoespacio historiográfico” foi tomada ao trabalho de Gustavo Prando.

¹⁸⁸ LEONI, María Silvia. Las historias regionales y provinciales en Argentina: una aproximación desde la historia de la historiografía. **Revista Escuela de Historia**, Salta, n. 18, v. 1, p. 1-17, 2019. p. 6-8.

nação. Boa parte das obras elaboradas em Buenos Aires tratava exclusivamente do espaço rio-platense e se apresentava como história nacional, avaliando a produção efetuada nas distintas províncias como crônicas localistas e sem critérios científicos.

As condições de produção do conhecimento histórico no Rio da Prata durante o século XIX foi pautada em influências mútuas e geração de redes de intercâmbio que possibilitaram o desenvolvimento da disciplina, forjando relatos nacionais e imaginários sociais. Nesse sentido, historiadores de Argentina e Uruguai configuraram uma comunidade intelectual que superava as fronteiras territoriais, conformando um “espacio historiográfico rioplatense” de interação e articulação de projetos em comum, circulação de livros e documentos, bem como a fundação de instituições e periódicos, favorecendo a definição de campos historiográficos nos dois países. Letrados argentinos exilados em Montevideu por conta da oposição ao governo de Juan Manuel de Rosas influíram sobre os colegas uruguaios. A construção desse espaço recebeu também o influxo da produção histórica no Brasil, cuja presença teria se dado da seguinte maneira: letrados como Andrés Lamas, Teodoro Vilardebó, Florencio Varela e Mitre adquiriram conhecimentos e experiências ao conhecerem e/ou integrarem os quadros do Instituto e buscaram reproduzir seu modelo associativo em Montevideu e Buenos Aires, respectivamente com as criações do Instituto Histórico e Geográfico Nacional (IHGN, 1843) e Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata (IHGRP, 1854), concebendo a elaboração da história nacional. Os Institutos tiveram vida curta, mas constituíram as primeiras experiências de institucionalização dos estudos e da investigação histórica na região platina, abrindo caminho para os futuros Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai (refundado em 1915) e Academia Nacional de História da Argentina (1893)¹⁸⁹.

Permanecendo como labor individual até o fim do Oitocentos – e com os problemas inerentes ao trabalho de pesquisa como a precariedade dos repositórios públicos, a falta de incentivos econômicos por parte dos organismos públicos e as dificuldades de edição de livros – a elaboração das histórias nacionais se fizeram mais tarde em comparação com o Brasil, ficando a cargo de Bartolomé Mitre (“Historia de Belgrano y de la independencia argentina de 1857” e “Historia de San Martín y la

¹⁸⁹ CORBO, Tomás Sansón. Matrices institucionales y metodológicas de la historiografía rioplatense del siglo XIX. El influjo de Brasil. **CONFLUENZE**: Rivista di studi iberoamericani, Bolonha, v. 6, n. 1, p. 111-137, 2014. p. 112-134. Ver também: OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. **A querela de Clio na região do Prata e o Brasil**: tensões e diálogos da escrita da história nos Institutos Históricos e Geográficos (1838-1852). 164f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

emancipación sudamericana de 1887”) e Francisco Bauzá (“Historia de la dominación española en el Uruguay de 1895”). Lamas faleceu antes de concretizar seu projeto de escrita que, recorde-se, foi encomendado pelo Estado.

Em discurso de agradecimento pela nomeação como sócio na sede do IHGB em 1 de dezembro de 1871, Mitre anunciou que:

se considerava feliz em pertencer a uma corporação composta de membros tão distintos, de alguns dos quais se permitia chamar colega, considerando-se discípulo dos que nela caminhavam à frente das letras e das ciências sul-americanas. Que o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, perseverando em sua tarefa e trabalhando sem descanso, era a associação científica que mais alto se havia levantado na América do Sul, dando ao mundo um novo contingente que iluminará o horizonte da história, da geografia e da etnografia americana¹⁹⁰.

Os elogios de Mitre ao trabalho do IHGB demonstravam que a configuração do espaço historiográfico na região do Prata foi influenciado não só pelos modelos europeus exaustivamente assinalados na historiografia especializada, mas também pela aproximação com a agremiação brasileira e seus autores que publicavam na Revista trimestral como o Visconde de São Leopoldo e Varnhagen, ambos citados por Bauzá na “Reseña Preliminar da Historia de la dominación española”, por exemplo.

Os inícios da operação historiográfica de verniz moderno contou com a produção de coleções documentais, sendo uma das mais famosas a “*Monumenta Germaniae Historica*” na Alemanha. Em Portugal, Alexandre Herculano foi o responsável pela edição dos “*Portugaliae Monumenta Historica*” (1856-1873), abrangendo todo o gênero de narrativas históricas, crônicas, obituários, biografias, hagiografias, relações avulsas de um ou mais sucessos, ou inscrições que de algum modo iluminassem a história do país entre os séculos VIII e XV¹⁹¹. Herculano foi encarregado pela Academia Real das Ciências de Lisboa para examinar os arquivos e bibliotecas do Reino, verificando a existência de documentos e memórias anteriores ao século XIV, além da Torre do Tombo, resultando na publicação do mais abundante repositório de documentos impressos sobre a história do Portugal medieval. Na América também houve esforço desse tipo, o IHGB coordenou missões para a coleta de documentos e materiais variados em diversas províncias desde os primeiros anos de funcionamento. Na região platina, Pedro de

¹⁹⁰ IHGB. 16ª sessão em 1 de dezembro de 1871. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XXXIV, out./dez. 1871. p. 150.

¹⁹¹ HERCULANO, Alexandre. Prefácio. In: _____. *Portugaliae Monumenta Historica*. v. 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856. p. VI-IX. Na Academia Real das Ciências de Lisboa, a Seção de História e Antiguidades foi escolhida para preparar a publicação dos Monumentos Históricos de Portugal.

Angelis se empenhou em reunir, colecionar e publicar edições impressas sobre o passado e o presente dos países do Prata, o mais conhecido conjunto documental foi a “Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Río de la Plata” (1835-1839), dedicada a Juan Manuel de Rosas. De Angelis foi um dos principais escritores públicos ligados ao governo rosista, inclusive assumiu o posto de “archivero” do Archivo General de la Provincia de Buenos Aires, contrapondo-se aos escritos de opositores de Rosas como a Geração de 1837.

Compreendida como inauguradora do movimento romântico na região, a geração de escritores, publicistas e homens de Estado conhecida como Geração de 1837 constituiu um movimento intelectual importante centrado na construção de uma identidade nacional argentina, tendo entre seus principais nomes figuras como Juan Bautista Alberdi, Domingo Faustino Sarmiento, López e Mitre, autodeclarados filhos da Revolução de Maio – evento que marcou o estabelecimento da primeira junta de governo local da então capital do Vice-Reino do Rio da Prata, colônia espanhola – que desejavam implementar a renovação das ideias, o que entendiam ser a segunda fase da revolução, e que tiveram de realizar no exílio, principalmente no Uruguai¹⁹².

A Colección dirigida por Pedro de Angelis não apresentava critérios para ordenar os documentos em séries significativas, de modo que guardavam pouca relação entre si em termos cronológicos, temáticos ou espaciais¹⁹³, mas já encaminhava para a construção posterior de um relato unificado, demonstrando que a história queria se constituir numa forma válida de conhecimento baseada na análise crítica de documentos. O empenho metodológico se dava a ver nas atividades das associações, nas edições impressas e também nas polêmicas que letrados se envolveram como a travada entre Andrés Bello e os jovens José Victorino Lastarria e Jacinto Chacón no Chile em 1844 e 1848 em torno da questão: qual deveria ser o método adequado para forjar a história nacional. Bello defendia a história narrativa ou *ad narrandum*, Lastarria e Chacón, a história *ad probandum* ou filosófica como sistema para se aproximar do verdadeiramente acontecido

¹⁹² MYERS, Jorge. La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. In: GOLDMAN, Noemí. **Revolución, república, confederación: 1806-1825**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. p. 383-384. Sobre as coleções, ver: SCHELL, Deise Cristina. **Entre coleções e arquivos: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires, 1835-1852)**. Tese (Doutorado em História). 280f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

¹⁹³ WASSERMAN, Fabio. La historia como concepto y como práctica: conocimiento histórico en el Río de la Plata (1780-1840). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 4, p. 15-36, 2010. p. 28.

via cotejo de documentos de orígenes distintas. Bello explanou sobre a temática em artigo de 1848 para o *El Araucano* de Santiago:

se trata sólo de saber si el método ad probandum, o más claro, el método que investiga el íntimo espíritu de los hechos de un pueblo, la idea que expresan, el porvenir a que caminan, es oportuno relativamente al estado actual de la historia de Chile independiente, que está por escribir, porque de ella no han salido a luz todavía más que unos pocos ensayos, que distan mucho de formar un todo completo; y ni aun agotan los objetos parciales a que se contraen. ¿Por cuál de los dos métodos deberá principiarse para escribir nuestra historia? ¿Por el que suministra los antecedentes o por el que deduce las consecuencias? ¿Por el que aclara los hechos, o por el que los comenta y resume? [...]

Cada uno de los métodos tiene su lugar; cada uno es bueno a su tiempo; y también hay tiempos en que, según el juicio o talento del escritor, puede emplearse el uno o el otro. La cuestión es puramente de orden, de conveniencia relativa.

[...] Cuando el público está en posesión de una masa inmensa de documentos y de historias, puede muy bien el historiador que emprende un nuevo trabajo sobre esos documentos e historias adoptar o el método del encadenamiento filosófico [...] Pero cuando la historia de un país no existe, sino en documentos incompletos, esparcidos, en tradiciones vagas, que es preciso compulsar y juzgar, el método narrativo es obligado.

Cabe entre ambos una infinidad de matices y de medias tintas¹⁹⁴.

A discordância tinha seu ponto de tensão no estado da pesquisa histórica no país, uma filosofia da história tal como produzida na Europa era possível porque os sucessos estavam descobertos, os documentos encontrados e uma grande quantidade de crônicas já estavam disponíveis, realidade distante da experimentada no Chile, ainda que um passo importante fosse dado com a fundação da Universidad de Chile em 1842, inaugurada em 1843, desempenhando papel central na implementação de um modelo acadêmico para vários campos do conhecimento. Estabeleceram-se as linhas, estatutos e propósitos que definiram o cultivo profissional do campo histórico no país, concretizando a intenção de Bello (primeiro reitor) de inaugurar uma tradição de estudos históricos desde a universidade. A polêmica, ativada mais pelo prólogo do que pelo conteúdo do “Bosquejo histórico de las primeras campañas de la Independencia” (1850), expressava o desacordo de Chacón sobre o Chile seguir todos os passos que a investigação histórica atravessava na Europa, antes deveria se beneficiar deles, declarando-se crente no progresso indefinido, no que o acompanhou Lastarria¹⁹⁵.

¹⁹⁴ BELLO, Andrés. **Modo de escribir la historia**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6284204/mod_resource/content/1/Bello%20Modo%20de%20escribir%20a%20historia.pdf. Acesso em: 25/05/2022.

¹⁹⁵ ALVA, Joseph Dager. El debate en torno al método historiográfico en el Chile del siglo XIX. **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, v. 28, p. 97-138, 2002. p. 119-123.

A defesa dos critérios de imparcialidade e verdade não impedia a motivação política ou pessoal na seleção de temas históricos, nesse âmbito, Lastarria e Bello também divergiam ligeiramente quanto à abordagem sobre o passado colonial. O primeiro era mais crítico ao que via como uma mentalidade colonial nas instituições culturais e políticas, obstaculizando o desenvolvimento democrático do país; Bello era mais moderado e, mesmo não justificando o legado do passado colonial, não acreditava que os hispanoamericanos estavam por ele irremediavelmente corrompidos, apostando na possibilidade de uma história politicamente neutra. Ao lado do desejo de influir numa mudança político-cultural, estava em curso um processo de profissionalização dos estudos históricos no Chile com o desenvolvimento de uma série de procedimentos de revisão, crítica e incentivos que resultaram na escrita de sucessivas obras¹⁹⁶. Essas ferramentas foram utilizadas por Diego Barros Arana na obra mais influente da historiografia chilena oitocentista publicada em 16 volumes entre 1884 e 1902, a “Historia jeneral de Chile”. No “Prólogo”, explicou:

Al emprender esta historia, he adoptado de propósito deliberado el sistema narrativo. Me he propuesto investigar los hechos con toda prolijidad en los numerosos documentos de que he podido disponer, i referirlos naturalmente, con el orden, el método i la claridad que me fuera posible para dejarlos al alcance del mayor número de los lectores. Sin desconocer la importancia de la aplicacion del método sintético o filosófico al arte de escribir la historia, he obedecido en mi eleccion a razones que creo necesario esponer¹⁹⁷.

A escolha de Barros Arana exprimia sua filiação ao modelo narrativo defendido por Bello, compreendendo-o como uma forma que exigia dotes intelectuais que poucos historiadores possuíam, até pelo imperativo do tempo, que parecia não se contentar mais com uma história pautada apenas nos sucessos políticos e militares.

A questão nacional ocupou o centro das preocupações historiográficas durante o século XIX, e na Argentina outras polêmicas discutiram modelos de escrita e interpretação históricas, protagonizadas por Mitre contra Dalmacio Vélez Sársfield na década de 1860 e Vicente Fidel López entre 1881 e 1882. Na primeira, Vélez Sársfield criticou os documentos e memórias utilizados, o conteúdo e a interpretação de Mitre sobre pontos relativos à história da Revolución de Mayo como o papel das províncias no processo revolucionário e sua hierarquização na definição do sentido da nação, também

¹⁹⁶ JAKSIC, Iván. Imparcialidad y verdad: el surgimiento de la historiografía chilena. **Estudios Públicos**, Santiago, n. 132, p. 141-170, 2013. p. 141-164.

¹⁹⁷ ARANA, Diego Barros. Prólogo. In: _____. **Historia jeneral de Chile**. Tomo Primero. Santiago: Rafael Jover Editor, 1884. p. VIII.

questionou o protagonismo de Manuel Belgrano, ainda que sem uma contraprova documental, fator que Mitre usou para desqualificar a censura recebida. A segunda polêmica – animada por Mitre e López dezessete anos após a primeira – foi considerada um evento fundacional da historiografia rioplatense. Diferente de Vélez Sársfield, López não se dispôs a ceder o lugar de historiador na contenda para Mitre, nesse momento a crítica já se definia menos por um problema interpretativo do que pela legitimidade e autoridade daquele que a promovia, adquirindo rasgos normativos no sentido de fixar regras para o trabalho do historiador¹⁹⁸. Não por acaso Mitre apelou para suas redes de contato formadas por historiadores e homens de Estado como critério de autoridade como Benjamín Vicuña Mackenna e Barros Arana.

As polêmicas poderiam ser meios de debate metodológico para a construção do conhecimento histórico como prática, assentando suas bases e proporcionando um amadurecimento da narrativa historiográfica, as demarcações de “o que”, “quem” e “como” escrever, bem como as tensões e lutas que permeavam o processo de disciplinarização e profissionalização da história e dos historiadores que, muitas vezes, eram também homens de Estado que se ligavam diretamente à construção da ideia de nação, uma unidade que combinasse tempos e espaços, buscando resolver um passado comum e problemas também comuns, o que acentuava a potencialidade política do discurso histórico. Articular histórias provinciais e histórias nacionais ilustra que para ser efetiva a história devia estar escrita, divulgada e aceita socialmente; diante da ausência da figura do historiador profissional era a escritura do passado que produzia sujeitos de conhecimento histórico, submetendo-a ao escrutínio público¹⁹⁹.

Ao narrarem suas províncias, os atores sociais destacados neste item contribuíam para a narrativa da nação brasileira tanto em termos de inclusão histórica, quanto geográfica, fazendo conhecer e divulgando locais distantes do centro intelectual do Império capitaneado pela Corte no Rio de Janeiro. Em ambos os casos trabalhavam para a construção da identidade nacional, pedra fundamental do projeto do Segundo Reinado e do IHGB.

¹⁹⁸ EUJANIAN, Alejandro Claudio. Polémicas por la historia. El surgimiento de la crítica en la historiografía argentina, 1864-1882. **Entrepasados**, Buenos Aires, año VIII, n. 16, p. 9-24, 1999. p. 12-20. Ao fim e ao cabo, as perspectivas dos autores não eram tão díspares, López não era alheio ao rigor heurístico e não faltava a Mitre uma dimensão filosófica.

¹⁹⁹ WASSERMAN, Fabio. Escritura, política e historia en el discurso de la generación de 1837. **Anuario del Centro de Estudios Históricos**, Córdoba, n. 5, p. 15-36, 2005. p. 12-16.

Capítulo 2

Uma história nacional ou desde a província?

*Uma das maiores empresas do mundo (dizia o conde da Ericeira, D. Luiz de Meneses) é a resolução de escrever uma história.
Francisco Adolfo de Varnhagen,
1857*

Há quatro séculos, no Ocidente, afirmou Michel de Certeau: “me parece que “fazer a história” remete à escrita”²⁰⁰, e escrever história no Brasil oitocentista exigiu (re)configurações narrativas e interpretativas acerca do passado colonial, e também do presente identificado aos novos moldes de uma nação independente. As definições de como se deveria escrever a história do Brasil se relacionavam, entre outras, com as possibilidades de pesquisa em arquivos e bibliotecas brasileiras e estrangeiras, e consequente maior acesso e variedade de documentação, a ligação com associações como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a existência de um público interessado em ler sobre história, bem como as escolhas de forma, conteúdo e enfoque; além do caso de autores que se beneficiavam ou não de algum patrocínio para publicizar seus trabalhos.

A relação entre a escrita da história, a questão nacional e a produção desde as províncias, e o desenvolvimento de modos variáveis de experiência do tempo foram temas deste capítulo, destacando as obras de Varnhagen e Lisboa.

2.1 Escrevendo história no Oitocentos II

*Escribo como medio y arma de combate, que combatir es realizar el pensamiento.
Domingo Faustino Sarmiento, 1852*

As histórias das províncias compunham um importante problema historiográfico no Brasil imperial. Ao tempo em que se projetava uma história geral, não havia um consenso sobre a maturidade para levar adiante tal empresa dentro do IHGB. Na intersecção desses dois pontos estava a escrita histórica no Brasil imperial. Um juízo

²⁰⁰ DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. XIX.

significativo acerca dessa indefinição foi exposto por Lisboa na introdução dos primeiros números dos *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão*: das pequenas províncias de um Estado “não é mister escrever um corpo completo de história; bastam simples e modestas memórias, que sirvam depois ao trabalho complexo que compreenda o todo”²⁰¹.

A hesitação de Lisboa no início da década de 1850 encontrava uma discussão em vigor desde os primeiros anos do Instituto. No Extrato dos Estatutos publicado no Tomo I da Revista, Cunha Barbosa declarou que o objetivo do IHGB era coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos interessantes para a história e geografia do Brasil, devendo se ramificar pelas províncias para realizar a coleta de documentação e manter correspondência com agremiações de igual natureza como o Instituto Histórico de Paris²⁰². A proposta de criação do grêmio já implicava numa centralização do conhecimento advindo e a respeito das partes do Império, expedições foram organizadas e chefiadas por sócios com esse intento como as duas de Gonçalves Dias em 1851, imbuídas de percorrer as províncias de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A primeira comissão foi responsável pela coleta de documentos inéditos, livros, manuscritos esquecidos que pudessem compor as bibliotecas da Corte e servirem na elaboração da história nacional, em outras palavras, integrar as províncias à história geral do Brasil²⁰³. Importa acentuar, nesse sentido, que “é por demais simples reduzir a questão a uma oposição esquemática entre o centro e suas periferias. Entre esses dois polos interpõe-se toda uma série de níveis intermediários”²⁰⁴, as relações entre a Corte e as províncias eram matizadas por dinâmicas diversas que não deixava de influir na elaboração da escrita histórica como o acesso a documentação, definindo um alargamento ou não da pesquisa.

²⁰¹ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 24.

²⁰² IHGB. Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo I, p. 18-20, jan./mar. 1839. p. 18. Para Guimarães, “Guardadas as especificidades históricas de cada uma, próprias da natureza da discussão da “questão nacional” em seus respectivos espaços de origem, podemos pensar o Institut Historique de Paris como fornecedor dos parâmetros de trabalho historiográfico ao IHGB, e instância legitimadora, cuja chancela poderia dar um peso relevante e destaque a uma história nacional em construção, como a brasileira”. Ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 13.

²⁰³ COSTA, Bruno Balbino Aires da. “**A CASA DA MEMÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE**”: O *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). 590 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. p. 36.

²⁰⁴ REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, set./dez. 2010. p. 442.

No “Discurso” de inauguração, Cunha Barbosa timbrou que a tarefa seria possível com a “coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império” atraídos ao Instituto pela glória nacional²⁰⁵. Para tanto, critérios eram necessários para sua consecução, no que foi importante a divulgação dos programas históricos. Herdados das academias setecentistas, interrogavam sobre questões inerentes à construção da história e impasses das pautas vigentes no período, compartilhando uma perspectiva que acolhia os caracteres nacionais e referências europeias. Em favor de um passado comum, nos programas se buscava conciliar demandas políticas e questões disciplinares da produção do saber histórico que começava a ser sistematizado a partir da organização do Instituto, dirimindo dúvidas e controvérsias, fixando parâmetros metodológicos e balizas temporais num espaço e tempo então definidos como nacionais²⁰⁶. Na sessão de 6 de julho de 1841, por exemplo, foi apresentado o programa histórico em que se oferecia um prêmio para quem elucidasse a dúvida sobre a viagem do Caramuru, Diogo Álvares Correa, à França. Voltando à pauta em 1847, venceu a monografia de Varnhagen intitulada *O caramuru diante da história* (1848).

Para orientar a busca de documentos nas províncias se propunha uma série de programas. Os obreiros se dedicaram a organizar as etapas que aqueles interessados pelas coisas pátrias deveriam seguir como os programas de Cunha Barbosa e Rodrigo de Souza da Silva Pontes, “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro” (1839) e “Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?” (1841), respectivamente. A parte histórica do texto do secretário perpétuo recomendava a busca por notícias biográficas manuscritas ou impressas sobre brasileiros ilustres e seus serviços prestados ao país, cópias autenticadas de documentos acerca da história antiga e moderna, bem como

²⁰⁵ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839. p. 10.

²⁰⁶ DIAS, Fabiana Rodrigues. **Por entre legados e demandas**: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856). 112 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009. p. 11-74. O IHGB se via aparentado com associações literárias do Brasil setecentista como a Academia Brasílica dos Esquecidos (Salvador, 1724) e a Academia Brasílica dos Renascidos (Salvador, 1759). Havia nestas uma acepção erudita de tradição antiquária (coleccionismo, trabalho de acumulação de fontes primárias). O conceito de Academia nas Monarquias ibéricas e exportado para as Colônias remetia às tentativas de superação de sua decadência frente aos países mais adiantados da Europa, seguindo o padrão clássico francês (identificado com a Monarquia) que se enfraqueceu com a Revolução de 1789. Na França, a ideia dos Institutos sobreveio pela percepção da necessidade de entidades de natureza semelhante para promover as artes e as ciências de acordo com o espírito da Revolução. Ver: WEHLING, Arno. **De formigas, aranhas e abelhas**: reflexões sobre o IHGB. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010.

notícias extraídas de secretarias, arquivos e cartórios civis e eclesiásticos. Outras descrições que interessavam eram as dos costumes e estado de civilização dos indígenas, comércio interno e externo das províncias, fenômenos naturais curiosos que merecessem menção e informações sobre fauna e flora. A segunda e terceira partes, sobre a geografia e recomendações para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), visavam a desenvolver a agricultura e indústria nas províncias²⁰⁷. Não se tratava de um espaço de competição acadêmica como já se observava nas universidades europeias, e sim de um espaço em que os membros escolhidos eram eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas na Europa ao longo do século XVIII, o que conferia uma marca elitista e muito próxima da tradição iluminista de “esclarecer”, desempenhando “papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá na discussão da questão nacional”²⁰⁸.

Acompanhando Cunha Barbosa, as considerações de Pontes centraram sobre o envio de material para o Instituto e a organização de viagens científicas para buscá-lo nas províncias, até como maneira de elucidar algum ponto da história ou geografia não suficientemente aclarado pelos escritos e mapas disponíveis. Do ponto de vista do método empregado, defendeu que comissões redigissem para cada província acerca dos conhecimentos que poderiam ser objeto dos estudos, questões e indicações apropriadas para cada uma, acomodadas aos estudos especiais, a posição social das pessoas destacadas para resolver tais proposições, e do exame dos assuntos²⁰⁹. Manter contato com letrados de outros países e sociedades científicas – solicitando o auxílio do Ministério dos Negócios Estrangeiros – ajudaria no processo, algo previsto nas bases da fundação do Instituto.

A procura nas províncias foi reforçada por Karl von Martius, articulando uma defesa da unidade nacional representada também na escrita da história:

²⁰⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo I, p. 109-110, 1839. p. 109-110. A SAIN se preocupava com o desenvolvimento das atividades produtivas das províncias objetivando integrá-las ao progresso da economia da nação, ao IHGB caberia cuidar do progresso na escrita histórica, o processo que o país atravessou e se aproximou do padrão de civilização europeu. Ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011. p. 73.

²⁰⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 5.

²⁰⁹ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO III, n. 10, p. 149-157, 1841. p. 156. Grifo do autor. Retomarei a questão das viagens como parte do trabalho de pesquisa no próximo capítulo.

Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas Províncias; estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciousa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as Províncias, relações recíprocas. [...] deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as Províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas.²¹⁰

Era imperativo escrever as histórias especiais de cada uma das províncias, todavia, o intento final seria a escrita acerca do “Todo Unido”. A imagem de um país uno sustentado na Monarquia se refletia na própria discussão sobre como a história do Brasil seria escrita: uma história nacional ou, primeiro, de cada uma das províncias?

Independente da relação que pudesse ou não guardar com os quadros do Instituto naquele momento, a discussão disposta por Lisboa nos *Apontamentos* se aproximava da posição de se pensar antes as histórias de cada parte do Império e num momento posterior proceder ao relato do todo. Não havia uma coesão no Instituto, membros defenderam a possibilidade de se escrever uma história nacional já naquele momento e outros se mostraram contrários, este último caso se observou no artigo de Raimundo José da Cunha Mattos – um dos pais fundadores – a “Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil” (1863), segundo o qual ainda não lhe parecia possível escrever a história geral do Império do Brasil, exortando os colegas a examinar obras sobre o Brasil publicadas por nacionais e estrangeiros, fazendo a boa crítica de escritos inexatos e fabulosos anteriores ao ano de 1822, compartilhando da opinião de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, presidente do Instituto. Defendia que:

Um crítico muito austero deve presidir ao exame destes monumentos; observar o talho da letra, a cor e o estado das tintas, confrontar as eras ou as coisas com pessoas, enfim desempenhar os deveres de bom paleógrafo e bom cronólogo. Se os escritores do Brasil tivessem praticado estas regras que são imprescriptíveis [sic], e aconselhadas desde a mais alta antiguidade por aqueles que estão reputados mestres dos historiadores, não teríamos o desgosto de encontrar ficções em vez

²¹⁰ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845. p. 402.

de realidades, e de ler mui desfigurados alguns dos mais belos episódios dos fastos brasileiros²¹¹.

As prescrições de Mattos indicavam a necessidade de aperfeiçoamento da coleta e armazenamento dos documentos colhidos, bem como da definição de um padrão de escrita da história, de modo que mais valia escrever as histórias particulares das províncias e só depois alguém que dispusesse de conhecimento, abundância de fontes, tempo e talento suficiente assumiria a tarefa de erigir o monumento da história nacional. Ele mesmo quis contribuir ao editar trabalhos como o “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás” (1836) e “Épocas brasileiras ou Sumário dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil” (1974, póstuma). Era se contentar com o pouco bom para adiante alcançar o ótimo. O trato com o passado, necessário à construção de uma representação unitária do presente da nação em forja, implicava uma série de desafios como quais as referências a serem escolhidas (textos e autores predecessores), os regulamentos para busca de documentos, os temas mais relevantes, os “fatos memoráveis” a não caírem no esquecimento, a periodização adequada²¹².

Foi pioneira a iniciativa de Cunha Mattos em definir uma cronologia para essa escrita, dividindo-a em três momentos, a saber: uma primeira época compreendendo o conhecimento acerca dos indígenas; uma segunda abarcando o descobrimento e a administração colonial; e uma terceira iniciada com a Independência e a instalação do Império. No conjunto, apontavam para a consciência da ruptura efetuada pela emancipação – implícita no título do programa, “Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil” – colocando a escrita da história nacional no tempo da política.

A falta das histórias particulares dificultava a costura das partes, que preexistiam ao país independente. O projeto da história geral comportava fazer a integração das províncias a uma ideia de território comum, unido e bem delimitado, numa operação do centro em direção às partes, o que não significava excluir os interesses das elites provinciais, por exemplo. Os governos das províncias também organizaram expedições

²¹¹ MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XXVI, 1863. p. 122-138. O texto foi provavelmente escrito entre 1838 e 1839, mas só publicado na Revista na década de 1860.

²¹² SGRIGNERO, Adriano Augusto. **Em busca da originalidade e unidade da nação: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os Pareceres e Juízos publicados pela RIHGB (1838-1860)**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010. p. 193.

para o conhecimento da geografia local, até pelas possibilidades de exploração das potencialidades econômicas dos recursos, o que convinha também aos objetivos do IHGB e do Estado imperial²¹³. Como já aludido no capítulo anterior, o sentimento particular dos provincianos chamado de provincialismo ou bairrismo passou a ser compreendido como potencial perigo à construção de um patriotismo a ser caracterizado pela homogeneidade do país, aspecto que não ficava de fora do projeto de escrita da história. Foi a ele que Varnhagen se referiu quando explicou ao Imperador sua motivação ao escrever o *Florilégio da poesia brasileira* (1850) e biografias de brasileiros ilustres de várias províncias: enfeixar as províncias e fazer “bater os corações dos de umas províncias em favor dos de outras, infiltrando a todos os nobres sentimentos de patriotismo de nação, único capaz de desterrar o provincialismo excessivo”²¹⁴. Na carta por ocasião da conclusão do segundo volume da *História geral do Brasil* (1857), reafirmava considerar o patriotismo um sentimento *sublime* que levava o homem a expor até sua vida pela pátria ou pelo soberano que personificava seu *lustre e glória*, mantendo o sentido de oposição entre ele e o provincialismo, associado a interesses egoístas.

Seguir as diretrizes contidas em programas como os de Cunha Barbosa e von Martius esbarrava nas longas distâncias entre as províncias do Império, na precária conservação dos arquivos públicos e particulares (o que sobreviveu à voragem do tempo e, por vezes, ao desleixo), e mesmo nas revoltas que ocorreram em várias regiões, atrasando o envio dos documentos. Das províncias do Norte, o material só conseguiu chegar com mais frequência aos arquivos da Corte na segunda metade do Oitocentos. O plano de organização observava a ordem cronológica e a impressão na Revista, tornando-se ao final propriedade do Instituto Histórico. Na Província do Ceará, pouco conhecida até então, a investigação do passado foi construída por um grupo heterogêneo de letrados escritores de histórias, expressando uma pluralidade de critérios, não unânimes. Houve muito trabalho de pesquisa e escrita em jornais, livros, revistas, e depois nos institutos regionais, portanto, fora do “lugar autorizador”, o IHGB²¹⁵. A questão era como agregar a história da nação às províncias, fossem elas mais próximas ou mais distantes da Corte, o que implicava uma série de adequações e/ou mesmo censuras pontuais.

²¹³ COSTA, Bruno Balbino Aires da. Op. cit. p. 47.

²¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 246.

²¹⁵ HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil**: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). 371f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2012. p. 100-149.

Segundo Manoel Guimarães, o trabalho de narrar sobre os acontecimentos históricos não tratava de salientar as peculiaridades das diversas regiões, antes cabia acentuar o que tinham em comum, corroborando a centralidade do Instituto no conhecimento sobre as províncias²¹⁶. Todavia, houve atuações em direção diversa como o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (IHGPSP), que buscou acentuar as singularidades dessa província. A ideia de fundar a agremiação partiu de um grupo de letrados atuantes em 1855, iniciativa que encontrava acolhida nos Estatutos do IHGB, sendo sua primeira filial provincial. Embora houvesse essa previsão no momento da fundação, o IHGB só concedeu a autorização das atividades do IHGPSP em 1863, data última que se tem notícia de sua atuação permanente. A demora do reconhecimento pode ter provindo de uma preocupação do IHGB com um eventual controle que aquele Instituto poderia exercer sobre a escrita da história do Rio Grande, enfraquecendo-o como principal divulgador da história do sul, além de tocar em questões sensíveis como a Revolução Farroupilha (1835-1845).

A intenção de trabalhar como “braço” do IHGB no Rio Grande visava a juntar esforços para construir o “tipo nacional”, mostrando aos brasileiros como aquela província fazia parte da construção da nação. Para tanto, operou na seleção dos temas, do que poderia ser publicado sem gerar desconforto à matriz, inclusive nas lembranças de quando a província esteve ao lado do governo central. O IHGPSP ter o comando da escrita da história do Rio Grande era uma possibilidade de afirmar uma identidade local e autonomia dentro do Estado, impedindo o esquecimento de determinados fatos²¹⁷. Findada a atuação e a publicação da Revista do IHGPSP, a narração dos feitos do passado rio-grandense passou a se dar no âmbito da literatura em associações como o Partenon Literário (1868-1885), que também não conseguiu competir com a autoridade do IHGB.

A produção de histórias desde as províncias podia ser encarada como inconveniente ao projeto historiográfico centrado no IHGB, revelado nos trabalhos de von Martius e Varnhagen, e como meio de exposição das fragilidades da monarquia centralizada, igualmente defendida naquele plano. A feitura da história geral atuaria no duplo efeito de organizar a narrativa da nação e funcionar como dispositivo discursivo

²¹⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 163-164.

²¹⁷ BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial**. 315f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. p. 36-141.

para resolver a emergência das narrativas particulares que assinalavam as identidades regionais, principalmente se apresentasse cunho separatista. O próprio empenho em conhecer o vasto território vasto marcado pelo isolamento e pela fragmentação era uma resposta à tomada de consciência dessa fragilidade, datada do processo de Independência, “durante o qual a política das Cortes de Lisboa para o Brasil foi caracterizada como ‘dividir para dominar’”²¹⁸.

A escrita da história do Brasil conformava, portanto, um trabalho que incluía os esforços parciais e por vezes conflitantes dos letrados em diferentes partes do país, extrapolando o projeto da grande síntese sobre o passado elaborado na Corte e lançando sua concretização para um futuro incerto. Exemplar de obra escrita numa província, a “História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850” de Alencar Araripe se mostrou afinada com os textos catalisadores programados pelo IHGB desde as escolhas temáticas até o oferecimento ao Instituto, afirmando a premência das histórias parciais naquele momento: “Nas futuras idades se escreverá a história do império, por ora só materiais podemos reunir, a história parcial das províncias constituirá o depósito desses materiais”²¹⁹. Impressa em Pernambuco em 1867, foi lida na agremiação e reconhecida na Corte do Império imediatamente à sua publicação, realizando o intento de investigar, sistematizar e narrar os acontecimentos locais para contribuir com o relato nacional. Comum nas discussões entre as províncias, uma das linhas se colava na exibição dos lugares de nascimento dos primeiros heróis, por vezes em detrimento da exatidão cronológica da existência desses²²⁰. A esse respeito, Alencar Araripe exaltou as ações do índio Felipe Camarão nas guerras contra os holandeses, espelhando uma disputa entre o Ceará e o Rio Grande do Norte pelo berço do personagem já destacado em outras obras como a *História geral* de Varnhagen.

Na passagem do arquivo à escrita, a necessidade de articulação e sistematização das fontes documentais reunindo manuscritos, registros variados, testemunhos e tradições orais dependia também da visita in loco, daí von Martius ter defendido a atenção ao “tom local” para despertar o interesse no leitor. Expor as particularidades poderia resolver equívocos que produziam óbices políticos nas províncias, concorrendo para o

²¹⁸ ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 144.

²¹⁹ ARARIPE, Tristão de Alencar. Prefácio. In: _____. **História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1867. p. VI.

²²⁰ HRUBY, Hugo. Tornar-se historiador no Brasil oitocentista: a escrita da primeira História da Província do Ceará (1867). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 22, p. 337-373, 2018. p. 339-356.

aconselhamento do governo e a construção do quadro nacional ao relacionar o geral e o específico. O trabalho de pesquisa, no entanto, tropeçava em dificuldades como a declarada por Lisboa em carta de fevereiro de 1854, lamentando o envio de documentos do Maranhão para a Corte efetuado pelo comprovinciano poeta:

V. S^a. deixou no arquivo da câmara alguns livros interessantes, mas suponho que levou os melhores. A falta deles me tem causado, e há de causar ainda grandes embaraços nos trabalhos que trago entre mãos. [...] Será possível virem a meu poder os mais importantes desses livros? [...] Sobre não serem muitos os livros que V. S^a. levou (apenas doze) e bastar que viessem só os mais importantes, é certo que eu aqui mais facilmente poderei escolher e fazer copiar o que me convém²²¹.

A queixa a Gonçalves Dias renovava uma reclamação que o próprio poeta já fizera quando lembrou ao governo não ser justo que as municipalidades e arquivos provinciais ficassem sem seus acervos: “Conviria, portanto, procurar-se algum meio para que não sofram os arquivos provinciais com o engrandecimento do central”, pois poderia “no futuro encontrarem-se homens como os Srs. Acioli e Baena, que na falta de tais depósitos nada ou muito pouco possam fazer em proveito da história do Brasil”²²². Aqui transparecia a tensão entre o provincial e o nacional na grande obra de escrever a história da nação, pois o esvaziamento dos repositórios regionais em prol do enriquecimento do arquivo central do IHGB prejudicava o andamento das narrativas particulares.

A experiência do tempo estava diretamente ligada aos modelos de escrita histórica. A mescla entre concepções antigas e novas no Brasil das décadas de 1810 e 1820 promoviam continuidades e rupturas conforme as singularidades daquele contexto marcado pela declaração da Independência, constituída como uma revolução do tempo dada a ver nos almanaques, calendários, na circulação de ideias, na velocidade dos impressos²²³. Até os anos 1840 as duas grandes matrizes na produção do conhecimento histórico eram a história geral (foco no tempo, narrativa, história política e civil) e a história natural (corografia, descrição espacial, enciclopédias), sendo substituídas por novos programas disciplinares ao longo do século XIX. A figura do historiador deixava o papel de simples cronista ou moralista buscando edificar os exemplos, para encarnar um tipo moderno que combinava elementos clássicos e modernos ainda que sem um

²²¹ DIAS, Antônio Gonçalves. **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias**. v. 91. Anais da Biblioteca Nacional, 1971. p. 20.

²²² Apud RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1978. p. 55.

²²³ PIMENTA, João Paulo; COSTA, Wilma Peres. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, p. 52-70, jan./abr. 2021. p. 66.

modelo institucional definido, variando entre um jornalista independente ou um letrado com mais ou menos compromisso com a gestão do Estado, por exemplo. As obras de homens como José da Silva Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Hipólito José da Costa e estrangeiros como Alphonse de Beauchamp, Angliviel de la Beaumelle e Ferdinand Denis contribuíram sobremaneira para a “tradição historiográfica” no período de orientação do processo histórico no Brasil pós-1808, até a década de 1830. Subgênero da história geral, as memórias contavam com grande e variado repertório de temáticas (caráter vantajoso para um uso político imediato) e eram tidas como fonte segura para determinar o sentido dos fatos²²⁴.

A respeito do conteúdo veiculado na Revista do IHGB, Lúcia Guimarães dividiu a produção intelectual dos consócios do Instituto ao longo do Segundo Reinado em documentos contemporâneos e não contemporâneos, distinguindo a memória como os documentos coligidos do passado distante e a história como a produção contemporânea deles. Nesse sentido, tratou sobre a categoria “memória histórica”, definindo-a como dissertação sobre um tema histórico. Diferenciando-se da memória ao tratar do geral/universal, a história se dedicaria a criar uma narrativa única sobre a nação, enquanto a memória histórica pautava sobre um tema específico, limitado e recortado²²⁵. Um caso desse modelo seria as “Memórias do Distrito Diamantino” de Joaquim Felício dos Santos (1868), indicando uma relação com a tradição das memórias ilustradas e contraposição com a maneira de articulação da narrativa histórica no IHGB²²⁶.

Analisando a escrita sobre a Província do Rio Grande do Norte, Bruno Costa também ressaltou que muitos documentos e textos historiográficos eram publicados sob o título de memórias, notas, notícias históricas para fazer narrações políticas, não significando que se tratava da mesma coisa, ao que tudo indica, as memórias eram gêneros distintos e buscavam criar uma representação para o passado local. Nesse sentido, já no alvorecer da República os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN, fundado em 1902) demonstravam maior interesse por temas e

²²⁴ ARAUJO, Valdei Lopes de. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 85-98, jan./jun. 2009. p. 88-91.

²²⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, jul./set. 1995. p. 510-513. A autora afirmou que a quantidade dos documentos não contemporâneos publicados foi maior do que o triplo dos escritos contemporâneos, assim os letrados do IHGB teriam se esmerado mais no que diz respeito à Memória. Quanto à História, deixaram a desejar.

²²⁶ NOVAES, Eder Liz. **Joaquim Felício dos Santos**: republicanismo e cultura historiográfica (1869-1871). 196f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2014. p. 18. Publicado inicialmente na coluna Distrito Diamantino do jornal O Jequitinhonha, o livro tratava da história da região diamantífera.

temporalidades mais antigas, apontando para um compromisso com certa leitura da história comprometida com a objetividade do historiador desde a seleção do material²²⁷. O modelo das crônicas não se mostrava promissor para estabelecer uma narrativa geral da nação por fazer uma descrição minuciosa das especificidades das regiões realçando mais as diferenças do que as semelhanças entre as partes, daí em sua dissertação von Martius ter lamentado que as obras disponíveis sobre as províncias estavam ressentidas do espírito das crônicas, não satisfazendo as exigências da verdadeira historiografia, assim “o autor, que dirigisse com preferência as suas visões sobre uma d’estas circunstâncias, corria o perigo de não escrever uma história do Brasil, mas sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias”²²⁸.

A escrita da década de 1840 já identificava os impasses, tensões e disputas que marcaram os processos de nacionalização do passado e institucionalização da pesquisa histórica no Brasil, admitindo variados tipos de (re)configurações narrativas e interpretativas sobre o passado colonial²²⁹. Pode-se falar, assim, num regime historiográfico relacionando os métodos de fazer história e as ordens temáticas do tempo²³⁰, considerando que a noção de regime historiográfico diz respeito às formas de escrita e elaboração do saber histórico efetivadas em determinado regime de historicidade, e que este último permite a coexistência de uma variedade daquele. Escrever desde as províncias ou adotar a perspectiva do grande relato nacional era possível porque a produção histórica no Brasil oitocentista comportava diferentes formas de narrar a experiência frente aos acontecimentos, mais especialmente com o processamento da Independência e a abertura de um novo horizonte de expectativas.

Escrever a história do Brasil requeria certo ordenamento do tempo que elaborasse um sentido de identidade para a nação, aquilo que Ilmar de Mattos chamou “tempo saquarema”, articulando elementos como a centralização do poder, a consolidação do Estado imperial na metade do século XIX e a articulação de dois conceitos orientadores que identificavam esse tempo como superior, porque seria “o *lugar* da Ordem e da

²²⁷ COSTA, Bruno Balbino Aires da. Op. cit. p. 18-19.

²²⁸ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. cit. p. 399-400.

²²⁹ OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Ordering time, nationalising the past: temporality, historiography and Brazil’s “formation”. *Historiein*, Athens, v. 17, n. 1, 2018. p. 1.

²³⁰ LENCLUD, Gérard. Traversées dans le temps. *Annales HSS*, n. 5, p. 1053-1084, sep./oct. 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-annales-2006-5-page-1053.htm>. Acesso em: 24 mai. 2021. p. 1073. Sobre isso, ver também: HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013; HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014; NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

Civilização”²³¹. O projeto centralizador do Estado imperial aparecia também no trabalho de centralização da prática historiográfica no IHGB, lugar que buscou enformar a nação definindo-a como uma unidade política, equacionando a relação entre o geral e o particular, empregando uma metodologia e seleção das fontes; o que não impedia exercícios em direção diversa como o caso do IHGPSP, que aspirou conciliar a identidade local do Rio Grande do Sul com o passado nacional.

Em sessão de dezembro de 1849 D. Pedro II, que então começava a participar mais frequentemente das reuniões da agremiação, declarou:

é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que os tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade [...] concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria²³².

Os novos estatutos de 1851 marcaram uma consolidação e maior profissionalização do IHGB. Para conseguir o ingresso, exigia-se uma demonstração de suficiência literária com a apresentação de um trabalho de história, geografia ou etnografia, não mais bastava o convite e a aprovação da comissão de admissão. A fala do Imperador indicava uma orientação rumo à escrita de uma história que chegasse ao seu próprio tempo, erigindo um padrão de civilização para o Império materializado também no mundo das letras. Compreender o tempo da nação era uma das tarefas principais que o historiador brasileiro deveria realizar, não um tempo todo homogêneo ou em sentido único, a articulação de diferentes dimensões temporais construía esse tempo da nação que, “como entidade política, estava em permanente mutação”, um tempo irrequieto que foi domesticado pelos inventores da estabilidade monárquica²³³.

Ao lado da história, a literatura também tinha uma contribuição a dar. A fronteira entre elas era tênue e ambas se encontravam unidas por uma preocupação comum que os perpassava e interconectava: a formação da identidade nacional. Saliente-se, porém, que, embora os campos pudessem ser permeáveis, talvez os domínios não o fossem tanto. Por exemplo, ninguém diria que a *História geral* era um romance. O conceito de literatura operado no início do século XIX correspondia a um conjunto de obras que deveriam estar

²³¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 285. Grifo do autor.

²³² IHGB. Extrato da ata da sessão de 15 de dezembro de 1849. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XII, out./dez. 1849. p. 552.

²³³ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 188.

distribuídas entre os gêneros retóricos, havendo espaço para uma imitação do passado em seus conteúdos ou em suas formas, admitindo certa imitação desde que não fosse cópia, daí a dificuldade de trabalhar com uma língua para duas literaturas independentes. Avançando no tempo, a percepção de um autor como Gonçalves de Magalhães era da literatura como processo, capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade ao longo do espaço e do tempo. O conceito em Magalhães era mais elástico, reunindo as diversas histórias literárias em uma literatura e não na soma de obras produzidas por nascidos no Brasil²³⁴. É possível compreender o uso do termo literatura – em vez de letras ou belas-letras, mais usuais – como a passagem para um conceito historicizado, tendo em vista as transformações conceituais acentuadas especialmente após a década de 1830.

A progressiva historicização de conceitos como literatura e nação marcou uma descontinuidade com o período anterior, sobretudo pela insuficiência dos conceitos disponíveis até então em permitir pensar o novo como categoria histórica, um problema colocado pela forma como se consolidou a autoconsciência do processo de Independência enquanto criação de uma nação nova. A relação com o tempo e o passado ainda condicionada por elementos clássicos ligados a imitação e o exemplo, ou ao entendimento geral do universo como repetição de leis eternas e eventos cíclicos²³⁵ foi abandonada quando o tempo passou a ser experimentado como produtor de diferenças e singularidades, até como respostas à aceleração do tempo histórico catalisada pelas Revoluções Industrial e Francesa.

O desejo pela autonomia literária se tornou mais vivo após a Independência, e o Romantismo foi aparecendo como caminho favorável à expressão própria da recém-fundada nação, fornecendo concepções e modelos que permitiam afirmar as particularidades do Brasil²³⁶, o que significou principalmente escrever sobre coisas locais, buscando o que seria genuinamente nacional, e tendo nos indígenas e na natureza exuberante os principais eleitos. Enquanto uma questão política e cultural, articulando literatura, história e política, a nação criada pelo movimento romântico brasileiro proclamou as especificidades nacionais pretendendo encontrar a civilização europeia²³⁷,

²³⁴ ARAUJO, Valdei Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). *SÆculum* – Revista de História, João Pessoa, n. 20, jan./ jun. 2009. p. 54-61.

²³⁵ ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 103-186.

²³⁶ CÂNDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanistas FFLCH/USP, 2002. p. 20.

²³⁷ RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. XXVII-XXVIII.

quadro que se desenhava pelo fato de que parte significativa dos letrados que circulavam pela Corte era composta por políticos ou ocupantes de postos na burocracia imperial, por vezes também adquirindo algum título de nobreza. Essas esferas estavam entrelaçadas na vida e atuação desses homens que se viam diante da “missão” de forjar uma nação a partir do Estado ainda não completamente estabelecido, difundindo sentimentos e pensamentos patrióticos num imenso território marcado por pouca aproximação entre as províncias.

No esforço para a definição de uma literatura nacional, destacaram-se obras como o Parnaso Brasileiro, ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, quanto já impressas (1829) de Januário da Cunha Barbosa e o *Florilégio da poesia brasileira* (1850) de Varnhagen, bem como a criação da Revista Niterói (1836). Como que convencido da existência de uma literatura nacional, tão certa quanto a materialidade dos livros e manuscritos que lhe davam forma, a compilação de Cunha Barbosa optou por peças escritas por brasileiros e não seguiu a cronologia delas, pois foi reunindo e publicando à medida que tomava conhecimento²³⁸.

É possível notar uma mudança sensível do Parnaso ao *Florilégio* em termos metodológicos, ou do modo de constituição de uma literatura genuinamente brasileira. Varnhagen adotou como critério apresentar as poesias pela ordem cronológica dos autores, colocando uma biografia antes das composições de cada um no intento de oferecer o que lhe parecia *mais americano*, afirmando que “a poesia brasileira tem que declarar-se independente da mãe-pátria”²³⁹. Em sua leitura, o Brasil já tinha bons nomes para se inspirar como Basílio da Gama, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e José de Santa Rita Durão, que tiveram biografias publicadas na Revista do Instituto. Ele mesmo assinou as de Santa Rita Durão (1846), Gonzaga (1849) e Inácio José de Alvarenga Peixoto (1850), entre as muitas que publicou na seção Biografia dos brasileiros ilustres por armas, letras, virtudes, etc..

Criada em Paris por Francisco de Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto-Alegre, João Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azeredo Coutinho e Domingos José Gonçalves de Magalhães, a Revista Niterói foi um marco das discussões em torno da nacionalidade da literatura brasileira. Para esse grupo de escritores, a literatura testemunhava o grau de civilização e o caráter de determinado povo ou geração. Já no

²³⁸ ARAUJO, Valdei Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). *SÆculum* – Revista de História, João Pessoa, n. 20, jan./ jun. 2009. p. 51. O uso de “coleção” era pertinente, dada a aparente desordem com que foram elencados os poemas.

²³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prólogo. In: _____. *Florilégio da poesia brasileira*. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. p. IV.

primeiro número, o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” (1836) de Gonçalves de Magalhães – organizado em três partes: primeiro, tratou do conceito de literatura e de como deveria ser a sua história, depois pensou a aplicação desses princípios ao Brasil, por último, discutiu a existência de uma literatura indígena e seu papel no futuro da literatura nacional – preconizou uma ruptura com o padrão português, censurando os três séculos de governo colonial que julgava ter esmagado o Brasil com mesquinhas políticas que atrapalharam o progresso da civilização no país, sufocando o potencial criativo. Caberia ao século XIX restaurar as ruínas e reparar os erros do passado, o que se daria pelo conhecimento da história e do estado atual, pois, se o futuro saísse do presente, a grandeza do passado se mediria por sua justa avaliação no presente. Acreditava, assim, que “Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence”²⁴⁰, unindo passado, presente e futuro em torno da tarefa da construção nacional.

Colocando o “Ensaio” de Magalhães ao lado do *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil* (1847, colocado como introdução ao *Florilégio*) de Varnhagen, nota-se uma diferença fundamental entre ambos que ajuda na caracterização da obra dos dois autores como um todo. Magalhães censurou a antiga Metrópole, já Varnhagen fez uma leitura histórica de autores e obras, registrando descontentamento pelo desinteresse dos colonizadores em trazerem “da árvore-mãe seiva poética bastante, para produzirem frutos com ajuda do clima da terra”²⁴¹, todavia por vezes justificando as ações da metrópole. As preocupações de Varnhagen poderiam ser consideradas românticas, porém numa direção oposta à versão brasileira simpatizante de um Romantismo indianista que elegeu os nativos elemento definidor da nacionalidade, abordagem que lhe valeu algumas polêmicas, desafetos e frustrações em sua relação com o Instituto. De todo modo, seu trabalho ainda era o mais próximo daquilo projetado na principal instituição dedicada a pesquisa histórica no Brasil.

2.2 A história geral, os “quadros de ferro”

O ótimo é inimigo do menos mau. Não era justo que enquanto não podíamos alcançar o ótimo, nos contentássemos com o péssimo, que péssimo era não possuir a

²⁴⁰ MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. Niterói, **Revista brasiliense, ciências, letras e artes**, Paris, TOMO I, 1836. p. 137-144.

²⁴¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil. In: _____. **Florilégio da poesia brasileira**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. p. X.

*nação uma história geral,
digna deste nome, e sisuda
e imparcialmente escrita.
Francisco Adolfo de
Varnhagen, 1857*

A classificação elaborada por José Honório Rodrigues precisava a história geral como atinente especialmente aos fatos políticos, administrativos, constitucionais, legais, diplomáticos, militares, econômicos, sociais, religiosos e intelectuais de um país, e a história particular ou local como aquela que se limitava a descrever uma província, um Estado, uma cidade, conforme os princípios da primeira, não se podendo sustentar que aquela fosse a soma das histórias locais – as generalizações não seriam seguras se não levassem em conta os desenvolvimentos locais – mas uma história detalhada do desenvolvimento de uma comunidade representaria a mais legítima contribuição à história nacional²⁴². No Brasil, o todo se antecipou às partes, a primeira edição de uma história geral foi publicada antes da divulgação das histórias das províncias mais elaboradas. Se algo não faltava ao futuro *Visconde de Porto Seguro* era a convicção de que seu trabalho promovia a mais relevante contribuição à história pátria daquele *século oscilatório*, quiçá da história da história do Brasil como um todo. A avaliação pouco modesta que externou em carta ao Imperador de 8 de julho de 1853, tão logo concluído o último capítulo da *História geral do Brasil*, animava o ímpeto de ser naquele momento o grande esclarecedor das névoas que pairavam sobre o conhecimento histórico acerca do país:

quando me lembro do trabalho que tenho tido em juntar documentos, quase desde a minha infância (tal que me faltara hoje o ânimo para começá-lo segunda vez), e dos estudos históricos a que me tenho dedicado, sinto quase a convicção de que [se] os meus trabalhos se perdessem, ficaria a nossa história ainda por depurar de erros, - quem sabe por quanto tempo...²⁴³

Varnhagen se colocou na posição de oferecer a obra de síntese que o IHGB postulava. Como já aludido, o debate sobre a preeminência da história geral ou das histórias provinciais atravessou a pauta de como se deveria escrever a história a partir do Instituto. A escritura da história geral do Brasil passava pela observação de critérios que foram escrutinados pelos sócios ao longo de anos em sessões, discussões e programas

²⁴² RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**. 2. ed. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 188-189.

²⁴³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 206.

históricos. No início do século XIX prevaleceu o ideal de uma obra de conjunto a ser produzida em um ou muitos volumes, sustentada por fontes confiáveis e laboriosamente reunidas. Januário da Cunha Barbosa foi da opinião de que esse trabalho poderia ser elaborado por uma equipe tutelada pelo Instituto:

Esta tarefa, em nossas circunstâncias, bem superior às forças de um só homem ainda o mais empreendedor, tornar-se-á fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que atraídos ao nosso Instituto pela glória nacional, que é o nosso timbre, trarão a depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil²⁴⁴.

O secretário perpétuo sugeria um inventariado dos arquivos estrangeiros e provinciais para a consecução de uma história que apontasse os erros das obras então publicadas sobre o Brasil. A qualificação de uma história geral e filosófica vinculava um traço iluminista já disputando lugar com a especialização e profissionalização com os critérios de seleção das fontes oficiais como opções mais confiáveis para a escrita.

O “Discurso” requisitou um letrado compadecido com o “gênio brasileiro”. Embora existissem afinidades com o imaginário europeu – o elogio das riquezas naturais, o futuro auspicioso – as ideias de Brasil construídas nas relações comerciais e nos relatos de viajantes reproduziriam alguns dados precisos, mas tantos outros duvidosos. Partindo desse ponto, obras escritas por estrangeiros foram analisadas por comissões do Instituto como a “História do Brasil” (1839) do português Francisco Solano Constâncio, o parecer foi o de que o autor não se mostrou comprometido com a verdade e a imparcialidade, incorrendo em graves inexatidões geográficas sobre a Província do Rio Grande do Sul. Assinado por Cândido José de Araújo Vianna e Silva Pontes, o Juízo condenou a obra de Constâncio também pelo posicionamento sobre a Independência do Brasil, concluindo que “alteração da verdade histórica, injustiça para com os homens, e política absolutamente errada, são as qualidades mais preeminentes do historiador, a que ora se aplica o escalpelo da crítica”²⁴⁵. Purificados no “crisol da crítica”, outros exemplares da “herança preciosa” – histórias do Brasil produzidas por nacionais e estrangeiros

²⁴⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839. p. 10. Ver também: GONÇALVES, Sérgio Campos. A Figura do Intelectual e a Razão Universal na Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, Londres, v. 2, n. 1, p. 37-69, mar. 2013.

²⁴⁵ PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva; VIANNA, Cândido José de Araújo. Juízo sobre a História do Brasil publicada em Paris pelo Doutor Francisco Solano Constâncio. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, n. 2, 1839. p. 82. Para os pareceristas, havia no autor um “sentimento de despeito” pela emancipação de Portugal.

conhecidas pelos fundadores do Instituto – tiveram melhor aceitação como o “Tratado descritivo do Brasil” de Soares de Sousa e, sobretudo, a dissertação de von Martius.

Havia especificidades nas avaliações sobre obras estrangeiras e nacionais. Os juízos e pareceres publicados acerca daquelas apontaram os equívocos dos autores nas descrições do país e relato de sua história, quanto às últimas, a crítica se estendia com denúncias de plágio. Saliente-se que o conteúdo dos pareceres também expressava o debate político sobre temas importantes para a construção nacional como a questão das fronteiras, eventualmente resultando em apoio ou indisposição entre pareceristas e avaliados. Nesse sentido, a crítica de certa forma divulgava posicionamentos políticos num momento conturbado e frente à multiplicação de impressos, fazendo muitas vezes do critério da imparcialidade defendida nas apreciações uma janela para a prática da censura²⁴⁶.

Discursos como o de Cunha Barbosa lançavam balizas para a confecção de uma historicidade para o Brasil e com isso, o IHGB ia se consolidando como o lugar de produção oficial de uma história do Brasil unificada, ao tempo em que ele mesmo definia os próprios contornos, ancorando-se em práticas e desafios políticos que transpareciam nas escolhas dos trabalhos aprovados ou não para publicação na Revista. A falta de consenso sobre questões de ordem metodológica, a instituição de uma periodização para a escrita da história do país, talvez ajude a explicar o motivo de a agremiação não chancelar uma obra que ocupasse em definitivo o status de história nacional, nem mesmo a *História geral* de Varnhagen. A formulação de critérios e métodos para a escrita da história do Brasil produzida nessas obras e os “textos de fundação” (na expressão de Manoel Salgado Guimarães) como os programas de Cunha Barbosa e Silva Pontes na definição de procedimentos para busca documental, e Cunha Mattos na exposição de um roteiro cronológico, fundavam uma disputa pelo passado. Outro fundamento que cumpria resolver era o da periodização, critério que Henrique Júlio de Wallenstein – concorrente de von Martius no concurso promovido pelo IHGB – buscou atender em 1843 na dissertação intitulada “Sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”, publicado na Revista somente em 1882. Propondo o sistema de décadas como

²⁴⁶ SGRIGNERO, Adriano Augusto. **Em busca da originalidade e unidade da nação**: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os Pareceres e Juízos publicados pela RIHGB (1838-1860). Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010. p. 124-192.

plano mais acertado, Wallenstein recebeu da comissão encarregada de julgar o melhor trabalho o parecer de que:

o autor desta memória não compreendeu bem o pensamento de nosso programa, porquanto as vistas deste Instituto não se podiam contentar com as simples distribuições das matérias, e isto por um método puramente fictício ou artificial, que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma historia no gênero filosófico, como se deve exigir atualmente²⁴⁷.

A proposta premiada, por sua vez, não indicou uma periodização, mas foi julgada modelo suficiente para quando fosse possível ser realizado, a partir dali era obra do tempo e desde logo já direcionar as investigações. A proposta de uma história geral pragmática e filosófica dizia respeito a uma história escrita com qualidade literária e retórica, e que revelasse as causas das transformações históricas, preferindo a narrativa como forma de organização e exposição²⁴⁸. Herança da cultura iluminista do século XVIII, tinha a ver com a elaboração de um conhecimento sistemático e ordenado, porém o historiador conduziria seu trabalho não por uma abstração prévia, e sim por meio da pesquisa e coleta dos dados, um inquérito previamente formulado que direcionasse o objeto de investigação. Pelas prescrições de Cunha Barbosa, a narrativa histórica restituiria a vida aos eventos pretéritos, por isso desejava “salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos [...], pela glória nacional”²⁴⁹.

A exigência de uma história filosófica descartava o critério cronológico como único (não fornecia o sentido e a finalidade do trabalho de escrita histórica), daí a restrição aos anais e crônicas como formas legítimas do gênero histórico, então em redefinição. De mais a mais, esses programas disputavam a reconstrução do passado, revelando as tensões e disputas que envolviam a escrita da história do Brasil numa narrativa que integrasse o passado “a um tempo e espaço agora percebidos como nacionais”²⁵⁰. Por vezes chamada universal e vista como a correlação das histórias especiais, ela fora encarada até ali como tarefa para um trabalho em equipe, mas passou a figurar com a exigência de outras resoluções políticas, formais e teóricas, para reunir e coordenar um modelo explicativo

²⁴⁷ Apud MENDES, Luís César Castrillon. **Publicar ou arquivar?** A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889). 122f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011. p. 93.

²⁴⁸ ARAUJO, Valdeí Lopes de. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 85-98, jan./jun. 2009. p. 89-90.

²⁴⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. Op. cit. p. 10-13.

²⁵⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 100-102.

geral e um aparato crítico e documental capaz de definir também a relação com o Estado. A história geral que teve lugar no IHGB – e em Varnhagen a maior realização – conseguiu equilibrar a demanda erudita de crítica documental, “a forma narrativa e a exibição de uma interpretação geral da formação histórica da nacionalidade que preservava e projetava o Estado Imperial centralizado como grande personagem do relato”²⁵¹.

Acerca do seu plano pessoal, Varnhagen dissertou:

desde que nos propusemos a consagrar ao Brasil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa história geral da civilização do nosso país, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo: e por tanto arrostamos com os prováveis desassossegos e injustiças futuras, – se é que não já presentes. Embora! Deu-se em todo caso o primeiro passo. Fez-se, por assim dizer, a primeira resenha geral ou antes o primeiro enfeixe proporcionado dos fatos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na História Geral, em lugares convenientes; indicaram-se as fontes mais puras e genuínas; e estes dois serviços (independentes do estilo e da maneira de pensar, que são especiais a cada historiador) ficam feitos. [...] Não era justo que enquanto não podíamos alcançar o ótimo, nos contentássemos com o péssimo, que péssimo era não possuir a nação uma história geral [...] ²⁵².

Mostrando-se consciente de que o *pensamento atrevido* que tivera ainda frequentando as aulas na Europa e transformado em narração histórica seria escrutinado pelos novos historiadores parciais que não tardariam a aparecer, apontava que a história geral não era um gênero absoluto ou uma “história total”, imaginando que o trabalho de outros historiadores deveria ser integrado à sua história, um tipo específico de história, uma grande obra que somente o tempo, o processo histórico poderia concluir²⁵³. Em outra ocasião, contudo, deu conta ao Imperador que a redação da *História geral* estava em 1654, e os holandeses já se tinham ido, assunto para o qual dedicou três capítulos e acreditava ser suficiente se comparado a outros historiadores mais minuciosos de antes ou depois dali. Refletindo sobre a própria escrita, Varnhagen afirmava sua identidade como historiador e se julgava capacitado para suprir esta *necessidade nacional*.

²⁵¹ MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 63, p. 22-37, 2007. p. 24-28. Os fundadores do IHGB falavam numa história que fosse filosófica, pragmática e crítica. Sobre isso, ver: WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 40-44.

²⁵² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. VI.

²⁵³ ARAUJO, Valdei Lopes de; CEZAR, Temístocles. The forms of history in the nineteenth century: the regimes of autonomy in Brazilian historiography. **Historein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018. p. 13.

Se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende²⁵⁴, o modelo de Varnhagen foi o principal expoente do ordenamento temporal que preconizava a formação de um Estado nacional centralizado e territorialmente unificado como coroação de um processo civilizador iniciado com a colonização²⁵⁵. A *História geral* fora dedicada ao Imperador e apareceu assinada apenas por um *sócio do Instituto Histórico do Brasil*. A nação despontou como categoria de reflexão privilegiada para a apreensão dessa historicidade nas primeiras décadas do século, no entanto, as relações entre história e nação não foram homogêneas. O movimento em direção a padrões modernos de autonomia não esgota a diversidade da vida intelectual oitocentista, mas foi um traço estruturante de grande relevância, muitos projetos, ideias e ações foram obscurecidos pela grandiosidade e sombra da nação²⁵⁶.

Antes de pensar a história apenas como instrumento para a política, é mais interessante acompanhar como a ideia moderna de história se fundou no Brasil e se constituiu em conhecimento sobre si própria, depois sobre a nação, isto é, a história pensou sobre si e logo transformou a nação em seu principal objeto. Com isso, articulasse a constituição de uma história científica, seus usos políticos e a construção de uma ideia de nação e de passado marcada por ausências, esquecimentos e supressões que conferiram um sentido histórico à história brasileira²⁵⁷. Uma história que foi atravessada por uma “retórica da nacionalidade”²⁵⁸. Unindo a história e a geografia – em companhia da literatura e da etnografia – buscou-se singularizar essa retórica, constituindo-se como campos de saber que explicassem a existência de uma nação, ao longo do tempo, formada por “brasileiros”; articulando uma memória dos fatos e do espaço ordenado agora também pela palavra.

A *História geral* fora traçada, segundo Varnhagen, mais em *serviço do país* que das letras. Sua concepção era a de um conhecimento histórico aplicado ao

²⁵⁴ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 2, mar. 2009. p. 14.

²⁵⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Ordering time, nationalising the past: temporality, historiography and Brazil’s “formation”. **Historiein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018. p. 2-3.

²⁵⁶ CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). **Rev. antropol.**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018. p. 81-82.

²⁵⁷ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatáhy (Org.). **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 43-56.

²⁵⁸ CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 29.

aperfeiçoamento da realidade social, e os instrumentos para isso eram os estudos monográficos e as biografias de cunho pedagógico, especialmente para o exercício de funções públicas. A história também serviria ao melhoramento da administração pública, por isso estava convencido de que a elevação de uma narrativa sobre a nação era, simultaneamente, uma elevação dessa nação e do regime que a governava, e sua obra poderia prestar conselhos aos futuros governantes, colocando a história como sólida base para as instituições daquela sociedade organizada pela Monarquia. Este foi o tom da dedicatória ao Imperador no Tomo I: o fomento ao estudo da história pátria propiciava o *esplendor* da nação, a instrução comum e o bom governo.

Se a história nacional deveria ser “a imagem da verdade histórica apresentada da forma que, segundo a consciência do historiador, interessa e convém à nação”, o que convinha em sua ótica era a história da colonização, civilização, organização e desenvolvimento do Estado brasileiro²⁵⁹. Para Renilson Ribeiro, a *História geral do Brasil* era fruto dos anos de estabilidade do reinado de D. Pedro II, comprometido com uma ordenação do passado com a experiência vivida em seu próprio tempo e estabelecendo uma marcha desde a época colonial – lugar de nascimento da nação brasileira – até ali, momento compreendido como sublime da história nacional, pensando a independência como um fim já aguardado e garantindo a continuidade da obra de implementação da civilização europeia iniciada pelos portugueses na nova nação. O futuro da nação estava definido pelo seu passado/presente²⁶⁰. A colônia despontava, ao mesmo tempo, como base da construção da identidade nacional e seu fim – representado na emancipação – o amadurecimento da sociedade brasileira. Ao dedicar o livro ao monarca que o patrocinava, Varnhagen entrelaçava sua escrita ao maior desafio político de seu tempo, e reordenava seus enredos temáticos e cronológicos, inclusive justificando seu desejo de passar um véu sobre o *pouco simpático* assunto do movimento pernambucano de 1817 (entendida como um atentado contra a nação). Se pudesse, deixá-lo-ia de fora.

²⁵⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). 195f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011. p. 193-194.

²⁶⁰ RIBEIRO, Renilson Rosa. “O ESCRUPULOSO ILUMINADOR DA HISTÓRIA DO BRASIL”: os enredos temáticos e cronológicos da 1ª edição da *Historia geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857). *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 7, n. 2, p. 86-108, dez. 2011. p. 95-96. Ver também: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). 195f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

Ao longo das 54 seções e mais de mil páginas da *História geral do Brasil*, a ordem cronológica dos fatos delineava o passado colonial que, de certa forma, iluminaria as ações do presente. A disposição temática das seções fazia a ligação da história do país à história europeia das navegações, a escolha foi explicada numa nota ao final da primeira edição, na qual garantia ao leitor que as seções 7^a, 8^a, 9^a e 10^a – dedicadas a descrição do território e aos indígenas em geral, sua organização social e *ideias religiosas*, especialmente os tupis – poderiam passar para o início do livro sem prejuízo, porém a forma como foi feito relacionava melhor com a história da humanidade em geral. A preocupação com essa integração do Brasil tinha a ver com suas reservas quanto à composição da população brasileira. Tendo os indígenas como *selvagens* e os negros escravizados como bárbaros, conferia ao colonizador europeu o posto de principal representante da nacionalidade, o que elucida a decisão de começar pelos “descobrimentos”. Neste ponto, compartilhava da leitura de von Martius pela qual foi o português que deu as condições morais e físicas para um reino independente.

O nascimento da nação relatado na *História geral* tinha um ponto de partida bem estabelecido, a própria Independência foi encarada como a etapa final de um processo já em andamento desde a chegada da Família Real. Para o autor, D. João VI foi o primeiro soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e D. Pedro I o príncipe fundador do Império com o ato da Independência oficial, a ratificação do gesto anterior de transferência da Corte. A *verdadeira* nacionalidade brasileira teria nascido antes da emancipação, “já existia no Arraial de Bom Jesus em Pernambuco, em frente do poder dos Holandeses, e não era índia; era crioula e cristã, era portanto, já há mais de dois séculos, brasileira”²⁶¹. A nova era aberta em 1808, que tornou a colônia o centro da Monarquia bragantina, caracterizaria o rompimento dos *grilhões coloniais*. Com mais essa leitura, demarcava o elemento europeu como civilizador por definição, constituindo a nacionalidade atual e a futura.

A defesa da matriz portuguesa era importante também no plano político-ideológico para delinear o trajeto que ia da colônia à nação, e da massa heterogênea herdada da colônia que formava o povo. Estruturar e tornar efetivo um projeto de nação era a tarefa primordial do século XIX. Nesta missão, à história cabia esquadriñar o

²⁶¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). 195f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011. p. 194-195.

passado, ao historiador, homogeneizar o passado, colaborar na administração do Estado levantando dados úteis, favorecer a unidade nacional e fomentar o patriotismo e o espírito público²⁶². Os estudos históricos tornavam-se neste momento uma espécie de acelerador da construção de uma consciência nacional onde havia mais afastamento geográfico entre as províncias (por vezes secessão) e diversidade da população. O título completo da obra – *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*, assinada *Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba* – enfeixava os componentes essenciais do edifício historiográfico erigido por Varnhagen: a história de um Estado agora independente que foi colonizado por europeus, e escrita por um brasileiro membro do IHGB que reuniu variada gama de documentos existentes em arquivos de diversos países.

O esforço particular de Varnhagen refletia um muito maior que cruzava o mundo e conferiu ao século XIX a qualidade de século da história, não sendo diferente nas fronteiras do Brasil. De um lado e do outro do Prata a historiografia foi marcada pelas tentativas de solucionar os obstáculos à consolidação das nações e à construção das novas nacionalidades. A escritura da história nacional desejada por Varnhagen esteve presente em outras plagas já mencionadas aqui como Argentina (Bartolomé Mitre) e Uruguai (Francisco Bauzá). A similitude do gênero e a contemporaneidade dos trabalhos torna possível estabelecer uma comparação, os títulos das obras principais desses autores – “Historia de Belgrano y de la independencia argentina” e “Historia de la dominación española en el Uruguay”, respectivamente – indicam a realização de uma história nos moldes do século XIX, tentando explicar o presente pelo passado por meio da apresentação de fatos comprovados segundo os critérios de verificação reconhecidos; mesmo em Mitre e sua escolha de fazer a biografia de um homem, oscilando, assim, entres dois gêneros já entendidos como diferentes naquele período. Nesses termos, elas podem ser consideradas “nacionais” pelo propósito e objeto, a preocupação com um estilo compreendido à época como pertinente a uma obra de história – como Varnhagen referiu: “a história é um ramo da crítica, não da eloquência”²⁶³ – e a proximidade cronológica da publicação, o terceiro quarto do século XIX, momento em que já existia certa

²⁶² ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 30-38.

²⁶³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877. p. XII.

homogeneidade de elementos culturais e historiográficos mais gerais na América de colonização ibérica. Como Varnhagen, Mitre e Bauzá ressaltavam a “homogeneidad de las experiencias desarrolladas en el decurso temporal en el ámbito de un espacio coincidente con las dimensiones de una unidad político-territorial, ya alcanzada o pronta a alcanzarse”²⁶⁴.

No caso de Varnhagen, sua concepção de “Brasil” remetia a capacidade do Estado brasileiro de exercer o poder em um território e, diferente da experiência dos vizinhos, o processo revolucionário constituía um antimodelo para o Império. Nos três, porém, havia um propósito pragmático de cimentar a unidade nacional pelo conhecimento do passado e favorecer o patriotismo, posicionando seus Estados no concerto das nações civilizadas. Obviamente, apenas estimular o sentimento patriótico não requereria tamanho esforço de recopilação de fontes, verificação de datas, gastos com publicação. Dedicar-se aos estudos históricos interessava por si mesmo, significando um lugar a se ocupar no mundo das letras, e alguns traços definiam a importância desse trabalho, respeitados e reconhecidos pelo grupo. A vocação para os estudos históricos seria uma escolha marcada por sacrifício e abnegação, mais que propriamente por um talento artístico e original, ou manifestação de um gênio²⁶⁵. Varnhagen se dizia disposto a sofrer as mais duras censuras e ingratidões em nome das *ideias justas* que acreditava defender, apontando para as relações entre história e justiça, relações que andavam ao lado da ideia de história e crítica.

O gênero da história nacional se desenvolveu entrelaçado com os eventos político-sociais dos séculos XVIII e XIX, de modo que os “historiadores da nação” foram cientes da urgência de legitimar a nova realidade institucional derivada dos processos revolucionários, quase sempre dissimulando a novidade da nação por meio de discursos e imagens de uma suposta origem muito mais antiga. Fato ilustrativo foi a tendência dos historiadores oitocentistas de apontar o momento do nascimento da nação como estratégia para sublinhar sua origem num passado remoto. Outro autor que optou por tal conjunto de elementos que configurava uma historiografia nacionalista conservadora foi Lucas Alamán na “Historia de Méjico” (1844-1852). A obra do historiador mexicano

²⁶⁴ DEVOTO, Fernando J. Acerca de la construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay. Las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). **Historia de los intelectuales en América Latina**: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008. p. 270-280. Ver también: LEONI, María Silvia. Las historias regionales y provinciales en Argentina: una aproximación desde la historia de la historiografía. **Revista Escuela de Historia**, Salta, n. 18, v. 1, p. 1-17, 2019.

²⁶⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 158.

compartilhou de importantes escolhas temáticas com a *História geral* de Varnhagen como postular o Descobrimento, a Conquista e a colonização europeias da América – hispânica e portuguesa, respectivamente – como ponto de partida da história nacional e, portanto, definidores da nacionalidade, a defesa da Independência como passo inevitável na evolução gradual e progressiva da economia e da sociedade, o esforço de contrariar as teses indigenistas.

Na disputa que teve lugar no México na década de 1840 sobre do que era e quem constituía a nação soberana, Alamán se posicionou a favor dos crioulos – os “hombres de bien” filhos dos espanhóis nascidos na América que se acreditavam legítimos herdeiros, logo deveriam preservar a propriedade e a direção do governo – grupo do qual ele mesmo participava. Rejeitava a tese de frei Servando Teresa de Mier na “Historia de la Revolución de la Nueva España, antiguamente Anáhuac” (1813) e Carlos María de Bustamante no “Cuadro histórico de la Revolución de la América mexicana” (1823-1846) que situava o começo da história do México e sua verdadeira nacionalidade no momento pré-Conquista. Para Alamán – como para Varnhagen o era a herança portuguesa – a nacionalidade mexicana só se configurou após a Conquista do México-Tenochtitlán pelos castelhanos em 1521 e a consequente fundação das principais instituições do Vice-reinado da Nova Espanha. Ao mesmo tempo, um acontecimento bélico e fato político inaugural que criou as bases institucionais que regeram a Nova Espanha, garantindo a ordem, a paz e a prosperidade de seus habitantes ao longo de três séculos²⁶⁶.

No “Prólogo”, descreveu seu ofício de historiador:

Parecióme necesario este trabajo, porque veia el poco conocimiento que se tenia acerca de este género de nociones, tan indispensables en un país, en que todo cuanto existe trae su origen de aquella prodigiosa conquista [...]

El público se manifiesta deseoso de saber la verdadera historia de unos sucesos que han sido presentados con tanta infidelidad, y las desgracias que la nación ha sufrido, han acelerado los desengaños que suelen ser efecto del trascurso del tiempo. Estas y otras razones me han decidido á publicar la parte de historia que corresponde al periodo expresado, y para corresponder como se debe á este deseo me he propuesto presentar los hechos con toda la fidelidad que requiere la verdad de la historia, informándome de éstos con diligente cuidado y consultando no solo todo lo que se ha escrito acerca de ellos sino preguntando á los que los

²⁶⁶ LEDESMA-ALONSO, Ricardo. A historiografia nacional como “começo”. A História de Méjico de Lucas Alamán e a História Geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 225-253, jan./abr. 2021. p. 232-237. Para Ledesma-Alonso, os especialistas têm focado mais nas narrações historiográficas produzidas a partir do nacionalismo liberal latino-americano do século XIX como a História de la Revolución de la República de Colombia en la América Meridional (1858) de José Manuel Restrepo, a História de la civilización peruana (1879) de Sebastián Lorente e a História de Belgrano y de la independencia argentina (1856-1889) de Bartolomé Mitre.

presenciaron y examinando todos los documentos fidedignos que he podido conseguir. De mucho de lo que refiero soy testigo ó he intervenido en ello: de lo demás he tenido á la vista documentos originales, algunos de los cuales copiaré en el apéndice á cada uno de los libros en que dividiré la obra en apoyo de lo que asiente, y en todo citaré exactamente las autoridades que me hayan servido de fundamento, para que puedan consultarse siempre que se quiera. Omitiré en cuanto lo permita la materia, toda observacion propia, dejando que el lector ejerciendo su juicio, califique por sí mismo el mérito de cada accion, cuando esté instruido á fondo de su esencia. Acaso caerán algunas reputaciones mal adquiridas ó mentirosamente formadas: muchos juicios pronunciados por el espíritu de partido, parecerán injustos ó infundados, pero esto no será el resultado de mis raciocinios, sino de los que el lector imparcial haga, en vista de los hechos que se le presenten²⁶⁷.

É perceptível nas reflexões acima que o autor procurou basear seu relato nas normas da crítica documental mais avançadas à época, além de deixar ao “lector imparcial” o juízo se sua tarefa foi bem executada, tendo em vista a avaliação dos usos documentais, da originalidade, do testemunho abalizado. O propósito era levar, ao final, ao convencimento de que os fatos ali escrutinados atestavam a veracidade da sua tese. Diante da turbulência que a jovem República experimentava desde a emancipação, recuperar a história da “origem” da nação mexicana se apresentava como uma resposta ao presente, por isso iluminar os efeitos e bens que permaneceriam enquanto a nação existisse era mais importante que examinar os males temporários causados pelos processos de conquista e colonização. A escolha dos começos das histórias de suas nações e a fundação histórica da nacionalidade que ilustrou os trabalhos de Alamán e Varnhagen refletia uma urgência a eles contemporânea. Por essa chave, as histórias nacionais dos dois podem ser compreendidas como respostas discursivas às ameaças políticas e sociais, e até como reações a outras interpretações da história nacional de algum modo contrárias aos interesses e posições ideológicas dos grupos dirigentes²⁶⁸.

Em *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil* (1852), Varnhagen esboçou os traços da história do Brasil como um ramo dos portugueses, que o conquistou e deu as garantias morais e físicas:

A história da civilização do atual Império; o termos código, o termos cidades, o termos governo, o termos sociedade, o vivermos juntos, sem estarmos às frechadas uns aos outros, o sermos cidadãos, o vermo-nos considerados na comunhão das nações mais civilizadas do globo, e finalmente o termos a dita de possuir um Trono ocupado por uma das mais ilustres dinastias do século, o Trono, digamo-lo de passagem que

²⁶⁷ ALAMÁN, Lucas. Prologo. In: _____. **Historia de Mexico**. Tomo I. México: Imprenta de Victoriano Agüeros y Comp. Editores, 1883. p. 41-43.

²⁶⁸ LEDESMA-ALONSO, Ricardo. Op. cit. p. 246.

na América do Sul, perseguida quase sempre de ditaduras, mostra a experiência ser a melhor garantia de liberdade. [...] Portanto somos na essência nação, como o prova a língua, de raça latina. [...] Devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo²⁶⁹.

Na leitura de Varnhagen e Alamán, a existência do Brasil e do México como sociedades dotadas de instituições políticas, religião e língua em comum se deu a partir da chegada dos europeus, e somente por meios das bases legadas por estes as novas nações poderiam seguir seu caminho munido das condições para o progresso de uma civilização europeia no Novo Mundo.

Dos autores de história como síntese e legitimação das nascentes identidades nacionais, é provável que aquele com quem Varnhagen manteve uma relação próxima foi o chileno Diego Barros Arana. Em carta de junho de 1865, deu conta do recebimento do primeiro tomo do “Compendio de Historia de America”, elogiando o plano de escrita do amigo e sua reconhecida *sciencia e consciencia* sobre a matéria do livro destinado às escolas primárias e editado nesse mesmo ano. O “Compendio” de Arana foi escrito com o intento de remediar o “mal” que grassava sobre a história da América, isto é, repetidos erros em trabalhos já publicados (além de lamentar a ausência de uma história geral sobre todos os povos do continente). As considerações de Arana no “Compendio” e na “Historia jeneral de Chile” ecoavam preocupações inerentes ao ofício do historiador no século XIX:

O historiador, como se compreende, tiene que dar una gran amplitud a sus trabajos de investigación, que extenderlos a materias que en otras épocas se creían ajenas de la historia, y que combinar sus noticias para hacer entrar en el cuadro de los hechos los accidentes morales y materiales que contribuyen a dar toda la luz posible sobre los tempos que deseamos conocer²⁷⁰.

No conjunto, o que historiadores como Arana buscavam era cimentar noções acerca da forma de escrever história, da fundação de uma história do ponto de vista nacional e do historiador como letrado especializado para realizar o trabalho de relatar as origens da nação a partir de determinados procedimentos/protocolos ainda em construção. Segundo se entendia à época, historiador era quem compunha uma história, escolhia, ordenava, examinava os fatos. Enquanto o cronista apenas se ocupava em ordenar a

²⁶⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 194-195.

²⁷⁰ ARANA, Diego Barros. Prólogo. In: _____. **Historia jeneral de Chile**. Tomo Primero. Santiago: Rafael Jover Editor, 1884. p. XI. Diferente do amigo Varnhagen, começou sua História pelos indígenas, seguindo com a Conquista e colonização.

sucessão dos fatos e se permitia adular seu benfeitor, um historiador era comprometido, antes de tudo, com a verdade.

Varnhagen acreditava que o cronista poderia ser mais adulator, o historiador não, sublinhando uma diferença fundamental que o destacaria dos seus antecessores: a sua história foi escrita com a *maior* imparcialidade. Enxergava sua obra como um avanço em relação aos cronistas coloniais, avanço que conformava elementos que definiam um *ethos* para o historiador oitocentista. A esse respeito, Turin apontou a sinceridade, a instrumentalidade e a cientificidade como características que identificavam esse *ethos* particular²⁷¹. Os historiadores que acompanhei até aqui empregaram como estratégia retórica esses três *topoi*. Para Varnhagen, cabia ao historiador *consciencioso* escrever uma história do desenvolvimento da *civilização* do Brasil. Sob o argumento da justiça imparcial, apresentava-se como figura idônea, cujo julgamento era ditado por pressupostos racionais, assegurando ao público que o trabalho ora ofertado era feito com o *coração*, mas não afetado pelas paixões mesquinhas que eventualmente pudessem prejudicar a análise dos fatos. O efeito de verdade brotaria da sinceridade do autor em abrir seu ateliê de trabalho para o leitor.

Como um “sujeito à procura da própria definição”²⁷², ao historiador oitocentista cabia ir disciplinando seu ofício, definindo os limites de atuação, procedimentos e instrumentos de trabalho. Nesta tarefa, a feitura da *História geral* exibia a construção simultânea do historiador Varnhagen e sua obra dedicada à nação. Conseguiu ele o sucesso almejado? Em termos, sim. O juízo contemporâneo de um grande leitor seu declarou que ele muitas vezes conseguiu se colocar sob o verdadeiro “ponto de vista nacional”, e foi esse mérito que o permitiu construir uma matriz historiográfica de vida longa. Os “quadros de ferro” de que falou Capistrano de Abreu teriam sobrevivido a despeito das fragilidades do texto do *Visconde de Porto Seguro*: escavava documentos, determinava a autenticidade, mas pecava na compreensão dos fatos. O valor da interpretação varnhageniana e seu papel na construção de determinado tipo de memória e elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira constituiu um paradigma que fez Abreu dar conta em carta de 1890 ao Barão do Rio Branco de sua resolução em escrever “uma História modesta, a grandes traços e largas malhas”, para “encadear melhor

²⁷¹ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 2, mar. 2009. p. 14.

²⁷² CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 20.

certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados”, “dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino”²⁷³. Apresentar outra história que não a “massa ciclópica de materiais”²⁷⁴ acumulada por aquele que reconhecia o esforço de ter tido que fazer quase tudo.

Varnhagen construiu uma forma de olhar para o passado brasileiro, foi assim que julgou representar com sua *história nacional* a integridade do Brasil entre as histórias das nações, uma integridade já representada pela monarquia.

2.3 Como se deveria escrever a história da Província do Maranhão

Tímon vai escrever sem pretensões de qualidade alguma, não um livro, mas um simples jornal, e ainda menos que isso um jornal de província de segunda ordem.
João Francisco Lisboa,
1852

A modéstia da explanação no *Prospecto* não deve confundir o leitor atual do *Jornal de Tímon* que teve ali seus primeiros fascículos. O andamento do trabalho historiográfico de Lisboa revelou não um autor ignorante de certos procedimentos metodológicos do ofício, mas até um plano de escrita a ser seguido, mais evidente em determinados momentos como na apresentação dos *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão*. A primeira fase (1853-1854) contemplou os números 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e início do 10º do *Jornal de Tímon*, dedicados à história do Maranhão colonial, abordando as invasões pelos franceses e holandeses, a relação entre índios e jesuítas, as missões religiosas. Os números 11 e 12 (o que seria a segunda fase) não foram contemplados neste item.

Havia ali o intento de colaborar para a construção de um passado para a província, fixando uma origem no tempo e articulando esse passado ao tempo da nação, daí ser cabível iniciar a narração com uma sequência cronológica de datas, acontecimentos e

²⁷³ Apud GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005. p. 174.

²⁷⁴ ABREU, João Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 135.

personagens importantes na conquista e colonização do território. Assim procedendo, encaminhava a integração de uma região distante ao eixo de poder do Estado, pois:

num momento de constituição da Nação, também a definição de sua identidade físico-geográfica é parte do projeto mais amplo, podemos entender o porquê de o instituto reservar espaço tão amplo ao tratamento do assunto. Na verdade, trata-se de definir com precisão os contornos físicos dessa Nação, integrando na imagem em elaboração os elementos continentalidade e riquezas inumeráveis, capazes de viabilizarem num futuro não-definido a realização plena de sua identidade²⁷⁵.

A identidade física da nação aparecia nos relatos das viagens de explorações indicando relações do tema com a história em elaboração. Comissões como a de Gonçalves Dias auxiliavam também na conformação dos ainda difusos critérios que tornavam alguém historiador no século XIX, numa história enquanto disciplina que passava por reformulações. Poeta de ofício, Dias encabeçou a primeira pesquisa oficial de caráter público promovida no Brasil, resultando na publicação dos “Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão” (1853), em que expôs suas ideias sobre história:

Fui sempre de parecer que o mais importante da história de um povo ou de um determinado círculo, dos que seguem a civilização europeia, se acha nos tribunais judiciários e nos cartórios dos seus escrivães. Nos processos, principalmente nos políticos, propõem-se fatos com os seus efeitos, os homens com as suas paixões; não há incidente que se despreze, nem circunstância que se deva omitir. Sendo isto exato para a maior parte das nossas províncias, deverá sê-lo principalmente para o Maranhão²⁷⁶.

No entanto, prejudicando a execução do que entendia como melhores fontes para a pesquisa, Dias denunciou o estado precário dos arquivos provinciais e seus documentos. Sobre a Câmara municipal, por exemplo, lamentou o desaparecimento de material desde a invasão holandesa no século XVII até aquele momento, com a umidade que danificava os papéis, o extravio de volumes e a subtração de páginas dos livros por pessoas interessadas nos mesmos. Depois de registrar os serviços de Dias, no Relatório de 1853,

²⁷⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 23.

²⁷⁶ DIAS, Antônio Gonçalves. Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. XVI, n. 11, p. 370-384, jan./mar. 1853. p. 373. A incumbência da tarefa foi dada por D. Pedro II, um desdobramento da postura que o IHGB passou a adotar a partir da colocação debaixo da proteção do Imperador, que desde então se tornou frequentador assíduo das sessões propondo temas, prêmios e apoiando financeiramente as atividades da instituição.

o barão de São Lourenço Francisco Gonçalves Martins lastimou a ausência de um sistema de classificação:

Tanto um como outro fato denunciam a extrema necessidade de providências que obstem a sua reprodução, mas a circunstância de se considerarem as Secretarias das Presidências, Repartições Provinciais, e por isso sujeitas à organização que lhes queriam dar as respectivas Assembleias, é não só uma anomalia no sistema que nos rege, privados os Delegados do Governo Imperial dos meios, que deviam somente depender deste, de exercer a ação administrativa geral com a precisa facilidade de expediente; como é ainda um grande estorvo à execução de quaisquer medidas tendentes a regularizar com uniformidade o modo de se arquivarem os documentos e garantir sua conservação²⁷⁷.

Escrever a província demandava esforços semelhantes ao de escrever a nação, ajuntadas as dificuldades próprias. Circunscrever o espaço da província na narrativa histórica implicava um conhecimento aprofundado do assunto que, por sua vez, exigia uma disponibilidade de fontes para consulta, sua ausência/insuficiência constituía grande óbice.

A Introdução dos Apontamentos... adiantou a verve crítica que marcaria o trabalho como um todo, ajudando a traçar um panorama metodológico da obra e seu principal objetivo junto aos leitores. Lisboa iniciou com uma relação de obras sobre o Maranhão que subsidiaram sua escrita, comentou brevemente acerca delas alertando desde logo que nenhuma poderia satisfazer a curiosidade e expectativa do público atual. Sobre o “Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão” (1818) de Raimundo José de Sousa Gaioso, ajuizou que a obra não se recomendava “por qualidade alguma digna de menção”²⁷⁸, as informações históricas, e sobretudo geográficas e estatísticas, não obstante interessantes, àquela altura já se achavam defasadas ou inúteis. Da “Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão” (1822) de Bernardino Pereira do Lago, sublinhou a ausência de interesse do autor em observar o desenvolvimento da *nossa civilização* colonial. Acerca da “Jornada do Maranhão por ordem de S. Majestade feita no ano de 1614” (1812) de Diogo de Campos Moreno e “Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840” (1848) de Gonçalves de Guimarães pouco se deteve nesse momento, a ênfase maior recaiu sobre os “Anais históricos do Estado do Maranhão” (1749) de Bernardo Pereira de Berredo.

²⁷⁷ Apud RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1978. p. 56.

²⁷⁸ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 21.

Ainda que amenize atribuindo ao *mau gosto* do século em que foi escrita, Lisboa fez sérias críticas ao estilo e escolhas de Berredo: no afã de escrever uma história grandiosa, teria ofertado um livro pobre em acontecimentos *verdadeiramente históricos* e excessivo em informações sem relevância. O estilo *empolado, difuso e palavroso* de Berredo não seria menos censurável do que sua falta de crítica histórica. Lisboa não economizou mesmo em especular que aquele poderia ter faltado com a verdade apenas para *encher* os livros, em número de vinte. Mirando como modelo as obras de Tácito e Tito Lívio, não conseguiu os “Anais” de Berredo ultrapassar a crônica de eventos militares, religiosos e políticos.

Sobre a parte do material que dependia da consulta de arquivo, recordou que:

os monumentos e registros, passando com tanta presteza de umas para outras mãos, no meio de tantas reformas de repartições, se foram gradualmente consumindo e extraviando; e o pouco que nos restava, levou-nos há cousa de dois anos o senr. Gonçalves Dias, por ordem do governo central, e antes que de todo se perdesse²⁷⁹.

Em outra ocasião, reportou-se novamente ao problema dos arquivos, dessa vez conjecturando um extravio ou destruição de determinados documentos durante a invasão holandesa no século XVII²⁸⁰, queixa igualmente realizada pelo comprovinciano que mencionou no excerto acima. A questão da pesquisa arquivística acaba aparecendo na fortuna crítica sobre a obra de Lisboa, a sugestão de que boa parte das lacunas de seu trabalho decorria de uma pobreza bibliográfica em sua província. As províncias possibilitavam ao autor local um arquivo muitas vezes mal organizado, uma documentação mal conservada que mesclava a burocracia oficial local, produção letrada de outras épocas e até fontes orais que demandavam uma análise mais crítica, podendo ser validada ou não²⁸¹.

Lisboa disse não ser seu intento suprir as lacunas de autores anteriores, o que esperava ele ao escrever os *Apontamentos...*? As respostas dadas pelo próprio autor encaminham reflexões importantes para compreender sua escrita em particular, e do Brasil imperial em termos mais abrangentes. A proposta obedecia ao seguinte traçado metodológico, apontando para a atualização do trabalho com elementos que estavam na ordem do dia na pesquisa histórica em meados do século XIX:

²⁷⁹ Ibid. p. 24.

²⁸⁰ Ibid. p. 416.

²⁸¹ SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 13, p. 45-62, dez. 2013. p. 226.

a nossa tarefa consistirá em coligir, refundir, reduzir e comparar o que anda disperso ou disparatado nos autores que acabamos de indicar, e em outros livros e documentos que temos podido haver à mão, e citaremos no lugar próprio. Talvez a nossa apreciação, feita do ponto de vista atual, e segundo as ideias que hoje vogam, iluminando as profundezas e obscuridades do passado, dê aos mesmos fatos já referidos, uma cor e aparência diversa, e por isso mesmo nova²⁸².

A descrição das etapas cumpria o propósito de mostrar ao público assinante o processo que percorreria desde o cotejo da documentação disponível nos arquivos maranhenses àquela altura, bem como a bibliografia já existente sobre o tema, até o impresso que chegava às suas mãos, com isso firmava um pacto de confiança com ele. O leitor sabia exatamente qual caminho fora tomado. Também era informado como o autor investigava, escrevia. Ao comunicar que sua *apreciação* era feita *do ponto de vista atual* e segundo as ideias que *hoje vogam*, Lisboa dava conta de aspectos de sua operação historiográfica preocupada em visitar obras sobre o Maranhão colonial, lendo-as a partir de pressupostos modernos da escrita histórica de sua época, a *cor nova* que refere nessa passagem. Para iluminar as *obscuridades* do passado era fundamental lançar mão de uma séria crítica documental, um compromisso com a verdade dos fatos, checagem de informações contidas nos volumes de cronistas coloniais citados. Se não partia de um conjunto documental majoritariamente original, a análise dos dados acessados de segunda mão exigia uma precisão e um cuidado adicionais para não incorrer na aceitação acrítica daquilo que seus antecessores escreveram.

A preocupação de Lisboa era se seu trabalho seria útil, e isso só o público diria. O argumento principal para justificar o valor do impresso era o de que “o nosso fim principal, senão único, é entreter a curiosidade *atual* dos nossos benignos leitores, e nada mais”²⁸³. A maior ou menor modéstia desta asserção não afeta ou diminui o sentido dos *Apontamentos...* de fazer um relato sobre o Maranhão para o leitor maranhense interessado na história da província a ponto de pagar um periódico que se propunha a fazê-lo, aquele leitor que tinha experiência das *nossas coisas*, como referiu no folheto *Partidos e eleições no Maranhão*, e que sequer solicitou o dinheiro de volta quando a publicação sofreu uma longa interrupção, dado atestado pelo próprio autor no prólogo do volume de retomada em 1858. Lisboa foi um historiador para a província do Maranhão,

²⁸² LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 24-25.

²⁸³ Ibid. p. 26. Grifo do autor.

sem que isso significasse estar alheio aos procedimentos disponíveis naquele momento da pesquisa histórica no Brasil.

Do ponto de vista do conteúdo, o *Livro I dos Apontamentos...* iniciou com a tese do autor sobre o descobrimento do Brasil, atribuindo ao acaso, *puro acidente* de uma tempestade. Feita a exposição geral, dizia não se ocupar demasiado com alguns objetos de disputa entre cronistas e historiadores como a primazia do descobrimento (Pedro Álvares Cabral ou outro viajante) ou a origem do nome Maranhão, por exemplo, bagatelas que elencava como *pueris discussões*; aos *Apontamentos...* competia versar sobre as empresas verdadeiramente *dignas* de memória. O traço mais relevante dessa suposta frioleira citada por ele foi justamente introduzir o Maranhão no grande acontecimento da “descoberta” do Brasil e, por extensão, da expansão marítima empreendida por homens de *gênio* e de *ciências*. Feita a brevíssima exposição dessa tese da casualidade de Cabral como descobridor, dedicou-se a tratar da sua província em escala particular.

O plano de escrita dos *Apontamentos...* optou pela periodização temática. Partes do trabalho seguiram a cronologia, outras abordaram episódios específicos como os capítulos sobre os jesuítas e as invasões francesa e holandesa, com isso utilizou diferentes procedimentos de análise, denotando um caráter fragmentário tanto no aspecto formal, quanto na relação entre os conteúdos²⁸⁴. É provável que a escolha tenha sido animada pelo seu intento de instruir e entreter o público assinante, bem como o próprio formato do trabalho sugeria, um periódico publicado mensalmente. Não que faltasse articulação entre os assuntos, mas a impressão é que cada *Livro* poderia ser lido sem maiores prejuízos na falta do anterior, o enredo cronológico se quebrava para dar espaço a uma monografia. Talvez lhe faltasse base teórica para agrupá-los, dar organicidade, comum nos historiadores seus contemporâneos.

Uma grande inquietação pautada nos *Apontamentos...* era, portanto, a escrita, a última etapa da operação historiográfica. A queixa de Lisboa com relação aos seus antecessores encontrava eco na fala de von Martius acerca das obras que abundavam em fatos e minúcias, mas não superavam a crônica. Na prática, isso se verificava não só pela abundância de fatos conexos ou não nesses trabalhos, mas também atendendo ao imperativo do tempo que Lisboa escrevia, que já não era o mesmo dos autores que ele lia e criticava, dadas as mudanças da prática historiográfica processadas ao longo do século XIX.

²⁸⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa**: jornalista e historiador. São Paulo: Ática, 1977. p. 131.

Um princípio importante que atravessou a redação dos *Apontamentos...* foi o da valorização da testemunha ocular. A busca de testemunhas visuais era um dos procedimentos básicos da crítica histórica e de modo recorrente Lisboa se reportou a quem “viu” os eventos como mais confiável, por isso, comparando os relatos de Manuel Severim de Faria e seu *compilador* Berredo sobre a doação da Capitania do Maranhão por D. João III ao historiador João de Barros, o livro do primeiro era mais apreciado já que “como mais próxima aos ditos sucessos, se deve caracterizar como mais autêntica”²⁸⁵. Isso derivava do uso da autópsia, aspecto ainda presente na historiografia oitocentista em que a visão surgia como fundamento epistemológico do ato de pesquisar, requerendo um “conhecimento anterior e constante interlocução entre a inatualidade pretérita e o presente”²⁸⁶. Nesse caso, entre ler Barros, que foi contemporâneo do acontecimento, que viu, ler Faria, que biografou Barros, e Berredo, que muito depois compilou o narrado por Faria, havia uma espécie de hierarquia para determinar qual seria a mais verdadeira. O acesso aos documentos disponíveis na província se traduzia também na avaliação e hierarquização das evidências históricas com as quais podia trabalhar.

A relação de Lisboa com as crônicas do período colonial se mostrava ambígua, da mesma forma que criticava as escolhas metodológicas e o estilo, o fato de serem contemporâneas se lhe apresentava mais provável de estarem corretas em suas informações, posto “que narram sem exageração os fatos antes de se acharem eles implicados em circunstâncias estranhas ao assunto principal”²⁸⁷. Contudo, nem sempre garantia a autenticidade do noticiado pelos cronistas, ainda que admitisse a probabilidade. Relatos escritos 50 ou 100 anos depois, por exemplo, fragilizavam o critério de verdade, ou poderia torná-lo tão elástico quanto fantasioso. O relato de segundo ou terceiro grau correria o risco de adotar acriticamente contos e lendas, pondo em xeque se realmente aqueles eventos ocorreram, ou se deram da forma como foi reproduzida, lida, recontada por autores ainda mais distantes temporalmente. Como o conhecimento proveniente de um periódico, por exemplo, que cumpria ser validado por outro meio, a autópsia carecia de uma documentação oficial, jornais, memórias para se provar autêntica, um conjunto documental que demandava um juízo crítico para sua utilização.

²⁸⁵ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 35.

²⁸⁶ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 57.

²⁸⁷ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 451-452.

Declarando que o trabalho ali empreendido não era menos crítico que histórico, Lisboa escrevia história enquanto submetia essas crônicas à crítica, instituindo-os como fonte histórica. Para tanto, um expediente difundido nos *Apontamentos...* foi a extração de trechos longos de outros autores no corpo do texto e a utilização de notas, menos no texto principal do que ao final do volume, o que distinguia sua escrita como já atinente a práticas da historiografia moderna. O mecanismo de disponibilizar partes do documento original ou documentos inteiros como a Carta de Pero Vaz de Caminha na *Nota C: Carta de Pero Vaz de Caminha sobre o descobrimento do Brasil* ao fim dos primeiros números dos *Apontamentos...*, para que os leitores pudessem ter contato com o original e comparar com a leitura apresentada no texto permitia um contato direto com as fontes, ampliando o acesso de mais pessoas a esses documentos. O efeito maior desse ato era conferir autoridade e “provar” a responsabilidade histórica do autor, funcionando tanto como uma regra de edição de documento, quanto do texto autoral.

As notas formam uma história secundária que acompanha a primeira, mas dela se diferencia²⁸⁸ - até pelo fato da escrita histórica se dar em dois momentos diferentes que se ligam e se afastam - conformam a natureza duplicada da história moderna. Essa “estrutura desdobrada” do discurso, “funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade”²⁸⁹. A citação transforma o citado em fonte de credibilidade, ou constrói quem cita como autoridade mais abalizada pela crítica ao autor citado. Nessa dinâmica, citando passagens de Berredo, por exemplo, Lisboa procurava explicar pontos confusos, questionar e demonstrar a defasagem da abordagem sobre o Maranhão colonial, mesmo dando o bônus da boa vontade e do estilo da época que escreveu.

Sua crítica histórica incluía também a colocação do texto original ao lado da “tradução” moderna para ser mais confortável ao leitor em casos de textos antigos como a Carta de Caminha:

Empregamos o termo *traduzir*, mesmo em relação a esta carta, porque está escrita em um português tão antigo, e a ortografia é tal, que ao comum dos leitores não seria hoje fácil a sua inteligência, se não procurássemos remoçá-la, mediante a tradução que fizemos. Este documento raríssimo, posto que já publicado em quatro diversas edições, só o temos visto, sob essa forma obsoleta e difícil, na *Corografia Brasílica* do padre Aires do Casal, e em uma tradução de Fernão Denis que, buscando principalmente servir à clareza, estragou e desbotou as formas originais e coloridas do autor, e tornou-se muitas

²⁸⁸ GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p. 31.

²⁸⁹ DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 101.

vezes frouxo e difuso, sem que todavia nem sempre acertasse com a verdadeira inteligência do texto.

Daremos em primeiro lugar este documento antigo, após virá o opúsculo moderno. Poderão ser assim facilmente comparados, no que forem suscetíveis de comparação²⁹⁰.

Outra *Nota*, a *G: Dúvidas acerca dos índios ditos Barbados*, exercitava a crítica sobre os índios barbados citados em obras como *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas (1741-1757)* do Padre João Daniel, que afirmou ter o Padre Alagridão os convertido ao catolicismo. A dúvida de Lisboa era se tais indígenas realmente tinham barba e descendiam dos perós (brancos), supostamente descendentes de um português chamado Pero que teria sobrevivido ao naufrágio de Aires da Cunha e conseguido influência sobre os nativos da região da Ilha do Medo. O primeiro contraponto colocado foi que Hans Staden já mencionou a denominação perós para designar os europeus em 1550 entre os tupinambás de São Vicente. Pela data – dado que o naufrágio se deu em 1535 – era pouco provável que o caso sucedido no Maranhão tivesse corrido tamanha distância em quinze anos e contrariando o fluxo da emigração dos indígenas que seguia do sul para o norte, além de que os indígenas que habitavam o Maranhão à época de Aires da Cunha eram de outra raça. O livro “*Vida de Gomes Freire de Andrada*” (1727) do Frei Domingos Teixeira trouxe que os naufragos não se acolheram na Ilha do Medo, tida por inabitável. Como confirmação da autoridade do autor, Lisboa salientou a relativa proximidade entre a impressão do livro e o governo de Gomes Freire de Andrada no Maranhão (1685-1687). Terceira referência, a “*Relação sumária das coisas do Maranhão*” (1624) de Simão Estácio da Silveira, que esteve no Maranhão em 1618, descreveu modos e costumes dos chamados perós como a barba (como os portugueses), destacando sua ferocidade e o desprezo pelos franceses, vistos como falsos perós. Lisboa concluiu que a narração de Silveira dava margem ao entendimento de que ele nada *viu* de tais indígenas e somente falou o que tinham lhe referido.

Explorando as divergências entre os três relatos, novamente colocava o testemunho ocular como elemento capaz de conferir uma confiabilidade maior ao narrado, ao lado de outras fontes, por isso acrescentou:

Estes tais barbados eram índios salteadores ferocíssimos, a que os nossos antepassados, chamavam de corso. Muitas expedições se fizeram contra eles pelo Itapecuru acima; e até o presente nada temos achado, nem na crônica de Berredo, nem nos antigos registros do senado da câmara, cousa alguma que indique essa origem comum, e

²⁹⁰ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 428-429. Grifo do autor.

menos ainda essa benevolência que Simão Estácio atribui a semelhantes bárbaros²⁹¹.

O exercício da comparação compunha o critério do qual um historiador não podia prescindir, o do compromisso com a verdade, exigindo uma abordagem objetiva dos fatos esquadrihados. Lisboa entendia, à maneira de Alexandre Herculano, que uma história que não se pretendesse imparcial, por meia de uma apreciação sincera, cautelosa e justa do passado, deixaria de ser história para se converter apenas numa “narração inútil”²⁹².

Uma narração verídica tinha a ver também com a utilidade da história, movimentando aqui um valor antigo atribuído ao conhecimento histórico ainda influente no século XIX brasileiro, o dos exemplos do passado como guias, não como uma previsão do futuro ou imitação, porém mantendo a função moral. Ao lado desse atributo de uma história mestra da vida pontuada algumas vezes, o texto de Lisboa comportava uma função judicativa, marcando a noção da história como investigação também no sentido judicial da palavra²⁹³, o que refletia uma tensão entre a permanência de elementos clássicos e a configuração do moderno conceito de história, evidenciando a ligação entre regimes de historicidade e regimes de historiografia. Em outras palavras, certa forma de fazer história e certa forma de tematizar o tempo, compatíveis ou não, indicando as diferentes ordenações temporais onde passado, presente e futuro se relacionam e conferem uma unidade de fundo aos discursos históricos²⁹⁴. A escrita histórica no Brasil imperial portava essas qualidades.

O que Lisboa nem sempre conseguiu foi justamente o trato imparcial que sua retórica pregava, como observado no julgamento acerca das invasões/expulsões francesa e holandesa, objetos dos *Livros II, III e IV*. O *Livro IV* é especialmente fecundo para explorar os limites da imparcialidade em Lisboa, trazendo um paralelo entre as duas invasões, concluído por uma indisfarçada simpatia pelos primeiros. Segue seu comentário a respeito da invasão holandesa:

A fisionomia da invasão holandesa é toda militar; a guerra com todo o seu cortejo de horrores, agravados pelas paixões ruins dos conquistadores, eis aí o único quadro que temos a observar nesse período fatal de vinte e sete meses que vai de 25 de novembro de 1642 a 28 de fevereiro de 1644.

²⁹¹ Ibid. p. 512. A Ilha do Medo se localiza ao noroeste da ilha de São Luís.

²⁹² ASSIS, Arthur Alfaix. Alexandre Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 289-329, jan./abr., 2020. p. 322.

²⁹³ HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 81.

²⁹⁴ LENCLUD, Gérard. Traversées dans le temps. **Annales HSS**, n. 5, p. 1053-1084, sep./oct. 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-2006-5-page-1053.htm>. Acesso em: 24 mai. 2021. p. 1075-1077.

Em plena paz, e abusando da fraqueza de um povo imbele e desarmado, não menos que das irresoluções de um velho septuagenário, esses soldados mercadores por um ato de perfídia sem igual, surpreendem a nascente cidade de S. Luís, e logo assinalam a sua presença, pelas profanações e sacrilégios, pelos saques e contribuições forçadas, pelos atentados e ultrajes enfim à honra e liberdade dos pacíficos e descuidados habitantes²⁹⁵.

Agora, o contraponto com os franceses:

Se olhamos porém a expedição francesa, que contraste! Esta não se dirigia a surpreender perfidamente uma cidade edificada por outra nação amiga, senão a cultivar uma terra abandonada e deserta, pois os seus únicos habitantes, os selvagens tupinambás, precisavam eles mesmos de mais cultura que a terra que pisavam²⁹⁶.

A diferença de avaliação entre as incursões de franceses e holandeses pelo Maranhão –sobretudo na ilha que veio a se chamar São Luís em homenagem ao rei da França Luís XIII – é evidente. Embora assentando os horrores do conflito, os meios e resultados da tentativa de ocupação francesa receberam um olhar mais benevolente de Lisboa, enfatizando os móveis religiosos e as intenções civilizatórias como motes positivos da expedição de Daniel de La Touche, Senhor de Ravardière. Já os holandeses figuraram como sujeitos traiçoeiros sem nenhum interesse além de auferir lucros. Diferente de sua presença em Pernambuco, onde teriam dado impulso ao comércio e à agricultura, no Maranhão não teriam deixado “rasto ou memória alguma que denunciase intenções benéficas”²⁹⁷. Traçando esse paralelo, a narração de Lisboa atuou como um “tribunal” pronto a (r)estabelecer a verdade sobre esses episódios da história colonial do Maranhão.

Numa compreensão de que o historiador é atravessado por subjetividades, mesmo que essa consideração não apareça de modo explícito, aproxima-se da discussão já presente na reflexão histórica na passagem para o século XIX da adoção de um ponto de vista como pressuposto do conhecimento histórico²⁹⁸, reconhecendo as dificuldades de seguir o postulado da neutralidade. Colocando lado a lado as ocupações francesa e holandesa, o que Lisboa não titubeou em louvar foi a vitória da colonização portuguesa sobre ambas, “nossos maiores”, como referiu, que se perpetuariam “por muitos séculos

²⁹⁵ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 165-166.

²⁹⁶ Ibid. p. 170.

²⁹⁷ Ibid. p. 169.

²⁹⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 169.

mais, na linguagem, religião, ideias, usos e costumes dos seus descendentes”²⁹⁹, mesmo que esse *reino* europeu na América fosse extinto. Pessoalmente, essa reflexão carregava uma revisão de sua própria trajetória, pois fora “adversário” declarado na juventude marcada pelas tensões do recente processo de Independência do Brasil e a posição do Maranhão nessa questão. Naquele momento, o *tempo* e a *experiência* lhe permitiam apreciar os acontecimentos com mais *critério*.

Sobre a atuação dos jesuítas, o expediente foi semelhante. Apresentando de pronto o fundador Inácio de Loyola, valorizando seu passado progresso de “cortesão dissipado e pecador”³⁰⁰, agora convertido em líder da mais bem sucedida ordem católica daqueles tempos; seguiu afirmando ao público que os valores da Companhia de Jesus se caracterizavam pela rigidez de princípios, dissimulação, astúcia e flexibilidade para atingir o fim último. Da *segunda idade* dos jesuítas no Brasil a avaliação foi mais dura ainda.

Outro item importante era o estilo da escrita. Fazendo um paralelo entre as narrações de Manuel Severim de Faria e Berredo acerca da doação da Capitania do Maranhão, a desse último se recomendava menos tanto pela distância temporal, quanto pela qualidade do texto, caracterizada pela escrita pouco agradável e pela compilação de trabalhos anteriores. Sobre Berredo, a principal crítica era com relação às informações insignificantes, ajuntado do estilo pedante, daí podendo se inferir a ausência de um caráter de conjunto.

Se o estilo possibilita o acesso ao mundo do ofício do historiador, nos *Apontamentos...* essa colocação se mostrava desde a coleta e análise das fontes, até a escolha de elementos estilísticos como o uso da ironia, especialmente patente na abordagem que fez dos jesuítas, como no caso das penitências e sacrifícios fabulosos do padre Francisco Xavier pelo Oriente. Ao que parece, Lisboa tinha suas dúvidas sobre a veracidade dos milagres, tal como a cúria romana, que os pôs em causa no pontificado de Urbano VIII, dúvida logo sanada, de modo que, para a Igreja, padre Xavier foi canonizado. Na narrativa de Lisboa talvez seu status fosse mais modesto. A ironia como estilo historiográfico lhe possibilitava recheiar o texto com metáforas, frases irônicas refletidas nas adjetivações dos personagens, nos grifos em itálico que serviam de orientação para a adesão do leitor. O estilo aqui não se confundia como mero ornamento,

²⁹⁹ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 187.

³⁰⁰ *Ibid.* p. 341.

mas como parte da operação historiográfica. Partindo do entendimento de que a “marca do estilo é expressar o espírito do escritor, a tarefa do estilo é manter o público do escritor”³⁰¹, a pesquisa realizada por Lisboa adotou um estilo que o tornava acessível ao leitor leigo no assunto assinante do periódico, dando vida longa ao comentário de seu comprovinciano Gonçalves Dias pelo qual a obra era “talhada para todos, para andar nas mãos de todos, para ser igualmente estimada por todos”³⁰².

A questão indígena ocupou um lugar importante a ponto de, ao resenhar uma série de legislações portuguesas que regulavam a liberdade e a escravidão dos índios – *meios e instrumentos de civilização e opressão* ao longo dos três séculos de colonização – julgou ser isso “nada menos que a história do antigo regímen colonial, considerado por uma das suas faces mais notáveis e constantes”³⁰³. Sua tese nesta primeira fase dos *Apontamentos...* era a da incompatibilidade fundamental entre civilização e barbárie, inspirada na leitura de Alexis de Tocqueville. O falso *patriotismo caboclo* precisava ser superado em função da reabilitação do índio pela via da “transusão de um sangue mais ativo e generoso”, dependente da “emigração da raça empreendedora dos brancos”³⁰⁴. Reprovava, assim, a divisa de Dias acerca daqueles: “Improvidência, resignação, heroicidade: eis o índio”³⁰⁵. Para Lisboa – como evidenciado na *Nota G* – o índio era um *selvagem* incompatível com valores nobres.

A exploração das inexactidões e versões contraditórias dos relatos de vários escritores sobre a primeira expedição para a Capitania do Maranhão é um dos melhores exemplos de aplicação do método crítico empregado por Lisboa nos *Apontamentos...* Mais uma vez, o exercício foi o de comparação, cotejando as narrações desde a do próprio João de Barros, que recebeu a doação real, passando pelas de Manuel Severim de Faria, que *escreveu a vida* de Barros, Berredo, coronel Lago e Varnhagen.

Tais relatos se mostraram discrepantes em pontos estratégicos, Barros informou que a data da expedição se deu em 1535, já seu “biógrafo” Severim Faria, que deveria ser a autoridade mais abalizada, cravou o ano de 1539. O local de chegada também forneceu desencontros. Para Berredo, o naufrágio ocorreu defronte da Ilha do Medo, versão

³⁰¹ GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 28-52.

³⁰² DIAS, Gonçalves. **Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1971. p. 146.

³⁰³ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 338.

³⁰⁴ Ibid. 271.

³⁰⁵ DIAS, Antônio Gonçalves. Introdução aos Anais históricos do Maranhão – por Berredo. In: BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais históricos do Estado do Maranhão**. 2. ed. Maranhão: Tipografia Maranhense, 1849. p. XI.

discordante de Alphonse de Beauchamp, que acompanhou mais o que dissera Gabriel Soares de Sousa, para quem a armada se perdeu na Ilha das Vacas. No século XIX, Varnhagen apontou o naufrágio na Ilha de Santana, versão confusa, pois muito antes o coronel Lago havia descrito esta ilha como um vasto areal inabitado por falta de água, no que Lisboa tinha maior confiança por se tratar de uma notícia sustentada por um *homem da ciência* que a explorou.

A primeira conclusão de Lisboa foi a de que, àquela época, não era mais possível determinar o local do infortúnio da expedição. Os primeiros navegantes e escritores se confundiram muito com os nomes de rios e paragens, nomes que também foram mudando ao longo tempo de modo que roteiros como os de Soares de Sousa, Campos e Gama trouxeram nomenclaturas diferentes. Um ponto que não cabia dúvida, todavia, era o de que as atuais ilhas do Medo e Santana pudessem ter servido de habitação sem o auxílio de suprimento externo, o que o levou a criticar a escolha de Varnhagen em 1851, de acompanhar a informação inexata trazida por Soares de Sousa, que ainda acrescentava uma suposta segunda expedição quando só houve uma com todos eles, Aires da Cunha e os filhos de João de Barros. O mesmo procedimento foi adotado acerca da composição da expedição. O questionamento mais interessante nesse caso foi o da (im)possibilidade dos recursos que tal empresa teria disposto. Os dados fornecidos por quem seria a autoridade mais insuspeita, João de Barros, aparentavam flagrante exagero para a época e as condições dos sujeitos particulares que a empreenderam, excedendo o porte de armadas como as de Vasco da Gama, Francisco Pizarro e Hernán Cortés juntas. Tamanho poderio quase ultrapassava o limite da verossimilhança, justificando a hesitação.

A premissa fundamental que esse exame permite conceber é a de que, embora creditasse *boa fé* e tentativa de ser o mais *exato* possível aos escritores antecessores seus, sequer a prerrogativa de testemunha ocular garantia a verdade da descrição dos fatos em determinados casos, como neste episódio sobre Barros. O método crítico aqui parecia mais apropriado para descobrir o falso do que o verdadeiro, já que este se encontrava encoberto pela poeira do tempo e imprecisão de quem poderia ter sido mais rigoroso. Na ausência da fonte primária ou testemunho irrefutável, restava ao menos a narração mais verossímil, condizente com o tempo e as condições disponíveis, algo que a comparação ajudava a demarcar nos moldes daquilo que ele entendia como o trabalho do historiador, como uma espécie de juiz, ele mesmo frequentemente era fiduciário de suas próprias afirmações. O historiador e a testemunha deviam ser objetivas, coerentes e imparciais para registrar apenas o que aconteceu de fato, só assim o historiador poderia mais tarde

“ler a inscrição do seu relato em um documento e transferir este conhecimento para outra época e lugar”³⁰⁶. Fazendo a apreciação crítica do material coligido, Lisboa se instituiu como autoridade no assunto pelas fontes e pela imparcialidade que acreditava imprimir naquela narração desejosa de ser um relato verdadeiro, com isso firmava uma característica permanente do moderno discurso histórico, a defesa da objetividade.

Em sua operação historiográfica, o historiador “deve se empenhar em perceber as territorialidades que as relações sociais por ele estudadas produziam à sua época” e, para além das territorialidades históricas, “deverá superpor a sua própria territorialidade historiográfica”³⁰⁷, de modo que ao recortar como objeto de conhecimento o Maranhão colonial, Lisboa criava um território estabelecendo um espaço de poder e controle por meio do seu discurso historiográfico. Sendo um historiador para a província, por muito contrapôs a pompa do epíteto de capital cultural à mesquinha e baixeza dos costumes e práticas dessa mesma sociedade que se imaginava civilizada, o que vai ao encontro da ideia defendida por Flávio Soares de que o ponto de partida dos *Apontamentos...* se localizava num “diagnóstico dos impasses civilizatórios, políticos e morais, da Província e, em certa medida do país”³⁰⁸. Na investigação de Lisboa, a província maranhense se comportava como um microcosmo do Império, mostrando que, a despeito da retórica da civilização, o que dominava era a barbárie. A “natureza bárbara do civilizado” imperava nas escalas micro e macro.

O Maranhão da época que Lisboa escreveu os *Apontamentos...* era o que lhe inspirava a desejar *emendar*, e a história cumpria aí um papel de moralização, o efeito pedagógico inerente àquele traço da ideia antiga da história mestra da vida. Os *frutos* que imaginava colher eram a “emenda de alguns abusos, e a correção do mal, em parte ao menos”³⁰⁹, denotando seu uso da escrita histórica como instrumento de ação na realidade social. Numa orientação pragmática, a própria preocupação com a documentação apontava para essa visão pragmático-política da história, pondo-a como laboratório da política de seu tempo.

³⁰⁶ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988. p.39.

³⁰⁷ BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005. p. 115.

³⁰⁸ SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2002. p. 89.

³⁰⁹ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 14.

Com verniz moralizante, o fim maior seria reformar os costumes maranhenses vistos como corrompidos, degenerados. Lisboa tratou o passado de sua província do modo como ele, enquanto historiador, entendia como um passado válido no meio civilizatório em que estava imerso, assim, os problemas da província daquele presente no qual ele escreveu se conectavam com outros do passado que julgou válido, menos como um processo linear do que como uma questão política, e um espectro de futuro já remediado. Considerava seu trabalho um trabalho de historiador, superior ao dos cronistas, ainda que tenha conservado preconceitos desses mesmos cronistas, como na questão indígena. Quando nos últimos números dos *Apontamentos...* anexou a *Nota C: Sobre a escravidão, e a História geral do Brasil pelo Sr. Varnhagen* (1858) revendo a abordagem da relação entre colonos e índios nos primeiros números da obra, evidenciou que os historiadores modernos se esforçavam pelo levantamento de um maior conjunto documental possível para desfazer incompreensões, erros. Nesse caso, rever também podia fazer parte do estilo do autor.

Nos *Apontamentos...* estavam impressas aquelas características que identificavam o *ethos* particular do historiador oitocentista mencionados por Turin. Lisboa confessava suas dificuldades, demonstrava dúvida ali e alhures, usava expressões subjetivas como *parece que, ao que tudo indica*, questionava acolá, concluía até pela impossibilidade de se determinar a verdade de algum fato, com isso deixava patente a sinceridade de confessar as imperfeições de seu texto, essencial na relação com o público, parte de sua responsabilidade histórica. Oferecido ao leitor, declarava o amor da verdade. Segundo José Veríssimo, os *Apontamentos...* confirmavam os dotes de investigador, erudito e crítico, fazendo lastimar que “como historiador não nos deixasse mais que essa curta obra fragmentária”³¹⁰. De todo modo, a primeira fase dessa obra permite destrinchar aspectos da operação historiográfica de Lisboa que se desenvolveram ao longo da obra inteira. Como objeto e lugar de onde pesquisou e escreveu, ele produziu uma história da/para sua província e isso ajuda a compreender como buscou e utilizou suas evidências.

Pensar uma obra como os *Apontamentos...* a partir de sua historicidade convida a refletir acerca dos modos de se fazer história no Brasil oitocentista, situando a abordagem de Lisboa sobre a história do Maranhão, suas escolhas temáticas e a organização da narrativa, diversa de outros autores que pouco depois se dedicaram a temas mais específicos como a “História da Independência da Província do Maranhão” (1822-1828)

³¹⁰ VERSÍSSIMO, José. História da literatura brasileira. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000116.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021. p. 119.

do jurista Luís Antônio Vieira da Silva, publicada em 1862, uma questão sensível dado o sucedido no Maranhão no contexto da Independência. Exercendo vários cargos políticos no Segundo Reinado – Deputado Provincial, Senador, Presidente das Províncias do Piauí e do Maranhão, Ministro da Marinha e Conselheiro do Império – Vieira da Silva pertenceu aos quadros administrativos do IHGB e passou a se interessar pela história não só para efeito de ilustração, mas, como ele confessou em carta a César Augusto Marques: “o desejo de conhecer a História da Província nasceu em mim no correr do ano de 1854. Queixa antiga era no Maranhão o pouco que se havia feito em relação a este assunto”³¹¹. O trabalho foi possível com a utilização dos documentos coligidos durante sua estada à frente da Secretaria de Governo da província, memórias, jornais e folhetos. Transcrevendo a íntegra de documentos ao final da obra, exibiu uma compreensão de procedimentos da moderna historiografia já perceptível na publicação desse mesmo citado ano, “História interna do Direito Romano”, coincidente com seu ingresso na vida administrativa da província.

Afirmar que pouco havia sido escrito no Maranhão sobre o assunto da emancipação até aquele momento implicava na necessidade de preenchimento de uma lacuna que ele se julgava capacitado a realizar, definindo um modo de relatar e abrindo espaço para trabalhos posteriores. O momento em que Vieira da Silva reconheceu como crucial para resolver escrever sobre a história da província se caracterizou pela consolidação do poder monárquico e a política da Conciliação (1853-1868), distinguida pela alternância entre gabinetes liberais e conservadores. Todavia, a postura adotada pelo futuro Visconde foi a de manter certa moderação na escrita, evitando se posicionar a favor de algum espectro político ou ideológico, o que não significa que o livro se abstinhasse de fazer qualquer apreciação mais inclinada sobre as lutas que ocorreram na província e sua adesão ao Império.

A data marcada por ele, 1854, foi também o ano de publicação da *História geral* de Varnhagen, coincidindo temporalmente duas tentativas de legitimar uma narrativa

³¹¹ Apud MENDES, Felipe Ucijara Guimarães; GALVES, Marcelo Cheche. Luís Antônio Vieira da Silva. O IHGB e a questão da Independência. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (Org.). **Historiografia maranhense**: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014. p. 38. Ver do mesmo autor: MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. **PRODUTOS DE UM LUGAR**: a Independência no Maranhão em Luís Antônio Vieira da Silva e Mário Meireles. 92f. Monografia (Graduação em História). Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual do Maranhão, 2010. Sobre as tensões no Maranhão à época da emancipação, ver: GALVES, Marcelo Cheche. “**Ao Público Sincero e Imparcial**”: imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). 356f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

geral. Ainda que o jurista tratasse de uma província específica e orientasse seu trabalho para uma direção diferente da encaminhada por Varnhagen – que escreveu uma *História da Independência do Brasil*, de publicação póstuma – o olhar contemplava um vislumbre da nação, expressando a proximidade entre a escrita ligada ao IHGB (a História da Independência lhe viabilizou a entrada como sócio correspondente) e a agenda política do Império em ambos os autores. De certo modo, também se colocava na disputa pela narração do passado do Maranhão, disputa da qual Lisboa era a(u)tor de primeira grandeza e tocava outras searas como a vida política da província, um microcosmo da nação.

2.4 História (também) como laboratório da política

*para a felicidade e glória
da Monarquia Brasileira.
Francisco Adolfo de
Varnhagen, 1854*

O âmbito da política – sobretudo as eleições – foi importante elemento de articulação entre os tempos da nação e da Província do Maranhão na obra de Lisboa, e o folheto *Partidos e eleições no Maranhão* pode ser tomado como síntese desse amálgama. A proposta era escrever um romance histórico que apresentasse ficcionalmente uma verdade identificada por ele na junção dos costumes políticos e eleições. Por meio de uma narração irônica e moralista, ofereceu a *pintura do mal* sintetizava nesta dupla, por isso anotou sobre o trabalho: “seu fim primário ficará sendo sempre a pintura de nossos costumes políticos”³¹², o que lembra a leitura de José Veríssimo segundo a qual ele foi um moralista e “Mesmo como historiador o preocupam sobretudo os aspectos morais”³¹³. Esta definição ajudou na reflexão que encaminha o presente trabalho, pois diversamente da posição que afirmou ter Lisboa atuado mais como jornalista e político do que como historiador³¹⁴, acompanho Janotti quando postulou que o historiador Lisboa se pronunciava em tudo o que escreveu³¹⁵.

³¹² LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 7.

³¹³ VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. p. 198.

³¹⁴ MELO, Mailson Gusmão. João Francisco Lisboa e o Jornal de Tímon: apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (Org.). **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014. p. 19.

³¹⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. São Paulo: Ática, 1977. p. 48.

Se um estudo histórico é produto de um lugar³¹⁶, *Partidos e eleições no Maranhão* – publicado nos nº II e III do *Jornal de Timon* – foi a pintura que Lisboa fez do contexto político-partidário maranhense de sua época, um assunto que gerava interesse entre os comprovincianos e sobre o qual ele podia falar muito bem partindo da própria experiência de vida. A discussão de *Partidos e eleições...* tinha a ver com o contexto da vida política, jornalística e socioeconômica do Maranhão na metade do século XIX, já se afirmou que ele seria menos um exemplar da produção histórica do autor do que o testemunho de uma época³¹⁷, que se tratava mais de um discurso de moral política³¹⁸ e, mais recentemente, que trazia um esforço em nome da reforma dos costumes maranhenses, explicado pela visão pragmática que tinha do conhecimento histórico³¹⁹. A leitura do presente estudo considera essas análises e busca discutir o folheto como exemplo da prática historiográfica de Lisboa, a forma como a política local foi representada estava atrelada à sua operação historiográfica. A descrição das cenas, a utilização de testemunhas oculares e jornais da época como fontes para embasar a narração, e a verve crítica com a qual teceu o folheto demonstravam seu caminho metodológico. Mesmo se tratando de um relato romanceado, *Partidos e eleições...* não deixou a dever como uma narração historiográfica sobre o Maranhão oitocentista.

Partidos e eleições... se seguiu ao texto sobre as *Eleições na Antiguidade, eleições na Idade Média, eleições na Roma Católica, Inglaterra, Estados Unidos, França, Turquia*, enxergando no Maranhão de seu tempo a presença de hábitos semelhantes aos já vistos em outras sociedades e épocas, ainda que não expusesse de modo mais evidente ao leitor o método da comparação ali experimentado, uma realidade historicamente localizada e que não era igual àquelas de outros países que precederam a avaliação sobre o Maranhão. Tal característica denunciava certa fragilidade teórica dos argumentos e da metodologia utilizada pelo autor, o que foi já visto como algo próprio do estilo polêmico de um jornalista³²⁰, mas principalmente era devedora da escrita histórica do período. O mais próximo de explicação para as escolhas dos países e transações cronológicas – não seguia a cronologia, a citação dos fatos se dava conforme melhor

³¹⁶ DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 57.

³¹⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Op. cit. p. 69-131.

³¹⁸ SANTOS, Maria Rita. **Uma leitura pragmática do Jornal do Timon de João Francisco Lisboa**. São Luís: EDUFMA, 2000. p. 242

³¹⁹ SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon**. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. p. 76.

³²⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Op. cit. p. 111.

distinguia os costumes eleitorais e políticos do tempo em questão – foi ofertar ao (e)leitor maranhense a possibilidade de ter algum orgulho ao se deparar com vícios piores daqueles antigos e modernos. Guardadas as especificidades, em todas se viam as fantasmagorias de uma pretendida vida política.

O paralelo com seu tempo/espço foi recorrente:

quem estuda os acontecimentos contemporâneos, e os que se passaram na antiguidade, alcança facilmente que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinam hoje como então, e sempre, em todos os povos, e em todos os governos, devem produzir constantemente os mesmos resultados [...] ³²¹.

A imagem é a de uma eterna repetição dos vícios diante da atividade política, mas a atitude era sempre de depreciação dos atos de seus conterrâneos na comparação com os faustosos gastos dos antigos: o que era o *magro* arroz de pato frente aos grandes eventos públicos da Roma imperial, por exemplo? O caráter pitoresco dos ritos que muitas vezes envolviam a unção de uma candidatura vitoriosa sobrevivia ao anacronismo.

O percorrer da história vil e cruel com que tingiu as páginas dos folhetos demonstrou a escolha de, nivelando pelo ridículo, aproximar distantes tempos e espaços da vivência pessoal do leitor. Em Atenas, Esparta, Roma, Inglaterra, França ou Turquia, as paixões brotavam por toda parte e desnaturavam as instituições e até os caracteres mais retos. O comportamento do eleitor também era reprovado, pois não deixou de destacar a *gentalha* que partilhava dos vícios grosseiros de certos líderes, tendo-os em grande popularidade. Com isso contestava a tese de que o povo escolhia bem seus representantes e magistrados, o acerto era quase *milagroso*, em sua visão, quando se atentava para os meios empregados no processo eleitoral e os costumes dos eleitores. Entre os povos elencados, só os franceses foram elogiados pela probidade pessoal dos eleitores e “religioso escrúpulo” da apuração dos votos, excetuando alguns plebiscitos mais recentes; e os candidatos que buscavam ganhar votos baseados no patriotismo e serviços prestados. Idiossincrasias de um povo entravam no rol dos desencantos do narrador Tímon, lamentou que, diversamente dos norte-americanos, os brasileiros preferiam “a precária e mesquinha carreira dos empregos, e por uma contradição que só acha desculpa na cegueira do espírito de partido”, não podendo “tolerar, uns que os demitam quando estão empregados, e outros que sejam conservados os que lhes foram preferidos” ³²².

³²¹ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 57.

³²² Ibid. p. 120-152.

O efeito de proximidade se fez presente em todo o trabalho: “Catão, o indefectível defensor da liberdade, *como já o leitor está suspeitando*, fez-lhe a costumada oposição”³²³, anotou em certa passagem ao se referir ao processo eleitoral na Roma republicana, com isso trazia para perto o leitor, contando com sua atenção ao relatado até ali e formação de cenas mentais para avivar o quadro que pintava. Adotando esta estratégia, percebe-se que as disputas na província afetavam a pena do estudioso, o comentário seguinte parece exemplar:

Quem tiver perdido eleições e andar por essas ruas, infestadas de caceteiros, em busca de um asilo em que esconda o despeito e vergonha da derrota, e encontre alguns momentos de repouso em que possa tomar os primeiros apontamentos para a ata falsa, esse tal poderá compreender os embaraços e angústias de Simão Pedro, em presença de tão importunos malsins³²⁴.

Trata-se de um episódio em que Simão Pedro, então caminhando com Jesus Cristo, envolveu-se numa confusão ferindo um integrante de um grupo governista, fato que depois negou ao ser reconhecido na rua; mas o que importa aqui é observar o sentimento da derrota descrito na cena, posta em paralelo com uma situação próxima ao público do periódico. Considerando que a escrita do *Jornal* se situou no período em que Lisboa já se encontrava afastado da vida partidária da província – melindrado por uma tentativa de candidatura rejeitada – estaria ele modulando algo de uma experiência pessoal? Nem sempre Tímon fazia questão de se ocultar na narração.

Constante na obra de Lisboa, o traço ético ficou bem frisado nas imagens criadas para as personagens individuais ou coletivas na trama do folheto. No que seria ao mesmo tempo reflexo e reflexão da realidade histórica e social da Província do Maranhão, elaborou um “esquema de percepção da guerra fratricida entre civilizados e bárbaros”³²⁵, relacionando a história das mazelas morais da província com a grande luta entre o *bem* e o *mal*, examinando a atuação de personagens desse jogo. O Presidente de Província foi representado como um carreirista, as eleições como atos marcados pela manipulação e violência, e os partidos como facções que se digladiavam por privilégios junto ao Governo, cada um editando um jornal para defender suas ideias, representações que podem ser apreciadas no âmbito da prática eleitoral em si e em instâncias particulares do jogo de forças partidário. De acordo com Chartier, as representações do mundo social

³²³ Ibid. p. 67. Grifo meu.

³²⁴ Ibid. p. 103.

³²⁵ SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2002. p. 24.

aspiram à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, mas são determinadas pelos interesses de grupo que as forjam³²⁶, assim, as práticas e representações existentes na província (e em todo o Império) como a corrupção eleitoral, a demissão de funcionários quando se mudava o Presidente, a confusão entre público e privado, a pouca diferenciação entre os programas dos partidos e a parcialidade da imprensa apareciam como reveladoras da construção social dos agentes envolvidos. Nesse âmbito, a instância local era identificada como reflexo da grande política nacional.

Lisboa timbrou que a política nas províncias se cifrava em trivialidades, intrigas, insultos e adulações ao poder que caía e se erguia, e na cópia de fórmulas políticas distantes da realidade local. O juízo que fazia de tudo não dispensava os personagens e situações inusitadas da história que contava, a narração contava com muitas adjetivações como na caracterização do novo Presidente de Província Bernardo Bonifácio Montalvão de Mascarenhas, sucessor de Anastácio Pedro de Moura e Albuquerque:

Quanto à sua pessoa, era sujeito de alta estatura, magro, pálido como um defunto, zambro e zarolho. Quando ria, deixava ver uma formidável porém mal guarnecida dentuça, por que os mais dos dentes só brilhavam pela sua ausência.

[...] o exm. Bernardo Bonifácio tinha umas maneiras tão francas e afáveis com seus assomos de reserva e gravidade ao mesmo tempo, uns ademanes tão desafetados, e nada menos tão compostos, um falar tão culto, natural e fácil, um andar tão firme e seguro, não obstante o arqueado das pernas, um termo enfim tão senhoril em toda sua pessoa, que acareava sem detença as simpatias e o respeito de quantos o comunicavam.³²⁷

Com peculiar finura analítica, Lisboa tomou essa figura de proa para, a partir de caracteres pessoais, criticar e ironizar as práticas políticas locais. O *arqueado das pernas* de Montalvão de Mascarenhas poderia muito bem aludir à província capenga e imersa em contradições sociais, mas que ainda se punha de pé para andar igual ao Presidente, *firme e seguro*, mantendo os problemas que seus governantes não se ocupavam em resolver. A troça (des)qualificava e depreciava ainda mais o que já era, em sua opinião, reprovável, num uso da ironia que lhe permitia denunciar aquele mundo distorcido que confundia o *bem* com o *mal*. Na economia do texto, o estilo irônico atuava para manter o público, distinguido pela forma de publicação mensal e linguagem acessível ao leitor não especializado.

³²⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

³²⁷ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 186-188.

As lideranças políticas foram outras figuras importantes. Apresentados como bajuladores de cada novo nomeado pela Corte para assumir o governo da província, Lisboa também escarneceu dos dotes intelectuais desses homens influentes como o doutor Azambuja, “juiz municipal apto a fazer toda a qualidade de transações; contanto que o removesses para a capital” e o conselheiro Arthur, uma *perfeita nulidade*, lembrado e aproveitado “para todos os empregos provinciais, nos quais nada fazia que luzisse e aparecesse”³²⁸; além dos bacharéis que voltavam para casa como verdadeiros *doutores à mexicana*. O grupo dos doutores, jovens cujas famílias pagavam o curso de Direito ou Medicina em outras províncias já visando a ocupação de um cargo quando formados, foi representado pelos personagens Afrânio, Bavio e Bartolo. Acerca de cada um Lisboa desfilou uma série de imagens que, no conjunto, formavam a representação geral da incoerência e torpeza da política provincial.

Redator do jornal Trombeta e ilustre do partido Morossoca, o doutor Bavio foi descrito como “sujeito de medíocre inteligência, de pouco felizes disposições naturais, e só à força de trabalho conseguia fazer alguma cousa”, já o doutor Afrânio teria obtido o diploma de bacharel “com o menor estudo, e com a maior despesa possível”³²⁹. Modelo das práticas políticas locais, o doutor Bavio seria de tamanha *elasticidade* de princípios e consciência que peregrinou com desenvoltura entre vários partidos e logrou a maior admiração pública pelo potencial de desferir ofensas contra os opositores do partido que defendesse no momento. Dizendo-se arauto da moralidade e contra a corrupção, o doutor Bartolo também não escapava da fluidez das ideias comum aos demais. Outro grupo de influentes se compunha por coronéis com posses e sem consciência política como o tenente-coronel Fagundes, sujeito pronto a servir aos poderosos e despreocupado com as suas opiniões.

O diálogo entre lideranças abaixo dá uma noção de como Lisboa narrava essas ocasiões:

- Os patifes não contavam com esta pela proa.
- O tal Anastácio ficou mesmo com cara d’asno.
- Quero ver agora no que dá a sua grande candidatura espontânea e livre!
- Se vocês vissem como ele enfiou quando deu com os olhos em mim no portão!
- Nunca me ri tanto em dia de minha vida.

³²⁸ Ibid. p. 250

³²⁹ Ibid. p. 233-241.

- O Afrânio comeu-se de raiva por ver o novo presidente conversar comigo com tanta atenção na sala grande. Parecia que me queria engolir com os olhos.
- Ah bandalho, que nem sempre dará as cartas!³³⁰

A cena retrata o momento imediato da chegada do novo Presidente, quando as lideranças locais já se prontificavam a dar e receber todas as atenções de Bernardo Bonifácio Montalvão de Mascarenhas. Os preparativos para se aproximar primeiro do governo da vez ficou evidente nesta outra conversa, que incluía também o agora demitido Anastácio Pedro:

- Nada de abandonar o homem um momento.
- Se a corja toma conta dele, tudo está perdido.
- Cumpre não desanimar, e V. Exc. antes de entregar o governo deve tomar todas as medidas indispensáveis à sustentação do partido.
- Seria bom demorar a posse dois ou três dias, para melhor se assentar em tudo.
- V. Exc. devia entender-se já com ele a tal respeito.³³¹

Toda a narração foi engendrada de modo a persuadir o leitor de que grande parte dos que se colocavam à frente da administração provincial eram despreparados, sequer se interessavam em trabalhar efetivamente para a melhoria das condições. O poder era dividido entre figuras com consciências elásticas que assumiam os partidos e a imprensa. Nesse sentido, o jornalismo foi representado como estéril e maldizente, atuando apenas na exposição dos vícios e misérias sociais, e os partidos como inúteis e sem força moral, até nocivos. Indiferenciados entre si pelos seus programas, os partidos se formavam e se dissolviam com facilidade e seus correligionários aderiam a um e outro sem maiores constrangimentos. A degradação se anunciava até nas denominações, nomes de animais: Cangambás, Jaburus, Bacuraus, Morossocas, Papistas, Sururus, Guaribas e Catingueiros. Para ilustrar essa relação estava o doutor Afrânio, um importante chefe dos Cangambás que divulgava suas ideias pelo jornal Postilhão.

Os partidos se alimentavam pela imprensa, os adversários lutavam pela defesa de seus grêmios e essa batalha de tinta e papel criavam as imagens depreciadoras dos opositores, delineando famas pouco honrosas e aumentando as tensões na província, por vezes resultando em violências físicas, além dos danos morais. Havia, por assim dizer, uma “luta de representações” em que esses grupos lançavam mecanismos como a

³³⁰ Ibid. p. 181.

³³¹ Ibid. p. 175. Interessante pontuar que uma cena muito próxima dessa situação foi noticiada por Lisboa na *Crônica maranhense* do dia 01 de março de 1839 por ocasião do desembarque de Manuel Felizardo de Sousa e Melo: “Atropelaram-se sofrivelmente, pleiteando a qual iria diante, para poder fazer os seus cumprimentos, de modo que não escapassem à atenção do novo presidente”. Ver: LISBOA, João Francisco. *Crônica maranhense*. 2ª parte. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1969. p. 37.

imprensa, a fraude e a bajulação ao governo na tentativa de impor suas condições, valores e domínio do aparato político da província. Como “campo de concorrências e de competições”³³², os desafios se enunciavam em termos de poder e dominação, e entre práticas e representações cada grupo buscava impor sua concepção do mundo social.

Os periódicos também serviam para pressionar o Presidente de Província, como no caso da transição entre as administrações de Anastácio Pedro, demitido em meio aos preparativos para a campanha de deputado, e Montalvão de Mascarenhas. Os Cangambás, que já andavam descontentes com a *inesperada* demissão de Anastácio Pedro, de tão acostumados à “nobre franqueza deste exímio administrador, não podiam tolerar que o governo perdesse o tempo com o que eles chamavam frioleiras”, chegando “mesmo a suspeitar que esses pretendidos projetos de melhoramentos materiais encobriam algum plano funesto, urdido contra a sua legítima influência e predomínio”³³³. Em contrapartida, a situação não estava melhor para os adversários Morossocas, que depositaram grandes esperanças no novo presidente, mas nada tinham alcançado até ali. Sendo o jornal um campo de disputa política, o uso da linguagem direta, anedótica, depreciativa, nomeava a si e aos adversários, funcionando como estratégia de autoafirmação e demarcação das disputas, podendo impactar a opinião pública. Guardadas as especificidades, a forma como a imprensa enunciava suas pautas e discutia a vida política das instituições entrevia uma conexão entre província e centro³³⁴.

Com esse cenário as eleições só poderiam se processar na mais perfeita anormalidade. Nelas se concentravam a vida e as atividades dos partidos. Lisboa identificou os Presidentes de Província, os jornais e as eleições como instrumentos dos partidos, e a violência como uma condição incontornável do presente sistema eleitoral. A própria partidarização do Presidente tão logo pusesse os pés em São Luís indicava que o apoio de grupos locais era indispensável para a governabilidade. Os partidos que se copiavam e arremedavam uns aos outros eram chefiados por uma elite que voltava os olhos para além das águas da baía de São Marcos já que, a despeito de qualquer prática, viam-se como representantes da civilização de origem europeia, a “boa sociedade” da província, para recordar uma noção de Ilmar de Mattos. A carreira política e dos empregos

³³² CHARTIER, Roger. Op. cit. p. 17.

³³³ LISBOA, João Francisco. Op. cit. p. 254.

³³⁴ SANTOS, Edyene Moraes dos. O lugar do discurso e a guerra de narrativas: a imprensa política no Maranhão Oitocentista. **Outros Tempos**, São Luís, v. 18, n. 32, p. 200-219, 2021. p. 210-217. Ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião pública. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

era, assim, a principal a que se lançavam esses grupos, ilustrando uma posição muito frequente à época de que os melhores governos seriam compostos pelas classes mais instruídas, o que dependia diretamente de um poder material e uma rede de conexões. Tal cenário ficou explícito no folheto quando se voltou sobre a formação intelectual dos futuros candidatos a deputado e senador pelo Maranhão como o citado bacharel em Direito Afrânio.

Caberia, então, questionar o lugar do eleitor, do povo. Em *Partidos e eleições...* o povo foi representado basicamente como um estrato anulado num estado de inércia, esperando por uma *regeneração* cada vez mais distante. A apreciação abaixo exprime o entendimento do autor acerca do assunto:

E porque as classes superiores são as que dirigem a sociedade, e a classe dos políticos supere entre nós todas as outras, suprimindo o número, pelo ruído que faz - e posição elevada que ocupa, é ela quem dá o tom e verniz exterior à nossa sociedade, e lhe faz tomar as aparências de um povo exclusivamente dado à política, e aos meneios, fraudes, torpezas eleitorais, quando a verdade é que o grosso da população, se nisso tem crime, é pela indiferença, antes conivência, com que contempla os abusos e escândalos da imperceptível, mas inquieta e turbulenta minoria. Em resumo: exuberância de vida política, tumulto, agitação, ardor febril, e paixões amotinadas n'uma pequena parte da população - silêncio, abandono, indiferença, ausência quase absoluta de vida, na outra parte que constitui a grande maioria.³³⁵

Sobre a relação entre o sistema representativo e o povo:

No nosso moderno sistema representativo, ou o governo se denomine república, ou monarquia constitucional, o povo, não a multidão ou totalidade dos habitantes de um país, mas o povo depurado e qualificado, pelos haveres, pela idade, pelo domicílio, ou já simplesmente certas classes do povo, mais graduadas pelas riquezas, pelos cargos, ou profissões, uma vez feita a escolha dos seus representantes ou procuradores, fica inteiramente apartado da direção dos negócios públicos; nem mais exerce sobre eles outra influência que a da opinião, influência, é certo, colossal e irresistível, e o primeiro poder das sociedades bem organizadas, depois da invenção da imprensa e dos jornais, com tanto que alcance, como na Inglaterra, modelar-se pela própria sabedoria.³³⁶

Concentrando a atenção em personalidades históricas, o povo e o sufrágio popular em *Eleições na Antiguidade...* foram tratados com ironia e algum desprezo: a multidão julgava mal e cometia injustiças ao eleger os representantes, seguindo demagogos com boa oratória; no que exagerava a participação popular nas eleições em Atenas e Esparta. Não diferiu sensivelmente em *Partidos e eleições...*, o povo foi apresentado como uma

³³⁵ LISBOA, João Francisco. Op. cit. p. 382-383.

³³⁶ Ibid. p. 16.

maioria manobrada pelos chefes locais e o espectro geral da questão política, e alguns conseguiam se sobrepôr pela expertise, podendo lograr benesses junto aos “superiores”.

Mesmo sem tanto brilho ou sofisticação, o jogo político provincial contava com seu quinhão de teatralidade, não haviam propriamente as eleições e as figuras do eleitor e do eleito, mas se fingia que havia³³⁷. Ao invés do eleitorado, a representação maior era a do(s) partido(s) que conseguisse(m) ascender junto com o Presidente designado pela Corte. O resultado da equação seria a reprodução do *mal*, espalhando-se pelo cotidiano da província por meio de gastos desordenados, estelionato, usurpação de terras, furto de gado, falsificação de gêneros, pesos e medidas, entre outros, na opinião do autor provas incontestes do grau de desmoralização a que havia chegado a sociedade de seu tempo. Diante do cenário de degradação contínua, Tímon concluiu que a situação era de todo *péssima e desesperada*, propondo a conversão das presidências em cargos exclusivamente administrativos, sem caráter político.

A descrição da política provincial era a de que “por mais que a envernizem, trajem e enfeitem à feição da política da corte, ou do estrangeiro, é afetada, mesquinha, insignificante e até ridícula”³³⁸. Dessa maneira, num estado em que os partidarismos provinciais não tinham estatura para bater de frente com a Corte, e tampouco esta conseguia controlá-los, o caso de Anastácio Pedro ilustrava a tensa indeterminação das relações entre as esferas provincial e nacional. Mesmo desconfiando dos cochichos no Rio de Janeiro, escolado que era na dinâmica dos gabinetes ministeriais, só soube da demissão aos atropelos, já enxergando o novo nomeado da janela do palácio, vindo da Província do Rio Grande do Norte.

Partindo do que observava no Maranhão, a crítica de Lisboa ao funcionamento das instituições imprimia uma crítica ao próprio sistema representativo da monarquia no Brasil, onde as premissas formais encontravam grandes problemas para operar, sobretudo, nas regiões mais afastadas do centro, muitas vezes dominadas pelas elites tradicionais³³⁹. Havia a crença de que o governo representativo dependia da qualidade dos representantes escolhidos e da realização de eleições que garantissem as melhores

³³⁷ SOARES, Flávio José Silva. Op. cit. p. 64.

³³⁸ LISBOA, João Francisco. Op. cit. p. 194-195.

³³⁹ TURIN, Rodrigo. João Francisco Lisboa (1812-1863). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Org.). **Os historiadores**: clássicos da história do Brasil. v. 4. Petrópolis: Vozes, 2018. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Os_historiadores_CI%C3%A1ssicos_da_hist%C3%B3ria/6PhNDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 24/7/2021. s/p.

escolhas³⁴⁰. Muito difundido na literatura da época, o expediente de Lisboa aqui era a valorização do esquema violência-manipulação-fraude para tratar do processo eleitoral, seguindo as alterações da legislação³⁴¹. Sobre eventos que ocorriam nas imediações do processo eleitoral, afirmou que a competência “faz gastar quantias enormes; a infidelidade do correio patenteia os segredos que lhe são confiados, e se isso não basta, os estafetas são atacados, roubados e mortos nos lugares desertos que atravessam”³⁴², uma situação que ele fez questão de frisar como *Histórica* em nota de rodapé para marcar uma posição de compromisso com a verdade. As províncias não eram apenas circunscrições territoriais, mas também lócus de instituições representativas e palco de disputas políticas e conflitos sociais.

É interessante pontuar que *Partidos e eleições...* foi publicado nas margens da implantação do Gabinete da Conciliação (1853-1868), uma política que buscou apaziguar as disputas reunindo o Ministério com liberais e conservadores, reformulando o sistema partidário no país, e um pouco anterior à Lei dos Círculos de 1855, idealizada para garantir a representação das minorias, favorecendo a possibilidade da oposição alcançar espaço político e diminuir a influência do governo nas eleições³⁴³. O Gabinete conciliou as diferenças entre os dois partidos para “salvar” a unidade e a integridade do país, ainda ameaçada por movimentos de contestação como a recente Revolução Praieira (1848) em Pernambuco. No Maranhão, o final dos anos 1830 até o fim da década seguinte foi o período de maior crescimento dos partidos, e em 1846 foi dado um importante passo com a escolha de Joaquim Franco de Sá para o cargo de Presidente da Província que, objetivando aglutinar as forças partidárias em torno de si, criou a Liga Liberal Maranhense na tentativa de coalizão entre os grupos cabanos (conservadores) e bem-temis (liberais) com o discurso sobre dirimir as disputas, pacificar as relações e construir um ambiente político menos nocivo³⁴⁴. A esse respeito, Lisboa sublinhou:

³⁴⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. Representação na monarquia brasileira. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 9, p. 41-53, mai. 2009. p. 47.

³⁴¹ LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, p. 13-51, 2014. p. 15.

³⁴² LISBOA, João Francisco. Op. cit. p. 311.

³⁴³ MOTTA, Kátia Sausen. **Eleições no Brasil do Oitocentos**: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881). Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. p. 152-162.

³⁴⁴ SANTOS, Edyene Moraes dos. **Partidos Políticos no Maranhão Oitocentista**: Origens, Influências Familiares e Composição Social (1838-1855). 270f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2021. p. 40-183. Na prática, as tensões permaneceram, e mesmo durando apenas o mandato de Franco de Sá, influenciou a política local até pelo menos metade dos anos 1850.

Com o andar dos tempos, vão as cisões em tal aumento, e multiplicam de maneira, que é mister empregar o processo posto para que não venha tudo por fim a ficar reduzido a simples individualidades; e começam as ligas, fusões, e conciliações, sendo às vezes de pasmar como parecem minguar os partidistas, por mais que os partidos se filiem, fundam e refundam.³⁴⁵

O comentário refletia também as questões de identidade e (in)fidelidade partidárias, a troca de membros entre partidos acabava pondo em dúvida a sobrevivência dessas organizações, a própria Liga se formou com correligionários de ambos os partidos dominantes na província.

Varnhagen também redigiu trabalhos nesse período, entre os quais destaco a *Memória Da administração pública* (pode ter sido produzida entre 1841 e 1842) e o *Memorial orgânico* (1849-1850) pela sua relação direta com o pensamento político do historiador. Guardadas as diferenças de não versarem sobre o mesmo assunto e, no caso da *Memória*, a falta de um caráter de “plano” de ações dirigidas, ambas compartilharam elementos em comum como a proposição de uma nova administração para o Brasil sem imitar modelos estrangeiros, o uso da experiência histórica e o fato de postularem o poder do todo sobre as partes, elegendo a Monarquia constitucional como preferível a todos os outros modelos de governo, assegurando os elementos básicos da liberdade (expressão, associação). Tendo a experiência histórica como base sobre a qual repousou seu projeto de construção de uma *nação compacta* e civilizada, Varnhagen lembrou no *Memorial* que era preciso estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil, ouvir as *queixas* nacionais e aplicar o *remédio* ditado pelo *bom senso* e a *história da formação das nações*, e na segunda parte do opúsculo definiu o que seria a forma de governo praticada no Brasil:

A monarquia é entre nós um bem, uma garantia liberal, porque suaviza a oligarquia, que é a representação da parte livre da nação: reciprocamente a aristocracia teria de ser no Brasil, como o foi em Inglaterra, a mais segura salvaguarda popular, se para o futuro algum partido levantasse bandeira por instituições ultra monárquicas. — É por não entendermos assim as coisas que os partidos entre nós não se definem: é por isso que temos feito tantas leis prejudiciais ou absurdas, que com sua própria impotência se assassinam.³⁴⁶

A precariedade da formação dos partidos e a falta de *coragem política* para enfrentar as adversidades eram empecilhos para a arte de bem governar, Varnhagen aplicou ao Brasil a teoria do governo misto inspirada na experiência inglesa, pela qual o

³⁴⁵ LISBOA, João Francisco. Op. cit. p. 226.

³⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 14. Ver também: SÁ, Ana Priscila de Sousa. “Da administração pública” e “Memorial orgânico”, ou como se deveria administrar o Império do Brasil. **Rev. Hist. UEG**, Morrinhos, v. 8, n. 2, p. 1-23, jul./dez. 2019.

poder era compartilhado entre a Monarquia e a aristocracia representada no Parlamento, o que funcionaria como a *salvaguarda popular* contra os interesses particulares, equilibrando o poder ao impedir que um ultrapassasse os limites da própria competência, a conhecida teoria dos freios e contrapesos defendida por Montesquieu. Não obstante saudosismos como a valorização do *senhorio* no processo de colonização por imigrantes e a distribuição de *condecorações*, sua defesa era a da Monarquia limitada que parecia garantir os fundamentos do pacto político³⁴⁷.

Já se salientou o caráter antiprovincialista da obra de Varnhagen, o sistema de departamentos proposto no *Memorial* era uma forma de esvaziar as identidades provinciais, subtraindo território das maiores para equilibrar o tamanho das menores, com isso se faria a *correspondência e harmonia* entre as *operações* das localidades e da sociedade, mantendo a ação reguladora do centro. A avaliação do passado brasileiro de um ponto de vista unitário se articulava com o entendimento de como deveria atuar a administração pública, explanou que ela deveria estar centralizada, “enquanto tem de obedecer ao impulso do governo, transmitindo-o a todas as partes, com caráter de autoridade para o desempenho das leis e direção dos interesses gerais, e com o de proteção e estímulo com respeito dos particulares”, colocando a ideia de centralizar como a reunião em um ponto do “conhecimento e direção dos negócios ou o mando das pessoas, de maneira que a vontade central chegue a todas as partes e produza por igual seus efeitos”³⁴⁸. A centralização, contudo, não poderia ser excessiva, pois era próprio dos governos absolutos, bem como convinha combater o excesso de descentralização, que alimentava os interesses particulares e prejudicava a direção para o melhor serviço do Estado. A razoável centralização administrativa seria o *instinto da nacionalidade*, comportando a independência do território, a autoridade do governo e a liberdade dos povos. Não por acaso foi antipático à relativa autonomia conferida às províncias pelo Ato Adicional de 1834, o que encarava como consequência de certa mania de imitar os Estados Unidos. Para ele, “buscar liberdade é preparar ordem; desejar um povo moral é

³⁴⁷ WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 195-196.

³⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Da administração pública. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. “**Memória da administração pública**” de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 69-77. Manuscrito, fl. 8v-9, fl. 14.

desejá-lo organizado com um governo forte; e querer governo forte, é desejá-lo central”³⁴⁹.

As posições de Varnhagen na Memória demonstram que desde jovem estava alinhado com as ideias que caracterizariam os conservadores brasileiros, inclusive é possível detectar já neste trabalho do início dos anos 1840 a identificação do poder político e da administração como *cabeça e braço* que executa, respectivamente, uma metáfora que aproximadamente vinte anos mais tarde figurou numa importante obra do pensamento conservador no Brasil do século XIX, o “Ensaio sobre o Direito Administrativo” (1862) do Visconde do Uruguai. Aproximações se davam também em aspectos como tomar a atualidade como ponto de partida para corrigir os problemas e trabalhar para o aperfeiçoamento do funcionamento da máquina pública, o circunstancialismo, segundo o qual se faria o que era possível dentro das limitações financeiras ou mesmo de refinamento da sociedade pela instrução e desenvolvimento do espírito cívico, e a visão da monarquia constitucional como garantia da liberdade/segurança e integridade do Império, associando a centralização do poder à modernidade e à civilização. No conjunto, estas ideias se colocavam na linha de defesa de um “progresso dentro da ordem”³⁵⁰ ou, na expressão de Justiniano José da Rocha, um “progresso conservador”. Tendo seu principal ponto de articulação no modelo regressista do fim da década de 1830, o tipo de conservadorismo que prevaleceu pelo menos até a década de 1860 possuía viés estatista, e os princípios da ordem e da liberdade foram imperativos no processo político ao longo do Império, de modo que mesmo liberais mais radicais à época apoiaram a solução da conciliação em nome de uma reforma mais tranquila, respeitando a Constituição e evitando uma ruptura revolucionária, como ocorrido em países da Europa.

O enfeixe dessas ideias concorriam para a inspiração de outra, o patriotismo, o sentimento *sublime* que Varnhagen considerava essencial para a elevação de uma consciência nacional, que só viria pela integração das províncias. O amor pela pátria a

³⁴⁹ Ibid. p. 83. Manuscrito, fl. 18. Ver também: COSER, Ivo. Federal/federalismo. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 102-112; FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999. p. 172.

³⁵⁰ LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/liberalismo. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 154. Ver: SOUSA, Paulino José Soares de. **Ensaio sobre o Direito Administrativo**. TOMO I. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1862; SÁ, Ana Priscila de Sousa. Um “arquiteto muito hábil” para o Império: política, Estado e construção da nação no pensamento varnhageniano. **História e Cultura**, Franca, v. 8, p. 394-420, 2019.

ponto de *morrer caladamente* por ela se necessário estimulava a difusão do verdadeiro *brasileirismo*, expresso em pensar o Brasil observando sua própria experiência histórica, e não desprezando o *útil* dos estrangeiros, mas sim escolher as melhores experiências, assimilá-las ao sistema administrativo nacional e procurar superá-las em vez de adaptações apressadas.

As convicções políticas de Varnhagen e o tempo do *Memorial orgânico* se mostravam atualizadas com a conjuntura no mundo e no Brasil em especial, o opúsculo foi publicado no final da década de 1840, contexto particularmente significativo da história política do Império. Destaque-se o ano anterior de 1848 em que ascendeu o gabinete liderado pela “trindade saquarema” – que reuniu três dos principais chefes conservadores da época: Paulino José Soares de Sousa, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e Eusébio de Queiroz – que aprovou leis importantes como a de extinção do tráfico, a Lei de Terras e o Código Comercial (todas de 1850), e o sufocamento da Revolução Praieira em Pernambuco, a última das revoltas provinciais ligada às lutas político-partidárias que marcaram o período das Regências e o início do Segundo Reinado. Em 1849, edição da primeira parte, também saiu “O libelo do povo” de Francisco Sales Torres Homem. Sob o pseudônimo Timandro, distribuiu ofensas para toda a linhagem Bragança de D. Maria I até D. Pedro II, e louvou a Praieira, movimento que criticou fortemente o famoso gabinete.

Os deputados da Praia declararam no “Manifesto incitando às armas de 25 de novembro de 1848” que eram vítimas das atrocidades da “quadrilha luso-guabiru”, condenando a política de centralização e defendendo a urgência de vingar a “nacionalidade ultrajada”, posição mantida no Manifesto ao mundo de 1º janeiro de 1849, que reafirmou ser o Ministério de 29 de junho do ano anterior um representante da seita absolutista³⁵¹. Na esteira dos debates posteriores ao desmantelamento do movimento, em sessão de 12 de novembro desse mesmo ano o então deputado João Francisco Lisboa discursou sobre a questão da anistia aos praieiros na Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão. A posição do político deve ser compreendida tendo em vista não apenas sua reflexão sobre a constitucionalidade da concessão de anistia aos rebeldes – no que se valia até de seu conhecimento nos estudos do Direito – mas sobretudo sua história no Partido Liberal da província desde a juventude. É interessante pontuar nesse âmbito que

³⁵¹ BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. v. 2. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. p. 154-156. Guabiru é uma espécie de rato grande.

o discurso sobre a moralidade tão forte na pena do jornalista Lisboa revelava contradições com a figura própria do político Lisboa ligado aos liberais e crítico ferrenho dos adversários. Foi, ao mesmo tempo, muito combativo quando a luta política exigia e um tanto omissivo quando convinha aos propósitos de seu grupo imediato.

O arranjo partidário no Maranhão oitocentista acompanhou o complexo processo de organização dos partidos do Império e construção do Estado nacional brasileiro, em parte seguindo as tendências políticas oriundas da Corte, mas se desenvolvendo com peculiaridades locais como a liderança de famílias mais abastadas e sua rede de relações ocupando os maiores cargos, incluindo as disputas pela nomeação dos Presidentes de Província. Muitos autores já se debruçaram sobre a construção da política partidária no Maranhão, aqui importa tão somente sublinhar em linhas gerais a participação de Lisboa nesse contexto, destacando eventos como a Setembrada e a Balaiada. No jornal *O Brasileiro* ele também defendeu o projeto de anistia aos rebeldes do dia 13 de setembro e 19 e 20 de novembro de 1832 apresentado pelo então deputado Antônio Pedro da Costa Ferreira ao presidente Cândido José de Araújo Viana. Como assinalado anteriormente, o jovem Lisboa foi um dos que assinaram o Manifesto dos Brasileiros, ato inicial daquilo que ficou conhecido na historiografia maranhense como Setembrada, levante identificado com as tensões do processo de consolidação da Independência e do pós-Abdicação de D. Pedro I, e marcado por conflitos intra-elites, a exclusão política do grupo liberal mais radical (“exaltados”) e a presença das camadas populares embasadas por uma interpretação própria das ideias liberais que circulavam à época, algo como um “liberalismo popular” que reclamava a igualdade entre os cidadãos, a expulsão dos portugueses e o fim dos maus tratos aos pobres livres³⁵².

O traço antilusitano da Setembrada tornou a aparecer na Balaiada, mais um episódio dentro do longo caminho para a consolidação da Independência e da unidade nacional – o Maranhão só aderiu em 1823 – num momento caracterizado por disputas envolvendo as principais famílias da província pelo controle dos espaços de poder e um

³⁵² CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Revisitando a Setembrada: disputas e tensões políticas no Maranhão durante a Regência (1831-1833). *Clio: Revista de pesquisa histórica*, Recife, v. 39, n. 1, p. 405-436, 2021. p. 425-426. Ver também: MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. *A Setembrada: lutas políticas e participação popular no Maranhão oitocentista (1831-1832)*. 120f. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Maranhão, 2015. Acerca da formação dos partidos políticos no Maranhão, ver: SANTOS, Edyene Moraes dos. *Partidos Políticos no Maranhão Oitocentista: Origens, Influências Familiares e Composição Social (1838-1855)*. 270f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2021. Sobre a questão do liberalismo no Império, ver: PRADO, Maria Emília (Org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013.

quadro de desagregação social e econômica, o que acabou abrindo margem para uma maior mobilização popular. Opondo bem-te-vis (na maior parte composta pela população das vilas e povoados, oficiais, desertores da Guarda Nacional e membros do Partido Liberal, e os chamados “balaios”, homens do interior de origem pobre) e cabanos, o conflito – que se espalhou para o Piauí e o Ceará – apavorou as elites locais e o governo regencial do conservador Pedro de Araújo Lima, e expôs a influência do ideário liberal nas reivindicações dos que provinham das camadas populares, bem como a fragilidade das bases que se buscava construir para uma nova ordem imperial no Maranhão, à época também administrado pelos conservadores³⁵³.

A participação de políticos (personificada até no nome bem-te-vis apelido dos liberais da província inspirado no jornal homônimo de Estevão Rafael de Carvalho editado entre julho e outubro de 1838) se tornou embaraçoso na medida em que foi escalando a violência. Bem-te-vis e cabanos se atacavam pelos jornais, colocando um no outro a responsabilidade pela revolta e seu avanço interior adentro. Para os primeiros, o conflito refletia, entre outras, a ineficiência da administração cabana e a corrupção da Guarda Nacional. A estratégia dos partidos foi se distanciar do conflito e atribuir a desordem ao adversário, configurando uma guerra de notícias pelos jornais em que a única concordância foi a de taxar o movimento como uma criminosa revolta. Lisboa informou diversas vezes sobre a Balaiada na *Crônica Maranhense*, que foi acusada de estimular a sedição principalmente por Sotero dos Reis, dizendo ver nos balaios a influência doutrinária dos jornais da oposição *Crônica* e *O Bentivi*. Em sua defesa, Lisboa devolvia as acusações para o governo, apontando o uso da violência pelas classes superiores sobre as classes inferiores como causa da revolta dos “homens grosseiros” iniciada no episódio da Vila da Manga, a exemplo do recrutamento ilegal, e afirmava a postura constitucional e oposição moderada de seu jornal. Recusando uma aproximação com o partido do governo e com os revoltosos, compreendeu a revolta a partir de suas raízes sociais, enfatizando a incapacidade daqueles que dominavam a província em manter a ordem, ordem que foi finalmente imposta pela repressão liderada por Luís Alves

³⁵³ ABRANTES, Elisabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. Dos independentistas aos balaios: a participação popular nas lutas políticas no Maranhão imperial (1823-1841). **Revista TEL**, Irati, v. 12, n.1, p. 122-136, jan./jun. 2021. p. 131-134.

de Lima e Silva, que definiu a Balaiada como uma ação de bandidos contra a Constituição imperial, a despeito do clamor de parte de seus chefes pela proteção do Império e da lei³⁵⁴.

De todo modo, Lisboa julgava ser seu partido o mais preparado para presidir a província. O contexto geral da Balaiada era o do início do chamado Regresso conservador iniciado em 1837 após a saída do liberal Diogo Antônio Feijó e a eleição de Araújo Lima, momento de montagem da estrutura política e administrativa do Segundo Reinado. Ser regressista significava defender uma organização segura, que não se precipitasse para revoltas e separatismos, podando o que se considerava excessos da reforma constitucional e retornando ao princípio monárquico anterior ao período regencial e as experiências descentralizadoras como o Ato Adicional de 1834, que conferiu maior autonomia às províncias. Já no começo do governo de D. Pedro II foi aprovada a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), restabeleceu-se o Conselho de Estado (braço direito do Imperador) e reformou-se o Código do Processo Criminal (1841), também a polícia e a distribuição dos empregos retornaram para a competência do poder central, isto é, foram revisadas as principais medidas tomadas durante as Regências, (re)centralizando e ampliando os poderes reais. Pela ótica regressista do progresso dentro da ordem, as mudanças deveriam se dar sem saltos, de forma prudente. Recuperando a fala famosa do “arquiteto” do Regresso Bernardo Pereira de Vasconcelos, era preciso “parar o carro revolucionário”³⁵⁵, restabelecer o princípio da legalidade ameaçado por diversas revoltas ao longo das décadas de 1830-1840, definindo a base de formação do Partido Conservador, inicialmente chamado de Partido da Ordem.

No Discurso sobre a anistia aos praieiros de uma década depois, Lisboa recordava a escala das *degradações* do Maranhão que o deixava desconceituado e desonrado frente ao Império, “infamado em tão poucos anos por uma revolta bárbara e devastadora”, reconheceu que foi ardente adversário dos portugueses na primeira mocidade por erros e crimes que “mais eram da época do que da raça”, e se pedia a anistia era menos por ser simpático, pois de todos os grupos do Partido Liberal era a Praia o que lhe inspirava mais antipatia, do que por entender que nunca havia respeito/direitos para os vencidos e alguma clemência desarmaria os braços, até pelo país ser indulgente com crimes mais vis que

³⁵⁴ SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma**: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. 369 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008. p. 291-334.

³⁵⁵ LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. p. 33.

uma sublevação³⁵⁶. Elencando a falta de rumo da política em geral, dizia-se orgulhoso de já não pertencer a nenhum partido em que se retalhava a província e o Império, na eterna inconstância que reinava na Corte e nas Assembleias provinciais.

Faltava aquela *vontade política* reclamada por Varnhagen para tirar o Brasil do “atraso” e, para este, a construção de uma *nação compacta*, moderna, passava pela consolidação estatal, inclusive para reprimir movimentos contestatórios, ameaças que identificava não só em episódios como os que marcaram as Regências, mas em caráter permanente dentro do território como indígenas e escravizados. Segundo Wehling:

O Estado forte, maior do que a sociedade, criador da nação e aperfeiçoador pedagógico e étnico do povo – eis o ideal de Varnhagen. [...] Tudo o que destoia deste padrão unitário, ou que o ameaça, é condenado: os indígenas que, no interior, não se submetem à lei do Estado; o tráfico, porque introduz uma população estranha à comunidade luso-brasileira (a condenação não se faz em nome de direitos civis, filantropia ou do protagonismo dos economistas); o poder político da grande propriedade, aqueles a que se referia como os “mandões” do interior, porque diluíam a autoridade central; a liberdade da Igreja, porque comprometia o regalismo.³⁵⁷

Note-se uma forte marca do “tempo saquarema” que, comprometido com a ordem, foi a “alma da Reação monárquica, confundida com a força”³⁵⁸ e também o construtor da Transação. As ideias políticas de Varnhagen estavam imersas em questões de seu momento histórico e influenciavam no modo como concebia a história, uma delas era sua posição de monarquista convicto e fiel à dinastia Bragança, como expressa no *Prefácio* do Tomo II da *História geral*:

politicamente, sendo por fortes convicções monarquistas, admiramos também a bela instituição das nossas assembleias anuais, fomentadoras da integridade da nação, atalaias do seu governo e fiscais dos próprios tributos; e rebelamo-nos sempre contra todo o exclusivismo de poderes, contra toda absurda tirania, contra todo arbitrário absolutismo, parta donde parta³⁵⁹.

Seguindo estas orientações, é possível falar num conservadorismo reformista de um liberal, pois defendia a conservação da ordem institucional e da unidade nacional, mas se afastando do reacionarismo dos adeptos do Antigo Regime, defendia as liberdades individuais e a iniciativa privada, posicionando-se contra a tirania e a favor do

³⁵⁶ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 631-660.

³⁵⁷ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 91. Grifo do autor.

³⁵⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 158.

³⁵⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO II. Madri: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. X.

aperfeiçoamento do governo via reformas político-administrativas, mas passou longe de um liberalismo mais radical. A mudança social que propunha para atingir a civilização passava por um modelo de conservadorismo que correspondeu ao liberalismo moderado surgido em vários países e no Brasil a partir da “experiência republicana” da era regencial³⁶⁰. Trabalhos como o *Memorial orgânico, Da administração pública e A questão da capital: marítima ou no interior?* (1877) apontavam para o delineamento de um projeto de nação atento a esse conjunto de ideias. A própria atividade na diplomacia lhe permitiu atuar nos bastidores da política e, neste âmbito, a crítica histórica por vezes funcionou como fundamento da verdade diplomática. À época do *Memorial* a política externa do Império se debruçava sobre a resolução de questões limítrofes com Uruguai, República Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador e Venezuela, além de Inglaterra e França com as respectivas Guianas. Com a França, a disputa pela divisa do Oiapoque se arrastou até meados da década de 1850, e Varnhagen foi escalado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Visconde do Uruguai para auxiliar com seu conhecimento da história/geografia da região, no que assinalou que o trabalho era “assunto mais do domínio dos historiadores que de negociadores conforme o direito, - cujas verdades algumas vezes não são verdades históricas provadas”³⁶¹, reclamando ganho de causa ao Brasil.

O estudo da história para socorrer questões de governo demonstrava sua proximidade com a política, nesse sentido, e retornando ao folheto de Lisboa, a última representação que quero chamar a atenção em *Partidos e eleições...* é a da própria escrita histórica como ação política. A escrita do *Jornal de Tímon* e particularmente em *Partidos e eleições...* se inscreveu numa conjuntura de disciplinarização da história no Brasil, sobretudo com o influxo das produções do IHGB. É improvável que o *Jornal* tenha sido elaborado visando a ingressar nessa agremiação, mas foi com ele que as portas do Instituto se abriram para Lisboa.

Uma característica importante da produção da época foi o desaconselhamento de uma história do presente por conta da proximidade dos eventos narrados, o que era o caso do folheto, e Lisboa pareceu consciente disso, embora já aguardasse o escrutínio do

³⁶⁰ WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 191.

³⁶¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 223. Carta de 12/01/1855. O debate sobre a fronteira com a Guiana Francesa valeu uma polêmica com o geógrafo e funcionário do Ministério da Marinha francês responsável pelas negociações Marie-Armand D’Avezac de Castera-Macaya na Sociedade Geográfica de Paris, da qual era sócio e D’Avezac o Presidente na ocasião.

futuro: “Quando menos, ou antes, quando muito, estas páginas modestas e humildes serão como memórias do tempo presente, em que, mais tarde, algum esquadrinhador de antiguidades possa beber uma ou outra notícia com que instrua ou deleite os seus contemporâneos”³⁶². De todo modo, debruçar-se sobre o momento que antecedia a quadra eleitoral aparecia ali menos como uma opção epistemológica do autor – o que exigiria uma maior reflexão teórica – do que parte dos seus interesses temáticos. Ainda assim lançou mão de alguns expedientes para lidar nesse terreno. A localização temporal exata de *Partidos e eleições...* é indeterminada, o autor informou apenas que se deu em 184-. A opção por um relato romanceado, com personagens ficcionais, também atendia a essa preocupação, era perigoso citar nomes reais numa realidade em que todos mais ou menos se conheciam e alguém poderia se reconhecer. A solução foi encobrir as identidades daqueles que poderiam ser tidos por modelos de inspiração, ainda que não estivesse em pauta um sujeito específico, mas arquétipos da política provincial que se encontravam ali e alhures. Em artigo da *Crônica* de 20 de janeiro de 1839, por exemplo, Lisboa se reportou ao presidente Vicente Camargo declarando não lhe importar se era ele ou outro, mas a província era que ganhava ou perdia se regida por um homem sem princípios ou “fácil instrumento dos que estiverem dominando, quem quer que seja”³⁶³.

Encarnado em Tímon, Lisboa resenhou o grotesco da imprensa provincial de meados do século XIX, caricaturando-a de dentro dela mesmo ao denunciar a imprensa por meio da imprensa. Por uma moral maniqueísta, opunha também a Nova Atenas (que criticava e se acreditava representar ao mesmo tempo) ao Velho Maranhão (persistente nos costumes corrompidos), no que dizia poder ser confirmado pelos comprovincianos, pois tinha não só o “testemunho universal de uma grande cidade, senão também a autoridade fidedigna do porteiro do tesouro e do almoxarife do hospital, a quem, prevendo já estas dúvidas, fui consultar, na sua qualidade de testemunhas oculares”. Em outros momentos ele mesmo assumiu o posto de espectador e narrou o que presenciara. Para o autor, os testemunhos o “fizeram ver com argumentos palpáveis, eloquentes e sem réplica, que tudo quanto se me havia informado era não só a pura verdade, senão muito verossímil e possível”³⁶⁴.

³⁶² LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 14.

³⁶³ LISBOA, João Francisco. **Crônica maranhense**. 2ª parte. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1969. p. 16.

³⁶⁴ *Ibid.* p. 187.

O uso de personagens, cenas e situações ficcionais não descaracterizava a intenção de verdade que constitui o discurso histórico, de modo que a *verdade* daqueles diálogos detalhados podia ser colocada no terreno da verossimilhança, da plausibilidade, não como meras fantasias. Com conhecimento prático da atividade da política, explicou como se processava a dinâmica provincial que, sobretudo nas proximidades das eleições, dava a dinâmica da própria sociedade, tudo revestido com trajes de um regime representativo cujas práticas reprovava e deram o tom de *Partidos e eleições...*, e escreveu a história de um elemento significativo do Maranhão entendendo que reconhecer a dimensão retórica ou narrativa da escritura da história não implicava negar sua condição de conhecimento verdadeiro construído a partir de provas e de controles³⁶⁵. Auscultando o expediente político, revelou as “lutas de representações” que hierarquizavam a estrutura social, levando ao triste quadro da corrupção que resumia toda a moral no *triunfo* e no *bom êxito* pelos meios disponíveis, notadamente da fraude eleitoral. Mesmo assim, o pessimismo não o impedia de acreditar que a ação do próprio homem poderia conduzir a reforma moral dos costumes³⁶⁶. Como outros contemporâneos, o historiador Lisboa afirmava que o julgamento daquelas ações caberia à posteridade pela voz *imparcial e severa* da história.

³⁶⁵ CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 13-14.

³⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. Lisboa e Timon: o drama dos liberais do Império. In: LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 19.

PARTE II

**APONTAMENTOS E OBSERVAÇÕES PARA SERVIREM A UMA HISTÓRIA
DA HISTORIOGRAFIA DE VARNHAGEN E LISBOA**

Capítulo 3

Questões de método, questões de escrita

*os fatos não se inventam;
estão consignados na
história já escrita por
outrem, ou em documentos
e registros autênticos.
Inácio de Abreu e Lima,
1842*

O presente capítulo abordou aspectos da construção histórica do texto nas obras de Varnhagen e Lisboa como a relevância das viagens, a atuação na imprensa, o apuro do estilo e a prerrogativa da verdade histórica como pressuposto basilar da operação historiográfica. Elaborar história no Brasil oitocentista incluía expedientes de uma compreensão da história ainda apreciadora de autoridades clássicas em que elementos como a erudição gozava de prestígio entre a tribuna, a imprensa e os membros do IHGB, e outros parâmetros científicos passíveis de aceitação do ponto de vista da crítica histórica para serem considerados legítimos. Escrever sobre a nação aparecia como uma forma de se criar uma ordem temporal capaz de produzir significados teóricos e um sentido coletivo para a pátria, organizar a nação equivalia a ordenar o seu tempo, escrever ou reescrever sua história³⁶⁷.

3.1 As tintas dos jornais, anotações e viagens: escrever, ler, ver

*Na Bahia fui à Cachoeira,
e daí por terra a Santo
Amaro, e de S. Francisco
por terra à Bahia, sempre
com o Gabriel Soares na
mão.
Francisco Adolfo de
Varnhagen, 1861*

Após viagem pelo interior da Província de São Paulo no final de 1840, de volta a Portugal Varnhagen publicou um artigo intitulado *A picada do mato virgem: fragmentos de uma viagem pelo sertão* (1841) na Revista O Panorama. O relato pode ser destacado

³⁶⁷ NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história:** a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. 414f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. p. 6-11.

como um ponto de virada no modo como o jovem recém-nomeado pesquisador do Instituto naquele país enxergava os indígenas do Brasil, visão ainda muito embalada pela Carta de Pero Vaz de Caminha que entre janeiro e março do ano anterior havia tornado fonte para romancear a viagem e desembarque dos portugueses em terras tupiniquins na *Crônica do descobrimento do Brasil* (1840), também editada naquela revista. A inocência dos indígenas descrita pelo escrivão de Cabral deu lugar a uma postura detratora dos mesmos após a experiência de caminhar pelas estradas do interior da província natal, a partir daí a abordagem de Varnhagen sobre esta temática mudou, mas por ora basta atentar para o que o levou a repensar esse ponto e marcou toda sua obra posterior.

A experiência da viagem era importante para a pesquisa histórica, estava “intimamente ligada à experiência escriturária. Viajar é criar as condições para escrever”³⁶⁸. Não por acaso o Instituto organizou expedições por várias províncias, pondo-as a serviço de uma etapa da metodologia científica. Como sugerido por Souza Pontes, além de recurso para coligir documentos, as viagens também ajudavam a reparar erros/contradições de mapas ou relatos de viajantes: “Alguma vez sucede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exatidão, sem exame e conhecimento dos lugares em que passaram as cenas relatadas, ou sem determinar, segundo os princípios da ciência, a posição geográfica desses mesmos lugares”³⁶⁹. Ao corrigir ou fornecer informações complementares às presentes nos documentos, o “ter estado lá” correspondia ao prescrito também por von Martius para uma correta escrita sobre as diferentes partes do Brasil – o conhecer e o reconhecer a si mesmo na narrativa como forma de inclusão das províncias no plano da história nacional – por isso era:

indispensável que o historiador tivesse visto esses países (as províncias), que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-los em um verdadeiro nexu pragmático para com os acontecimentos na vizinhança³⁷⁰.

A resolução das lacunas existentes no amplo conhecimento do território nacional e sua gente seria possível pela habilidade do historiador-viajante de “ver” a história *com*

³⁶⁸ Ibid. p. 255.

³⁶⁹ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO III, n. 10, p. 149-157, 1841. p. 151.

³⁷⁰ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845. p. 400.

os seus próprios olhos. Conhecido pelo constante deslocamento de um arquivo a outro, um país a outro, o itinerário anunciado por Varnhagen em carta ao Imperador é ilustrativo a este respeito:

me dirigi a Paris a tratar da publicação da História Geral.

Em Paris parei só o tempo necessário para me entender com os artistas, e de novo serviu de muito a intervenção do benemérito do Brasil Ferdinand Denis [...].

Estando em França não pude resistir, por diferença de horas, à tentação de visitar a Holanda, e cada vez bendigo mais o momento em que tal tentação tive. Não posso explicar a V. M. quanto aí adquiri, assim nos arquivos, guiado pelo Dr. Silva, como nos livreiros em folhetos antigos sobre o Brasil, cartas geográficas, conhecimento mais individual dos chefes holandeses de Pernambuco, etc. Várias seções (de 18a. a 22a.) da *História Geral* darão disso prova manifesta. Na Holanda não deixei de parar em Rotterdam, Amsterdam, Leyde, Delft, Utrecht, campo de Zeist (onde estive com o Sr. Netscher), Harlem e Nimégue.

Devendo voltar da Holanda a Barcelona, para não retroceder quase pelo mesmo caminho, tinha sempre que fazer volta. Resolvi pois dá-la, ainda em favor da obra que está quase a passar ao domínio público. – Quis ir a Dresde consultar o célebre folheto *Zeitung ausz Presillg Landt*, que cita Humboldt, e que eu depois de o estudar não duvido divergir da opinião deste sábio, e atribuí-lo ao ano de 1508, como melhor explicarei em uma nota. Passei antes pelo Hannover e Berlim, estive em Potsdam, fui a Praga e Viena, subi o Danúbio, Ischel, Salzburgo, Munich, Constança, Schasshann, Guvich, Berne, Genebra, Lyon, Avignon, Montpellier, Perpignan e Barcelona. Tudo isto rapidamente, já se vê, e só à força de atividade, e de considerar o viajar e o tempo, uma espécie de obrigação³⁷¹.

Compreendendo como os românticos da primeira metade do século XIX que as viagens eram instrumentos de saber³⁷², o *viajar* era literalmente uma obrigação para sua atividade como diplomata, mas aqui o essencial era a centralidade desse movimento na prática do historiador, evidenciada na confissão de que várias seções da *História geral* provariam as novas aquisições. Para compreender como o ato de viajar ajudava a legitimar a história contada a partir dos documentos compulsados nos arquivos, proponho acompanhar o percurso de Varnhagen em três movimentos, o primeiro é a já citada viagem pelo interior de São Paulo.

Como já exposto, Varnhagen mudou sua visão acerca da temática indígena após a referida viagem, o que confessou anos depois por ocasião da resposta às críticas de Lisboa:

³⁷¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 209-210. Carta de 02/12/1853. Grifo do autor.

³⁷² CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007. p. 172.

Durante os meus primeiros anos de aplicação e de estudos feitos na Europa sobre as nossas cousas, confesso que não tinha eu acerca do carácter dos nossos índios nenhuma ideia segura, ou para melhor dizer, achava-me acerca deles todos sob a impressão da carta do Pero Vaz de Caminha, que quase chegava a invejar a inocência dos Tupiniquins encontrados por Cabral em Porto Seguro; e sob essa impressão escrevi algumas linhas da “Crônica do descobrimento do Brasil” que publicou o Panorama em princípios de 1840.

Porém pouco depois, nos fins desse mesmo ano, perdi repentinamente todas as ilusões poéticas em que a respeito dos mesmos índios estava, e comecei a meditar e a pensar muito mais séria e positivamente acerca deles³⁷³.

Impressionado com o que leu, ao adentrar o *mato* que poderia abrigar indígenas escondidos por entre as árvores, Varnhagen disse que andou *deslembrado dos perigos* a que se expunha até que pôs “o ouvido à escuta” e distinguiu sons de pancadas, depois identificou os pios de uma jacutinga que o fizeram “recordar o que antes tinha lido, ou ouvido contar que os índios bravos assobiam imitando esta ave galinácea”³⁷⁴, cenário que lhe inspirou o receio de ser apanhado com um *chuveiro de frechas*, o que poderia se aplicar nestes casos a um *incauto* viajante. Acionando os sentidos, acabou ouvindo o que cogitou que poderia ser e que não chegou a ver, mas a sensação de um suposto “quase” ataque foi suficiente para imprimir uma imagem definitiva sobre a questão.

Varnhagen não viu indígenas no caminho que tomou pela divisa com a Província do Paraná, todavia presenciou outras paisagens que se interligavam às suas ideias políticas, como a relatada em *A questão da capital: marítima ou no interior?*, quando se esmerou em expor as desvantagens de uma capital marítima e os méritos de mudá-la para um ponto mais central, intenção que já havia expressado em carta de 1839 a Cunha Barbosa, feito uma defesa mais elaborada no *Memorial orgânico* e desenvolvido então com mais vagar, acrescido de um componente especial: não se tratava apenas de uma proposta teórica, mas de alguém que esteve in loco, que viu, estudou, mediu e determinou uma localização exata para se construir uma nova capital para abrigar a cabeça do Império. Maturada por décadas, a ideia da transferência da capital para outra paragem – curiosamente, hoje corresponde a uma área próxima a que um século depois se erigiu Brasília – se concretizou em Formosa (Goiás) por um senhor de 61 anos numa missão oficial junto ao Ministério da Agricultura, atravessando estradas ruins, em caminhadas

³⁷³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 36.

³⁷⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A picada do mato virgem: fragmento d’uma viagem ao sertão. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 5, p. 221-223, jul. 1841. p. 222-223.

diárias de muitas léguas, numa *penosa viagem* em lombo de mula. A questão da capital era perseguida até em situações que aparentemente não ensejariam tal reflexão como num comentário crítico à localização da capital da União (Estados Unidos), Washington, “um sítio desagradável e fraco”³⁷⁵, presente em um relato de viagem inacabado e nunca por ele publicado, *Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias* (1867).

Ainda pelo interior de São Paulo – mais tarde falou que a ocasião lhe fez ganhar muita *instrução* – o Varnhagen-viajante deu pistas de como esses deslocamentos se imprimiam em sua investigação histórica, como observado em cartas a Cunha Barbosa: examinando o local “de S. Vicente me convenci que Fr. Gaspar não teve razão para sustentar a grande questão a favor da casa de Vimieiro, e as poucas palavras de Pero Lopes me decidirão em sentido contrário”, e arrematou: “Cada vez me convenço mais da minha opinião [...], que nas cartas dos Jesuítas é que se acharão os melhores documentos para as duas primeiras épocas da história moderna do Brasil”³⁷⁶. Na operação historiográfica de Varnhagen, o efeito da presença representava um deslocamento importante, de modo que a ação de lavrar um auto com testemunhas sobre a observação que fizera (para efeito de necessidade futura) apontava para o entendimento de sua própria experiência como fator legitimador do que escrevia. Nesse âmbito, chegou a declarar que era falsa a afirmação de Aires de Casal sobre um padrão inscrito numa rocha na região de Cananéia³⁷⁷. Ele viu com os próprios olhos, como recomendou von Martius.

Se as recompensas se ganhavam com o *suor do rosto*, não menos cansativos foram os anos andando de um lado para o outro, investigando, copiando, coligindo, anotando, preparando sua obra por arquivos e bibliotecas da Europa e da América do Sul. Este terceiro movimento do Varnhagen-historiador-viajante se dava a ver na prestação de contas sobre o trabalho que realizava oferecidas principalmente ao primeiro-secretário do

³⁷⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 153. Varnhagen defendeu que a capital deveria se transferir para uma cidade como Cincinnati, no vale do Ohio, uma reflexão já aparecida em nota de pé de página da reedição do *Memorial* em 1851 publicado na Revista Guanabara. A *jornada* teve lugar em setembro de 1867, após deixar a chefia da Representação do Império nas Repúblicas do Chile, Peru e Equador sem autorização. Não foi punido pela indisciplina, mas nomeado para uma Corte europeia como era de seu desejo. O manuscrito inédito foi encontrado por Lucia Guimarães em 2005 na coleção pessoal do historiador, no Arquivo Histórico do Itamaraty. Sobre a proposta de mudança da capital do Império, ver: SÁ, Ana Priscila de Sousa. *A questão da capital: marítima ou no interior?* Revisitando uma proposta do Visconde de Porto Seguro. **Caderno de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 32, n. 2, p. 204-227, jul./dez. 2019.

³⁷⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 53. Carta de 20/10/1840.

³⁷⁷ *Ibid.* p. 61. Carta de 06/01/1841.

Instituto, como na carta datada de Curitiba, 16 de dezembro de 1840, quando informou que “Nos arquivos das vilas em que tenho estado procurei colher todos os apontamentos que me possam servir não só para a notícia das suas famílias, como algumas notas para a História Geral”³⁷⁸. Anos depois, novamente em Portugal, comunicou sua rotina: “O tempo de manhã até às quatro horas está todo dividido entre a Legação (onde agora sirvo de secretário) e a Torre do Tombo, onde me vai aparecendo tanta coisa, que não devo fazer mais do que copiar e andar para diante”³⁷⁹. E se Varnhagen “tudo viu, tudo examinou”³⁸⁰, a construção da *História geral* não poderia ter base outra senão a pesquisa arquivística, aliada à observação in loco.

A sentença de Capistrano de Abreu se aplicava também à escrita de outra obra. A *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871) se beneficiou do uso da autópsia. Princípio atuante desde a historiografia antiga, permaneceu como demanda na historiografia oitocentista, em que se postula a visão como fundamento epistemológico do ato de pesquisar, consistindo em um trabalho intelectual que requeria “conhecimento anterior e constante interlocução entre a inatualidade pretérita e o presente”³⁸¹. O “ver” aqui produzia um saber histórico, de modo a viagem se apresentar como instrumento de checagem, de autoridade, fazendo ver e crer por enfatizar que “esteve lá”. Pelo interior de São Paulo em 1841, declarou que “Em Santos procurei com Fr. Gaspar à vista examinar as localidades e inscrições”³⁸²; partindo para a Venezuela em 1861 com o intuito de assumir o posto de Ministro Residente, demorou-se na viagem passando por diversos países e nesse itinerário registrou: “na Bahia fui a Cachoeira, e daí por terra a Santo Amaro, e de S. Francisco por terra à Bahia, sempre com o Gabriel Soares na mão”³⁸³. Aqui, Varnhagen realizava a viagem de outrem, olhava pelos olhos de outrem, exercitando o olhar comparativo entre o que ele estava vendo e o que outro já havia visto. Segundo Nicolazzi, “os viajantes, jesuítas e cronistas, que propiciam bases sólidas para a representação do passado; conferem a ela legitimidade e respaldo empírico: a autoridade que autoriza o relato”³⁸⁴, o que não excluía a possibilidade do falso olhar que engendra o erro, por isso era recomendado que os relatos fossem complementados por outro material.

³⁷⁸ Ibid. p. 59.

³⁷⁹ Ibid. p. 103. Carta de 14/03/1843.

³⁸⁰ ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaios e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 127.

³⁸¹ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 57.

³⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 53.

³⁸³ Ibid. p. 280. Além de Venezuela, seria responsável pelas legações de Colômbia e Equador.

³⁸⁴ NICOLAZZI, Fernando. Op. cit. p. 236-253.

Dentro desta ótica, Varnhagen externou um desejo no Tomo I da *História geral*:

[...] e se algum dia a sorte nos guiar os passos às províncias de Pernambuco e Alagoas, de modo que as possamos por algum tempo percorrer em todos os sentidos, e *ver por nossos próprios olhos o teatro desta prolongada guerra*, e estudar os antigos campos de batalha, e compulsar os arquivos ou cartórios públicos e particulares das duas províncias, talvez que empreendamos tratar o assunto com mais extensão em uma história especial, que em tal caso chamaríamos da guerra dos vinte e quatro anos³⁸⁵.

A *história especial* a que se referiu veio a lume anos depois na *História das lutas com os holandeses...*, publicada num contexto particular do Império, o da Guerra do Paraguai (1864-1870). Os passos da investigação aliava a viagem ao método, o que ficou evidenciado nos excertos seguintes pertencentes ao *Prefácio* do livro:

Se bem que havíamos curiosamente estudado os arredores do Recife até Itamaracá e Igarassu, de um lado, e até os Guararapes e o monte das Tabocas, de outro, o que tínhamos visitado, com a devida curiosidade, as capitais do Maranhão, do Ceará, do Rio-Grande, da Paraíba, das Alagoas e da Bahia, e suas imediações, não pensávamos começar a redigir o livro projetado, sem examinar antes todos os postos e percorrer todos os caminhos, onde, por seus patrióticos feitos, se imortalizaram os quatro heróis brasileiros, anti-holandeses, Vidal, Barbalho, Camarão e Dias³⁸⁶.

E seguiu explicando o que o levou a apressar a edição da obra:

Achávamo-nos, por motivos do serviço público, no Rio de Janeiro, e acidentalmente em Petrópolis, e ainda estava por decidir a titânica luta que o Brasil susteve no Paraguai, e nem sequer as armas aliadas haviam vencido o Humaitá, e éramos testemunhas dos desfalecimentos de alguns, quando, com o assentimento de vários amigos, nos pareceu que não deixaria de concorrer a acoraçoar os que já se queixavam de uma guerra de mais de dois anos, o avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de uma forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia, havia lutado, durante vinte e quatro anos, sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações naquele tempo mais guerreiras da Europa³⁸⁷.

O pagamento da dívida contraída dezessete anos antes contou com uma conjunção de elementos que, no fim, apontavam para a prática historiográfica do autor, cujas linhas gerais venho expondo. Sentir-se “autorizado” a empreender a escrita da história do conflito com os holandeses apenas após *examinar todos os postos e percorrer todos os caminhos* atravessados por aqueles a quem creditava o sucesso da então *insignificante colônia* indicava que na operação de Varnhagen o “olho bom é aquele que vai além do

³⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 361. Grifo meu.

³⁸⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871. p. V-VI.

³⁸⁷ Ibid. p. VI.

mero olhar contemplativo, é aquele que interpreta e explica”³⁸⁸, pois vendo os campos onde se deu o teatro da guerra melhor saberia transpor para a narrativa, efeito necessário àquele momento em que, atropelado pelos eventos, julgava-se capacitado a inspirar os novos combatentes, num outro espaço e temporalidade, mas como que ligados por uma experiência comum da defesa nacional. Recordando, Varnhagen identificava o nascimento da nacionalidade brasileira no Arraial de Bom Jesus diante dos holandeses.

Estudar os arredores de Recife, Itamaracá, Igarassu e Guararapes era importante não só para favorecer certo ordenamento da paisagem, mas também para captar outro recurso da escrita, o “tom local” de que falou von Martius. Conforme Cezar, a cor local é um recurso narrativo cujas primeiras teorizações se deram no contexto do romantismo e do romance histórico – derivada da técnica pictorial do século XVII e associada às metáforas oriundas da pintura, do desenho e da paisagem – utilizada como estratégia de representação da história³⁸⁹. Quando Varnhagen acreditou que a narração sobre um conflito anterior teria condições de avivar as lembranças de uma vitória improvável no ânimo das tropas que então se deslocavam pelo Paraguai, ele empregava a cor local na sua escrita como um instrumento de organização temporal, contatando o presente dos combatentes com o passado, fazendo da descrição parte essencial da explicação. Nesse sentido, a cor local permitiria ver e até sentir.

A cor local aparecia como elemento de comprovação da escrita histórica (estimulando a imaginação do leitor se construiria a ideia de verdade do texto), e no caso de historiadores oitocentistas como Varnhagen, o recurso auxiliava na conformação de uma fisionomia para a nação, delimitando traços que caracterizariam o Império e conectando tempo e espaço, vetores fundamentais para o discurso da homogeneidade nacional³⁹⁰. Uma homogeneidade que procurou expressar na defesa da *nação compacta* no *Memorial orgânico*, nas descrições que compunha quadros na *História geral*, em estudos sobre a temática indígena e no *Florilégio da poesia brasileira*, ao vincular o critério de escolha dos poemas associando a nacionalidade brasileira ao que havia de *mais americano*, valorizando a descrição da natureza, aspecto que promovia por consequência uma apreensão do espaço, o conhecimento e definição do território ocupado pela nação.

³⁸⁸ NICOLAZZI, Fernando. Op. cit. p. 254.

³⁸⁹ CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico do século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 11-34, 2004. p. 19-21.

³⁹⁰ CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. 187f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. p. 23-80.

Por esse prisma, a cor local se tornava uma condição para a americanidade, ou como mais tarde ficou famoso no texto de Machado de Assis, para o “instinto de nacionalidade”.

Veja-se o seguinte trecho da *História geral do Brasil* em que se observa a presença da cor local:

A *pintura* que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes disfrutavam, sem os benefícios da paz nem da cultura do espírito, do fértil e formoso solo do Brasil, - antes que outras mais civilizadas as viessem a substituir, conquistando-as e cruzando-se com elas, e com outras trazidas d'além dos mares pela cobiça, essa *pintura*, dizemos bem pouco lisonjeira é na verdade. À vista do esboço que fizemos, sem nada carregar as *cores*, não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem³⁹¹.

O uso das expressões *pintura* e *cores* fazia parte do que se pode chamar de “retórica pictórica” – um conjunto de expressões, termos que remetem à pintura ou à picturalidade como desenho, quadro, retrato – um componente da escrita histórica no século XIX que revelava o recurso narrativo da cor local utilizado como estratégia para representar o passado. Assim, acompanhava a sugestão de Cunha Barbosa para quem a história seria incompleta se não colocasse “os fatos no teatro em que se passaram, para que melhores se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circunstâncias que desembarquem a inteligência dos leitores”, ressuscitando a “vida do passado, e que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas”³⁹². Em Varnhagen e Cunha Barbosa a metáfora teatral contribuía para fazer “ver” o passado.

Ainda atento à fórmula pela qual “Vista faz fé”³⁹³, o Varnhagen-viajante foi leitor e editor de relatos de viajantes, tendo na presença do autor no local sobre o qual escreveu um aspecto importante para a confiabilidade, embora esse fator nem sempre garantisse sua avaliação positiva. Varnhagen, que foi também autor de relatos de viagem como os citados *A picada do mato virgem...* e *Grande jornada a vapor...*, elaborou uma narração romanceada a partir de um relato, a *Crônica do descobrimento do Brasil*. Se o percurso

³⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 133.

³⁹² BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839. p. 12-13.

³⁹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 36. Acerca da noção de americanidade, ver: CAIRO, Luiz Roberto. Varnhagen e o instinto de americanidade da literatura brasileira. **Vidya**, Santa Maria, p. 85-90, jul./dez. 2000; CANDIDO, Wesley Roberto. Americanidade: a busca de um conceito. In: _____. **José de Alencar**: “sou americano para o que der e vier”. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2010.

de um relato de viagem diz muito sobre o percurso de outros relatos³⁹⁴, pode-se inferir que Varnhagen colou seu narrador ao texto da Carta de Caminha, travando um diálogo com interlocutores privilegiados que se desdobrasse não apenas na descrição da viagem, da natureza, do primeiro contato com os indígenas, mas na fixação de um ponto de vista histórico, uma “mirada histórica”, colocando o narrador-historiador na posição de “regulador” de testemunhos³⁹⁵, uma posição direcionada para a figura do historiador-juiz.

Historiador-viajante, usou relatos de viajantes-cronistas como referências para sua escrita. Ele mesmo estreou no mundo das letras com as edições críticas do Tratado descritivo do Brasil em 1587 (*Reflexões críticas...*) e *Diário da navegação da armada de Pero Lopes de Sousa*, uma determinada forma de escrita histórica feita por meio de notas explicativas, no rodapé ou no final do texto, conformando um texto novo. Em ambas, bem como na *História geral*, abundou o anseio por uma “presentificação”, e para ver o passado recorria a quem o viu. O emprego da fala dos viajantes do século XVI no primeiro Tomo da obra funcionaram principalmente para corroborar e/ou fortalecer os argumentos apresentados sobre questões como as populações indígenas. No caso das línguas, afirmou que elas falavam dialetos idênticos e, em geral, autodenominavam-se quase sempre como Tupinambá, no que acionou informações de viajantes acerca de diferentes pontos da antiga colônia no rodapé da página para confirmar: Claude d’Abbeville relatou tal fato no Maranhão; Berredo citou com relação ao Amazonas, Pará e Tocantins; Gabriel Soares na Bahia; e Hans Staden, Laet e André Thevet no Rio de Janeiro. Ainda que pontuasse nos *Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares* que o início do Tratado descritivo continha erros na parte histórica, o que relevava pelo fato do autor só ter escrito muitos anos depois dos sucessos que narrou, o autor que mais apreciava era Soares de Sousa: “Como produção literária, a obra de Soares é seguramente o escrito mais original, mais produto do próprio exame, observação e pensar, e até diremos mais enciclopédico da literatura portuguesa nesse período”³⁹⁶, ninguém melhor que ele havia se ocupado da Bahia.

³⁹⁴ CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, p. 26-33, mai. 2010. p. 30. Ver: CEZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, p. 38-53, jul. 1999.

³⁹⁵ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 186-198.

³⁹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 294. Outra obra que considerava de primeira ordem no século XVI era a de Fernão Cardim, um *monumento histórico* importante para avaliar o estado da colonização do Brasil à época em que foi escrita.

Soares de Sousa esteve entre as autoridades na história colonial acionadas por Lisboa nos *Apontamentos...*, também para ele as descrições de quem viu os sucessos pessoalmente era importante instrumento para presentificar o passado que ele não presenciou pessoalmente e, como já destacado no capítulo anterior, compreendia que quanto mais próxima a narração estava dos eventos descritos, mais autêntica seria. Nos primeiros números do periódico, os viajantes foram consultados com mais frequência para informações sobre as condições da região que seria mais tarde a Província do Maranhão à época da chegada dos europeus, os primeiros tempos da colonização, os costumes indígenas. Sobre este último:

Quem quiser ter dados positivos sobre as antigas usanças dos tupinambás, já não poderá hesitar, pois há de necessariamente, e em primeiro lugar ir beber nas fontes alemãs e francesas, isto é, em Hans Staden, Léry, Claudio d'Abbeville e Ivo d'Evreux. O primeiro, que foi prisioneiro dos selvagens durante nove meses, e teve sempre a morte diante dos olhos, assistiu aos festins dos guerreiros antropófagos, em que esteve a pique de figurar como vítima, e observou muitos dos seus usos; os outros eram refugiados ou missionários, que se meteram com os índios ou para pedir-lhes asilo, ou para convertê-los. Ao cabo de alguns anos, sujeita Léry a Hans Staden a uma espécie de contraste, e acha a sua exatidão admirável.

Ao testemunho destes autores juntaremos o de um português que viveu dezessete anos no Brasil. Por mais estranhos que pareçam certos fatos, especialmente os que dizem respeito à antropofagia, não é possível contudo pô-los em dúvida, ou controvertê-los³⁹⁷.

A preferência pelos alemães e franceses se justificava pelo testemunho de primeiro grau que personagens como Léry e Staden ofereciam e como no teste do tempo um reforçava a confiabilidade do relato do outro, levando-o a declarar que de tais testemunhos era escusado duvidar. Noutras ocasiões reunia informações de um autor com outro para especular sobre uma questão: se Soares de Sousa afirmou no “Roteiro geral” (primeira parte do “Tratado descritivo”) que os Tupinambás que passaram à ilha de Itaparica povoaram as margens do rio Jaguaribe e a costa de Ilhéus, era provável que tivessem ido até o Rio de Janeiro, onde Léry os encontrou em 1555, vivendo com eles. A escrita de Soares de Sousa aparecia como fator positivo, nada devedora dos escritores modernos, pois dava mais vida a tudo que “narra e pinta”. O mesmo não sucedia com cronistas como Berredo que, embora fonte crucial dos *Apontamentos...* em que disse ter acreditado quase sem restrições no *escrúpulo e consciência* com que escrevia, reclamou do fato dele desfigurar a história com *pedantismo e afetação*, no que até acionou o Sr.

³⁹⁷ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 467-468.

Varnhagen, que o qualificou “de justo, reto, grave, consciencioso, e sobretudo caridoso – mas também de enganoso e falaz, pela afetação”³⁹⁸.

As imprecisões que rondavam datas e números relativos às expedições ao Maranhão também afetavam a confiança em tal ou tal autor, por isso contestou os trabalhos de Severim de Faria e do coronel Lago quanto ao momento em que se deu a expedição de Luiz de Mello da Silva. Quem lhe pareceu mais acertado foi Varnhagen ao assinalar o ano da expedição em 1554 nos comentários ao “Roteiro geral”. A autoridade dos comentários de Varnhagen sobre uma notícia dada por Soares de Sousa foi novamente posta em foco no que tangia à extensão da antiga Capitania do Maranhão, pois aquele havia verificado no arquivo da Torre do Tombo que ela compreendia duzentas e vinte e cinco léguas, tratando-se de uma doação mista composta das concedidas a João de Barros, Ayres da Cunha e Fernão Álvares. Mais uma vez, a confiança nos olhos e no relato de quem escreveu sobre os primórdios da futura Província do Maranhão não dispensava o cotejo com outros e uma documentação correspondente.

Ao extrair longos trechos de contemporâneos ao que narravam, Lisboa assegurava que o autor viu aquilo que relatou, problematizando o ato da visão como que numa tarefa de segunda pessoa, já que essas descrições foram colhidas declaradamente em viajantes, outros autores. O critério das escolhas não foi informado aos leitores, o que indicava que seu próprio juízo crítico deveria ser suficiente para que fosse aceito como verossímil, mais verdadeiro possível (*probabilidade histórica*), inclusive assumindo a responsabilidade: pareciam fatos estranhos, mas não era *possível pô-los em dúvida*. Ele que admitiu em outros momentos que a suposição era plausível, porém em determinados pontos (emigrações indígenas, por exemplo) valia duvidar pela impossibilidade de averiguação. A validade de determinados relatos passava pelas falhas e descrenças que outros inspiravam, não se sustentando na comparação ou na verificação documental, que atuava como complemento decisivo. Como sublinhado, “ver não é, de saída, saber. É ainda necessário o trabalho do historiador”³⁹⁹.

Num texto em que talvez pudesse ser mais flexível – o que não significava menos comprometido com a verdade – na abordagem do conteúdo do que nos *Apontamentos...*, nos números em que tratou das *Eleições na Antiguidade, eleições na Idade Média*,

³⁹⁸ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. III. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 543.

³⁹⁹ HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 80.

eleições na Roma Católica, Inglaterra, Estados Unidos, França, Turquia estimulou o leitor a imaginar as cenas que pintava como em: “Todo o fiel católico, se não mesmo todo o infiel, sabe que indo Jesus Cristo à testa de um grupo, composto dos apóstolos e mais discípulos, por uma via estreita (os evangelhos não o dizem, mas figura-se-me que seria como o beco de São João)”⁴⁰⁰. Obviamente que não viu a situação descrita, coisa de séculos atrás, mas essa impossibilidade não o impedia de criar uma imagem visual para o leitor, a qual ele mesmo se responsabilizava pela imaginação se pronunciando na primeira pessoa. Primeiro recorreu a um dado amplamente conhecido e depois solicitou ao público que lhe acompanhasse quase que intuitivamente numa ação que dispensava até a confirmação pelos evangelhos. Mobilizando esses recursos para “ressuscitar” o passado, historiador e leitor respondiam à demanda de visualização, Lisboa (como Varnhagen) se colocava ao alcance do leitor e o fazia “ver”, demonstrando que a história escrita é também uma história lida e o ato da leitura é parte do que se pode chamar de conhecimento histórico⁴⁰¹.

Desse modo, delineava aquilo que já havia dito ser o fim primário do seu trabalho no *Jornal de Tímon*, a pintura de *nossos costumes políticos*. Pintura que fez em *Partidos e eleições no Maranhão* nas minuciosas descrições do antigo e novo Presidente de Província e das lideranças políticas locais exploradas no capítulo anterior. E nesta cena do folhetim *A festa de N. S. dos Remédios*:

Entremos na igreja. É pequenina, e está principalmente atulhada de pretas e mulatas; as brancas, as senhoras, a gente do grande tom, essa ocupa as tribunas, as janelas, e até os púlpitos que das salinhas assombradas, que estão ao lado da igreja, deitam para o interior dela. Nestas salinhas há mais fresco, e melhor companhia, e o espírito mais bem disposto, pode melhor entregar-se à devoção e as meditações religiosas..... No interior, a luz das lâmpadas, das placas, e de infindos círios do trono do altíssimo inundam o templo de luz e de calor; o hálito de tanta gente ali oprimada e apertada o centuplica, e torna insuportável⁴⁰².

Ou em outro folhetim, *Teatro S. Luís*, em que detalha com zelo o interior do prédio para a apreciação (e imaginação) do leitor do *Publicador Maranhense*:

Fundo branco em geral, nos tetos e caixas dos camarotes, e fundo azul celeste nas pilastras do arco do proscênio, mas tudo soberbamente esmaltado e matizado com moldura de ouro, festões e carrancas de

⁴⁰⁰ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 102.

⁴⁰¹ NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, jul./dez., 2010. p. 544-545.

⁴⁰² LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 545.

bronze, arabescos e baixo relevo, que suspendem, alegam e encantam⁴⁰³.

Não há registros de maiores deslocamentos de Lisboa, suas “andanças” parecem ter se dado mais pela experiência no jornalismo e na política partidária da província. Mas a viagem pela Europa em 1856 – momento classificado por Janotti como uma segunda fase da obra historiográfica do autor – marcou a reorientação em relação a temáticas como a dos indígenas em virtude do contato com documentação que não teve acesso no Maranhão. Examinando especialmente os arquivos e bibliotecas de Lisboa e Évora, percorreu sobre os planos para a *Vida do Padre Antônio Vieira*, biografia do jesuíta escrita entre 1858 e 1863 e publicada postumamente, e anotou que ela se beneficiaria dos muitos e *novos e numerosos subsídios* que antes faltava e ora possuía, o mesmo se dava com outros episódios da história colonial que a cada passo se deparava como o do Bequimão.

Também nas cartas remetidas por ele a Varnhagen e publicadas por este no livro *Os índios bravos e o Sr. Lisboa* (1867) é possível reconhecer a importância da investigação feita em Portugal a serviço do IHGB, em diversas passagens relatou suas visitas aos arquivos e bibliotecas. Na Torre de Tombo, projetava que o trabalho seria *grande* (carta de 18/10/1856), diferente da Biblioteca de S. Francisco, que lamentou ser *pobre e vasculhada* como as outras (carta de 26/10/1856). Em outras cartas informou ter encontrado um volume de registros de todas as ordens e cartas régias expedidas sobre sesmarias na Capitania de São Paulo (carta de 18/10/1856), e na busca por documentação inédita acerca do Brasil, pediu a opinião do colega sobre como ele faria o trabalho no Conselho Ultramarino caso fosse o titular da comissão (carta de 21/10/1856), mais tarde confessou estar muito satisfeito com o que examinava (carta de 30/10/1856), pois acreditava que neste arquivo estava “a coleção mais completa e não explorada de documentos sobre o Brasil desde 1753 até 1808, como não existe no Brasil, nem existirá jamais reunidos”⁴⁰⁴, disse desejar se enterrar na poeira daquela repartição. O arquivo do Conselho Ultramarino era importante também para checar/confirmar suspeitas que tinha a respeito de pontos da história do Maranhão (carta de 09/04/1857), preocupação que foi pincelada ao longo das 26 cartas extratadas por Varnhagen: que manuscrito, códice, poderia interessar ao conhecimento da história da província?

⁴⁰³ Ibid. p. 603.

⁴⁰⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 85. Carta de 08/11/1856.

Com movimentos um tanto mais limitados pelos problemas de saúde que podiam piorar dependendo do clima, o cuidado da família e o próprio trabalho para o qual foi designado, Lisboa passou brevemente por Portugal, depois seguiu para visitar França, Inglaterra, Bélgica, Itália e Espanha até se estabelecer na capital portuguesa. Desde lá, nunca esqueceu o lado de cá, e frequentemente perguntava aos amigos pelas *coisas* maranhenses. Tão logo assumiu a comissão, comunicou ao amigo Antônio Henriques Leal que nos montões de papeis que encontrava e encaminhava para os amanuenses copiarem já ia “tirando partido desta posição para ir aprontando e contratando o que me convém em particular e o respeito ao Maranhão”⁴⁰⁵. De longe, observava o Brasil no microscópio da província.

A experiência da viagem operava, por fim, uma (re)educação do olhar. Se Lisboa em Portugal se reconciliou com o Maranhão, no caminho inverso, em sua volta ao Brasil Varnhagen anotou (não sem alguma contrariedade) em carta a Cunha Rivara a impressão que teve ao desembarcar no Rio de Janeiro: “A cidade em si é puramente Europeia; e até o é demais, pois quanto a mim devia ser menos servil à arquitetura das casas e mais acomodada ao clima e às riquíssimas madeiras da América”, concluindo que na Corte “As sociedades são de todo à europeia”⁴⁰⁶. Narrando para o amigo as sensações ao ver o mar, a entrada na baía rodeada de morros de granito e a cidade, lamentou que a mesma arremedava o Velho Mundo mesmo estando no Novo, provavelmente esperava encontrar a tal *cor mais americana* de que falaria mais tarde no *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. Comportava-se, assim, como um “destemido bandeirante”, na formulação de Capistrano de Abreu. E como Lisboa na nova realidade de encarregado do IHGB, trabalho de investigação não faltava nos arquivos.

3.2 Em nome do “pai”, do Brasil e da verdade histórica

estuda profundamente os fatos, e narra-os com fidelidade, citando fontes, e desassombrado de preocupações.
Francisco Adolfo de Varnhagen, 1841

⁴⁰⁵ NISKIER, Arnaldo. **João Francisco Lisboa**: o timon maranhense. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 59. Carta de 12/10/1856.

⁴⁰⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 51-52. Carta a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara de 20/08/1840.

Para Varnhagen, a história nacional deveria ser “a imagem da verdade histórica apresentada da forma que, segundo a consciência do historiador, interessa e convém à nação”⁴⁰⁷, era assim que buscava a “mina de ouro da verdade”, recordando mais uma expressão de Abreu no “Necrológio do Visconde de Porto Seguro” (1878). Uma busca que proporcionava situações como a descrita por Oliveira Lima no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1903: era com viva surpresa e não menos vivo desapontamento que, “em quase todos aqueles papeis, se me deparava a marca discreta do lápis de um pachorrento investigador que me precedera na faina, e que verifiquei não ser outro senão Francisco Adolfo de Varnhagen”⁴⁰⁸. A afirmação e o comentário adiantavam um princípio fundamental da escrita varnhageniana: a história verdadeira se forjava na pesquisa de arquivo e auxiliava na construção da nação.

A *escola histórica* a que pertencia, segundo suas palavras no *Prefácio à História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, era “estranha a essa demasiado sentimental, que, pretendendo comover muito, chega o afastar-se da própria verdade”⁴⁰⁹. A tal *escola* não foi nomeada, mas a descrição é suficiente para encetar algumas reflexões. Começo com a busca pela verdade histórica. Conforme a tendência de seu tempo, a *verdade* seria um esforço de reconstituição do fato pretérito a partir de uma fidelidade ao acontecido, desfazendo *mitos* e *heroísmos*, mesmo que sob pena de desagradar a *meia dúzia* de *apaixonados* parciais. A este respeito, para Wehling, o autor pertenceu a uma geração influenciada pelo movimento romântico, e sua obra corresponderia ao historicismo romântico-erudito que os historiadores alemães denominaram *historismo*, favorecendo a explicação hermenêutica em vez de busca de leis naturais, a investigação empírica em lugar de generalizações filosóficas e o domínio de técnica de análise documental⁴¹⁰. Rodrigues afirmou que Varnhagen foi influenciado pela

⁴⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 194.

⁴⁰⁸ LIMA, Manuel de Oliveira. **Elogio a Varnhagen**. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 09 jul. 2017. s/p.

⁴⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871. p. XXV.

⁴¹⁰ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 44-132.

metodologia alemã e pela diplomática francesa⁴¹¹, e Reis, que ele acolheu o método alemão e filosofia da história implícita francesa⁴¹².

Malgrado a (ao menos aparente) ausência de referência nominal a Leopold von Ranke, por exemplo, é patente que tinha conhecimento do modo *alemão* de fazer história, demonstrado na análise do livro de Heinrich Schaefer, em artigo de 1841 para a Revista Universal Lisbonense: aquele escrevia a história “como hoje não podia deixar de escrevê-la um alemão. [...] não havia o Sr. Schaefer de encarar a de Portugal à moda antiga, só pelo elemento político”, “[...] o Sr. Schaefer estuda profundamente os fatos, e narra-os com fidelidade, citando fontes”⁴¹³. Anos depois, no *Prólogo* – os textos introdutórios geralmente incluíam comentários mais elaborados sobre seu trabalho de escrita – da segunda edição do Tomo I da *História geral do Brasil* afirmou não ter se limitado a narrar os sucessos políticos ou biografias dos *mandões*, mas ocupou-se dos fatos relativos ao verdadeiro desenvolvimento e civilização do Brasil. O objetivo era escrever um livro útil e próprio a estimular o trabalho e a prática das *boas ações*⁴¹⁴. O acesso à verdade não deixava de passar pela escolha dos temas.

Um trabalho que não seguiu tais critérios teria sido a narração de Sebastião da Rocha Pitta sobre o conflito com os holandeses. Varnhagen fez sua *profissão de fé*, ajuizando que a obra do *ilustre baiano* era omissa em “fatos essenciais, destituída de critério, e alheia a intenções elevadas de formar ou de melhorar o espírito público nacional, fazendo avultar, sem faltar à verdade, os nobres exemplos dos antepassados”,

⁴¹¹ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 309.

⁴¹² REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 25-26.

⁴¹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Bibliografia portuguesa. Crônica do descobrimento e conquista de Guiné. **Revista Universal Lisbonense, Jornal dos interesses físicos, morais e literários por uma sociedade estudiosa**, Lisboa, n. 2, out. 1841. p. 23. Schaefer foi autor de uma “Geschichte von Portugal” (1836-1849). A Revista Universal Lisbonense circulou entre outubro de 1841 e agosto de 1853 e seu redator foi Antônio Feliciano de Castilho. Como o jornal O Panorama, visava a instrução pública e trazia informações variadas.

⁴¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877. p. XI-XII. Estevão de Rezende Martins ressaltou que na historiografia de inspiração historicista as elaborações teóricas podem ser localizadas nas introduções, nos posfácios, nos resumos ou outros tipos de reflexão conclusiva nos quais os autores prestam contas ao leitor dos referenciais que orientaram sua pesquisa. Ver: MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes de et. al. **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 28). No caso de Varnhagen essa observação é muito válida, porque geralmente fazia essas apreciações nos Prefácios. O próprio autor confessou não ter seguido *servilmente* nenhum modelo para escolher os assuntos que trataria. Assim, como ressaltou Temístocles Cezar, mais do que ligado a uma perspectiva historiográfica específica, Varnhagen compartilhou de uma série de noções da moderna historiografia oitocentista, como a valorização do documento original, a objetividade da narrativa e a imparcialidade do historiador. Ver: CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007. p. 161.

ele não recorrera “às mais puras fontes da história; e era mais imaginativo que pensador; mais poeta e admirador do belo que crítico, vassalo da razão e escravo das provas autênticas”⁴¹⁵.

A apreciação da narração da “História da América Portuguesa” (1730) já havia sido objeto da crítica em uma Dissertação premiada pelo IHGB em 1842, *O Caramuru perante a história* (1848). A operação de Varnhagen n’*O Caramuru* ajuda a acompanhar elementos essenciais de sua prática historiográfica. No rastro da verdade histórica, Varnhagen participou do concurso promovido pelo Instituto, cujo tema do Programa propunha o exame crítico do episódio da viagem do português Diogo Álvares e da índia Paraguassu ao reino da França, onde teriam se casado sob as bênçãos de Henrique II e Catarina de Médicis, referenciado por diversos cronistas e narrado por Rocha Pita. Com apurada crítica documental, Varnhagen elencou evidências da existência deste cristão, que sofreu um naufrágio e esteve entre os indígenas na Bahia de Todos os Santos. Dentre os documentos com os quais dialogou, estavam a relação de Francisco d’Avila sobre a nau São Gabriel (1526), relação do capitão Diogo de Garcia (1526), carta de Pero Lopes a Martim Afonso de Souza (1531), testemunho de Antonio de Herrera (1535), carta de Pero de Campo Tourinho a D. João III (1546) e carta de Manuel da Nóbrega (1555). Todos confirmavam a presença do famoso “Caramuru” (apelido dado pelos nativos) na Bahia, mas nenhum citou a suposta viagem à França até 1535, dado estranho se lembrar que os serviços que prestou à Coroa e à Igreja foram bem documentados na correspondência civil e religiosa enviada da Bahia à época. A ausência de referência em autores que reputava dignos de confiança obrigava-o a aprofundar a análise.

Reconstituir a história do Caramuru era desafiador, desde o século XVI estava envolta em lendas e crenças populares, a que chamou de *tradição*. Necessitava, portanto, desfazer o caráter fabuloso que contaminava as descrições de cronistas, não obstante acreditasse que havia quase sempre um fundo verdadeiro nos contos e mitos heroicos que povoavam quase todas as nações. Mas eram os documentos autênticos, as fontes primárias e obras editadas sobre o tema, inclusive as de autoria de historiadores, à luz da crítica, que poderiam provar, primeiramente, a existência daquele personagem, e depois, se houve a tal viagem. A todo momento, trazia para o âmbito da história a autoridade para discutir a questão, assim, o traço do maravilhoso era próprio dos *primeiros tempos* da história de uma civilização, quando os povos não tinham muito de si a dizer, estado que

⁴¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871. p. XXVI.

mudava conforme tais contos eram divulgados oralmente às novas gerações e se desfigurava no caos e na *Babel de línguas díspares*. Com isso, discriminava a dimensão histórica do que era mera invenção. Julgando a história e pondo-se diante do julgamento do leitor, Varnhagen colocava seus personagens *perante a história*: o Caramuru, mais tarde os indígenas (*Discurso Preliminar* de 1857).

Sobre o intérprete e mediador junto aos indígenas, considerava prova definitiva as *assentadas notícias* trazidas por Gabriel Soares de Sousa. Os relatos de autores como Rocha Pitta e Simão de Vasconcelos não privaram da mesma confiança. Do que disse Rocha Pitta, deduziu que tudo deveria ser “fabuloso”, nem a data, nem o suposto nome da índia esposa de Diogo Alvares eram dignas de credulidade. Mais uma vez, o autor da “História da América Portuguesa” foi des(a)creditado, *galas de invenção*... A avaliação do narrado por Vasconcelos foi mais severa junto ao *tribunal da crítica* histórica, então presidido por Varnhagen, detectando incongruências, até pitorescas, informações pouco plausíveis ou aplicáveis, anacrônico. A sentença foi taxativa:

Reputamo-lo um belo episódio próprio para o romance e a poesia, uma vez que já nele há certa crença: nós todos enlevados pelos feitiços do maravilhoso demos existência formal ao que antes não fora talvez mais do que conjecturas enfeitadas por uma imaginação criadora, e porventura inclinada a dar insensivelmente a seus assuntos um colorido romântico, circunstanciando a narração com o engenho quando a história ao seu tempo conhecida os não manifestava.⁴¹⁶

Varnhagen contestou a versão de Vasconcelos, que enxergava como *núcleo duro* do enredo do Caramuru, condenando o *colorido* que o padre imprimiu ao seu texto, não era trabalho de historiador, e, em sendo, seria de um mau historiador. Nesse sentido, elaborava a fratura entre o fazer historiográfico e uma narração que reputava estar mais para *romance e poesia*, demonstrando que a crítica às narrativas lendárias e fabulosas funcionava como traço distintivo do texto historiográfico, operação fundamental dos historiadores modernos visando ao estabelecimento da verdade histórica, ao depurar as histórias dos elementos fantasiosos e fatos mal averiguados que muitas vezes se reproduziam nas obras dos cronistas. Desse modo, exibia o caminho para um método de trabalho profissional. Segundo Amado, Varnhagen “propugnava a drástica cisão entre

⁴¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Caramuru perante a história. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO X, p. 129-152, abr./jun. 1848. p. 151. Varnhagen vaticinou convocando novamente o relato do *benemérito* escritor do Tratado descritivo do Brasil em 1587 com a seguinte passagem do Cap. IX, Parte I (Roteiro geral): “N’este rio Grande achou Diogo Paes de Pernambuco, língua do gentio, um Castelhana entre os Pitiguoaes, com os beiços furados como eles, entre os quais andava havia muito tempo, o qual se embarcou em uma nau para França porque servia de língua aos Franceses entre o gentio nos seus resgates”. Ver: SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. p. 26.

ciência e ficção, e portanto uma outra forma de produzir história, inaugurou novo ponto de vista, uma maneira completamente diferente de compreender o Caramuru e de contar sua história”⁴¹⁷.

O exame comparativo dos documentos, alguns inéditos, apresentou as datas em que foram compostos ou as datas a que se referiam, acompanhado do raciocínio dedutivo, que permitiram concluir pela existência de um Diogo Álvares, que naufragou na Bahia por volta de 1510 e deixou descendentes, lá vivendo com certeza até 1535, bem como em 1538 (data da chegada do donatário da Bahia), em 1546 (quando foi mensageiro de Pero de Campos) e em 1549 (quando ajudou Martim Afonso de Souza) e até o da sua morte (provavelmente 1557). Só poderia ter ido à França entre 1535 e 1538, algo pouco provável dada a ausência de notícia a respeito do fato nos dois países envolvidos. Menos ainda poderia ser verdade o suposto batismo das filhas tendo o rei e rainha da França por padrinhos. Pensar dedutivamente lhe pareceu suficiente (e científico!?) para rechaçar as possibilidades de o Caramuru ter estado na França, baseado no argumento simples pelo qual, se este auxiliava os portugueses, não se aliaria aos franceses, ignorando que durante os primeiros tempos da colonização muitos transitaram entre os dois lados em proveito pessoal. Como que acolhendo uma ideia corrente em seu tempo, a verdade do acontecimento se baseava também na “complementação” a ser realizada pelo historiador, a “parte invisível do fato”, compondo “um todo a partir de um conjunto de fragmentos”⁴¹⁸.

O certificar-se das datas e acontecimentos como item indispensável para apurar a verdade do fabuloso e as conclusões que externou denotavam o poder de veto das fontes, “Elas nos proibem de arriscar ou de admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis”⁴¹⁹. Precisar a verdade histórica para construir uma história da nação implicava, então, em determiná-la por oposição ao erro, passado pelo devido “escalpelo da boa crítica”⁴²⁰, nas palavras de Cunha Mattos. Para tanto, cumpria observar um conjunto de prescrições

⁴¹⁷ AMADO, Janaína. Diogo Álvares, o Caramuru, e a fundação mítica do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 1-53, 2000. p. 20. Ver também: OLIVEIRA, Maria da Glória de. A crítica do fabuloso e a verdade histórica nos estudos de Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Manoel de Macedo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011.

⁴¹⁸ HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 82-83.

⁴¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/EDPUC, 2006. p. p. 188.

⁴²⁰ MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XXVI, 1863. p. 121. Foi apresentada na sessão de 19 de janeiro de 1839.

inerentes ao entendimento que se tinha à época sobre o ofício do historiador como a objetividade e a imparcialidade. Na segunda edição da *História geral*, em vários momentos fez declarações acerca desse compromisso:

Convencidos igualmente de que a verdade é a alma da história, que só ela pode oferecer harmonia eterna entre os fatos narrados, que o verdadeiro critério da verdade histórica não se pode aquilatar senão pela concordância nos incidentes, não nos poupamos a nenhuns esforços, a fim de remontar às fontes mais puras⁴²¹.

No Tomo I da primeira edição já havia anunciado que narrava “os fatos como se passaram”⁴²², numa curiosa semelhança com a famosa colocação de Ranke sobre escrever a história como realmente aconteceu. No segundo tomo da obra, prometia fazer o:

exame da verdade dos fatos, não sacrificando jamais ao interesse dramático a certeza de haver em eles sucedido deste ou daquele modo; pois de outra forma podia resultar dissonância na harmonia que entre si tem de guardar, uma vez que efetivamente sucederam; quando em história o critério da verdade só se define e se entende bem pela inversa, pelo erro. [...] O que distingue principalmente, tratando assuntos históricos, o verdadeiro historiador do poeta, é que este, que para o ser há de ter mais imaginação que fria crítica, comovido de certa maneira, cria e adapta tudo às suas inspirações; ao passo que aquele estuda primeiro o fato, apura-o por meio das provas que requerem o seu critério; e só depois sentencia com gravidade, transmitindo ao público a sentença e os seus porquês; e claro está que da mesma forma que os sentiu, se a pena lhe sabe obedecer, o que nem sempre sucede⁴²³.

Varnhagen foi um historiador crítico na medida em que examinou os fatos sob o ponto de vista da autenticidade, integridade e credibilidade, daí enunciar que a história era um ramo da crítica, não da eloquência, e perante seu tribunal o historiador era um verdadeiro juiz que sentencia após averiguar bem os fatos e ouvir as testemunhas com o devido critério, e conforme as leis equitativas da justiça⁴²⁴. Os excertos supracitados inculcavam a visão de que a comprovação das fontes é o fundamento dos estudos históricos: “há de se encontrar métodos”⁴²⁵, disse Gustav Droysen em 1868. A avaliação expressava uma função judicativa para o conhecimento histórico, o historiador apurava as *provas* e sentenciava com gravidade. Ao demarcar os domínios entre história e poesia, aproximou-

⁴²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877. p. X.

⁴²² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 188.

⁴²³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XII.

⁴²⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877. p. XII.

⁴²⁵ DROYSEN, Johann Gustav. Arte e método (1868). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 41-44.

se muito da diferenciação entre historiador e poeta efetuada por Aristóteles, segundo a qual o primeiro relataria o que realmente aconteceu, e o segundo, o que poderia ter acontecido e que era possível dentro da probabilidade ou da necessidade. A poesia seria mais filosófica ao se ocupar mais do universal, ao passo que a história se restringiria ao particular. Varnhagen não citou o nome do estagirita, mas tendo em abono o sabido conhecimento que possuía acerca de obras deste, manifesto em outras ocasiões, é razoável supor que tivesse a definição de Aristóteles em perspectiva quando fez tal distinção. A definição encontrava ainda as colocações do jamais nominado Ranke, quando afirmou que a história enquanto ciência se aproximava da filosofia, e enquanto arte, da poesia, diferindo no fato daquela não poder prescindir do plano real, seus conceitos precisarem ser estudados em profundidade e dever ser clara⁴²⁶.

A escrita da história na obra de Varnhagen se dava a ver no modo como organizava suas evidências, como exemplificado no seguinte comentário:

De mui tenros anos levantamos a essa árdua tarefa nosso pensamento, desejosos de prestar este serviço ao país em que nascemos. Começamos por coligir notas e documentos; trabalho improbo que nos consumiu muitos anos; mas que era indispensável para se apurar a verdade em muitos fatos, desconhecidos uns, outros transtornados ou ofuscados pelo tempo. À medida que avançavam proficuamente nossas pesquisas, que encontrávamos novos materiais para o projetado edifício, cobrávamos maiores receios, ao conhecer que o mesmo edifício reclamava de dia para dia mais hábil arquiteto; pois que, sem alargar as proporções nem perder de vista a indispensável condição da unidade, convinha aproveitar bem a crescente profusão dos materiais, e sobretudo ligá-los com não inadequado cimento. [...]

— Assim fosse possível ao historiador possuir, quando escreve, a messe de esclarecimentos que só pouco a pouco vai colhendo a investigação de muitos, e que nos faz quase invejar a melhor situação, em que, para julgar alguns sucessos, poderão encontrar-se os literatos dos séculos que hão de vir...⁴²⁷

Veja-se que Varnhagen era consciente da *árdua tarefa* a que se propôs e de que seu trabalho seria necessariamente revisto por historiadores do futuro, reconhecendo ter correspondido ao que esperava apenas quanto a concisão, pois não era uma história mais minuciosa a que seria mais *útil*, muito havia ainda a ser examinado, missão a ser cumprida pouco a pouco por futuros editores de documentos inéditos e novos historiadores parciais. Ali, oferecia aos menos um bom *serviço preparatório*. Enquanto *arquiteto* de uma

⁴²⁶ RANKE, Leopold von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 202-203. Ver: ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Edipro, 2011. p. 54-55.

⁴²⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 10-11.

unidade, Varnhagen inventava seu “lugar de autor”⁴²⁸, reivindicando uma diferença primordial em relação aos cronistas do Brasil colonial que lhe serviam de fonte de informações, mas também de alvos de crítica. O historiador aparecia como um leitor de arquivos e narrador que deixava os fatos falarem, objetivamente. Proclamar que escrevia uma história verdadeira era uma forma de afirmar que outras não o eram, por falta de método ou outro motivo⁴²⁹.

Um itinerário interessante para acompanhar os passos da investigação histórica no Oitocentos pode ser observado nas cartas enviadas por Lisboa a Varnhagen. Instalado finalmente na capital portuguesa, intensificou a troca epistolar, e nela se obtém informações que entrelaçam a própria vivência do autor em terras estrangeiras, as possibilidades de pesquisa e escrita do seu trabalho. O que mais interessa aqui é acompanhar brevemente como o autor compreendia o trabalho com a pesquisa histórica, a melhor forma de escrever sobre história, partindo dos comentários sobre obras, autores e seus estilos de escrita, correções de cópias, elementos que eram, de mais a mais, caminhos metodológicos que o autor seguiu, escolhendo o que julgava mais relevante para enviar ao IHGB e também para oferecer ao leitor assinante do seu periódico. Só recebendo as instruções para o desempenho da comissão em março de 1857, até ali seguiu *às apalpadelas* e, sobretudo, como solicitou ao amigo: tê-lo por *mestre e guia* nos assuntos históricos.

Pesquisando principalmente na Torre do Tombo, Biblioteca de Évora e arquivo do Conselho Ultramarino, o trabalho de arquivo se mostrou desafiador para o novo encarregado do IHGB. Involucrava-se em dúvidas: a qual arquivo ir? O que se acharia por lá? Copiava tudo ou apenas os índices dos documentos? E quais documentos seriam mais importantes? A preocupação se estendia a procurar manuscritos não copiados pelo seu antecessor Gonçalves Dias, evitando duplicatas. No caso da Biblioteca pública São Francisco, recebeu a indicação de copiar a obra “Diálogo das grandezas do Brasil” de Ambrósio Fernandes Brandão, anotando que Dias não a visitou. Já na Biblioteca da Academia (Convento de Jesus), Dias pesquisou, mas “encontrou pouco e copiou o

⁴²⁸ SILVA, Taíse Quadros da. Introdução. **A reescritura da tradição**: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen 1854-1857. 213f. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. p. 139.

⁴²⁹ HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 84-222.

melhor”⁴³⁰, o que não o desencorajava na busca, julgava ter o que *respigar*. Ainda sobre a atuação do titular anterior da comissão, Lisboa comentou em 18 de outubro de 1856:

Ainda não tive tempo para trabalhar no arquivo do Ultramar. O que Dias fez lá copiar pouco vale – cópias de parentes e nomeações para empregos e ofícios, e à correspondência tocante à Bahia em 1822 e 23. Estes últimos documentos são tão modernos, que presumo existirão no Brasil.⁴³¹

A apreciação dá mostras de como o autor avaliava o trabalho executado pelo comprovinciano, bem como os documentos históricos a que tinha acesso. Assim, *cópias de parentes e nomeações para empregos e ofícios* lhe parecia material irrelevante, parecer idêntico ao que fizera sobre sesmarias em São Paulo. Tal juízo pode ser explicado por uma eventual pouca relevância que se dava para este tipo de manuscritos à época, ou tão somente por se tratar de um autodidata que só há pouco tempo passou a se dedicar a esses estudos, faltava-lhe uma formação voltada para a pesquisa histórica, como faltava a tantos outros contemporâneos. “No Conselho Ultramarino há alguma cousa de positivo que se possa desde já copiar? há alguma maneira ou método especial para achar, ou se há de proceder a um exame vago e geral?”, perguntou a 18 de outubro de 1856. O receio, como já exposto, era “de mandar para o Rio papelada inútil”⁴³².

A comunicação com quem já tinha larga experiência naqueles locais podia simplificar sua tarefa, e ao conselho de Varnhagen para copiar índices no Conselho Ultramarino, Lisboa ressaltou que verificara o quanto eles eram imperfeitos e omissos, e questionava o amigo se devia seguir ou não o conselho anterior de “copiar, não tudo, mas com crítica e escolha, só o que for de evidente importância?”⁴³³. Decidido o método de seleção, logo informou o critério que adotaria: escolheria os que parecessem mais importantes pelo assunto, denotando uma atitude moral do pesquisador ao definir o que deveria ser ou não objeto da atenção do historiador, pois implicava no reconhecimento/estabelecimento de que aquilo era importante. Desse modo, à opinião de Varnhagen de que no arquivo do Conselho Ultramarino se encontrava reunida a maior coleção de manuscritos sobre o Brasil, que aqui não existia, dizia desconfiar – em carta de 20 de novembro de 1856 – de que tais documentos não estavam reunidos na Corte, mas poderiam estar dispersos pelas províncias, e a isto somava uma nova metodologia:

⁴³⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 74.

⁴³¹ Ibid. p. 78.

⁴³² Ibid. p. 78-79.

⁴³³ Ibid. p. 91.

seria conveniente se extraírem cópias do que provavelmente andaria disperso país adentro e mandá-las ao Rio de Janeiro para serem reunidas, refletindo uma afinidade com a política do Instituto de coleta de documentos nas províncias para seu arquivo central.

Parte fundamental da missão, sobre o processo de cópias declarou que:

As ideias de v. e. sobre as cópias que tenho aqui a tirar, são mui ajustadas; mas não me é possível segui-las em tudo. Tirá-las com correção, castigar os Ms. pela maior parte incorretos, e estupidamente copiados, como os tenho por aqui encontrado, e ainda mais substanciar o muito difuso e menos importante, me levaria muito tempo, ou mo absorveria todo.

Pelo que tenho me limitado a escolher as peças e Ms. que julgo interessantes, e a fazê-los copiar tais e quais, com todos os seus erros e irregularidades, A correção fique para quem no Brasil quiser usar deles, ou para extratos, ou para dá-los à estampa. É trabalho longo e minucioso, que só mui de espaço se poderá ir fazendo.⁴³⁴

As reclamações sobre a atuação dos amanuenses foram pauta em vários momentos, e ao enviar exemplares para a análise de Varnhagen, pedia-lhe que não reparasse nos muitos erros que continham, devido a incompetência dos auxiliares, os mesmos que serviram com Gonçalves Dias, outro motivo para insistir na ajuda com os trabalhos no Conselho Ultramarino, pois, para navegar naqueles *mares de poeira*, talvez ele pudesse indicar um método com que perdesse menos tempo, como mencionado em carta de 21 de outubro de 1856. Uma semana depois, voltou a se lamentar: “Não faça reparo nos erros de ortografia ou outros, por que uns são copiados *ipsis verbis* dos catálogos, e outros provém dos maus copistas que encontrei”, agora, o caso se agravava, porque a incúria de seus ajudantes podia prejudicar até a compreensão do assunto do manuscrito: “alguns dos quais escrevem Alen de Sa em vez de Mem de Sá, como terá visto na relação que há dias enviei a v. e.”⁴³⁵.

Vale atentar, no excerto destacado, o trabalho mesmo de reprodução. Veja-se novamente o seguinte trecho: *fazê-los copiar tais e quais, com todos os seus erros e irregularidades, A correção fique para quem no Brasil quiser usar deles, ou para extratos, ou para dá-los à estampa*. Ao considerar possível que uma pessoa do outro lado do Atlântico conseguisse uma cópia sem a consulta ao original, Lisboa revelava uma deficiência crítica no seu trabalho de historiador, além do problema de origem de não garantir a correção das próprias cópias que remetia ao Brasil. Ainda que imputasse a responsabilidade da incorreção aos amanuenses, o fato é que a ele cabia a chefia da

⁴³⁴ Ibid. p. 92.

⁴³⁵ Ibid. p. 82. Grifo do autor.

comissão e, portanto, a autoridade histórica de uma investigação que tinha um caráter oficial e remunerado no exterior. Declarar abertamente e sem maior constrangimento que lhe era impossível responder pela exatidão dos textos que mandava para o Instituto, e supor que outra pessoa pudesse resolver o problema posteriormente, não era a postura aguardada para um historiador, mesmo que erros dessa natureza sejam perfeitamente possíveis neste tipo de trabalho. Com tais comentários, rebaixava de certa forma sua noção de responsabilidade histórica, base de uma ideia de história assentada na busca pela verdade dos fatos, que era a que ele professava, e aqui pecava já de partida ao duvidar da insuspeição da própria fonte de pesquisa, aparentemente corrompida. Que validade tinha tais papéis, então? De todo modo, esta não parecia uma reflexão disponível naquele momento para o comissionado.

A ponderação do autor concorria para a constituição da figura do historiador no Oitocentos, questão central para discutir o desenvolvimento e as características da pesquisa histórica produzida no e sobre o Brasil naquele contexto. Como parte desta operação, cabia juízos sobre personagens históricos. Nas cartas, além das opiniões sobre livros, Lisboa também opinava sobre autores, como foi o caso do padre Antônio Vieira, personagem sobre o qual elaborava uma biografia naquele momento (escrita entre 1858 e 1863 e publicada postumamente). O comentário expressava a visão pessoal que tinha do jesuíta, cuja caracterização geral era a de um sujeito ambicioso, que usou da oratória e esperteza para se elevar, num intrincado jogo de poder na Corte portuguesa do século XVII.

Escrevendo ao amigo e futuro organizador de sua obra, Antônio Henriques Leal, em 12 de abril de 1857, explicou:

O meu trabalho consiste em fazer copiar crônicas, memórias e documentos oficiais sobre história, estatística, legislação e administração para o governo e em extrair apontamentos sobre a história do Maranhão para meu uso e em ir desde já escrevendo alguma coisa. Estudo também o Padre Antônio Vieira para acabar de escrever a sua vida e reformar completamente a parte publicada. Para dar conta de todas estas tarefas ficarei por aqui provavelmente até o fim de 1858, se me conservarem – do contrário irei para o Maranhão logo que me derem a comissão por acabada.⁴³⁶

A descrição das atribuições da comissão que liderava fornecia informações valiosas: o que Lisboa falava sobre seus escritos, que manuscrito, códice, poderia interessar ao conhecimento da história da sua província de nascimento, como encarava a

⁴³⁶ Apud RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1978. p. 65. Tratarei da *Vida do Padre Antônio Vieira* no próximo item desta Tese.

produção da escrita histórica. Novamente, o arquivo do Conselho Ultramarino aparecia como lugar privilegiado para confirmar suspeitas que tinha a respeito de pontos obscuros da história do Maranhão, não por acaso afirmou desejar se *enterrar* na poeira desta repartição. Como dado não negligenciável, a pesquisa dependia do financiamento do IHGB, por extensão, do mundo da política, uma reserva que havia denunciado no começo do contato com Varnhagen: “Muitos dos nossos homens políticos, a maior parte, parecem-me indiferentes aos nossos progressos literários, bem que, por mera compostura, afetem um certo amor às letras”⁴³⁷. A dimensão material do ofício do historiador se apresentava ao recordar quão custoso era, daí o empenho em conseguir a vaga na comissão, pois lhe faltavam recursos para poder viver com a família em terras estrangeiras.

As primeiras cartas trouxeram – com acentuado tom laudatório – vários comentários elogiosos a obra de Varnhagen. Chegou a classificar a sua própria como *minguados* trabalhos literários e confessar que a corrigia pela leitura da *História geral do Brasil*, mostrando-se muito ansioso pela publicação do Tomo II. Em 9 de maio de 1856, declarou sobre a redação dos *Apontamentos...* que na “parte histórica foram improvisados quase sem estudo algum; e daí vem o tom de dúvida e incerteza com que trato certos pontos. Folguei por isso de ver alguns deles mais larga e judiciosamente averiguados na História Geral”, e arrematou: “Desde que vi no Instituto, o índice da História Geral, assentei de adiar a publicação do resto dos meus folhetos”⁴³⁸. Neste contexto, observe-se a carta de 18 de outubro do mesmo ano:

Já vê que não há muita probabilidade de encontrarmo-nos na História do Brasil. Para escrevê-la seria mester um trabalho insano de 15 a 20 anos, parte passado em Portugal, parte no Rio, e parte viajando pelas principais províncias ao menos. Isto contrariava o meu desejo de voltar ao Maranhão, e obriga-me a andar de terra em terra, contra o meu gênio. [...]

Suponhamos todavia que tentasse uma História do Brasil, para que depois da sua? Sou franco, e dir-lhe-ei o que entendo sobre ela. Julgo que quanto ao estilo, carece de retoques e correções - poderá mesmo conter inexatidões históricas e geográficas (a exceção de um ou outro ponto sobre o Maranhão, o mais é mera suposição minha para conceder alguma coisa contra); porém na feliz e sábia disposição do plano, na distribuição das matérias, na conscienciosa e laboriosa investigação dos fatos, fique descansado que em nosso tempo não há de aparecer outro que se lhe ponha adiante. Para empreender e levar ao cabo uma obra destas há-se mester, —coisas que juntas se acham

⁴³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 70.

⁴³⁸ Ibid. p. 68.

raramente – talento, consciência, patriotismo, tempo, paciência, dedicação, e posição ou ocasião, - e ciência vasta e variada.

[...] andarão mais acertados escolhendo e tratando assuntos mais restritos e especiais como por exemplo — jesuítas, agricultura, guerra holandesa, legislação e forma do antigo governo colonial, etc., etc..⁴³⁹

A compreensão de João Lisboa de que não lhe era razoável se lançar a empresa de produzir uma história geral do país, uma obra de conjunto, justificava-se pelo reconhecimento de uma série de condições objetivas e subjetivas que ela exigia como a disponibilidade de tempo, as viagens, o custo financeiro de visitar as províncias e outros países e, não menos relevante neste caso, as condições físicas que enfrentava, tudo isso afetava a necessária *conscienciosa e laboriosa* investigação dos fatos. Aparentemente, enxergava em Varnhagen e em sua obra a reunião desses imperativos, concebendo restar aos demais interessados na história pátria, tratar de *assuntos especiais* como os jesuítas, a guerra contra os holandeses, legislações do governo colonial, temas a quais ele mesmo se dedicou nos *Apontamentos*.... Do ponto de vista da redação em si, o único reparo que fez ao plano de Varnhagen foi quanto a eventuais *inexatidões* históricas e geográficas em algum ponto sobre o Maranhão, o que já acudia reforçando que podia ser somente *mera suposição* para render alguma crítica. As demonstrações de humildade nessas cartas não impediram que no *Prólogo* aos últimos números do *Jornal de Tímon* desse conta ao leitor que não utilizou todos os subsídios adquiridos no exame dos arquivos portugueses, mas garantiu a feitura com todo o escrúpulo e consciência, e mais, tudo ali estava comprovado e documentado nas notas ao final do livro – procedimento semelhante ao realizado por Varnhagen, assunto ao qual voltarei adiante.

Afirmando só ambicionar a atenção do pequeno recanto de onde veio, sua relação de fontes era variada (cartas régias, registros oficiais, livros da Câmara de São Luís, crescentemente, a Revista do IHGB, além de autores como Varnhagen), acreditava que os documentos revelavam as falsidades, e a bibliografia, o que estava por trás dos discursos oficiais, visão um tanto acrítica nesses casos. Sua relação com as fontes era variável, por vezes, desconfiava ou não dos cronistas que lia, dependendo do tema. Noutras, quando não conseguiu encontrar a documentação, reconhecia uma autoridade contemporânea ao fato. Mencionando cronistas do Maranhão colonial, expressou que Gaioso era um homem relativamente ilustrado, mas pouco instruído na matéria, e fez uma dissertação prolixa e inconcludente; referência mais presente em 1858, contestou a

⁴³⁹ Ibid. p. 77.

explicação de von Martius sobre o sistema de milícias ter contribuído para o desenvolvimento de instituições municipais livres, preferindo uma análise próxima de Alexandre Herculano acerca das municipalidades em Portugal: Martius não estaria de acordo com a *verdade* dos fatos. Ainda fonte incontornável, sentia-se à vontade para “corrigir” os momentos em que Berredo teria ficado *aquém da verdade*, por meio de documentos que encontrou e, ao fazê-lo, colocava sua historiografia na posição contrária à de seu criticado. Em várias ocasiões descredibilizou o trabalho de Berredo, supostamente adepto do *devaneio*, como na seguinte passagem:

Em vão Berredo, o adocicado e tímido cronista, e réu ele mesmo das mais arrojadas prepotências e torpes manejos, procurou disfarçar as culpas dos sócios, que eram as suas, abafando-as na multidão de termos empolados e de fatos insignificantes, mutilando e omitindo os acontecimentos, cavilando a narração, e imputando *a fatais influxos de inimigo planeta* o espetáculo de misérias que tinha diante dos olhos, e não lhe era passível negar de todo.⁴⁴⁰

A preocupação com a seleção e qualidade das fontes apontava para o esforço final de colocar a pesquisa em forma de escrita, contemplando as noções mais influentes que compunham a moderna historiografia oitocentista. E a esse respeito, elogios da imparcialidade foram consignados por Varnhagen em diferentes momentos:

Pare de ler quem não aprecia como primeiro dote do historiador a fria imparcialidade no exame da verdade. Pela nossa parte em atingir esta, até onde a podemos apurar pelos documentos conhecidos hoje, pusemos todo o desvelo: convencidos de que ela, e só ela, pode oferecer harmonia eterna entre os fatos; ao passo que a falsidade, mais dia, menos dia, é punida pela contradição que o tempo não tarda a manifestar.⁴⁴¹

A respeito de uns, como de outros, procuraremos, sempre que nos seja possível, não emitir juízos, sem ouvir ambas as partes; convencidos de que é nesta pontualidade que essencialmente consiste o preceito da imparcialidade imposto aos que escrevem a história pátria, e não na de narrar com indiferença como descritos.⁴⁴²

Varnhagen se esmerava em postular o relato objetivo da história, mas é importante realçar que não havia um consenso entre todos os historiadores do século XIX sobre os significados da imparcialidade e objetividade, bem como sobre as relações entre as duas, por vezes ser imparcial poderia ser mobilizar níveis de “partidarismo” dado as diferentes

⁴⁴⁰ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. III. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 90-112. Grifo do autor.

⁴⁴¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 11.

⁴⁴² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871. p. XXVII.

maneiras de ver ou dar a ver a partir de um ponto de vista⁴⁴³. Em Varnhagen, buscar o ponto de vista nacional não destoava da busca pela objetividade, a despeito das demandas políticas. É possível conjecturar que Varnhagen se aproximava de uma “imparcialidade mitigada” que Arthur Assis atribuiu à obra de Alexandre Herculano, ou seja, um preceito que pode ser associado a um falar “honesto, preciso e que se pretende justo, porém posicionado, sobre as coisas do passado, em vez de uma absolutamente neutra “visão de nenhum lugar”⁴⁴⁴. Assim, a necessidade de ter *íntimas convicções* sobre seu país, que julgava fundamental, entrava na ótica de que o melhor serviço à pátria seria prestado por quem dissesse a verdade sobre o passado nacional, por isso não se permitia omitir episódios que reprovava pessoalmente, era o que lhe competia como historiador. Em outras palavras, uma história que não se pretendesse imparcial – no sentido de uma leitura cautelosa e justa do passado – prescindiria de sua utilidade, pagando o preço de se apresentar tão somente como uma narrativa inútil.

A história aqui continha, ainda uma vez, o caráter de tribunal, e perante ele o historiador era o juiz, evocando aquela como “testemunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação” capaz de “ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas cometidas no passado, a fim de poupar gerações futuras o cair nos que já custaram tristes experiências a outros”⁴⁴⁵. Segundo Reinhart Koselleck, no contexto alemão do final do século XVIII e início do século XIX, em meio às (re)definições sofridas pelo conceito de história, deu-se um processo de falência do modelo de história *magistra vitae*⁴⁴⁶, todavia, como já frisado, a noção não perdeu totalmente sua operacionalidade entre muitos letrados brasileiros, sendo particularmente relevante no “Discurso” de inauguração do IHGB, “texto de fundação” – expressão de Manoel Guimarães para designar textos basilares da historiografia brasileira – em que Cunha Barbosa se referiu por mais de uma vez à função moral da história. Sobre isso, Valdeci Araujo ressaltou que, no Brasil, não foi a capacidade de ensinar que foi

⁴⁴³ FREITAS, Itamar. **Uma introdução ao método histórico (1870-930)**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. p. 245. Ver também: BARROS, José D’Assunção. **Teoria da história. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo**. v. II. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

⁴⁴⁴ ASSIS, Arthur Alfaix. Alexandre Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 289-329, jan./abr., 2020. p. 318.

⁴⁴⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 191.

⁴⁴⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 48.

questionada, “mas o que e como ela podia ensinar”⁴⁴⁷, apontando para a complexidade de seus usos e significados.

Organizador do Império e amigo das letras, D. Pedro II merecia congratulações, diferente de outros que atentaram contra a unidade nacional, como os já citados revolucionários de 1817. Os eventos fidedignos alicerçavam a construção histórica, mas a apreciação repousava também no juízo moral, que deveria sentenciar e premiar indistintamente (interpretação análoga aparecia em Lisboa, para quem a história não podia esquecer o *mérito* diante de um *tesouro de virtudes* numa época de ignorância). Por isso,

no tratar dos colonizadores Portugueses, dos bárbaros Africanos, e dos selvagens índios, procuramos ser tão justos como nos ditaram a razão, o coração e a consciência. Era essencial partir de apreciações justas e imparciais para justa e imparcialmente poder caminhar de frente levantada, expondo a progressiva civilização do Brasil, sentenciando imparcialmente aos delinquentes e premiando o mérito, sem perguntar a nenhum se procedia do sertão, se d’África, se da Europa, ou se do cruzamento de sangue.⁴⁴⁸

O respeito a esse princípio encontrava em Varnhagen ao menos duas limitações bem visíveis, a abordagem sobre seu pai e a preocupação com a escrita de uma história do presente. Alegar exaustivamente que narrava os *sucessos* em vista dos documentos, reflexão e estudo, não significava dizer que não ponderasse conforme suas *convicções*, sabendo que os *exemplos* do passado ajudariam a indicar *conveniências* do futuro. Primeiramente, em nome do “pai”. Varnhagen anunciou que se ocuparia dos fatos relativos ao desenvolvimento e civilização do Brasil sem se restringir ao tema político, e um momento em que ele achou estar fazendo isso se sucedeu nas Seções LII e LIII do segundo tomo da *História geral*, entre as seções sobre política externa e a Revolução Pernambucana de 1817. Tratava-se, respectivamente, de uma seção sobre escritores, viajantes e a imprensa periódica do reinado já com D. João VI no Brasil e o sugestivo *Minas de ferro. Varnhagen é o executor dos projetos d’el rei*.

Varnhagen argumentou sobre a importância de narrar os progressos da mineração de ferro no Brasil, já adiantando que tinha uma *justificável impaciência* para executar o prometido, porém, nem isso o fez alterar a *ordem natural* dos sucessos, então aguardou resignado a ocasião mais propícia, e ela chegou. De todo modo, não deixou de se amparar

⁴⁴⁷ ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *história magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

⁴⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. IX.

na citação do caso em obra do senador Vergueiro, que já corria desde 1822, e esse era mais um argumento que lhe permitia a ousadia de revelar aquela verdade: Frederick Ludwig Wilhelm Varnhagen foi escolhido executor do projeto de Sua Majestade. A tarefa era melindrosa, mas se justificava também por uma questão de justiça, a de louvar a memória de quem tão bem serviu ao país, um dever do historiador. O tom de homenagem – ou a *justiça!* – marcava um limite da escrita dita imparcial do autor – embora não assim reconhecesse – e dava pistas de outros elementos de sua operação historiográfica, como exposto no “embate” com Joaquim Felício dos Santos. O julgamento que o autor das “Memórias do Distrito Diamantino” (1868) fez da referida seção da *História geral* evidenciava as formas como ambos pensavam e faziam história, pondo como errada a premissa fundamental de Varnhagen, porque o precursor da fundição de ferro no Brasil teria sido Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá, e não Varnhagen pai.

Santos apoiou-se numa informação trazida por Auguste de Saint-Hilaire sobre a visita que fizera a fábrica no Tijuco, em passagem pelo distrito em 1816, descrevendo os procedimentos técnicos que Câmara utilizou para organizar seu funcionamento. Detalhe: Saint-Hilaire também foi citado por Varnhagen para confirmar a primazia da fábrica no Araçoiaba, em Sorocaba. Em nota de rodapé, explanou que poderia asseverar a autenticidade dos fatos, pois os conhecia “da tradição e testemunho de pessoas respeitáveis e fidedignas” que consultou, “que os ouviram dos contemporâneos de João Fernandes, que os conheceram e foram testemunhas oculares. Ainda hoje existe um velho desse tempo, que confirma o que levamos dito”, e fixou: “É assim que se escreve a história”⁴⁴⁹. Santos buscou desmontar a argumentação de Varnhagen via método histórico, os dois autores se valeram de procedimentos de pesquisa e narrativos correntes como o recurso a documentação primária e oficial (livro das entradas de ferro para a extração diamantina), viajantes e naturalistas e a autópsia, mas diferiam na motivação, intenções e apoio a diferentes projetos de nação envolvidos em tais perspectivas de história, Varnhagen, um filho e um monarquista convicto, Santos, um republicano. A

⁴⁴⁹ SANTOS, Joaquim Felício dos. Capítulo XXVIII. In: _____. **Memórias do Distrito Diamantino**. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1868. p. 150. “É a seção XLV do tomo II, que apresenta, de forma geral, uma defesa da centralização administrativa em detrimento dos poderes locais, o oposto do que defendia Joaquim Felício. O Conde de Valadares é, para Varnhagen, além de indivíduo exemplar, símbolo da necessidade do poder central para conter os desvios de costumes decorrentes do excesso de poder na mão dos “mandões” locais (como João Fernandes Vieira)”. Ver: SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. A geografia da historiografia: o acesso à e o uso da documentação por Joaquim Felício dos Santos nas Memórias do Distrito Diamantino (1868). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 47, p. 221-251, jul. 2018. p. 230. Ver também: NOVAES, Eder Liz. **Joaquim Felício dos Santos**: republicanismo e cultura historiográfica (1869-1871). 197f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

despeito do caráter subjetivo (político?) da crítica, cumpre notar que a principal obra de Varnhagen, historiador que já possuía um *bom nome* naquele momento, foi contestada dentro do campo, por assim dizer, científico, comparando evidências, confrontando interpretações, baseado em documentos e testemunhas.

Se Varnhagen soube, não acusou recebimento – na *História geral* havia se referido ao *malogro da experiência* do desembargador Câmara no Morro do Pilar, em Minas Gerais – mas é fato que não simpatizava com quem poderia atrapalhar ou diminuir o prestígio do trabalho de seu pai, daí a caracterização quase vilanizada do sueco Carlos Gustavo Hedberg, que lideraria a colônia de operários para a fundição de ferro no Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva foi outro que não se livrou da pena de Varnhagen pelas críticas que fez contra a atuação de Varnhagen pai a frente da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema.

Essas “marcas da subjetividade” conferiam inteligibilidade à narração de Varnhagen, operando na organização do texto⁴⁵⁰, e na *História geral* não se restringiram ao episódio sobre o pai, elas se fizeram presentes em diversos momentos da escrita de Varnhagen – em maior profusão no *Tomo I* – como ilustrado na sequência:

Doloroso é ter que mencionar a sorte dos que da Cananéia partiram pela terra dentro com Francisco de Chaves. Seguindo na direção do sudoeste, talvez a buscar o rio Paraguai, para, naturalmente, depois passarem aos estados do Inca, apenas tinham chegado às cabeceiras do Iguaçu, nos campos de Curitiba, quando foram todos traiçoeiramente assassinados pelos índios.⁴⁵¹

A imparcialidade não impedia que o historiador lastimasse contar a verdade cruel pela qual aconteceu a história, ele podia sofrer, sentir *pena* e não esconder tais sentimentos do seu futuro leitor, que podia se irmanar a ele no mesmo pesar. A memória dolorosa dos fatos não se opunha a narração imparcial, pelo contrário, aparecia como dispositivo narrativo/recurso retórico que a auxiliava, na medida em que exaltava a dura missão de dizer o que aconteceu, a despeito dos sofrimentos que pudessem causar.

Lisboa também era um entusiasta da *imparcialidade*, e dizia se pautar na documentação que consultou, embora fizesse um forte julgamento moral da administração na província e no Brasil colonial como um todo, o mesmo se dava com outros assuntos. Referindo-se aos indígenas, por exemplo, declarou que se os

⁴⁵⁰ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 135.

⁴⁵¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 58.

considerasse com *fria imparcialidade* através do espaço e do tempo, suas ações provocariam mais dor e compaixão do que cólera, a exposição de tais sentimentos já apontavam para uma objetividade relativa. O que dizer dos seguintes comentários sobre Manuel Beckman: “O mesmo Bequimão, conta-se, era frequentemente salteado de funestos pressentimentos; por vezes ouviram-no praticar acerca do destino que provavelmente o aguardava”, e mais adiante: “não nos foi dado a nós penetrar os mistérios daquela alma, porventura mais cheia de pesar e de desdém, que de fraqueza e desalento”⁴⁵²?

Nem sempre se ocultando do próprio texto, as marcas da subjetividade em sua obra historiográfica se apresentavam em momentos variados no trato com as fontes que dispunha ou não. Ele duvidava frontalmente de algumas, parecia acreditar mais em uns relatos/autores que outros, não garantia, mas também não descartava a possibilidade de verdade em mais de uma vez alhures. Considerava *pouco verossímil* a afirmação do Pe. Antônio Vieira sobre os padres que vieram ao Maranhão serem em maioria degredados, e achava que poderia encontrar outra explicação *mais plausível* sobre o número de condenados mandados ao Brasil. Em todos os casos, era importante que ele mesmo tivesse checado nas fontes mais confiáveis. Veja-se dois exemplos:

Infelizmente *não nos foi possível descobrir a devassa* que se tirou sobre estes acontecimentos, e que sem dúvida nos ministraria amplos esclarecimentos para apreciar melhor as obscuras intrigas que os acompanharam. Quanto porém a este romanesco episódio, *diversas e valiosas considerações fazem duvidar da sua existência*, pelo menos em todas as dimensões e alcance que pretenderam dar-lhe. Logo em primeiro lugar ouvimos na boca do chefe um discurso em regra, pelo teor e feição dos do Tito-Lívio, igual em tudo a tantos outros que Teixeira de Moraes introduz a cada passo na sua relação, e que de perfeitamente parecidos no estilo, nas ideias, e em outras circunstâncias, *acreditamos sem escrúpulo serem todos de sua própria lavra*. Demais Bequimão, homem sagaz e hábil, como todos o reconheciam e confessavam, não deixaria a cidade, onde se concentrava quase toda a população, para ir de secreto traçar um plano no deserto, a sessenta léguas de distância, e comunicá-lo depois para o mesmo lugar, onde tudo desde logo se poderia ter feito, com a perda de tempo, os incômodos das viagens, e os riscos dos acidentes de menos.

De Francisco de Sá e Menezes, seu antecessor, que se demorou em Belém até o tempo da restauração, refere o P. João de Bettendorf que chegando ante dela à mesma cidade os missionários expulsos de S. Luís, fora ele visitá-los, e tomando à parte o P. Superior Iodoco Peres, pediu-lhe perdão de tudo quanto havia dito, escrito e obrado contra a companhia, e contra o mesmo superior, porque tudo havia nascido de paixão e perturbação do ânimo. O cronista da ordem acrescenta que foi

⁴⁵² LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. III. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 240-249. Retomarei o caso especial do Bequimão no próximo item desta Tese.

perdoado com muita caridade. Munido deste perdão, e de uma procuração que soube conseguir do povo ou da câmara de Belém (no nosso tempo dar-lhe-iam um diploma de deputado) partiu sem estrondo para Lisboa, onde o avultado produto das suas drogas sem dúvida o habilitaria para comprar algum novo despacho. *Não o asseveramos contudo porque nada temos encontrado a tal respeito; mas castigado pelas suas malversações, pode-se afoitamente assegurar que nunca foi.*⁴⁵³

Lisboa acreditava em sua opção consciente de escrever uma história verdadeira, e não julgava a todos como munidos desse mesmo compromisso. Como Varnhagen na história do Caramuru, fazia deduções para contestar ou ao menos por em questão notícias legadas do período colonial: o Bequimão era sagaz e hábil demais para deixar a cidade e traçar um plano secreto no deserto, sem contar no estilo do discurso, perfeitamente crível ser de sua lavra. Já sobre o padre Bettendorf, a desconfiança era antiga, e em determinadas ocasiões se permitia desconsiderar completamente.

Outro limite da imparcialidade na historiografia produzida no Brasil imperial, e especialmente desde o Instituto, era a escrita de uma história do presente. Em dezembro de 1847, Francisco Freire Allemão propôs em sessão do IHGB que fosse criada uma arca fechada com duas chaves, “para que nela se conservem debaixo de sigilo as notícias históricas contemporâneas que alguém queira enviar ao mesmo Instituto, notícias que virão lacradas em cartas, e só serão abertas no tempo em que seu autor o determinar”⁴⁵⁴. A proposta de criar o que logo passou a ser chamada “arca do sigilo” foi um passo maior rumo à materialização do que já era aventado como ideia. Pelo que consta nas atas das sessões do Instituto nos anos seguintes, a arca não chegou a ser construída e o assunto foi escasseando entre os sócios. Porém, o fato de ter sido aceita em fevereiro de 1850 por uma comissão formada pelo próprio Freire Allemão, Manoel de Araújo Porto Alegre e Manoel Ferreira Lagos, evidenciava o caráter extraordinário de que o assunto gozava no interior da agremiação.

O arquivo secreto deveria ser feito de madeira ou metal para guardar a documentação com o máximo de segurança, e havia uma atmosfera de oficialidade na proposta, uma das chaves ficaria com um Ministro, uma figura proeminente do cenário político. Deveria haver toda uma ritualística para a abertura da arca, assunto debatido em sessão, tudo com o propósito de guardar sigilo até chegar o momento de revelar tais cópias. O receio era o de uma interpretação dos fatos impregnada de paixões pessoais ou

⁴⁵³ Ibid. p. 218-284. Grifo meu.

⁴⁵⁴ IHGB. Extratos das Atas. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo IX, 1847. p. 567.

regionais, além de uma eventual perturbação interna, trazer a público determinados documentos podia provocar animosidades entre o Império e outros países, Portugal, notadamente. Nesse sentido, segredar significava também proteger a política imperial e o Estado nacional⁴⁵⁵. Já em 1839, houve um parecer desfavorável da Comissão de História sobre um documento ofertado ao Instituto por José Inácio de Abreu e Lima acerca da participação do então governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, no conflito de 1817:

Conquanto um tal documento seja na verdade de muito preço, não convém todavia publicá-lo pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; e por isso a Comissão é de parecer que o sobredito documento seja guardado nos arquivos do Instituto até que todos os nomes nesse documento mencionados tenham comparecido perante o Tribunal da Posteridade.⁴⁵⁶

Por outro lado, na dupla função de letrado e político, os sócios do IHGB não se viam autorizados a falar do seu tempo por em boa parte corresponder a sua própria experiência⁴⁵⁷. Num campo historiográfico ainda não consolidado e dada a fragilidade dos critérios de avaliação da produção da época, havia esse desencorajamento pelas dificuldades em termos epistemológicos e políticos. Pelo entendimento de que o interesse muitas vezes substituía a razão, também a imprensa era tida como parcial, daí seu uso como fonte ser vista com reservas. O Instituto assumia a função de lugar de produção do discurso histórico que permitia e proibia, tornando possível certas pesquisas e impossíveis outras tantas⁴⁵⁸. Importa destacar que a arca teria prazo de validade, já Freire Allemão propunha que seu fechamento fosse temporário, seria aberta em um tempo já entendido como seguro, tempo que a verdade ali contida podia ser revelada sem maiores constrangimentos. Mesmo com as transformações conceituais que se acentuaram a partir da década de 1830, o processo de historicização⁴⁵⁹ e crescente descrédito do antigo modelo de história *magistra vitae* em alguns contextos, a concepção de história que tinha lugar no Instituto atribuía-lhe uma função exemplar/judicativa, agora não mais tomado no sentido de imitação.

⁴⁵⁵ MALEVAL, Isadora Tavares. **Entre a “arca do sigilo” e o “tribunal da posteridade”**: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. p. 76.

⁴⁵⁶ IHGB. Ata da 29ª sessão, em 19/12/1839. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo I, 1839. p. 379.

⁴⁵⁷ TIBURSKI, Eliete Lucia. **Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista**. 146 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. p. 91.

⁴⁵⁸ DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 63.

⁴⁵⁹ ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 103.

No entanto, o freio epistemológico não conduziu a uma impossibilidade de se tratar de assuntos contemporâneos. Um trabalho a respeito de um evento recente que recebeu aval e foi premiado pelo Instituto foi a “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 a 1840” (1848) de Gonçalves de Magalhães. A comissão designada para avaliar a obra celebrou a exposição metódica e lúcida, e a imparcialidade do poeta que, na condição de secretário do governo, tinha à disposição documentos oficiais e peças autênticas que possibilitaram chegar ao conhecimento “apropriado” das cenas da Balaiada, acionando e valorizando a testemunha ocular, o próprio Magalhães. No parecer dos sócios responsáveis pela avaliação da “Memória”, o poeta teria sido “Estranho aos partidos, que lutavam entre si nesse período calamitoso da história da província do Maranhão”, podendo apreciar “o encadeamento de causas diversas, que trouxeram consigo aquela medonha explosão da guerra civil e da anarquia, e distinguir a natureza e diversidade de elementos que a formavam”⁴⁶⁰. Pela ótica dos pareceristas, o não envolvimento do autor com os partidos que disputavam o cenário político da província conferia o caráter de isenção recomendado para o ofício, não poderia ser acusado de parcialidade, nem de tentativa de privilegiar uma leitura dos fatos que coadunasse com uma posição pessoal em detrimento de outra mais “verdadeira”. Ao lado da utilização de documentação oficial da época, já entendida como dotada de um estatuto de verdade, a condição de testemunha ocular do autor era também importante para uma narração mais próxima da realidade do ocorrido na Província do Maranhão, legitimando o discurso: ele viu.

Escrever sobre eventos recentes recebeu muitas vezes a censura do IHGB, a prática de arquivar ou vetar documentos considerados impróprios pelo recorte temporal escolhido foi procedimento adotado desde o início dos trabalhos da agremiação. Todavia, o caso da “Memória” ofertada por Magalhães demonstrava que o fato de uma história do presente não ser vista com bons olhos pelos consócios não significava que sua produção não existisse ou pudesse ser bem recebida pelo próprio Instituto. Por essa ótica, a “arca do sigilo” pode ser compreendida menos como um veto à história do presente, do que como um reconhecimento da ausência de maturidade política e epistemológica para escrever sobre o próprio tempo⁴⁶¹.

⁴⁶⁰ IHGB. Extratos das Atas. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo IX, 1847. p. 425.

⁴⁶¹ CEZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. DUTRA, Eliane Freitas (Org.). **O Brasil em dois tempos**. História, pensamento social e tempo presente. 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/O_Brasil_em_dois_tempos/F6EkDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 24/05/2021. s/p.

Varnhagen disse não se descuidar de obter cópias do que era importante ainda mais *moderno*, mas, referindo-se ao processo de Independência, em carta ao Imperador reconheceu quão espinhosa era “por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a poucos anos não o será”⁴⁶². À época, trabalhava em sua *História geral*, e consciente da dificuldade, no segundo tomo avançou até a proclamação daquela. Na ocasião, ao final da *Seção LVII*, deu mostras do entendimento que tinha sobre a conveniência de seguir adiante com o assunto:

A história geral dos primeiros anos do império, que julgará do proceder dos deputados em Lisboa, da dedicação e maior ou menor dignidade dos primeiros ministros do imperador, não apoderamos nós por enquanto escrever tão conscienciosamente, como desejáramos: não só porque as contemplações ou resguardos que se devem aos vivos pediriam uma redação que não ataria bem com a imparcialidade que guardamos pelo passado, como porque os documentos e correspondências dos estadistas que nessa época figuraram só agora começam a ser dadas ao prelo. De trinta e três anos é a vida de uma geração; e por conseguinte, em quanto não passem outros trinta e três, a história daqueles primeiros é história *contemporânea*, que por si própria se extrema da história geral da civilização do país. Se porém não nos atrevemos a empreender a publicação de uma tal história, sobretudo para articular-se a esta quando convinha que fosse escrita de outra forma, e ainda assim não sem arriscar o efeito que poderia pela comparação produzir, não nos despedimos de a seguir estudando, coligindo novos materiais para ela, e desde já escrevendo algumas biografias de indivíduos falecidos e cuja vida nem apresente pontos melindrosos, nem careça de todo de futuros esclarecimentos.⁴⁶³

O receio de se debruçar sobre a *história contemporânea* do Brasil foi, aparentemente, superado, porque, posteriormente, Varnhagen avisou que iria dedicar um volume especial para o tema, e no *Prefácio da História da Independência* – publicada postumamente, em 1916 – preveniu o leitor de que não estava ali para *adular* ou *lisonjear* descendentes vivos, ainda que poderosos, do Brasil ou de Portugal, e tratou de calar censuras quando julgou justas, era assim que deveria ser escrita toda história aspirante a posteridade, independentemente de ser ou não bem recebida. Quanto ao corpus documental que dispunha, estavam jornais, panfletos, informações cotejadas entre si de estrangeiros que estavam no Rio de Janeiro, correspondências de Ministros, depoimentos de figuras de proa da política da época que há quase trinta anos foi colhendo e protocolizando como Januário da Cunha Barbosa, Silvestre Pinheiro, os Marqueses de

⁴⁶² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 201. Carta de 06/05/1853.

⁴⁶³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 442. Grifo do autor.

Paranaguá, Valença, Maricá, Olinda e Monte-Alegre, os Viscondes de Pedra-Branca e Maranguape. Veja-se que, chegando a um tempo mais recente, às fontes habituais (documentos oficiais, correspondências) foram acrescentados depoimentos orais. Se já era corrente confiar – ou não – na visão de autores antigos, agora ele acreditava nas testemunhas presenciais que ouviram, e não podiam ser mais *insuspeitas*, personalidades que participaram diretamente do processo de emancipação.

Segundo Hartog, dos recursos do conhecimento histórico (a vista e o ouvido), Tucídides proclamava que somente a vista, utilizada de forma adequada, poderia levar a um conhecimento claro, distinto e resistente a uma crítica rigorosa, o ouvido não era confiável⁴⁶⁴. Tucídides era um modelo para Varnhagen, que chegou a afirmar preferir desagradar publicando a verdade, do que ser aplaudido faltando a ela, mas no caso da história particular da Independência, o ouvido funcionou como meio de verdade. Ao que tudo indica, o que esses personagens falaram – fundamentados, sobretudo, no que viram, posto terem participado dos eventos – foi aceito sem maiores questionamentos, até por serem passíveis de cotejo com o que se tinha disponível em termos documentais, um compromisso de busca contínua que selou em 1857. A testemunha aqui viu, ouviu, certificou e se colocou na posição de fiador da própria palavra diante do tribunal do historiador Varnhagen.

Em Varnhagen, a Independência foi caracterizada como um movimento quase natural e inevitável, sendo o 7 de Setembro a:

mais segura esperança de que o Brasil constituiria *uma só* nação, salva pela monarquia de tempestades anárquico-socialistas. [...] Nesse dia nasceu a nação, renascendo são e salvo o reino que emancipara el rei D. João VI, o principado que criara D. João IV, o estado que fundara D. João III. Também por todas estas razões devesse Portugal festejar este dia, pois de certo que, sem a resolução tomada em 7 de setembro de 1822, não poderia regozijar-se de ver hoje tão próspero, e alimentando em grande parte o seu comércio e marinha mercante, este seu filho, descansando à sombra do sólio bragantino, e seguro, esperamos em Deus, de correr a sorte de outros que... não foram tão afortunados. O Brasil não deveu a D. Pedro a sua emancipação, que essa consumada estava desde 1808, e era impossível retroceder, até em vista do tratado celebrado em 1810 com Inglaterra: deveu-lhe porém a sua *integridade*, e deveu-lhe a monarquia, que foi símbolo de ordem no interior, e de confiança no exterior; e por fim veio até a dever-lhe a dinastia, pela sua abdicação feita muito a tempo para a poder salvar.⁴⁶⁵

⁴⁶⁴ HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 79.

⁴⁶⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 438-439. Grifo do autor.

Enfeixando uma linhagem de como foi se constituindo o Império (quase uma genealogia do Estado), voltando de D. Pedro I até D. João III, empregou a noção de processo histórico para explicar um episódio da história do país, conferindo sentido ao passado e ao presente, bem como acenando para o futuro do Brasil. Para o *bem* do país, uma nova era teria sido aberta em 1808, quando o Brasil passou a ser o centro da Monarquia bragantina, já datando dessa época o rompimento dos *grilhões coloniais*. Enxergava D. João VI senão como primeiro Imperador, pelo menos como *verdadeiro fundador* do império. Nesse movimento, a proclamação da Independência foi a ratificação do gesto anterior de transferência da Corte, e D. Pedro I, o *fundador* de fato com o ato da emancipação oficial do Brasil.

Noção fundamental que atravessou a obra varnhageniana, na *História da Independência*, a ênfase na construção da *integridade* estava desde o método empregado na escrita:

Não escrevemos anais, escrevemos uma História, e os saltos continuados a uma e outra província, deixando interrompido o fio dos sucessos importantes e capitais, produzia confusão e não permitia que os próprios das províncias fossem convenientemente explicados. Além de que, na época da Independência, a unidade não existia: Baía e Pernambuco algum tempo marcharam sobre si, e o Maranhão e o Pará obedeciam a Portugal, e a própria província de Minas chegou a estar por meses emancipada. A mesma experiência convencerá aos leitores da vantagem do método adotado, quando notem que por meio dele se lhes gravam melhor os fatos narrados.⁴⁶⁶

⁴⁶⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História da Independência. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO LXXIX, p. 25-501, 1916. p. 27-29. Uma boa síntese nesse sentido foi produzida pelo autor no *Post Editum* do volume um da *História geral*: “não faltará quem, esquecendo-se de que escrevemos uma História Geral, e de que temos leis de unidade a que subordinar-nos, estranhe de ver que não dedicamos capítulos inteiros a esta ou aquela expedição exploradora, de que tivemos documentos, ou a certos feitos heroicos, aliás já minuciosamente contados por outros escritores. Acudimos desde agora contra tal reparo, dizendo que justamente um dos maiores empenhos que tivemos neste Ensaio (que tal lhe devemos por enquanto chamar) foi o de abarcar, por assim dizer, no menor volume possível, os fatos capitães acontecidos nas diferentes províncias; além de que o desenvolvimento sucessivo do todo se chegasse a apreciar melhor, o que não se poderia conseguir, parando de quando em quando demasiado n’um ponto (pela única circunstancia de encontrar mais escrito acerca dele), e reduzindo a narração, a uma enfiada de pequenas narrações, à maneira dos contos do livro de Gil Blas. Este último sistema é sobremaneira cômodo; pois que o trabalho todo se reduz a reunir muitos documentos e relações manuscritas ou impressas; logo dispô-las por ordem cronológica e começar a compilar.... Foi o que seguiram Castanhedo, Barros e Herrera, como hoje é muito fácil provar, cotejando-os com os originais que tiveram diante de si. Se houvésemos preferido adoptar tal sistema, se ele fosse hoje em dia adotável, com o arquivo de documentos inéditos que tivemos à vista, além de uns cem livros impressos que possuímos acerca da nossa História, muito mais fácil nos houvera sido *compilar* trinta e duas décadas, em crescido número de volumes (bem que cem o trigésimo número de leitores), do que compor este e o seguinte, esmerando-nos em ser concisos, sem contudo pecar por omissos. Uma coisa é a História Geral (ainda quando não resumida) de um Estado, e outra são as atas das suas cidades e vilas; os anais e fastos das suas províncias; as crônicas dos seus governantes; as vidas e biografias de seus cidadãos beneméritos. Aquela não impede que nestas se trabalhe, e em cada qual tem a narração proporções convenientes. Procuramos guardar na composição do todo a maior harmonia que nos foi possível; porém não duvidamos de que em uma nova edição, se a chegamos a preparar, teremos de dar a

Ao frisar que escrevia uma *História*, Varnhagen imprimia uma ideia política na sua escrita histórica, posto que, mesmo dedicando capítulos especiais para províncias que tiveram experiências mais desafiadoras diante da emancipação política ao fim do livro – dado importante, pois demonstrava que o processo não se restringiu ao Centro-sul – o fio organizador era enfeixar o nacional. Também na *História geral*, o acompanhamento cronológico, os saltos ou os movimentos de tomar o evento passado que ora narrava apontando para uma situação presente, ou desejando evitar uma repetição futura, eram parte do objetivo maior de fazer da história do Brasil um todo, ele mesmo consciente da falta de unidade entre as partes. A escrita histórica de Varnhagen estava, portanto, ligada a um projeto centralizador, seja do ponto de vista do trabalho perpetrado pelo IHGB, seja pela defesa do modelo político do Segundo Reinado, a crença de que a Monarquia era o princípio que poderia *salvar* a América, como externou certa vez em carta a D. Pedro II. No limite, Varnhagen propôs uma história que organizasse o tempo da nação a partir do evento da Independência como uma ruptura que não deixava de ser uma continuidade, com um Bragança no trono.

Mas, como já traçado aqui, a historiografia brasileira no século XIX comportava diferentes modos de tratar a matéria histórica. Em artigo, Valdeci Lopes analisou o que chamou de regimes de autonomia intelectual no Brasil da primeira metade do Oitocentos. Partindo da premissa de que naqueles tempos a sociedade passou a experimentar um crescente desejo por história, apresentando exigências novas ao historiador, identificou a formação de duas categorias denominadas regime compilatório e regime disciplinar, numa relação dinâmica de competição e convergências. A categoria disciplinar corresponderia a um longo percurso histórico, que não se processou de forma linear e coerente, mas por meio de acomodações competitivas em diferentes arranjos – não se tratava, pois, de desaparecimento ou substituição de um por outro. Este modelo teria se desenvolvido no Instituto, fundando-se na busca por uma maior especialização, certo controle interno das atividades do historiador e sua produção, distanciando-o da efervescência da imprensa, além da centralidade da história geral e aproximação com o Estado e suas instituições, que iam se consolidando, sublinhe-se que isso não significava partidarismo, ainda que a composição da agremiação tivesse também um caráter político, agregava diversos matizes dos quadros imperiais.

alguns pontos maior desenvolvimento: e se a preparar outro, talvez que lhe sejam de não pequeno auxílio, sem ir mais longe, as nossas notas no fim de cada página”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 478. Grifo do autor.

O interesse por história, todavia, ultrapassava os estatutos do IHGB, e sua criação não fez com que desaparecessem outros modelos de escrita histórica, “os arranjos competitivos entre uma historiografia disciplinar e o que podemos chamar de “historiografias populares” é um traço de longa duração”⁴⁶⁷. Aí estaria a segunda categoria, mais alternativa, o modo compilatório, que pretendia atender a demanda de um leitor não-especializado por sínteses pragmáticas, e mais ligado ao mercado editorial. A historiografia de Lisboa pode ser entendida como atinente a esse modelo, nela, a escrita aparecia como ação política direta, e a sustentação do trabalho se dava pelas assinaturas do público curioso pelas *nossas coisas*, evidenciando que a história escrita é também uma história lida, e o ato de leitura ali implicado constitui o que se chama conhecimento histórico⁴⁶⁸. Para Nicolazzi, a história é escrita, narrada e difundida segundo regras e protocolos distintos e, sobretudo, de acordo com demandas, modos de difusão e formas de recepção que são diferentes, logo, considerar as distintas formas de escrita da história e de relação com o tempo que são possíveis em cada contexto, significa também refletir sobre as variadas maneiras pelas quais tal escrita é lida ou ouvida, sobre os diferentes modos pelos quais o saber histórico é recebido⁴⁶⁹.

Experimentando formas variadas de narração, Lisboa abriu os últimos números dos *Apontamentos...* com uma narração datada (listagem cronológica) do processo de conquista do Maranhão baseada na obra de Berredo, entre 1615 e 1679, para seções a frente informar que não se ateria à ordem das datas ao analisar leis e regimentos baixados após a instituição do Governo Geral. O caráter pragmático da escrita de Lisboa comportava uma história imparcial e severa, mas não *dura e insensível*. Em sentido

⁴⁶⁷ ARAUJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, mai./ago. 2015. p. 368-393. Segundo Ledesma-Alonso, seria possível interpretar “a decisão narrativa de Varnhagen como parte de um complexo sistema de pensamento que respondeu à mudança estrutural pela qual a sociedade brasileira passou ao longo das décadas de 1840 e 1850 e que começou a minar alguns dos fundamentos da ordem social colonial que subsistiu no Brasil durante suas primeiras décadas de vida independente”. Ver: LEDESMA-ALONSO, Ricardo. A historiografia nacional como “começo”. A História de Méjico de Lucas Alamán e a História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 225-253, jan./abr. 2021. p. 240.

⁴⁶⁸ NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, jul./dez., 2010. p. 544-555.

⁴⁶⁹ NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019. p. 210-217. Importa, assim, atentar para as “variações do regime de historiografia nas águas dos regimes de historicidade que compunham o oceano de possibilidades da história do século XIX”. Ver: CEZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. DUTRA, Eliane Freitas (Org.). **O Brasil em dois tempos**. História, pensamento social e tempo presente. 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/O_Brasil_em_dois_tempos/F6EkDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 24/05/2021. s/p. Regimes historiográficos podem coexistir em um mesmo contexto.

semelhante, quando Varnhagen mudou o título da seção sobre a fundição de ferro na segunda edição da *História geral*, não desfez o efeito de 1857, o texto permaneceu basicamente o mesmo, e Varnhagen pai era sim o restaurador do Ipanema. Rever, corrigir, anotar fazem parte do estilo de um autor.

3.3 Crítica, erudição e rodapés, uma questão de estilo

Cada dia reformo e melho o que já está impresso e o que está por imprimir.
Francisco Adolfo de Varnhagen, 1855

Lisboa traçou o seguinte quadro sobre o caso Beckman:

Eis-aqui certamente uma revolução, em que a acumulação das causas, a têmpera dos caracteres, o estranho e variado dos incidentes, e o trágico e sanguinolento do desfecho dão à história o atrativo pungente e sedutor do drama e do romance. Nunca nos foi tão sensível a nossa falta de aptidão para este último gênero de composição, como quando compulsamos os documentos relativos a este memorável episódio da história colonial no intuito de procedermos à sua narração com mais algum método e desenvolvimento do que os antigos cronistas. Que cenas variadas, brilhantes e animadas, que observações profundas e tocantes não ofereceriam a pintura dos costumes dos índios e africanos, a vida dos colonos, tão ávidos de sangue e de ouro e tão miseráveis todavia, a corrupção dos governadores, as prevaricações do estanco, a suscetibilidade e leviandade do povo, a ambição e as intrigas dos frades, a traição de Lázaro e o caráter raro e nobre do Bequimão, ainda até hoje, por assim dizer, quase absolutamente ignorado, à mingua de quem o expusesse à luz da publicidade! O vulto majestoso e arrogante do P. Antônio Vieira, suscitado a propósito, e sem grande violência, e posto em presença do cadafalso, - a sinistra eloquência que alardeou no sermão dos ossos dos enforcados, - de que mão terrível não contrastariam com a atitude ao mesmo tempo corajosa e resignada da vítima, e com as palavras sublimes que proferiu ao receber a morte!⁴⁷⁰

As seções – XV a XX – dos *Apontamentos...* dedicadas ao episódio da rebelião e condenação do Bequimão exploraram o pano de fundo da crítica à administração colonial. No limite, o apontado líder da revolta de 1684-1685 contra os (des)mandos da Companhia de Comércio aparecia como personificação da luta maior contra o sistema que coagia o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão. Lisboa se apoiava nas legislações para analisar o contexto colonial, e o exame dos decretos e Alvarás expedidos pela Coroa portuguesa regulando o comércio da colônia o fazia levantar a tese de que as proibições e restrições

⁴⁷⁰ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. III. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 292-293.

que vexavam o comércio e a indústria em geral revelavam não apenas as razões fiscais e econômicas, mas também o *ciúme* de Portugal quanto ao crescimento do Brasil: a metrópole calcularia que *espoliando e empobrecendo o pupilo* afastaria sua possibilidade de emancipação e, por consequência, prolongava a lucrativa tutela secular. Portugal, então, atrapalhava o desenvolvimento do Brasil, só com a transferência da Corte as circunstâncias mudaram, e não existia mais razão para o monopólio que por tanto tempo garantiu a *riqueza artificial* da metrópole.

Recortando para o Maranhão, reforçava que as causas da desordem e miséria que o afligiam alternava em seus efeitos de modo a se fazer sentir espaçadamente entre os habitantes. O ponto de virada teria vindo nos anos precedentes a sublevação de 1684, quando todos esses *males* se acumularam, levando o povo a romper em excessos. Esta explicação provinha de sua teoria sobre a ocorrência das revoluções como o resultado de causas gerais, por isso as conjurações não seriam mais do que *sintomas* dessas causas. É nesse contexto que o Bequimão se insere, também ele foi participante da miséria e opressão comuns, por fim sendo dominado e arrastado pelas mesmas ideias/paixões que todos compartilhavam.

A *revolução* de Beckman é relevante para explorar a causalidade histórica na escrita do autor, que se dá a ver em linhas gerais na seguinte passagem:

Por uma invencível cegueira, de que a história nos oferece tantos exemplos, teimam muitos dos que a escrevem, e sobretudo os que governam as sociedades, em não ver nas revoluções o resultado de causas gerais, e da exasperação de um povo todo inteiro; antes procuram complacientemente a sua explicação nessas conjurações e planos traçados de assento, que quando realmente existem, não são de ordinário mais do que sintomas daquelas causas, e a simples ocasião dos movimentos, fazendo em tudo o mesmo ofício que a mecha aplicada à mina já de antemão disposta.⁴⁷¹

A explicação do conflito pela *acumulação das causas* demonstrava que Lisboa compreendia a importância das estruturas históricas em determinada conjuntura, isto é, o sistema colonial tal como existente no Brasil/Maranhão foi o maior responsável pelo conflito: os *males* se *acumularam e condensaram*, a perda da *paciência*, a exasperação do povo, que se amotinou e rompeu em excessos *fora do comum*. Ao encerrar o último volume dos *Apontamentos...* com a morte de Beckman, evidenciava que nesta fase de seus trabalhos a compreensão do processo histórico era realidade mais concreta em sua escrita, mesmo que não tenha elaborado uma reflexão sobre isso. Para Janotti, a leitura de

⁴⁷¹ Ibid. p. 217.

Lisboa sobre a chamada Revolta de Beckman visibilizava a ação do povo contra a administração colonial que o oprimia, e o Bequimão – embora filho da elite local – foi a voz desse povo ao se levantar contra a opressão do estanco real e da Companhia de Comércio que aprofundava a miséria local⁴⁷².

De antemão, a história é descrita como um *drama*. O recurso ao termo oriundo do mundo teatral apontava para o efeito de apresentar ao leitor aquelas cenas carregadas de violência e traição como algo mais agradável, mas também da figuração da administração colonial no Maranhão. Aliás, toda a construção heroica do Bequimão contraposta à vileza de Lázaro de Melo, o detrator, oferecia aquele como pretérito exemplo de virtudes para o corrompido Maranhão de seu presente. Bequimão, homem de *indústria* e *honrado procedimento* que juntou cabedal suficiente para levantar um engenho no Mearim, teve uma vida feliz e respeitável até os infortúnios e a celebridade à época do *violento* governo de Inácio Coelho. Novamente, em Lisboa, Bequimão era um *homem raro*, dotado daquela coragem ativa que não o fez sequer tentar fugir por mais chance que tivesse de fazê-lo, nada menos que um morto ilustre cuja memória deveria ser reabilitada para o público conhecimento. Uma vez mais, encostava no diálogo entre antigos e modernos, indicando que a disciplina histórica espalhava-se “especialmente pelo presente em simultâneo ao seu alargamento em espectro temporal, ora em direção ao passado, ora rumo ao futuro, variantes dos discursos abertos em torno daquele saber no Oitocentos”⁴⁷³. As seções dedicadas ao evento não compunham uma biografia de Manuel Beckman, mas não se pode negar que um traço deste modelo foi amplamente aproveitado pelo autor, o aplauso da conduta moral de tal personagem como peça para um mosaico que conjugava lições para as gerações posteriores, servindo de guia para elaborar um sentido histórico para o Maranhão.

Como se deu o processo conflituoso é de somenos importância nesta Tese, a narração de Lisboa é o que interessa mais de perto, e ela evidencia que o autor desconfiava de determinadas leituras sobre o caso, ao longo do trabalho entrou em rota de colisão contra Teixeira de Moraes, o *cronista da revolução*. O retrato vilanesco elaborado por este foi classificado como inspirado pelo *ódio* e *baixeza*, ultrajando e caluniando Bequimão, a *vítima*. A apreciação não poupou a retórica e erudição *pedantesca* de

⁴⁷² JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. São Paulo: Ática, 1977. p. 182-207.

⁴⁷³ SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo**. 186 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. p. 38.

Moraes, item indispensável ao relato, segundo o crítico. Atentar ao estilo se justificava não menos pela agradabilidade da leitura do que pela inapelável obrigação da verdade dos fatos, o que não enxergava em Moraes, cuja narração era desmentida pelos documentos oficiais que consultara. E era à má narração que atribuía o esquecimento do episódio: “Só ao enfado que gera a leitura de velhas crônicas, sobretudo manuscritas, atribuímos nós o abandono em que até agora tem ficado uma veia tão abundante”⁴⁷⁴, no que desejava que seu trabalho pudesse chamar a atenção acerca dele. Trazer à luz da *publicidade* aquele *memorável* momento da história colonial implicava relatar a história com mais *algum método* do que os cronistas, aptidão que o próprio Lisboa se julgava pouco detentor. Como pintar os costumes de indígenas e africanos, a vida dos colonos, a corrupção dos governadores, as prevaricações do estanco, a *susceptibilidade* do povo, a ambição e intrigas dos frades, a traição de Lázaro?

Ao conceber um quadro heroico para o Bequimão, Lisboa enfeixou elementos caros à sua escrita, o próprio elogio das virtudes daquele partia da valorização moral das atitudes:

O ensino da história resulta portanto, mas é da infusão dos sentimentos de justiça e de moral, da aprovação e louvor constante do bem, e da condenação inexorável do mal. Radicando-se profundamente nos ânimos, e perpetuando-se de uma a outra geração, estas noções servem a prevenir, e tornam difícil, senão impossível, o regresso aos erros e crimes do passado⁴⁷⁵.

Relembrar o caso de Manuel Beckman cumpria a dupla função de iluminar os problemas da administração colonial no Maranhão e sua concepção da história como elemento de reforma social. Deste modo, retratar Bequimão e seus valores passados à posteridade visava a correção do mal, o que já impediria a repetição dos *erros e crimes do passado*. A valorização moral das atitudes de Beckman passou longe da avaliação sobre outro personagem importante da historiografia de Lisboa, o Padre Antônio Vieira, este sim objeto de uma biografia.

A operação na *Vida do Padre Antônio Vieira* se orientou pela visão que Lisboa tinha de tal figura, que pode ser assim sintetizada: “O Pr. Antônio Vieira era em verdade um grande ambicioso, que para fazer o seu caminho, nem sempre olhava ao meio”⁴⁷⁶. O

⁴⁷⁴ LISBOA, João Francisco. Op. cit. p. 294.

⁴⁷⁵ Ibid. p. 510-511. Na *Biografia de Manoel Odorico Mendes*, mencionou sobre Beckman: “cuja memória já em outro estudo tivemos ocasião de reabilitar, vingando-a das injúrias da sorte e de baixos detratores contemporâneos”. Ver: LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 498.

⁴⁷⁶ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 205.

ponto de partida da narração tomou as (não) virtudes de Vieira como definidoras de suas ações ao longo da vida, do ofício religioso aos trabalhos junto à Coroa portuguesa. Além disso, falar da atuação do padre inaciano ia ao encontro de seu marcado antijesuitismo. Para ele, Vieira já representava o momento em que a Ordem se comprometia menos com a atividade religiosa do que com as causas mundanas, aproximando a Companhia de Jesus de uma espécie de máquina política. Nesse sentido, reforçava a ideia da existência de duas fases da história da Companhia no Brasil, e Vieira pertencia à *segunda idade* como grande expoente e modelo de religioso que foi para sua época:

Vamos entrar na segunda idade dos jesuítas no Brasil. Foi aquela em que floresceram no Maranhão, e em que, às antigas virtudes individuais, juntaram em alto grau a ambição coletiva da influência política e poder temporal. [...] Mas assim como entre as diversas ordens avultava e sobressaía a de S. Ignácio, assim entre todos os jesuítas realçava a grande figura do P. Antônio Vieira, brilhante personificação do instituto, em quem se resumiu todo o lustre e interesse daqueles tempos⁴⁷⁷.

Os interesses temporais que acreditava terem matizado os trabalhos da Ordem à época da pregação de Vieira concorreram para construir a figura de um padre essencialmente político, imagem que já apareceu na primeira parte do estudo publicada ainda no Maranhão, e foi potencializada na biografia retomada em Portugal. Editada postumamente, a *Vida do Padre Antônio Vieira* se compõe de duas partes: *Vida do Padre Antônio Vieira (na Europa)*, que contou com a pesquisa em arquivos portugueses, e *Vida do Padre Antônio Vieira (no Brasil)*, saída na primeira fase dos *Apontamentos...* Findados os *tempos heroicos* da Companhia no início da colonização, o tempo de Vieira era outro, sendo ele mesmo o mais bem acabado exemplo, servindo também como instrumento de denúncia dos abusos da Ordem. Decerto que Lisboa ponderou suas críticas elogiando as qualidades letradas do padre, mas a fórmula do padre dissimulado assumiu o centro da narração e direcionou uma série de denúncias históricas. Considerando a antipatia que tinha contra os jesuítas – exposta sempre que houve ocasião – e absorvendo a ideia do complô jesuítico de criar “um Estado dentro do Estado”, defendeu que:

O fogo do patriotismo, que abrasava o coração de Antônio Vieira, e o levava a atos sublimes de desinteresse e sacrifício, escaldava-lhe também o cérebro, e impelia-o a ideias disparatadas, e a projetos temerário e absurdos. Iludido sem dúvida pela efêmera grandeza de Portugal, depois das conquistas de África, e da descoberta do Oriente, e alucinado pelas suas interpretações visionárias dos profetas,

⁴⁷⁷ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 403-404.

capacitou-se firmemente de que a Portugal estava reservado o centro do mundo.⁴⁷⁸

A denúncia, fundamentada no *fogo do patriotismo* português que atribuía a Vieira, reforçava-se pelo episódio em que o padre propôs a entrega do Rio Grande, Itamaracá, Paraíba, Pernambuco e parte de Sergipe aos holandeses à época da crise entre Portugal e os Países Baixos. Para Lisboa, esta foi a passagem mais problemática do padre, figurando-o como um traidor. Por outro lado, Vieira servia também como recurso para delatar os colonos do século XVII a partir da análise das missões no Maranhão. Entretanto, a crítica às imoralidades e falta de civilidade que povoavam seus sermões não amenizava o julgamento de Lisboa: mesmo a atitude de combater as degradações maranhenses era encarada na chave da vaidade pessoal e da Companhia de Jesus.

Posicionar o padre como modelo de ambição fazia Lisboa confrontar os trabalhos existentes sobre o personagem, especialmente a biografia escrita por André de Barros. Apesar de incontornável fonte, sua avaliação desta obra é eminentemente negativa, seja pela narração, seja pelo tom elegíaco, resultando em vereditos como *servil e cautelosa adulação, pouco verosímil*, de modo que seria Barros “propenso a alterar e a atenuar todas as circunstâncias, que pudessem desairar o seu herói”⁴⁷⁹. Das inúmeras citações ao texto do também jesuíta Barros, a passagem seguinte é exemplar:

É difícil atinar com a verdade neste ponto, como em alguns outros da vida do nosso jesuíta; as suas obras são mudas a tal respeito, e André de Barros jesuíta como ele, e antes panegirista que historiador, tendo de atender igualmente à glória do seu herói, e aos interesses da sua ordem, omite, falsifica, atenua, obscurece e enreda em palavras túrgidas e sibilinas todos os pontos espinhosos e delicados, como este.⁴⁸⁰

Lisboa refutou o texto de Barros argumentando uma suposta imprecisão das informações fornecidas por este, classificado pela matriz elogiosa que utilizou para estruturar seu relato. Não considerar o livro como trabalho de historiador tinha a ver, entre outras, com o reconhecimento de falhas de base da obra ali escrutinada, recomendar a desconfiança no que disse aquele biógrafo significava que ele não atendeu aos critérios

⁴⁷⁸ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 347.

⁴⁷⁹ Ibid. p. 352-353. Sobre a publicação da obra, na Advertência ao leitor, Antônio Henriques Leal informou: “Publicamos reunidos n’este volume o escrito que sobre a vida do padre Antônio Vieira encontramos entre os papeis de João Francisco Lisboa, e o que escrevera e publicara no décimo número do seu *Jornal de Timon*. Assim o fizemos, porque um é o complemento do outro, e embora tratem ambos do mesmo assunto, ocupa-se principalmente o manuscrito dos fatos da vida desse extraordinário jesuíta, na Europa, e o impresso do que respeita às missões e outros lances de sua vida, no Brasil, diferindo eles demais na forma como na essência”.

⁴⁸⁰ Ibid. p. 340.

esperados num empreendimento de tal monta. Aqui, a erudição – entendida como estudo direto nas fontes e estabelecimento rigoroso dos fatos de acordo com os documentos – aparecia como traço marcante da prática dos historiadores para determinar a autenticidade e fidedignidade do relato, daí Barros ser *antes panegirista que historiador*. O manejo das fontes compunha a dimensão da responsabilidade moral de quem escrevia, inclusive, dentro do IHGB era animado que se aliasse erudição e prerrogativas morais visando a orientar pragmaticamente a sociedade para fins elevados.

A aposta biográfica de letrados como Lisboa adequava-se às injunções da disciplina histórica tal como esta foi sendo concebida e praticada no Brasil oitocentista, por isso o recurso à prova documental era procedimento fundamental para disciplinar a construção do conhecimento histórico. Como lembrou Maria da Glória Guimarães, as notícias biográficas contidas em genealogias, anais e obras similares eram analisadas em sua autenticidade como documentos para a elaboração da história geral do Brasil sem maiores teorizações sobre o gênero e seus instrumentos de pesquisa, aspecto particularmente observado em autores como Varnhagen, que ofertou muitas destas ao Instituto. De modo geral, naquele momento, os relatos biográficos pareciam estar integrados “às múltiplas tarefas do historiador, sem que isso implicasse uma autoatribuição específica da função de biógrafo”⁴⁸¹. Ademais, boa parte se constituía de pequenas notícias biográficas – o que não diminui a inserção desses estudos na criação de uma ordem do tempo para a história do Brasil, o tempo da nação – tendo por destino e inspiração, ou não, a publicação na Revista do IHGB⁴⁸². Lisboa preferia a *severa e discreta imparcialidade* do bispo de Vizeu, embora não adotasse todas as suas opiniões, corroborando que as novas e variadas formas de narrar o passado no século XIX foram se encaminhando para uma exigência de objetividade no intuito de produzir inteligibilidade sobre o passado, e a consulta aos arquivos, o “eu li”, era imperativo⁴⁸³.

Mas a confusão de datas e dados não era o único problema do livro “Vida do apostólico padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus” (1746) na ótica de Lisboa, ela

⁴⁸¹ GUIMARÃES, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 83. Sobre a questão biográfica em Varnhagen, ver: SANTOS, Evandro dos. **Tempos da pesquisa, tempos da escrita**. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873). 137f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

⁴⁸² CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **MÉTIS**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003. p. 75.

⁴⁸³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e erudição. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2011. p. 45.

mesma se acoplava ao estilo pedante da escrita daquele autor, gerando omissão, falsificação, obscurecimento e tantos outros problemas, sobretudo em passagens que eventualmente desabonassem o biografado. Barros, nesse quesito, parecia até acompanhar o movimento do padre famoso, amoldando-se ao *gosto e necessidade* do tempo, nos “ornatos do estilo, e meneios oratórios para corrigir ou atenuar os vícios mais comuns”⁴⁸⁴. Num nível de comparação com a biografia de Barros, Lisboa poderia alegar que a sua era produto de um levantamento circunstanciado da documentação existente sobre Vieira que encontrou do Maranhão a Portugal, fato por ele referido em cartas a Varnhagen: “Estou com mais assento e atenção para reformar a parte já publicada sobre a vida do P. Antônio Vieira, e completá-la”; “A vida do P. Antonio Vieira, que hei de reformar totalmente para ser publicada deita muito longe”⁴⁸⁵.

Atentar-se ao estilo de Barros apontava para o modo de narração como componente da crítica histórica de Lisboa, tecida com comentários irônicos quanto ao apologismo daquele. A ironia como recurso estilístico esteve presente em praticamente tudo que Lisboa publicou e se ligava até a escolha do pseudônimo com o qual se assinava. O *Tímon* já havia sido utilizado em artigos da *Crônica Maranhense* e nos folhetins no *Publicador Maranhense*, e foi publicamente assumido no *Jornal de Timon*, logo, não funcionava como estratégia de anonimato, mas como uma estratégia narrativa que permitiu ao autor intervir em sua sociedade, desejando a reforma dos costumes ao publicizar o simulacro social da sociedade maranhense, contrapondo a ideia da *Atenas Brasileira* ao denominar a província de *obsuro canto do mundo*, mesmo que sua preocupação se fundasse em expor os problemas, e não em propor uma solução:

Porém ainda quando se escora em autoridades de tanto peso, nem por isso a dúvida o abandona, e eis aí porque estabelecendo tantas vezes certos fatos e premissas, nem sempre ousa chegar à segurança e suficiência da conclusão, cousa aliás tão fácil a tantos outros espíritos mais resolutos e positivos que o seu.

[...] Tímon entende que a timidez e irresolução, antes prudência e modéstia, nunca são demais em uma época que tanto se caracteriza pelo orgulho, jactância e temeridade; e como Cícero, conhece que é mais fácil e seguro apontar o mal, e arguir os erros, do que achar-lhes o remédio, descobrindo a verdade⁴⁸⁶.

⁴⁸⁴ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 31.

⁴⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatríbe contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 76-92. Cartas de 18/10/1856 e 02/02/1857, respectivamente.

⁴⁸⁶ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 431-432.

A crítica ao projeto em curso de construção de uma identidade provincial que não fosse apêndice da identidade nacional tinha na história o ponto de partida para escancarar o que enxergava como a realidade maranhense⁴⁸⁷. Mas, ao se liberar da necessidade de propor uma resolução para os problemas que denunciava, Lisboa metamorfoseado em Tímon se legitimava como autor de uma análise histórica sobre o Maranhão que se diferenciava de parte de seus contemporâneos (ver item 1.3 desta Tese), e a verve irônica participava dessa leitura. Esta marca do estilo de Lisboa era mesmo evocado pelo próprio autor em seus chamamentos ao leitor do *Jornal*, como se fosse importante para manter seu público. Menos que uma declaração de desconhecimento ou falta de preocupação com a verificação dos fatos, a *dúvida* de Tímon era uma marcação de seu estilo de narrar a história do Maranhão, fosse na biografia do padre jesuíta ou nos *Apontamentos...* Além disso, levantar o debate era um modo de efetivamente interceder na realidade, e o uso da ironia aqui dava vivacidade e potencializava sua escrita, contrastando realidade e aparência, dizendo uma coisa enquanto, na realidade, queria transmitir uma mensagem diferente, e o significado real deveria ser inferido do que foi dito ou do contexto em que foi dito⁴⁸⁸, situando a linguagem como instrumento e arena de combate. Comparando os dois prólogos dos *Apontamentos...*, se no primeiro Lisboa afirmava buscar entreter o público, no segundo, sua busca já era a de contribuir com a história do Brasil.

A ironia dava forma aos grandes temas de Lisboa, estava na estruturação das falas e na escolha dos termos, *emendar*, por exemplo, era uma boa palavra que servia ao presente e apontava para o futuro, ao lado de outras expressões com efeito semelhante. Analisando o estilo de Gibbon, Peter Gay destacou que o historiador inglês exibia uma técnica sempre com a mesma fórmula, unindo no texto uma motivação nobre e uma motivação baixa, deixando entrever que a primeira sentença é apenas uma razão aparente e a segunda é a verdadeira força motora, num movimento de dar ao leitor o papel de inferir por si mesmo a intenção do que foi relatado, como se quisesse compartilhar com o leitor a sua “descoberta”⁴⁸⁹. Lisboa também não esquecia de seus leitores, estava sempre julgando, pesando, comparando, e instituindo um clima de tensão, característica de uma escrita orientada para a ação, como era o caso do *Jornal de Tímon*, em particular. Para tanto, aplicava sistematicamente a depreciação e a desqualificação do personagem ou do

⁴⁸⁷ MACEDO, Gil Eduardo de Albuquerque. **As vidas do padre Antônio Vieira**: a fabricação do personagem histórico nas escritas da Nação (século XIX). 207 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. p. 71.

⁴⁸⁸ MUECKE, D. C. **Ironia e o irônico**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. p. 52-77.

⁴⁸⁹ GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 52-54.

argumento em pauta, observe-se os três exemplos extratados do folheto *Eleições na Antiguidade...*:

Ora como o juramento ainda então era religiosamente respeitado, e não tinha conta a multidão dos que vendiam o voto, imenso foi o clamor que se levantou contra esta lei odiosa, queixando-se muitos de que lhes tiravam o pão, privando-os do único meio de vida que tinham, e vinha a ser – o seu voto. O caso é que a primeira vez que Catão se mostrou em público, depois da sua promulgação, foi apupado e corrido à pedra pelos seus amáveis concidadãos.

Este, em matéria eleitoral, fez muito pouco, e ao mesmo tempo, mais do que nenhum outro. Restituiu a princípio o direito de votar ao povo, tirou-lhe para o fim, e tornou a dá-lo ao senado. Uma vez, porém, o exercitou por si com admirável critério e aplauso imenso, nomeando cônsul o seu famoso cavalo *Incitatus*. O senado devia de receber esta nomeação com especial agrado, e sem dúvida cotaria unanimemente que se dirigisse uma felicitação ao príncipe pelo seu bom acerto e feliz escolha.

Foi Calígula homem de alta, mas pouco regular estatura, o semblante pálido, os olhos cavados, fixos e torvos, a cabeça nua e calva, mas a cerviz velosa, as pernas delgadas e os pés enormes. Posto que tivesse o olhar e o aspecto naturalmente horríveis, procurava de indústria torná-los mais temerosos, compondo-se e ensaiando-se a um espelho para esse fim.⁴⁹⁰

Os comentários seguem uma quebra de expectativa e duplicidade. O contraste do *amáveis cidadãos* com a violência praticada contra Catão vai nesse sentido. No caso da descrição física do imperador Calígula – que lembra uma situação cômica em *Partidos e eleições...*, a descrição do Presidente de Província Montalvão Mascarenhas – a deformação intencionava levar o leitor ao riso, *olhar e aspecto naturalmente horríveis*, recheando de adjetivos para destacar a falta de beleza do imperador. Também as ações de Calígula foram destacadas numa lógica dupla, de oposição: *fez muito pouco e mais do que nenhum outro* ao mesmo tempo, restituiu o direito de votar ao povo e depois retirou, por fim, como a nomeação de um cavalo seria um *bom acerto e feliz escolha?* Qualificando e desqualificando personagens e ações, Lisboa unia a narração do passado e do seu próprio presente, os absurdos de que falava na Roma antiga não era algo distante do que denunciava no Maranhão imperial. O juramento *religiosamente respeitado* que refere parecia já inexistente em seu tempo. Como já apontado nesta Tese, ao tratar das eleições na Antiguidade, Lisboa se preocupava com as práticas eleitorais maranhenses na segunda metade do século XIX.

⁴⁹⁰ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 62-90. Grifo do autor.

Enquanto estratégia discursiva, se em folhetins como *A Festa de Nossa Senhora dos Ossos* e *Teatro São Luís* Tímon surgiu à distância das cenas que narrava como um “observador e testemunha do processo civilizador então vivido pelos maranhenses e por todos os brasileiros”⁴⁹¹, ainda que participativo. No *Jornal*, ele foi narrador e personagem dentro da proposta maior de fazer a *pintura dos costumes maranhenses*, como declarou no *Prospecto*. Para Soares, o pseudônimo funcionou como uma marca que permitia identificá-lo, relacionando-se com “a organicidade do conjunto de textos que compõem o *Jornal* e o seu objetivo maior de reforma dos costumes maranhenses”⁴⁹². Em leitura complementar, Silva enfatizou que aquele funcionou como elemento de autoridade do autor, fornecendo possibilidades imaginativas para tornar a narrativa mais interessante e agradável, além de revelar a percepção de Lisboa sobre a incapacidade dos seus contemporâneos de fazerem a reforma moral que julgava necessária⁴⁹³. Em ambas as avaliações, fica evidente a inquietação do autor em afastar sua terra natal do provável futuro que naquele passo a aguardava. Como descrito por José Murilo de Carvalho, “Tímon era o desencanto de Lisboa”⁴⁹⁴.

Mailson Melo frisou que “a indignação de Lisboa não é tanto pela corrupção, e sim por não ocupar um papel de destaque na política nacional”⁴⁹⁵, todavia, a intenção aqui é discutir essa “indignação” como aspecto integrante de sua escrita. Assim, por último, a experiência política e jornalística de Lisboa aparecia na modelação de seu estilo como um recurso importante da escrita, e a ironia como estilo historiográfico se imiscuía nos traços mais aparentes de sua personalidade, donde a escolha – voluntária e intencional – da assinatura *Tímon* já indicava. Com isso, “toca diretamente na subjetividade do historiador, mas compreendendo-a a partir do ambiente em que ela é produzida”⁴⁹⁶, ao tempo que

⁴⁹¹ ROCHA, Hildon. O liberal e o moralista. In: LISBOA, João Francisco. **Crônica política do Império**. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1984. p. 18.

⁴⁹² SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2002. p. 63.

⁴⁹³ SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. p. 75.

⁴⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. Lisboa e Timon: o drama dos liberais do Império. In: LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 19.

⁴⁹⁵ MELO, Mailson Gusmão. João Francisco Lisboa e o Jornal de Tímon. Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. **Historiografia Maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014. p. 21.

⁴⁹⁶ NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado**. 414f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. p. 21.

também o construía como autor. Não é forçoso, portanto, relacionar a questão do estilo com a operação historiográfica de Lisboa, especialmente no plano da exposição do relato, permitindo entrever como essa escrita se vinculava às diferentes formas de narrar a história, seus contemporâneos, os procedimentos da pesquisa histórica, as eventuais expectativas do público do *Jornal*.

Já foi comentada neste trabalho a declaração do autor sobre não garantir a exatidão dos textos que mandava para o Instituto direto de Portugal, acreditando ser possível fazer as cópias nos arquivos europeus e a crítica no Brasil. A declaração, contudo, não deve confundir o entendimento acerca da prática de Lisboa em seus estudos históricos. Se sua técnica “pecou” nesse quesito em algum momento, é fato que incluía outro elemento comum aos instrumentos da investigação histórica no século XIX, o uso da citação em notas no próprio texto e ao final dos volumes, extratando a documentação primária anteriormente referida. Citar, indicar as fontes, a bibliografia, escrever notas de rodapé, denotavam que os historiadores modernos deveriam buscar formas de escrita em que os documentos estabeleçam o ponto de partida. A este respeito, analisando juízos e pareceres publicados na revista do IHGB entre 1838 e 1853, Jussara Silva frisou que aspectos formais como as notas de rodapé, a necessidade de citação de documentos ainda não era um critério primeiro de avaliação das obras oferecidas à agremiação, eventualmente a questão se apresentava de modo superficial. A constatação permite ponderar sobre a construção do moderno conceito de história no Brasil imperial, sublinhando que a escrita dessa história ainda esbarrava em limitações. Ao mesmo tempo, os historiadores que “tentavam se inserir nesse regime historiográfico moderno tinham que traçar o seu perfil estabelecendo as regras que regeriam a sua prática enquanto exercício profissional”⁴⁹⁷.

Caso semelhante foi encontrado por Grafton na obra de Ranke, que justificava o uso do recurso porque um jovem autor precisava citar suas fontes, mas limitava o quanto lhe fosse possível, escrevia o texto e depois procurava os livros, extratos, sumários e notas para provar o que sustentou. As notas explicativas surgiam, então, como “mal necessário”⁴⁹⁸. O desinteresse denotava certa aversão ao que se lhe aparentava

⁴⁹⁷ SILVA, Jussara Rodrigues da. **Épocas, notas e citações**: a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na *História Geral do Brasil* (1854-1857; 1877). 167 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013. p. 53-54.

⁴⁹⁸ GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p. 64.

pedantismo. O caso de Ranke talvez forneça pistas para compreender a presença de um problema próximo em outro historiador “insuspeito”: Varnhagen.

Na crítica ao Compêndio de Abreu e Lima, Varnhagen aplaudiu o bom *critério* dos historiadores modernos de citarem à margem, em notas, os fundamentos do seu juízo e discurso, e acusou o autor pernambucano de *plagiário de 2º grau* pelo uso do trabalho de Beauchamp, que já havia copiado Southey. A censura apontava para as diversas possibilidades de escrita da história no Brasil, de modo que Abreu e Lima não aceitou a acusação de plágio, já que havia informado aos seus leitores que seu método foi o da compilação de outros trabalhos, e pouco era de lavra própria, logo no início da obra, assim, considerava sua empreitada legítima. O exame de Varnhagen leva ao entendimento de que a citação não era um problema de sua obra particular, porém, ao anotar a *História geral do Brasil*, Capistrano de Abreu notou, não sem espanto, que um historiador que vasculhou tantos arquivos fosse menos cuidadoso na hora de anotar a sua obra. Também seu biógrafo Clado Lessa destacou a relativamente pouca citação das fontes por Varnhagen, alegando que este realizou a maior parte de suas pesquisas em diferentes países, arquivos e bibliotecas, e guardava os apontamentos para referenciar mais tarde⁴⁹⁹, uma metodologia que deu muito trabalho para quem tentou acompanhar o itinerário do historiador posteriormente. De todo modo, se tomar em perspectiva o estudo de Jussara Silva, os contemporâneos do IHGB não guardavam maior preciosismo.

No moderno regime de historiografia, por assim dizer, os historiadores realizavam as tarefas complementares de escrever e citar, colocando em notas a prova de seu trabalho de pesquisador, em que se evidenciava onde pesquisou, o que, como, o que julgou mais relevante, ordenando o material consultado para alicerçar uma posição do autor. Neste âmbito, era também um exercício de ética historiográfica, em que autor e leitor se relacionavam munidos da garantia de que o que seria lido era produto de uma investigação profissional:

Fez-se, por assim dizer, a primeira resenha geral ou antes o primeiro *enfeixe* proporcionado dos fatos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na História Geral, em lugares convenientes; indicaram-se as fontes mais puras e genuínas; e estes dois serviços (independentes do estilo e da maneira de pensar, que são especiais a cada historiador) ficam feitos.⁵⁰⁰

⁴⁹⁹ LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 224, jul./set. 1954. p. 191-192. Ver: ABREU, João Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaios e Estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

⁵⁰⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO II. Madri: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. VI. Grifo do autor.

Realçando seu trabalho erudito na *História geral*, de compulsar as *fontes mais puras*, o autor indicava as fontes e as provas de suas afirmações, o leitor lia e confiava nas provas ofertadas ao longo ou ao fim do texto. Na mesma linha, funcionava o reconhecimento dos pares que acessassem a obra, formando aquele *ethos* particular descrito por Rodrigo Turin. Saliente-se que Varnhagen fez alterações quanto ao regime de anotação e citação entre as duas primeiras edições da obra.

Ao informar o percurso de pesquisa realizado pelo autor, as notas ainda demonstram a quantidade de documentos consultados e, por conseguinte, os limites de acesso às fontes possíveis, uma reclamação que volta e meia aparecia na escrita de Lisboa quando ainda no Maranhão. Na segunda parte dos *Apontamentos...* e da *Vida do Padre Antônio Vieira*, o trabalho de citação e embasamento das notas do autor se deu de forma mais abundante, até porque ambas foram escritas já com maiores possibilidades de consulta documental. As notas mostravam o trabalho do pesquisador Lisboa, e deveriam conferir credibilidade, autoridade, mediante a colocação do texto integral de documentos após seu texto. Como parte de uma escrita para a ação, figurava também como método de convencimento, um bom exemplo desse tensionamento de forças com outros projetos na operação historiográfica do maranhense se apresentou em uma nota em especial, a *Nota C* de 1858.

3.4 Lisboa leu Varnhagen

Com esta discussão o estudo da história pátria sempre ganhará alguma cousa.
João Francisco Lisboa,
1858

Varnhagen foi um dos grandes interlocutores de Lisboa ainda que por curto tempo. Os registros de que Lisboa leu Varnhagen e vice-versa aparecem em outras correspondências e citações em trabalhos como a *História geral do Brasil* e os *Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão*. Escrevendo ao Imperador D. Pedro II em 24 de setembro de 1856, Varnhagen ponderou sobre sua posição no IHGB:

sei que não falta quem ali responda às minhas finezas com misérias; talvez só porque não adulo servilmente, como outros, certo perigoso brasileirismo caboclo, como lhe chama com tanta razão o Timon, escrito importante que eu antes desconhecia, como desconhecia esse

estimável autor, com quem hoje estou em correspondência e perfeita harmonia, até na maior parte das ideias, em que, sem sabermos um do outro, nos encontramos.⁵⁰¹

O estado de *perfeita harmonia* em que Varnhagen e Lisboa se encontravam neste momento era a percepção que tinham acerca da questão indígena, uma temática extremamente relevante na obra de ambos, revelada pelo segundo em maio do mesmo ano quando afirmou se encontrar com Varnhagen “em diversos outros pontos controversos, como na *apreciação da índole dos indígenas*, verdadeira força da sua população etc. Já agora terei por mim uma autoridade de tanto peso.....”⁵⁰². Como já referido, nos primeiros números dos *Apontamentos...* Lisboa expôs uma narração detratora dos indígenas, utilizando o trabalho como meio de combate contra as ideias defendidas por Gonçalves Dias no prefácio da reedição de 1849 dos “Anais históricos do Estado do Maranhão” de Bernardo Pereira de Berredo. Mas uma mudança ocorreu no intervalo até a retomada da publicação em 1858, e a correspondência com Varnhagen oferece interessantes pistas acerca do que permitiu o ponto de virada nas interpretações daquele autor: a pesquisa nos arquivos portugueses. Assim, a *Nota C: Sobre a escravidão, e a História geral do Brasil pelo Sr. Varnhagen* é prova de que a escritura dos números finais dos *Apontamentos...* se beneficiou do novo material investigado. Colocada ao final do volume, ela tratou de analisar pontos defendidos por Varnhagen, em especial a questão da escravidão indígena. Articulou-se o tratamento da temática indígena como problema historiográfico com um debate travado na arena da crítica histórica.

Em que pese a explicação modesta de que só buscava desfazer confusões de Varnhagen, o que Lisboa fez com a *Nota C* foi se inserir particularmente numa discussão maior que compunha a agenda político-intelectual do Brasil ao longo do século XIX sobre qual era o lugar do indígena na história do Brasil e na escrita da história do Brasil. Na medida em que a ausência de documento escrito dificultava o conhecimento sobre o passado daqueles que aqui estavam à época da chegada dos colonizadores europeus, aclarar a história “obscura” dos indígenas no Brasil foi sendo colocado no terreno dos estudos etnográficos, no que o trabalho do IHGB se destacou. A este respeito, a sentença de Varnhagen no primeiro volume da *História geral* pela qual dos *índios* não havia história, apenas etnografia, parece lapidar. Alocar os nativos na infância da humanidade,

⁵⁰¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 235.

⁵⁰² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 68. Grifo do autor.

num estado de degeneração, concorria para um ordenamento da história do Brasil que os posicionasse num tempo muito distante e à margem da civilização e da construção da nacionalidade, até pela indefinição de suas “origens”, tarefa que o mesmo Varnhagen assumiu e achou ter resolvido com a publicação do livro *A origem turaniana dos americanos tupi-caraíbas e dos antigos egípcios. Indicado pela filologia comparada: traços de uma antiga migração na América, invasão do Brasil pelos tupis etc.*, localizando aqueles na Antiguidade, deslocando da linha temporal que deveria orientar a narração da história da nação. Num quadro ampliado, era também uma questão de Estado que incidia na conformação de um espaço cada vez mais entendido como nacional.

Atravessando a obra de Varnhagen inteira, o tema indígena apareceu em primeiro plano nos *Apontamentos...* de Lisboa, e no caso da *Nota C* é possível acompanhar seu itinerário e a reorientação das interpretações a respeito. Como Lisboa fez essa operação? Ele buscou desmontar algumas ideias de Varnhagen extraindo passagens longas da *História geral* em que falava das relações entre indígenas e europeus no início da colonização, o uso da violência e a posição que os indígenas ocupariam na construção da nacionalidade brasileira. A ênfase maior se deu no tema da escravidão, como na seguinte meditação:

Deveras o Brasil não poderia civilizar-se sem a escravidão dos indígenas, conseguida pela força, e pela guerra? São com efeito vãos e ilusórios, simples fantasia de cabeças ocas, os meios brandos e persuasivos da catequese? Ou por outra, e generalizando estas ideias, a coação e o terror, a escravidão e a guerra, são os grandes e verdadeiros instrumentos de civilização e de propaganda religiosa? Estarão as sociedades humanas condenadas sem regresso à dura alternativa de perecerem ou barbarizarem-se, a não se dividirem por precaução em classes de opressores e oprimidos, de senhores e de escravos, sempre que os elementos de que se compuserem, em relação à inteligência e à polícia social, tocarem os dois extremos opostos? Que valor finalmente têm os exemplos antigos e modernos, e as diversas autoridades que o autor invoca em abono da sua opinião?⁵⁰³

Lisboa não era ele mesmo um grande entusiasta da catequese como método de civilização, até pela péssima visão que tinha dos jesuítas, mas a cruzada empreendida aqui era contra a proposta de Varnhagen da civilização indígena por tutela. A ideia apareceu pela primeira vez no *Memorial orgânico* e foi reiterada na *História geral*, tendo os

⁵⁰³ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. III. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 483-484. Sobre a temática indígena e o discurso etnográfico no IHGB, ver: KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil**. A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860). 295f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005; TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

principais pontos sobre a questão indígena em geral explicados num texto introdutório do Tomo II desta última intitulado *Discurso Preliminar: os índios perante a nacionalidade brasileira* (1857). Também chamada *protetorado* ou *avassalagem*, a proposição consistia em *declarar guerra* aos que não se submetiam retomando uma espécie do sistema de bandeiras, que cobriram o Brasil no século anterior, chefiadas por particulares, garantindo não só a captura dos mais resistentes, como o ganho de território ocupados por estes. Em Varnhagen, a questão indígena era igualmente uma questão de terras conquistadas à *barbárie*. O *protetorado* funcionaria assim:

para conservar os terrenos assim conquistados à barbárie, é necessário fazer prisioneiro seus habitantes, e como o governo não poderia encarregar-se de sua educação e manutenção, eis chegada a ocasião de recompensar os serviços dos chefes das bandeiras (e estes as dos seus sócios), concedendo-lhes a tutoria e protetorado, por 15 anos, sobre seus prisioneiros, obrigando-se a tratá-los bem, a doutriná-los na nossa religião etc. etc., com a condição que estes em retribuição os sirvam durante esses quinze anos, devendo para tudo ser legítimo lavar-se auto perante a municipalidade, ou a competente autoridade departamental. E como também poderia suceder que o chefe de bandeira ou seus sócios não pudessem manter tantos, deve, para bem dos mesmos índios, tal direito ser alienável; permitindo a lei passá-los por contratos a outros protetores, lavrando-se também disso escritura etc.⁵⁰⁴

Lisboa não conheceu o *Memorial orgânico*, mas o excerto acima é exemplar para discutir a crítica presente na *Nota C*, posto que Varnhagen reforçou a ideia no texto que aquele realmente teve acesso, logo, os principais pontos da censura estão diretamente ligados ao que foi aí explicado. Os mais prementes a que Lisboa se dedicou, e destaque aqui, foram se a escravidão/violência era meio de civilizar e se podia ser aplicada e/ou equiparada com demais penalidades previstas no Código Penal, e quais fontes e autoridades corroboravam a interpretação que justificava as ideias de Varnhagen.

A longa apreciação crítica que fez do primeiro ponto se orientou em duas direções: a ineficiência do uso da violência, da guerra, para resgatar os indígenas da *selvageria*, e o ocaso desse tipo de defesa àquela época. Acreditando na incompatibilidade entre o modo de vida das populações indígenas e a civilização tal como prevista nos parâmetros europeus – dos quais compartilhava – Lisboa ainda fez um aparente recuo, mas ao fim estabeleceu a diferença fundamental com Varnhagen:

É passível que o recurso à escravidão, em um ou outro lance da longa vida da humanidade, fosse fatalmente imposto a um povo dado, como único meio de salvação, como quando por exemplo, para pôr termo às

⁵⁰⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Madri: Imp. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849. p. 34.

agressões reiteradas de um povo selvagem, outro mais adiantado na polícia social se vê estreitado a destruí-lo, ou a manietá-lo. De emergências desta natureza pode sem dúvida resultar a civilização do povo mais bárbaro que foi por necessidade submetido; mas só como resultado secundário, e não principalmente procurado; porquanto a guerra empreendida e a submissão efetuada, o foram tão somente no interesse da salvação ou repouso do povo vencedor, e não da civilização do vencido.⁵⁰⁵

A real distinção entre as visões dos dois autores foi caracterizada acima: o recurso à escravidão só poderia ser compreendido como viável enquanto meio secundário, não a prática oficial e até animada pelo governo, como Lisboa enxergou a ideia da tutela. Outro braço da crítica incidiu sobre como essa tutela se processaria, porque se Varnhagen parecia confiar que os chefes das expedições cumpririam o contrato tal como lavrado, Lisboa duvidava que estes não explorassem o trabalho dos tutelados, de modo que o protetorado nada mais seria que uma escravidão disfarçada. De fato, é interessante que se questione: quem os fiscalizaria durante os quinze anos que durasse o contrato? E se os tutelados mudassem de *protetores*, quem garantiria o cumprimento desse contrato? Para essas perguntas Varnhagen não havia especulado respostas em seu trabalho, como se vislumbrasse certo abuso como efeito colateral de uma medida que traria ganhos maiores em sua opinião, traços que apareceram ao longo de toda a parte significativa de sua obra dedicada a temática indígena. Civilizar significava a transformação do *bugre* em cidadão útil para o engrandecimento da nação, um trabalhador, além de “recuperar” terrenos ocupados por quem ele considerava os últimos invasores do território, e não donos legítimos da terra em que viviam.

Para Lisboa, a escravidão era condenável, ineficaz – se observado experiências no curso do tempo – e uma ideia já ultrapassada que condenava a própria civilização. Neste momento, demonstrou uma consciência social importante ao sublinhar que, se a vitória nem sempre expressava a justiça, quando se tratava das raças negra e indígena havia uma desproporção na balança num eventual julgamento. Postos frente a frente no tribunal, não se esperava equidade ou misericórdia num embate entre senhor e escravo, por isso, num estado de escravidão civil ou doméstica não cabia equivalência com penalidades como a prisão ou o trabalho nas galés, por exemplo. No caso do Brasil, um país de independência recente, o quadro era mais grave e contaminado pela curta, porém já corrompida, vivência. Até questionava a validade da narrativa de Varnhagen com um leve acento de

⁵⁰⁵ LISBOA, João Francisco. Op. cit. p. 484.

ironia: a propagação atual de tal doutrina em um *livro sério* de história tinha um sabor de *novidade e singularidade!*

A base da censura operada por Lisboa era, como ele fez questão de afirmar, a documentação, principalmente a correspondência entre os governos da metrópole e da colônia, cartas régias, ofícios, legislação em geral, material em parte inédito ou pouco conhecido que consultou, sobretudo, no Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa se colocou diante do leitor como intermediário entre ele e esta documentação, por vezes se reportando a ela como se tentasse fazer vê-la por quem o leria, um efeito de presentificação do documento, como em: “*Temos entre nós, e nesta mesma matéria, o exemplo decisivo das leis protetoras de 1688 promulgadas e abrogadas em menos de um ano, pela incompatibilidade da sua existência simultânea com a instituição que eram destinadas a modificar*”⁵⁰⁶. Ofertar a letra do manuscrito e dizer que o tinha em mãos reforçava o efeito de verdade que queria imprimir na narração, isto é, chamava para si uma autoridade baseada em sua responsabilidade histórica⁵⁰⁷. Outro caminho foi o das crônicas dos séculos XVI e XVII como os escritos de Guedes Aranha, Teixeira de Moraes, padre Bettendorf, e mesmo autores por quem não nutria maiores simpatias, mas que foram testemunhas, contemporâneos aos fatos que investigava como Berredo e o padre Antônio Vieira. Todos eram concordes que houve uma destruição da população indígena, pondo em xeque a tese de Varnhagen de que as guerras entre si eram suficientes para levar esses povos à autodestruição, isentando os colonizadores da maior responsabilidade nessa situação. Cruzando e comparando materiais e pontos de vista diversos, concluiu por julgar inevitável a condenação da violência praticada pelos colonizadores contra os nativos.

No campo da escrita histórica de Varnhagen, Lisboa chamou a atenção para outros elementos que considerou problemáticos. Varnhagen teria firmeza de convicções, mas volta e meia uma frase lhe delatava a dúvida, tendia a fugir das discussões em nome de fixar seus princípios, e mais grave, parecia padecer dos males da parcialidade e adulação, o que em tudo lhe caía como um demérito diante da trinca dorsal do ofício do historiador: ser sempre verídico, imparcial e severo. Também aquele a quem chamou pouco antes de atual *pai da nossa história* tinha vícios oriundos da opinião, da posição que ocupava, das

⁵⁰⁶ Ibid. p. 507. Grifo meu.

⁵⁰⁷ SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história**: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. p. 53.

seduções da fortuna... Todavia, encaminhando-se para o final do texto, Lisboa se concentrou em dosar o julgamento que vinha processando por dezenas de páginas para pagar um tributo de admiração à obra do historiador paulista, apressando-se em frisar que tudo ali colocado concorria para melhor discutir aspectos relevantes da história pátria, e jamais intencionou ofender ou rebaixar o colega de Instituto que se mostrou *ilustrado*, *justo* e *aproximou-se* muito da verdade. Os elogios presentes nesta parte seguiram os apresentados nas cartas enviadas entre 1856 e 1858:

Na *História Geral do Brasil* renovaram-se e purificaram-se as fontes, e dilataram-se os horizontes. Plano vasto e bem disposto; feliz distribuição das matérias; investigação imensa, laboriosa, e conscienciosa, tudo isto está muito acima da simples resenha e indicação.

Poder-se-á criticar este trabalho, discrepar aqui e acolá dos juízos e apreciações que ele contém, desejá-lo retocado e ampliado n'um ou n'outro ponto, expurgado finalmente d'umas tantas imperfeições ou incorreções de forma, porventura impossíveis de evitar neste primeiro molde, e no meio da tarefa afanosa e insana da coleção e escolha dos materiais.

Mas empreender outro igual, completamente renovado, e sobretudo leva-lo ao cabo, é o que provavelmente se não há de ver outra vez em nossos dias [...].⁵⁰⁸

Lisboa dá margem para se pensar que o tom combativo que caracterizava o *Jornal* não se descolava de matéria nenhuma que estivesse na ordem de discussão, e que algumas questões a que se propôs analisar tinham como maior motivação levantar polêmica – igual fizera com Gonçalves Dias – ainda mais se tiver em consideração que ele mesmo defendeu ideias análogas até pouco tempo antes, fundamentado numa leitura praticamente acrítica de cronistas do período colonial, e só então tivesse chegado a um melhor exercício da crítica documental.

Na resposta de Varnhagen em *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”*; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “*Diatribes contra a timonice*” – que veio tarde para receber a tréplica, pois, publicada só em 1867, Lisboa já havia falecido desde 1863 – Varnhagen explorou um pretendido deslize de Lisboa para inverter a acusação e provar que era seu censor quem realmente vacilava em suas posições, contradizendo-se rapidamente no próprio texto. O trecho da *Nota C* foi este:

A guerra em uma palavra (digamo-lo para concluir, e falando sempre da agressiva e voluntária) pode ser um acidente feliz, e pela sua própria excitação desenvolver momentaneamente a atividade de alguns ramos de indústria; mas no geral dos casos, e no mais do tempo, é a iniquidade,

⁵⁰⁸ Ibid. p. 515. Grifo do autor.

a paralisia e a destruição. Eis a verdadeira imagem da guerra! Depois da excitação febril, a prostração e a morte. E eis porque, ajudando ela, o espetáculo da história é tão constantemente melancólico e aflitivo.⁵⁰⁹

A defesa de Varnhagen passou por um método parecido ao implementado pelo seu censor, extraindo passagens do texto e comparando-as na procura de alguma incorreção, ou mesmo de distorções de falas, aliás, este foi o principal argumento do futuro Visconde de Porto Seguro, o de que Lisboa distorceu trechos da *História geral* para fundamentar sua crítica, generalizando uma ideia, trocando verbos, suprimindo pedaços do texto para adequar melhor o que queria explicar. Uma passagem da obra de 1854 usada como epígrafe para estampar a entrada do folheto “Diatribes contra a timonice” (publicado em 1859 pelo cunhado de Varnhagen Frederico Augusto Pereira de Moraes, e anexado por Varnhagen em 1867) bem que denunciava o tom da réplica: “O hábito de esquadrihar o lado desfavorável dos fatos, para depois contar como verdade o que se maliciou, é repreensível tendência de ânimo, que em vez de artifício inculca existência de peçonha”⁵¹⁰. Não seria Lisboa o real autor da contradição ao fazer um libelo contra a guerra e por fim afirmar que havia casos em que esta poderia ser um *acidente feliz*? A pergunta ficou sem resposta.

O que ficou em aberto também foi uma segunda avaliação de Lisboa sobre o trabalho de Varnhagen: esbarrou numa acusação de plágio:

Mas entretanto que esta mudança se operava no nosso espírito, o ilustre historiador do Brasil, que já no primeiro volume da *História Geral*, publicado em 1855, abundara em algumas das nossas ideias, e fora até muito além d’elas, agora no segundo, reproduzindo-as, e desenvolvendo-as.⁵¹¹

Em outras palavras, Lisboa creditou o juízo (*exagerado*) de Varnhagen sobre os indígenas no primeiro Tomo da *História geral* ao seu trabalho nos números iniciais dos *Apontamentos...*, o que talvez se justifique pelo seu desconhecimento de textos anteriores de Varnhagen em que tais ideias já apareceram, até pela falta de citação. Exatamente este foi o argumento central da réplica do censurado: não houve nenhuma cópia em 1855,

⁵⁰⁹ Ibid. p. 491.

⁵¹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 177. Sobre “Diatribes contra a timonice do Jornal de Timon Maranhense acerca da História Geral do Brasil do Sr. Varnhagen” (1859), assinado por Erasmo – que seria o cunhado de Varnhagen Frederico Augusto Pereira de Moraes – ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. O folheto veio como o anexo *Nota Z*. Ver também: SÁ, Ana Priscila de Sousa. Entre catilinárias e os índios bravos: um debate historiográfico. **Outros Tempos**, São Luís, v. 18, p. 38-58, 2021.

⁵¹¹ LISBOA, João Francisco. Op. cit. p. 465. Grifo do autor.

porque as ideias já haviam sido publicamente defendidas em 1849 no *Memorial*, além de que em nenhum momento das cartas Lisboa se pronunciou sobre tal imitação, pelo contrário, disse se encontrar com Varnhagen em pontos controversos como a *índole dos indígenas*. Daí em diante, Varnhagen concentrou na inversão de outro quesito levantado por Lisboa, o da escrita, acusando este de pouca originalidade até na escolha do pseudônimo, Tímon, já usado pelo Visconde de Cormenin, e que podia se considerar um ataque à propriedade literária. A tônica seguiu entre mágoas por ingratidão – *Flagrante injustiça* – e desmantelamento das *catilinárias* do maranhense segundo o método já mencionado de comparação das passagens da *História geral* analisadas na *Nota C*, segundo Varnhagen, uma *transcrição falseada* de quem deveria ter *estudado com mais atenção*.

Uma das possibilidades de abordar a “polêmica que não houve”⁵¹² é situá-la no plano do debate sobre as diversas formas de se escrever história no Brasil oitocentista, e um comentário de Varnhagen n’*Os índios bravos e o Sr. Lisboa...* – já citado no início desta Tese – ajuda a entender: *essa resenha por certo de mais generalidade que a mesma História, que o censor quis diminuir em favor do que ele inculca por Monografia do Maranhão, o prestígio das Histórias Gerais*. Ao questionar o modelo de escrita e chamá-lo de *resenha* Varnhagen posicionava o trabalho do historiador Lisboa abaixo do que ele mesmo havia realizado. Isso não significa que fosse contra as monografias, mas as enxergava como partes que um dia deveriam constituir um todo organizado aos moldes de uma história geral, esta sim uma necessidade premente no contexto brasileiro à época. Certos procedimentos que Lisboa o confidenciou na correspondência o inclinavam a julgar a obra deste deficitária em método e julgamento crítico das fontes, como na carta de 18 de outubro de 1856, em que Lisboa referiu que seus “estudos sobre a história do Brasil, eram feitos em uma semana, para escrever na outra. Daí é natural que quanto publiquei se ressinta da precipitação com que estudei e escrevi”⁵¹³. Concluía, por fim, que Lisboa não tinha *ideia alguma* das fontes da história do Brasil dado seus constantes pedidos de orientação para se guiar na missão que liderava.

⁵¹² SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma**: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008. p. 187.

⁵¹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 76.

Colocando a escravidão indígena como um problema historiográfico, a *Nota C e Os índios bravos e o Sr. Lisboa...* levaram a discussão para o terreno da crítica a partir de um trabalho erudito, no sentido que tinha no Brasil de meados do século XIX, ou seja, o estudo direto nas fontes, domínio da documentação original e inédita, de preferência, estabelecimento rigoroso dos fatos de acordo com os documentos, que ainda ocupava um lugar importante na prática dos historiadores, acompanhando todo o trabalho de pesquisa, da consulta ao documento até a escritura do texto, combinando narrativa com momentos de resolução de dúvidas. Sempre o documento para dirimir pontos confusos da história, comparar autores. Ao citar partes da obra de Varnhagen para refutar as ideias ali expostas, Lisboa criava um espaço para que os leitores assinantes do seu periódico acessassem o texto ora analisado, comparando o texto de Varnhagen com a leitura que ofertava. Por seu turno, para se defender, Varnhagen lançou mão de expediente semelhante, além de anexar as cartas que recebeu do censor em que ficava evidente a falta de desarmonia entre os dois até pouco antes da publicação do volume final dos *Apontamentos...* Examinar obras como estas ajuda a compreender as condições a partir das quais o conhecimento histórico foi sendo produzido no Brasil num momento de crescente desenvolvimento e organização da pesquisa histórica, que não deixava de estar ligada ao projeto de construção nacional também por meio da escrita histórica, postura muito presente em Varnhagen, e que não se pode dizer que Lisboa fosse alheio apenas por dizer que seu objetivo era fazer um trabalho modesto sobre o *canto obscuro* do mundo em que nasceu. Ambos estavam pensando o Brasil por meio da escrita histórica via concepções de história e programas diferentes, mas que se encontravam ao final por uma afirmação do compromisso com a verdade dos fatos narrados.

Capistrano de Abreu sustentou que Varnhagen “não colocou o debate no terreno abstrato e absoluto da justiça, porém no da conveniência e da utilidade”⁵¹⁴, o que de fato se observou na própria fala de Varnhagen ao conceber que os *meios brandos* significariam despesas inúteis para o Estado, e o retorno poderia ser uma *frechada* dada em qualquer agente seu que caminhasse pelas picadas do interior do país. A conveniência e a utilidade caracterizavam a concepção de história de Varnhagen, que postulou em seu *Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil* ser a história nacional a imagem da *verdade histórica* que interessava e convinha à nação. Em Lisboa o caráter utilitário do conhecimento histórico perpassava sua visão moralista da história, e a questão indígena

⁵¹⁴ ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaios e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 137.

também partia dessa ótica, como anotado por Janotti. Admitir a escravidão no presente significaria sinal aberto para que a prática se repetisse no futuro, e talvez se voltasse até contra quem a efetuasse naquele momento. Este fator era mais um agravante para condenar a clientela, não era uma alternativa a ser considerada seriamente. Na *Nota C*, deu o parecer:

É sobretudo pelo seu culto que a história se chamou mestra da vida. Bem que, contra um axioma mais pretencioso que verdadeiro, as diversas fases da existência do gênero humano se reproduzam a espaços, geradas e reconduzidas constantemente pelas mesmas paixões, as circunstâncias, todavia variam e se disfarçam por tal modo sob os acidentes externos dos fatos, que escapam de ordinário à observação mais perspicaz, e tornam a lição erudita do passado inteiramente inútil como precaução para o presente e para o futuro. O ensino da história resulta portanto, mas é da infusão dos sentimentos de justiça e de moral, da aprovação e louvor constante do bem, e da condenação inexorável do mal. Radicando-se profundamente nos ânimos, e perpetuando-se de uma à outra geração, estas noções servem a prevenir, e tornam difícil, senão impossível, o regresso aos erros e crimes do passado.⁵¹⁵

Aí estava a missão *augusta e sacrossanta* da história, ponderação semelhante a que fizera Varnhagen, para quem a história deveria ministrar exemplos de patriotismo e de governo, bem “como apontar e censurar os erros e faltas cometidas no passado, a fim de poupar gerações futuras o cair nos que já custaram tristes experiências a outros”⁵¹⁶. Creditando ao conhecimento histórico a capacidade de evitar a repetição dos erros pretéritos, Lisboa novamente evidenciava sua orientação pragmática para uma sociedade que precisava ser emendada. Nesse sentido, classificar o *axioma mestra da vida* como mais *pretencioso* que *verdadeiro* apontava para a compreensão da singularidade do processo histórico, e da complexidade de usos e significados que uma história magisterial já possuía no Brasil de meados do Oitocentos, para além dos esquemas de repetição/imitação que por séculos caracterizou esta noção, o que ficou patente ao fazer uso de procedimentos de crítica documental atinentes a um regime moderno de escrita histórica.

⁵¹⁵ LISBOA, João Francisco. Op. cit. p. 510-511.

⁵¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 191.

Considerações finais

*Não me apraz caminhar em
circunferência e voltar sempre ao
ponto de partida; suporto a espiral,
mas prefiro ainda a linha reta.
Carta de João Lúcio de Azevedo a
Capistrano de Abreu, 1925*

Escrever história exige qualidades especiais em cada século, afirmou Capistrano de Abreu⁵¹⁷, e Varnhagen e Lisboa atenderam a contento essas qualidades. Seguindo preceitos da escrita histórica no Oitocentos, ambos concorreram para a elaboração de modelos distintos de se fazer história, no caso de Lisboa, disse – citando Gustavo Planche – sobre seu trabalho que:

“... O problema que se deve resolver na composição das monografias é conciliar a exatidão, o número, e a variedade dos pormenores com o respeito do senso moral... *Os novos documentos renovam às vezes a fisionomia de um século*”.

Talvez o presente opúsculo sirva a provar a verdade desta última asserção [...]. Estudando o seu passado, aprendemos a conformar-nos com o presente, e a esperar melhor do futuro. Basta que, pela comparação de umas e outras misérias, suceda o mesmo ao público para quem escrevemos, e que é sobretudo o público maranhense, para que o nosso trabalho tenha produzido o maior resultado que dele nos podíamos prometer.⁵¹⁸

Lisboa reconhecia na documentação a capacidade de rever fatos anteriormente definidos, renovando a feição que um tempo havia ganho por outras interpretações. À luz de material novo também a história florescia e dava ao historiador a oportunidade de (re)vesti-la num traje atualizado com seu próprio tempo. Esta concepção se coadunava com sua ideia do conhecimento histórico envernizado com princípios morais, uma ação moralizadora que se estendia pela seara da política, onde atuou por muitos anos. Como partícipe do esforço pela narração sobre o Maranhão que, diferente de *canto obscuro*, foi a oitava província mais referenciada na Revista do IHGB entre 1839 e 1889, 26 aparições⁵¹⁹ – o que destaca um papel do IHGB na construção histórica do Maranhão – Lisboa deu sua contribuição para aquela província que pode ser encarada como problema

⁵¹⁷ ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 201.

⁵¹⁸ LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. III. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 14. Grifo do autor.

⁵¹⁹ BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense**: a Província de São Pedro como um problema político-histórico no Brasil Imperial. 315f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. p. 33.

político-historiográfico no Império, vide os episódios da adesão à Independência e a Balaiada. A despeito da humildade do objetivo que dizia desejar atingir, não estava tão despreocupado, como se viu na escolha de estudar o caso Beckman, capítulo da história colonial que pouco havia sido tratado até ali.

A premência e a presença do documento assegurava ao leitor uma transcrição fiel, comprovando a existência, autenticidade e veracidade das afirmações feitas sobre o conteúdo daquele. Nesse sentido, o historiador não era testemunha do que relatava, e sim da existência e das informações registradas no documento, e a autoridade vinha de sua responsabilidade em se colocar como fonte de credibilidade, mesmo procedimento acolhido pelo contemporâneo Alencar Araripe: “Parece-nos pois conveniente deixar ao leitor o direito de comentar por si os fatos e apreciar os caracteres em face dos próprios documentos, assim o leitor se identificará mais intimamente com o narrador corroborando acizados alvitres”, daí ter resolvido transcrever todos os documentos “que julgamos importantes e capazes de suscitar apreciações. Alguém julgará talvez errôneo este método. Os historiadores modernos porém vão dando o exemplo. E este exemplo é bom”⁵²⁰. Como um pragmático, na análise do período colonial e na questão indígena em particular se empenhou em construir, por meio da crítica, elementos para pensar a nacionalidade brasileira. O fato de ter modificado visões com o passar dos anos e o conhecimento de material novo contribuíram para refinar a consciência do historiador Lisboa quanto ao reconhecimento de que o fato histórico pode ser revisitado e reinterpretado em tempos diferentes, e com isso permite acessar matizes da historiografia brasileira oitocentista em suas contradições, indefinições, deslocamentos.

A operação historiográfica de Lisboa concorria para a construção de uma narrativa sobre o Maranhão num momento em que outros autores em outras províncias também acorriam para integrar a história de seus lugares de nascimento à história do Brasil. A contribuição que informava trazer era justamente a documentação e certa roupagem nova para temas já conhecidos ou ainda a serem descobertos devidamente. Este compromisso com o assinante do *Jornal de Tímon* apontava para a relação entre a operação do autor e seu estilo de escrita, situando-o num lugar definido, o Maranhão, orientando a prática de seu ofício. Segundo Silva, o *Jornal* e Lisboa são “exemplos dos entraves a que estavam sujeitos os indivíduos que quisessem escrever história longe dos espaços do IHGB, com o seu movimento de centralização dos documentos referentes à história e geografia

⁵²⁰ ARARIPE, Tristão de Alencar. Prefácio. In: _____. **História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1867. p. XI-XII.

nacionais”⁵²¹, de fato, a reclamação pela ausência de material na província foi constante no autor, todavia, este limitador não foi capaz de impedir as condições que possibilitaram esta escrita – como não o foi no caso de Araripe e demais citados nesta Tese. Até por isso mesmo, o *Jornal* e Lisboa são também exemplos de iniciativas diversas da produção histórica brasileira no Império.

Ligado desde cedo ao Instituto, Varnhagen deu uma história para construir uma ideia de nação, com estilo de um erudito e problemática de um historiador atualizado com as questões de seu tempo, forjada ao longo de décadas dedicadas ao *estudo* e à *investigação da verdade*, como afirmou na correspondência. Uma história capaz de abarcar a “totalidade” Brasil e que Varnhagen acreditava ter conseguido com a publicação de sua *História geral do Brasil*, daí ter sintetizado muito dessa trajetória no *Prólogo* da reedição de 1877:

Sirvam estas ligeiras considerações para indicar o espírito de tolerância que reinará nesta obra, que, como acariciada por nós em toda a vida, aspira, pela sua própria imparcialidade, a passar à posteridade, tanto no Brasil, como fora dele. Convencidos igualmente de que a verdade é a alma da história, que só ela pode oferecer harmonia eterna entre os fatos narrados, que o verdadeiro critério da verdade histórica não se pode aquilatar senão pela concordância nos incidentes, não nos poupamos a nenhuns esforços, a fim de remontar às fontes mais puras. Não julgando suficiente o que rezam as velhas crônicas, rebuscamos antigos documentos nos arquivos, não só do Brasil, como de Portugal, da Espanha, da Holanda e da Itália; percorremos pessoalmente todo o nosso litoral; visitamos os Estados Unidos, várias Antilhas e todas as repúblicas limítrofes; — tudo, há mais de trinta anos, graças especialmente às facilidades que nos foram proporcionadas pelo próprio governo imperial, em serviço do estado; e antes, por acidentes, nem que providenciais, danossa vida, que nos haviam conduzido a cursar os estudos em Portugal, e a nos familiarizarmos aí com a sua paleografia e os seus arquivos e depósitos de documentos manuscritos, que continham a maior parte dos elementos que deviam vir a servir para reconstruir a história pátria. A existência desses ricos tesouros foi por nós já em parte manifestada ao público em 1839, nos escritos que publicamos acerca de Pero Lopes e Gabriel Soares. E o cabal conhecimento que deles havíamos adquirido continuou sempre, ainda particularmente, à disposição de todos os ilustres patrícios que, para seus estudos particulares ou em desempenho de comissões do governo, desde logo, ou depois de alguns desenganos e estéreis buscas, se resolviam a recorrer “a quem sabia e queria auxiliá-los”, a fim de poderem encontrar e fazer copiar, grande número de documentos inéditos, dos quais muitos têm sido já dados à luz.⁵²²

⁵²¹ SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história**: a historiografia de Francisco Lisboa no *Jornal de Timon*. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. p. 173.

⁵²² VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. p. IX-XI. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa**,

Varnhagen não se cansou de repetir suas obrigações com a verdade dos fatos, a autenticidade dos documentos, seu benfeitor e com o Brasil. A lembrança das *facilidades* via serviço do Estado (apoio financeiro) selava o pacto entre a *História geral*-história nacional e o poder monárquico na pessoa do Imperador D. Pedro II, consignado mais ainda na dedicatória da obra. Assim, delineou o perfil de historiador comprometido com a construção historiográfica da nação brasileira. Como afirmou Oliveira Lima, Varnhagen tinha ideias práticas⁵²³, e essas ideias se articulavam com um esforço de uniformização do presente a partir do passado, colocando o elemento europeu como figura de proa da nacionalidade. A aceitação do projeto varnhageniano não foi consensual no interior do IHGB, e hoje o seria muito menos pelo conjunto de ideias que representava, porém, a “massa ciclópica de materiais” segue imponente. Recentemente, por exemplo, Varnhagen recebeu o título de Patrono da Historiografia Brasileira, sancionado pelo Congresso Nacional⁵²⁴. Afeito aos elogios e honrarias, o *Visconde de Porto Seguro* bem acolheria mais uma.

A menção aos *ilustres patrícios* no *Prólogo* de 1877 era uma alfinetada direta em João Francisco Lisboa, que em carta de 30 de novembro de 1866 pediu sua ajuda para encontrar manuscritos sobre o Brasil declarando que recorria *a quem sabia e queria auxiliá-los*. Nesse sentido, mais que a indignação de Varnhagen, o episódio evidenciado na *Nota C* revelava as disputas pelas formas de escrita histórica no Oitocentos, que não se limitam às abordadas nesta Tese, mas apresentavam muitas variações, configurações, (des)continuidades, formando um enorme conjunto documental que as pesquisas atuais em historiografia buscam analisar em sua complexidade e multiplicidade. Inserida num momento em que estava em curso a produção de narrativas de afirmação nacional – mais ou menos ligadas ao IHGB – e mesmo o debate político exigia algum conhecimento do processo histórico para a precisa defesa das agendas em pauta no Segundo Reinado, a historiografia de Varnhagen e Lisboa colocava em perspectiva uma concepção de história

Timon 3º. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 87.

⁵²³ LIMA, Manuel de Oliveira. **Elogio a Varnhagen.** Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 9 jul. 2017. s/p.

⁵²⁴ PL 1058/2024, iniciativa: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). O documento diz: “Declara Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, Patrono da Historiografia Brasileira. O **Congresso Nacional** decreta: **Art. 1º** É declarado Patrono da Historiografia Brasileira Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro. **Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Senado Federal, em 10 de junho de 2024. Senador Rodrigo Pacheco Presidente do Senado Federal”. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9631629&disposition=inline>. Acesso em: 01 set. 2024.

como prática necessária e útil ao bom governo e à sociedade. Momentos como a correspondência e a querela agitavam a discussão sobre o lugar do historiador, suas funções e seus limites como agente da escrita histórica, donde o elogio da imparcialidade aparecia como elemento de sua autonomia. As polêmicas davam um retrato importante da orientação da moderna historiografia e, mediante o uso de argumentos historiográficos, Varnhagen e Lisboa se envolveram em muitas ao longo da vida como os já tratados embates Varnhagen-Abreu e Lima e a Nota C de 1858.

No crescente interesse por história que os anos que se seguiram à Independência foram experimentando, escrever a nação e a província se tornaram quase imperativos e a figura do leitor se revelava peça central do julgamento no “tribunal” das versões da história (re)visitada pelos historiadores em várias partes do Império, não por acaso era ao assinante do Jornal que Lisboa se reportava justificando escolhas e modos de narrar. Também era àquele que Varnhagen garantia o *espírito de tolerância* que reinaria na *História geral do Brasil*, demonstrando sua autonomia intelectual frente ao público, ainda que um tanto restrito aos colegas do Instituto e amigos, além do próprio Imperador, logo, muito ligado ao establishment do mundo das letras no Brasil. Escrevendo a *História geral*, Varnhagen deu um relato fundador para um Brasil-nação, no *Jornal de Tímon*, Lisboa partiu de seu lugar imediato inserindo-o como parte que compartilhava os problemas do todo. Desde seus lugares, formas da escrita e objetivos na prática historiográfica, ambos projetavam um futuro & faziam história.

Referências

Fontes e Bibliografia

a) Obras de Francisco Adolfo de Varnhagen

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Bibliografia. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, n. 217, jun. 1841.

_____. A picada do mato virgem: fragmento d'uma viagem ao sertão. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 5, p. 221-223, jul. 1841.

_____. Bibliografia portuguesa. Crônica do descobrimento e conquista de Guiné. **Revista Universal Lisbonense, Jornal dos interesses físicos, morais e literários por uma sociedade estudiosa**, Lisboa, n. 2, out. 1841.

_____. Primeiro Juízo: submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu Sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do “Compêndio da História do Brasil” pelo Sr. José Ignácio de Abreu Lima. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, 1844.

_____. O Caramuru perante a história. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO X, p. 129-152, abr./jun. 1848.

_____. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Madri: Imp. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849.

_____. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil. In: _____. **Florilégio da poesia brasileira**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

_____. Prólogo. In: _____. **Florilégio da poesia brasileira**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

_____. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

_____. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854.

_____. **História geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatrise contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

_____. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871.

_____, VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877.

_____. História da Independência. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO LXXIX, p. 25-501, 1916.

_____. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). 195f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

_____. Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. Da administração pública. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

b) Obras de João Francisco Lisboa

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864.

_____. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

_____. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. III. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

_____. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

_____. **Crônica maranhense**. 2ª parte. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

c) Outras fontes

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XX, jan./mar. 1857.

_____. Anais da Província de Goiás. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XXVII, jul./set. 1864.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Prefácio. In: _____. **História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1867.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Discurso Preliminar. In: _____. **Compêndio das eras da Província do Pará**. Pará: Tipografia de Santos e Santos menor, 1838.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839.

_____. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo I, p. 109-110, 1839.

COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. Advertência. In: _____. **Memória histórica da Província de Santa Catarina**. Santa Catarina: Tip. Desterrense de J. J. Lopes, 1856.

IHGB. Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo I, p. 18-20, jan./mar. 1839.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XXVI, 1863.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845.

NOBRE, Manoel Ferreira. Ao público. In: _____. **Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.

Bibliografia

ABRANTES, Elisabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. Dos independentistas aos balaios: a participação popular nas lutas políticas no Maranhão imperial (1823-1841). **Revista TEL**, Irati, v. 12, n.1, p. 122-136, jan./jun. 2021.

ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaios e Estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

_____. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaios e Estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

ACADEMIA MARANHENSE. **A estátua de João Lisboa**. São Luís: Tipografia Teixeira, 1918.

ALAMÁN, Lucas. Prologo. In: _____. **Historia de Mexico**. Tomo I. México: Imprenta de Victoriano Agüeros y Comp. Editores, 1883. p. 41-43.

ALONSO, Angela. Apropriações de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALVA, Joseph Dager. El debate en torno al método historiográfico en el Chile del siglo XIX. **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, v. 28, p. 97-138, 2002.

AMADO, Janaína. Diogo Álvares, o Caramuru, e a fundação mítica do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 1-53, 2000.

ARANA, Diego Barros. Prólogo. In: _____. **Historia jeneral de Chile**. Tomo Primero. Santiago: Rafael Jover Editor, 1884.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

_____. História dos conceitos: problemas e desafios para uma leitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.7, mai. 2008.

_____. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). **SÆculum** – Revista de História, João Pessoa, n. 20, jan./jun. 2009.

_____. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 85-98, jan./jun. 2009.

_____. Sobre a permanência da expressão *história magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de. **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 12, ago. 2013.

_____. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, mai./ago. 2015.

_____. CEZAR, Temístocles. The forms of history in the nineteenth century: the regimes of autonomy in Brazilian historiography. **Historein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018.

ASSIS, Arthur Alfaix. Alexandre Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 289-329, jan./abr., 2020.

BARBOSA, João Alexandre. **João Francisco Lisboa**: trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.

_____. Escala: um conceito primordial para a geografia, história e demais ciências humanas. **Hist. R.**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 93-115, jan./abril 2020.

BATALHONE JR., Vitor Claret. **O Brasil de Lisboa**. Anais do X Encontro Estadual de História, Santa Maria, 2003.

BELLO, Andrés. **Modo de escribir la historia**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6284204/mod_resource/content/1/Bello%20Modo%20de%20escribir%20a%20historia.pdf. Acesso em: 25/05/2022.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense**: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial. 315f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. v. 2. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

BUENO, José Antônio Pimenta. Da nação brasileira, seu território e religião. In: _____. **Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve E C., 1857.

CÂNDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanistas FFLCH/USP, 2002.

CARDOSO, Eduardo Wright. **A cor local e a escrita da história no século XIX**: o uso da *retórica pictórica* na historiografia nacional. 187f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Lisboa e Timon: o drama dos liberais do Império. In: LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon**: partidos e eleições no Maranhão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico**: 1863-1867. v. 1. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **MÉTIS**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

_____. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (Org.). **Escrita, linguagem, objetos**: leituras de história cultura. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico do século XIX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 11-34, 2004.

_____. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007.

_____. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 11, p. 26-33, mai. 2010.

_____. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. DUTRA, Eliane Freitas (Org.). **O Brasil em dois tempos**. História, pensamento social e tempo presente. 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/O_Brasil_em_dois_tempos/F6EkDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 24/05/2021.

_____. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). **Rev. antropol.**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018.

_____. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Revisitando a Setembrada: disputas e tensões políticas no Maranhão durante a Regência (1831-1833). **Clio: Revista de pesquisa histórica**, Recife, v. 39, n. 1, p. 405-436, 2021.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CORBO, Tomás Sansón. Matrices institucionales y metodológicas de la historiografía rioplatense del siglo XIX. El influjo de Brasil. **CONFLUENZE: Rivista di studi iberoamericani**, Bolonha, v. 6, n. 1, p. 111-137, 2014.

CORREA, Frederico José. **Um livro de crítica**. São Luís: Pitomba!, 2015.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. “**A CASA DA MEMÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE**”: O *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). 590 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

DEVOTO, Fernando J. Acerca de la construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay. Las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). **Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo**. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DIAS, Antônio Gonçalves. Introdução aos Anais históricos do Maranhão – por Berredo. In: BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais históricos do Estado do Maranhão**. 2. ed. Maranhão: Tipografia Maranhense, 1849.

_____. Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. XVI, n. 11, p. 370-384, jan./mar. 1853.

_____. **Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias**. v. 84. Anais da Biblioteca Nacional, 1971.

_____. **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias**. v. 91. Anais da Biblioteca Nacional, 1971.

DIAS, Fabiana Rodrigues. **Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856)**. 112 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 278, jan./mar. 1968.

DOLHNIKOFF, Miriam. Representação na monarquia brasileira. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 9, p. 41-53, mai. 2009.

DROYSEN, Johann Gustav. Arte e método (1868). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015.

EUJANIAN, Alejandro Claudio. Polémicas por la historia. El surgimiento de la crítica en la historiografía argentina, 1864-1882. **Entrepassados**, Buenos Aires, año VIII, n. 16, p. 9-24, 1999.

FARIA, Eduardo de. **Novo dicionário da língua portuguesa seguido de um dicionário de sinônimos**. v. II. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859.

FREITAS, Itamar. **Uma introdução ao método histórico (1870-930)**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GLEZER, Raquel. “Amicíssimo”: cartas entre Varnhagen e Cunha Rivara (1839-1849). In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

GONTIJO, Rebeca. A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo (1916-1927). **Trajeto**, Revista de História UFC, Fortaleza, v. 3, n. 5, 2004.

_____. *Entre quatre yeux*: a correspondência de Capistrano de Abreu. **Escritos: Revista da Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 49-73, 2008.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A propósito dos comentários. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 125-148, jul./dez. 2007.

_____. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. História e erudição. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2011.

GUIMARÃES, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HERCULANO, Alexandre. Prefácio. In: _____. *Portugaliae Monumenta Historica*. v. 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856.

HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil**: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). 371f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

_____. Tornar-se historiador no Brasil oitocentista: a escrita da primeira História da Província do Ceará (1867). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 22, p. 337-373, 2018.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **A História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015.

IHGB. Ata da 29ª sessão, em 19/12/1839. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo I, 1839.

_____. Extratos das Atas. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo IX, 1847.

_____. Extrato da ata da sessão de 15 de dezembro de 1849. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XII, out./dez. 1849.

_____. 16ª sessão em 1 de dezembro de 1871. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XXXIV, out./dez. 1871.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Tiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018.

JAKSIC, Iván. Imparcialidad y verdad: el surgimiento de la historiografía chilena. **Estudios Públicos**, Santiago, n. 132, p. 141-170, 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. **João Francisco Lisboa**: jornalista e historiador. São Paulo: Ática, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

LEAL, Antônio Henriques. Notícia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa. In: LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864.

_____. **Pantheon Maranhense**. v. IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

LEDESMA-ALONSO, Ricardo. A historiografia nacional como “começo”. A História de Méjico de Lucas Alamán e a História Geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 225-253, jan./abr. 2021.

LENCLUD, Gérard. Traversées dans le temps. **Annales HSS**, n. 5, p. 1053-1084, sep./oct. 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-2006-5-page-1053.htm>. Acesso em: 24 mai. 2021.

LEONI, María Silvia. Las historias regionales y provinciales en Argentina: una aproximación desde la historia de la historiografía. **Revista Escuela de Historia**, Salta, n. 18, v. 1, p. 1-17, 2019.

LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 223, p. 82-297, abr./jun. 1954.

_____. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 224, jul./set. 1954.

LIMA, José Inácio de Abreu e. Prefácio. In: _____. **Compêndio da História do Brasil**. TOMO I. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Elogio a Varnhagen**. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 09 jul. 2017.

LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, p. 13-51, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/liberalismo. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

MACEDO, Gil Eduardo de Albuquerque. **As vidas do padre Antônio Vieira: a fabricação do personagem histórico nas escritas da Nação (século XIX)**. 207 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. **Niterói, Revista brasiliense, ciências, letras e artes**, Paris, TOMO I, 1836.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MALEVAL, Isadora Tavares. **Entre a “arca do sigilo” e o “tribunal da posteridade”**: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 40, p. 55-80, jan./jun. 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

_____. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil**. v. 2. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, 2004.

MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 63, p. 22-37, 2007.

MEDEIROS, Bruno Franco. Alphonse de Beauchamp e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 11, p. 131-138, mai. 2010.

MELO, Mailson Gusmão. João Francisco Lisboa e o Jornal de Týmon: apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (Org.). **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

MENDES, Felipe Ucijara Guimarães; GALVES, Marcelo Cheche. Luís Antônio Vieira da Silva. O IHGB e a questão da Independência. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (Org.). **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

MENDES, Luís César Castrillon. **Publicar ou arquivar?** A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889). 122f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

MICHELETTI, María Gabriela. Posibilidades y desafíos para una periodización de la historiografía santafesina. La protohistoriografía decimonónica. In: RAVINA, Aurora (Coord.). **Historia provincial, historia local, historia regional: una relectura en clave historiográfica**. Córdoba: Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos S.A. Segreti, 2014.

_____. Las tensiones nación/provincia en la configuración de la historiografía argentina. La escritura de la historia en Santa Fe (1850-1950). **Revista Expedições, Morrinhos/GO**, v. 8, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2017.

MOLLO, Helena Miranda; TURIN, Rodrigo; NICOLAZZI, Fernando. The thickness of time: the writing of history and appropriation of the past in Brazil, 1830–1930. **Historein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018.

MOTTA, Kátia Sausen. **Eleições no Brasil do Oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881)**. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

MUECKE, D. C. **Ironia e o irônico**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

MYERS, Jorge. La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. In: GOLDMAN, Noemí. **Revolución, república, confederación: 1806-1825**. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Ciência, técnica e história no século XIX: fragmentos e perspectivas de Brasil. In: ARAUJO, Valdei Lopes de et. al. **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Um bibliófilo liberal: Varnhagen diplomata nas Repúblicas do Pacífico (1863-1867). In: GLEZER,

Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. 414f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, jul./dez., 2010.

_____. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

NISKIER, Arnaldo. **João Francisco Lisboa**: o timon maranhense. Brasília: Senado Federal, 2012.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. **Revista História**, São Paulo, n. 116, p. 55-65, 1984.

OLIVEIRA, Kelly Machado. “O TEMPO DA PROVÍNCIA”: revisão bibliográfica crítica da política imperial no Brasil oitocentista. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 38, p. 136-161, jul./dez. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____; GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. Ordering time, nationalising the past: temporality, historiography and Brazil’s “formation”. **Historein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018.

PADILLA, Guillermo Zermeño. Historia, experiencia y modernidade en Iberoamérica, 1750-1850. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. La era de las revoluciones, 1750-1850. [Iberconceptos-I]. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

PEIXOTO, Renato Amado. O tempo dos espaços e os espaços do tempo: a construção historiográfica do território brasileiro no século XIX. **Lócus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 2004.

_____. Zona de confluxo: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame da discussão do afastamento da História em relação à Geografia. **Revista Porto**, Natal, v. 1, n. 1, p. 111-126, 2011.

_____. **Cartografias Imaginárias**. Estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. 2. ed. Natal: Edição do autor, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/38464110/CARTOGRAFIAS_IMAGIN%C3%81RIAS_2a_edi%C3%A7%C3%A3o_revista_e ampliada. Acesso em: 21 mar. 2022.

PIMENTA, João Paulo Garrido; ARAUJO, Valdei Lopes de. História. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PIMENTA, João Paulo; COSTA, Wilma Peres. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, p. 52-70, jan./abr. 2021.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva; VIANNA, Cândido José de Araújo. Juízo sobre a História do Brasil publicada em Paris pelo Doutor Francisco Solano Constâncio. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, n. 2, 1839.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO III, n. 10, p. 149-157, 1841.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: verdade!”. Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**, São Paulo, n. 21, p. 105-119, 1998.

PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa de seu tempo (1839-1841). **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 14, p. 27-43, abr. 2014.

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **“Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. 391 p. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

_____. “O ESCRUPULOSO ILUMINADOR DA HISTÓRIA DO BRASIL”: os enredos temáticos e cronológicos da 1ª edição da *Historia geral do Brazil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857). **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 7, n. 2, p. 86-108, dez. 2011.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, Hildon. O liberal e o moralista. In: LISBOA, João Francisco. **Crônica política do Império**. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1984.

ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Academia Brasileira de Letras, 2009.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**. 2. ed. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

_____. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1978.

SANTOS, Edyene Moraes dos. **Partidos Políticos no Maranhão Oitocentista**: Origens, Influências Familiares e Composição Social (1838-1855). 270f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2021.

_____. O lugar do discurso e a guerra de narrativas: a imprensa política no Maranhão Oitocentista. **Outros Tempos**, São Luís, v. 18, n. 32, p. 200-219, 2021.

SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. 186 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SANTOS, Joaquim Felício dos. Capítulo XXVIII. In: _____. **Memórias do Distrito Diamantino**. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1868.

SANTOS, Maria Rita. **Uma leitura pragmática do Jornal do Timon de João Francisco Lisboa**. São Luís: EDUFMA, 2000.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 13, p. 45-62, dez. 2013.

SGRIGNERO, Adriano Augusto. **Em busca da originalidade e unidade da nação**: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os Pareceres e Juízos publicados pela RIHGB (1838-1860). Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SILVA, Jussara Rodrigues da. **Épocas, notas e citações**: a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na *História Geral do Brasil* (1854-1857; 1877). 167 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

_____. **Reformar os costumes pela história**: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

SILVA, Taíse Quadros da. **A reescritura da tradição**: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen 1854-1857. 213f. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.

SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

_____. **No avesso da forma:** apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. 369 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui:** o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TIBURSKI, Eliete Lucia. **Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista.** 146 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

TASCA, Michelle Fernanda. Alexandre Herculano e a construção do historiador. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 24, p. 130-143, ago. 2017.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 2, mar. 2009.

_____. João Francisco Lisboa (1812-1863). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Org.). **Os historiadores:** clássicos da história do Brasil. v. 4. Petrópolis: Vozes, 2018. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Os_historiadores_Cl%C3%A1ssicos_da_hist%C3%B3ria/6PhNDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 24/7/2021.

VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47, 2001.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira.** Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

_____. História da literatura brasileira. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000116.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

WASSERMAN, Fabio. Escritura, política e historia en el discurso de la generación de 1837. **Anuario del Centro de Estudios Históricos**, Córdoba, n. 5, p. 15-36, 2005.

_____. La historia como concepto y como práctica: conocimiento histórico en el Río de la Plata (1780-1840). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 4, p. 15-36, 2010.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória:** Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. **A invenção da história:** estudos sobre o historicismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

_____. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio.** Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. Integridade e integração: duas ideias-força de Varnhagen. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878):** diplomacia e pensamento estratégico. Brasília: FUNAG, 2016.